



UFES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ÁLVARO RAFAEL SANTANA PEIXOTO

Práticas Sociais na Abordagem Estrutural das Representações Sociais:

Histórico, teoria e aplicação

Vitória

2023

ÁLVARO RAFAEL SANTANA PEIXOTO

Práticas Sociais e Abordagem Estrutural das Representações Sociais:

Histórico, teoria e aplicação

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Espírito Santo, para obtenção do grau de doutor em psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Rafael Moura Coelho Pecly Wolter.

Vitória

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

P377p Peixoto, Álvaro Rafael Santana, 1993-
Práticas Sociais e Abordagem Estrutural das Representações Sociais : Histórico, teoria e aplicação / Álvaro Rafael Santana Peixoto. - 2023.
258 f. : il.

Orientador: Rafael Moura Coelho Pecly Wolter.
Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Psicologia Social. 2. Representações Sociais. 3. Conduta. 4. Comportamento de risco (Psicologia). 5. Avaliação de riscos. 6. COVID-19. I. Wolter, Rafael Moura Coelho Pecly. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9



Programa de Pós-Graduação em Psicologia
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ATA DE DEFESA DE TESE DO CURSO DE Doutorado EM PSICOLOGIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – ATA Nº 169 - 14/03/2023

Aos quatorze dias de março de dois mil e vinte e três, por meio de webconferência, conforme Portaria Normativa nº 08, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFES de 01 de julho de 2021, procedeu-se a avaliação da defesa da tese do discente **Álvaro Rafael Santana Peixoto**. Às nove horas, o Prof. Dr. Rafael Moura Coelho Pecly Wolter - UFES (Presidente da Comissão Examinadora e Orientadora) deu início aos trabalhos, convidando os demais integrantes da comissão: Prof^a Dr^a Zeidi Araújo Trindade – UFES (Examinadora Interna), Prof. Dr. Antonio Marcos Tosoli Gomes – UERJ (Examinador Externo), Prof. Dr. Pedro Humberto Faria Campos – UERJ (Examinador Externo) e Prof. Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff – UFRRJ (Examinador Externo). A seguir, o Presidente solicitou ao Doutorando que fizesse uma explanação de seu trabalho intitulado **"Práticas Sociais na Abordagem Estrutural das Representações Sociais: Histórico, teoria e aplicação"**. Finda a apresentação, o Presidente passou a palavra aos examinadores, que procederam à arguição do candidato. Ao final, a Comissão, em sessão reservada, deliberou pela **APROVAÇÃO** da referida tese nos termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e alertou que o aprovado somente terá direito ao título de Doutor após a entrega da versão final de sua tese à Secretaria do Programa. Encerrada a sessão, eu, Prof. Dr. Rafael Moura Coelho Pecly Wolter, presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada digitalmente por mim e pelos demais componentes da Comissão.

Prof. Dr. Rafael Moura Coelho Pecly Wolter (UFES)
Orientador e Presidente da Sessão

Prof^a. Dr^a. Zeidi Araújo Trindade (UFES)
Examinadora Interna

Prof. Dr. Antonio Marcos Tosoli Gomes (UERJ)
Examinador Externo

Prof. Dr. Pedro Humberto Faria Campos (UERJ)
Examinador Externo

Prof. Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff (UFRRJ)
Examinador Externo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RAFAEL MOURA COELHO PECLY WOLTER - SIAPE 3049828
Departamento de Psicologia Social e Desenvolvimento - DPSD/CCHN
Em 14/03/2023 às 18:36

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/667957?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
POLLYANA DE LUCENA MOREIRA - SIAPE 3160395
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia em exercício
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGP/CCHN
Em 29/03/2023 às 20:20

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/680281?tipoArquivo=O>

Resumo

Peixoto, Álvaro Rafael Santana. (2023). Práticas Sociais e Abordagem Estrutural das Representações Sociais: Histórico, teoria e aplicação. 253 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Esta tese é sobre práticas sociais dentro da abordagem estrutural da teoria das representações sociais. Enquadra-se nos níveis de análise posicional e ideológico da psicologia social. Propomos organizar e estudar conceitos precedentes às práticas, influências de movimentos da psicologia social e as teorias da abordagem estrutural. Sugerimos resgate conceitual da teoria da condicionalidade sobre o funcionamento dos prescritores, práticas e dinâmica representacional. Analisamos também as publicações do campo em um artigo de levantamento bibliográfico sobre trabalhos recentes e antigos. Como conclusões do referencial teórico temos os seguintes pontos: (I) é necessário retomar estudos experimentais e observacionais, além de conceitos antigos do campo; (II) é importante considerar as diferentes vertentes dentro da abordagem estrutural (ativação e condicionalidade); (III) é desejável retomar os conceitos envolvidos na dinâmica representacional (esquema, situação social, natureza das práticas e pressão normativa); (IV) é interessante integrar a abordagem societal com a estrutural para futuros avanços na compreensão das práticas; (V) utilizar corretamente o conceito de práticas sociais, definindo-as e as distinguindo dos comportamentos individuais; (VI) retomar e disponibilizar em língua portuguesa os textos seminais sobre práticas. Relatamos também três estudos empíricos (N=208, N=1200 e N=176) sobre a pandemia de Covid-19 e práticas de risco e prevenção em relação à doença. O primeiro estudo é de questionamento verbal, o segundo observacional e o terceiro também de questionamento verbal. Procuramos verificar a percepção de risco dos participantes sobre a covid, suas práticas de risco em diferentes contextos e a flexibilidade dos participantes acerca das práticas que realizam. Como resultados principais

dos estudos empíricos temos: (I) a proximidade em relação ao objeto é um fator que modula o pensamento grupal; (II) a percepção de risco perpassa tanto pela proximidade quanto pelas situações sociais; (III) a situação social modula tanto as práticas quanto a flexibilidade dos sujeitos sobre as práticas; (IV) existe divergência entre o que os sujeitos fazem e o que acreditam que fazem. A discussão conjuga os resultados e conclusões dos estudos teóricos e empíricos apontando que esta tese é uma tentativa de passos atrás para solidificar as teorizações da abordagem estrutural e propor integrações com a abordagem societal. Concluimos que essa solidificação é uma primeira etapa necessária para começar a dar passos à frente no caminho esquecido das representações sociais que é o estudo das práticas.

Palavras-chave: Práticas Sociais; Representações Sociais; Abordagem Estrutural das Representações Sociais; Percepção de Risco; Covid-19.

Abstract

Peixoto, Alvaro Rafael Santana. (2023). Social Practices and Structural Approach of the Social Representations Theory: History, theory and application. 253 f. Doctoral Thesis (Doctorate in Psychology) – Graduate Program in Psychology, Federal University of Espírito Santo, Vitória.

This dissertation is about social practices in the structural approach of the theory of social representations. We frame this dissertation in the positional and ideological levels of analysis of social psychology. We propose to organize and study concepts preceding practices, influences of social psychology movements and theories of the structural approach. We suggest a conceptual rescue of the theory of conditionality on the functioning of prescribers, practices and representational dynamics. We also analyzed publications in a bibliographic article on recent and old works. As conclusions of the theoretical studies we have: (I) Need to resume experimental and observational studies, in addition to old concepts of the field; (II) Consider the various theories within the structural approach (activation and conditionality); (III) Importance of concepts involved in representational dynamics (schema, social situation, nature of practices and normative pressure); (IV) Combine the societal approach with the structural one for future advances in the understanding of practices; (V) Correctly use social practices, defining them and distinguishing them from individual behaviors; (VI) Resume and make available in Portuguese the seminal texts on practices. We also report three empirical studies (N=208, N=1200 and N=176) on practices in relation to the Covid -19. The first is a study of verbal questioning, the second observational and the third also of verbal questioning. We sought to verify the subjects' perception of risk regarding covid, their risk practices in different contexts and the subjects' reflexivity about the practices they carry out. As main results of empirical studies we have: (I) Proximity to the object is a factor that modulates social thinking; (II) The perception of risk permeates both proximity and social situations; (III) The social

situation modulates both the practices and the subjects' reflexivity about the practices; (IV) There is divergence between what subjects do and what they believe they do. The discussion combines the results and conclusions of the theoretical and empirical studies, stating that this thesis is an attempt to take steps backwards to solidify the theories of the structural approach and propose integrations with the societal approach. We conclude that this solidification is a necessary first step to start taking steps forward in the forgotten path of social representations that is the study of practices.

Keywords: Social Practices; Social Representations; Structural Approach of the Theory Of Social Representations; Risk Perception; Covid-19

“Todo conhecimento, é óbvio, pressupõe uma prática, uma atmosfera que lhe é própria e que lhe dá corpo e, sem dúvida, um papel particular do sujeito conhecedor”

(Serge Moscovici, 1961/2012, p.48)

“Agir, eis a inteligência verdadeira. Serei o que quiser. Mas tenho que querer o que for. O êxito está em ter êxito, e não em ter condições de êxito. Condições de palácio tem qualquer terra larga, mas onde estará o palácio se não o fizerem ali?”

(Fernando Pessoa [Bernardo Soares], O Livro do Desassossego)

Dedicatória

Dedico esta tese aos pioneiros que enxergaram a importância do coletivo antes de si mesmos.

Na teoria das práticas a Celso Pereira de Sá, na religião a Obá Eni Oriaté Guilherme José

Alves da Silva ọmọ Lògún Ọde e na minha vida à minha mãe Alba Nize dos Santos Santana.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Èsù e a Seu Tranca Rua das Almas, que me deram coragem, caminho e fé para chegar longe. De Òòsààlà agradeço a calma e sabedoria para lidar com os desafios. A Òrìsà Òginyón por me dar a boa guerra e por batalhar ao meu lado. A Àrá por me fazer entender que ser cuidado é um sinal de força. A Ògún pelos amigos que sempre estiveram à frente lutando por mim. A Òşòsì por todas as flechas certeiras que recebi em forma de palavras. A Yẹmọnja por mostrar que minhas emoções estão lá. Por fim, à Òşún, minha mãe, que me carrega no colo e com sua doçura e feitiço me alicerçam.

Agradeço à minha mãe Alba Santana por ter me ensinado que o peso não é a única maneira de encarar a vida e que é preciso coragem para ser doce. Agradeço ao meu pai Antônio Peixoto que apesar das diferenças está em mim em gestos, opiniões, trejeitos e aparência. Agradeço à minha irmã Manuella Peixoto que com laços sanguíneos e espirituais me lembra que não estou sozinho. Agradeço à minha irmã Camila Peixoto pela companhia no caminho da vida e por nos presentear com Mariah da Silva e Maitê da Silva. Agradeço à Dyrce dos Santos por sua candura e preocupação infundável com as outras pessoas. Agradeço aos meus ancestrais Nilza dos Santos, José Santana, Ester Lousada e Álvaro Peixoto, sua descendência é viva e chegou até aqui.

Agradeço meu tio-irmão Carlos Santana pela longa e sincera amizade, sua procura e disponibilidade foram essenciais para esta tese. Agradeço à Olinda Peixoto que me ensinou as letras e as artes, a escrita desta tese passa pelas suas mãos. Agradeço ao meu padrinho Ricardo Santana e à minha madrinha Janete Santana, que me formaram quando criança e estão em mim enquanto adulto.

Agradeço à minha maior parceira Lohana Santos, que com seu amor, paciência e personalidade me edifica, tornando-me sempre uma pessoa melhor. Muito obrigado por todo o apoio neste trabalho e nos momentos mais difíceis até aqui, que eu seja pra você um pouco

do que você é pra mim. Agradeço ao meu irmão Leonardo Patrício, meu sacerdote e mestre, que é companhia e me reconhece em todos os âmbitos da vida. É meu melhor amigo e foi fundamental em todo o processo de construção deste trabalho. Agradeço à Ligia Mendonça, professora e amiga, que insistiu sempre em nossa amizade e é modelo pra toda a minha construção como doutor, docente e pessoa. Agradeço a Marcos Tosoli, irmão, sacerdote, pai e filho por ir comigo do inferno ao céu. Tenho dividido contigo a minha carreira, a minha espiritualidade, as minhas vergonhas e meus sentimentos, por isso te chamo amigo. Agradeço a Thiago Santin, amigo que compartilhou comigo a jornada acadêmica, o apartamento, a vida pessoal e seus conhecimentos. Homem de fé que me ensinou sobre magia, disciplina, ancestralidade e, principalmente, sobre o mistério.

Agradeço a meu pai de santo Edivaldo Pereira que sempre me lembra que a fé e o mágico trazem a maior das sabedorias. É em minha vida a voz e o cuidado de todos os Òrìṣà, agradeço a Èṣù e Òṣààlà pelo nosso encontro. Agradeço ao meu pai Ogan Victor Feitosa Silveira, amigo que me ensina dos Orixás e também que é possível ser duro e ainda sim construir um grande afeto. Agradeço ao amigo, professor, pai e exemplo Valrei Silva por estar comigo sempre, a distância nunca tirou a certeza de seu cuidado e preocupação. Agradeço à Pollyana Moreira, professora e amiga pelo acolhimento e por dividir comigo as belezas e dificuldades de se estar longe de casa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, pelo corpo docente e discente que me acolheu. Agradeço em especial aos professores Alexandro de Andrade e Diego Zílio pelo compartilhamento de boas conversas e ensinamentos. Agradeço aos colegas discentes, em especial os companheiros de Redepso e PRAPS, destacando Karen Maciel, Jéssica Pereira, Alina Coriolano, Flaviane Oliveira, Ana Clara Reis e Heloisa Pinto, que compartilharam da jornada até aqui. Agradeço especialmente

à Vanessa Mazzei pelo apoio importante na coleta de dados deste trabalho e pela amizade ao longo da travessia.

Agradeço aos membros da banca de avaliação desta tese. À Zeidi Trindade agradeço pela disponibilidade e pioneirismo tanto para nossa pós-graduação quanto no campo das práticas sociais. À Pedro Humberto Campos pelos importantes apontamentos na qualificação e por todas as obras que foram referenciais cruciais deste trabalho. À Denis Naiff por sua amizade e ensinamentos, que compuseram minha formação na graduação, no mestrado, no doutorado e na minha vida como docente. À Luciene Naiff pela disponibilidade e atenção em todas as possibilidades que tivemos de trabalho conjunto em congressos e agora na defesa desta tese.

Agradeço ao meu amigo e orientador Rafael Wolter pelo cuidado, aprendizado, proteção e companhia. Me orientou na graduação, no mestrado, no doutorado e também em todos os outros aspectos da vida. Sempre foi atento e preocupado com os passos que eu dei e me ensinou a ser aluno e professor. Nesta tese e em todos os meus trabalhos acadêmicos presentes e futuros, espero que estejam sempre impressos seu pensar, seu método e sua justiça. Para além disso, agradeço pela grande amizade e também pela formação humana. É Ògún quem instrumentaliza Òrìṣà Òginyón.

Por fim, agradeço a todos os encontros que o doutorado me proporcionou e a todos que não citei diretamente aqui. Foi um período de desenvolvimento, principalmente pessoal, em que aprendi a ser adulto. Processo que exigiu de mim distâncias, saúde e saudades, mas que proporcionou crescimento e aprendizados que levarei para a vida.

Lista de Abreviações

TRS Teoria das Representações Sociais

RS Representações Sociais

Covid-19 Doença do Coronavírus de 2019

TNC Teoria do Núcleo Central

Lista de Figuras

Figura 1: Teoria do comportamento planejado.....	34
Figura 2: Representação Social antecedendo estímulo e resposta.....	38
Figura 3: Matriz de recompensas do dilema do prisioneiro	45
Figura 4: Média de escolhas competitivas (experimento 1).....	46
Figura 5: Média de escolhas competitivas (experimento 2).....	47
Figura 6: Escolhas cooperativas em função da representação do parceiro.....	51
Figura 7: Representações da tarefa obtidas pela análise de similitude.....	53
Figura 8: Representação esquemática da distância em relação ao objeto	77
Figura 9: Transformação de uma representação social	102
Figura 10: Estilo de vida em relação aos capitais.....	125
Figura 11: Linha do tempo das produções sobre práticas sociais na Teoria das Representações Sociais	134
Figura 12: Processo de construção dos corpora do levantamento bibliográfico sobre práticas sociais	136
Figura 13: Autores principais e suas obras acerca das práticas ao longo dos anos ..	139
Figura 14: Os trabalhos mais referenciados nos trabalhos sobre práticas dos corpora A e B	144
Figura 15: Referências citadas pelos trabalhos dos corpora A e B distribuídas pelos seus anos de publicação	146
Figura 16: Os autores mais referenciados nos trabalhos sobre práticas dos corpora A e B	146
Figura 17: Os autores mais referenciados nos trabalhos sobre práticas dos corpora A e B	147

Figura 19: O informativo "Conselhos ao Povo", com orientações para conter a gripe espanhola.....	157
Figura 20: Cartilha do Ministério da Saúde direcionada aos jovens sobre prevenção ao coronavírus.....	158
Figura 21: Ambiente que os sujeitos mais evitam frequentar durante a pandemia (N=208).....	164
Figura 22: Locais que os sujeitos mais frequentam durante a pandemia de Covid-19 (N=208)	165
Figura 23: Análise de similitude com índice de Jaccard das práticas observadas no aeroporto (Freq. Mín. 7) (risco 0 a 4).....	200
Figura 24: Análise de similitude com índice de Jaccard das práticas observadas no aeroporto (Freq. Mín. 7) (risco 0 a 4).....	201
Figura 25: Árvore de similitude com índice de Jaccard das práticas observadas nos bares/restaurantes (Freq. Mín. 13) (risco 0 a 4)	203
Figura 26: Exemplo de pergunta realizada para construção do inventário de actemas	209
Figura 27: Análise de similitude com índice de Jaccard das práticas relatadas nos aeroportos (Freq. Mín. 3)	214
Figura 28: Análise de similitude com índice de Jaccard das práticas relatadas nos supermercados (Freq. Mín. 3)	216
Figura 29: Análise de similitude com índice de Jaccard das práticas relatadas nos bares/restaurantes (Freq. Mín. 3)	218

Lista de Tabelas

Tabela 1: Ganhos e perdas em função das escolhas do participante no dilema do prisioneiro	41
Tabela 2: Média de escolhas competitivas (verde) sob as condições de alta e baixa autoestima	46
Tabela 3: Exemplos de estudos experimentais sobre representações de si, do parceiro e da tarefa	55
Tabela 4: Grau de centralidade representacional no sistema representacional para cada experimento.....	56
Tabela 5: Características do núcleo central e do sistema periférico	64
Tabela 6: Funções do Sistema Periférico e do Núcleo Central.....	65
Tabela 7: Tipos de cognemas de acordo com a teoria da ativação e da condicionalidade	74
Tabela 8: Relação entre as características da situação de um grupo e o funcionamento do núcleo central das representações sociais	77
Tabela 9: Relação entre discurso espontâneo, cognição e condutas observadas	81
Tabela 10: Práticas significantes e não restritivas de acordo com a normatividade da situação.....	88
Tabela 11: Funcionamento do esquema de negação.....	92
Tabela 12: Funcionamento do esquema estranho	93
Tabela 13: Situação social de acordo com sua normatividade e finalidade.....	97
Tabela 14: Quadro dos fatores envolvidas na mudança das representações pelas práticas	100
Tabela 15: Dinâmica da transformação das representações sociais pelas práticas...	101
Tabela 16: O caminho teórico da dinâmica resistente das representações sociais ...	104

Tabela 17: Definições das práticas sociais	107
Tabela 18: Algumas características das práticas sociais.....	109
Tabela 19: Relação entre os tipos normativos de práticas sociais e a concordância com representações sociais.	112
Tabela 20: Exemplos, forma de operacionalização e tipo de prática.....	115
Tabela 21: Os quatro níveis de análise da psicologia social.....	120
Tabela 22: Características dos <i>corpora</i> A e B	137
Tabela 23: Autores dos <i>corpora</i> A e B classificados por seu índice H	140
Tabela 24: Afiliação institucional dos autores dos <i>corpora</i> A e B.....	142
Tabela 25: Revistas que publicaram sobre práticas sociais dos <i>corpora</i> A e B	143
Tabela 26: Definições de Práticas sociais.....	150
Tabela 27: Critérios para a formulação da pontuação de proximidade	182
Tabela 28: Análise Prototípica da evocação de enfermeiros sobre o termo indutor Covid-19 (5 evocações, $N=178$)	175
Tabela 29: Análise Prototípica da evocação de homens idosos sobre o termo indutor Covid-19 (3 evocações, $N=106$)	177
Tabela 30: Análise prototípica da evocação de enfermeiros sobre o termo indutor autonomia profissional do enfermeiro frente à Covid-19 (3 evocações, $N=75$).....	178
Tabela 31: Análise prototípica da evocação de pessoas idosas sobre termo Prevenção do coronavírus (3 evocações, $N=116$)	179
Tabela 32: A proximidade em relação ao objeto de profissionais e não profissionais de saúde. (escala de 7 pontos).....	184
Tabela 33: Critérios de proximidade em relação ao objeto de grupos próximos e mais distantes em relação à covid-19. (escala de 7 pontos)	184

Tabela 34: Riscos e impacto na saúde mental em decorrência da Covid-19 para profissionais de saúde e não profissionais de saúde. (escala de 7 pontos).....	185
Tabela 35: Riscos em decorrência da Covid-19 para grupos próximos e mais distantes em relação a Covid-19. (escala de 7 pontos).....	186
Tabela 36: Percepções políticas sobre a pandemia e nível de confiança em órgãos oficiais para profissionais e não profissionais de saúde. (escala de 7 pontos).....	187
Tabela 37: Percepções políticas sobre a pandemia e nível de confiança em órgãos oficiais para grupos próximos e mais distantes em relação à Covid-19. (escala de 7 pontos).....	188
Tabela 38: Percepções sobre prescrições de cuidado e autocuidado para profissionais de saúde e não profissionais de saúde. (escala de 7 pontos)	188
Tabela 39: Percepções sobre prescrições de cuidado e autocuidado para grupos próximos e mais distantes em relação à Covid. (escala de 7 pontos)	189
Tabela 40: Risco de contágio de acordo com o contexto para profissionais e não profissionais de saúde. (escala de 7 pontos).....	190
Tabela 41: Risco de contágio de acordo com o contexto para grupos próximos e mais distantes em relação à Covid-19. (escala de 7 pontos).....	190
Tabela 42: ANOVA, Frequência e riscos de actemas por contexto	197
Tabela 43: Frequência e proporções de actemas por contexto	211

Sumário

Introdução	27
Justificativa	29
Objetivos	29
Estrutura desta tese.....	30
Antecedentes das Práticas Sociais	32
O Pensamento Gera o Comportamento	33
O Comportamento Gera o Pensamento	35
Considerações Sobre as Representações Sociais	35
A Teoria das Representações Sociais.....	37
Os primórdios das Práticas Sociais	39
A Teoria dos Jogos	40
Experimento Sobre Representação de Si	43
Experimento Sobre a Representação do Outro	49
Experimento Sobre a Representação da Tarefa	52
Resumo dos Estudos Experimentais	54
A Representação Global da Situação	55
Os Princípios da Representação Global da Situação	57
Depois de Tudo, o Pensamento e o Comportamento	58
As Teorizações da Abordagem Estrutural Sobre Representações Sociais	61
Novas Perspectivas no Estudo Sobre Práticas	61
A teoria do Núcleo Central	63
A Representação Social como Sistema Epi-Racional	67

A Representação Social como Sistema Normativo	70
O Funcionamento dos Sistemas Epi-Racional e Normativo.....	72
As Teorias da Abordagem Estrutural: Ativação e Condicionalidade	74
A Teoria da Ativação.....	75
A Teoria da Condicionalidade	80
Conclusão: as Consequências das Duas Teorias – Ativação e Condicionalidade	82
A Relação entre Representações e Práticas	84
A influência das Representações nas Práticas.....	85
A Natureza da Influência das Representações nas Práticas.....	89
A Influência das Práticas nas Representações.....	91
A Situação Social	94
Os Bons Motivos	97
A Dinâmica das Representações Sociais	101
Conclusão: A Relação entre Representações e Práticas.....	104
As Práticas Sociais	106
As Definições das Práticas Sociais	106
Práticas de Acordo com sua Normatividade.....	111
Práticas de Acordo com sua Frequência, Objetivos e Estratégias	113
A Metodologia das Práticas Sociais	116
Conceitos e Teorias da Abordagem Estrutural.....	119
Perspectivas Societais das Práticas Sociais.....	120
As Contribuições da Sociologia de Bourdieu	124
Conclusão.....	128

As Produções Acadêmicas sobre Práticas Sociais no campo das Representações Sociais e Áreas Próximas	130
Métodos e Procedimentos	134
Coleta de Dados	135
Análise de Dados	138
Resultados	139
Os Autores	139
Revistas e Editoras.....	143
Referências	144
Discussão.....	150
As Definições das Práticas Sociais	150
A Relação das Práticas com as Representações Sociais	151
As Teorias da Abordagem Estrutural Para as Práticas Sociais.....	153
A Metodologia das Práticas Sociais	154
Conclusão.....	155
Os Estudos Empíricos.....	156
O Brasil e as Pandemias: Prescrições Oficiais e de Senso Comum	156
A Pandemia de Covid-19 e seu Impacto nas Situações Sociais	161
O Pensamento Social e Percepção de Risco	167
Método	170
Estudo 1 – Representações, Envolvimento Pessoal e Percepção de Risco: O caso da Covid-19.....	173
A Representação Social da Covid-19 e das práticas de cuidado	174

Método	180
Resultados	183
As percepções de risco e a proximidade em relação ao objeto.....	183
Discussão.....	191
Conclusão.....	194
Estudo 2 – Normatividade Situacional e Práticas de Risco em relação à Covid-19	195
Resultados	197
Aeroporto (Contexto de Normatividade Alta).....	199
Supermercado (Contexto de Normatividade Média).....	201
Bares/Restaurantes (Contexto de Normatividade Baixa)	202
Discussão.....	204
Conclusão.....	207
Estudo 3 – Inventário de Práticas de Risco em Relação à Covid-19: Reflexibilidade em Relação ao Contexto	208
Resultados	211
Aeroporto (Contexto de Normatividade Alta).....	214
Supermercado (Contexto de Normatividade Média).....	216
Bares/Restaurantes (Contexto de Normatividade Baixa)	218
Discussão.....	219
Conclusões	221
Discussão e Conclusão	223
Referências Bibliográficas.....	229
Anexo 1.....	246
Anexo 2.....	257

Apresentação

Esta é uma tese sobre práticas sociais na Teoria das Representações Sociais (TRS). Pretendemos aqui um trabalho conceitual sobre a relação entre o pensamento grupal e a prática. Meu interesse no tema vem por ter utilizado a TRS nos trabalhos de conclusão de curso de minha graduação em psicologia e de meu mestrado em psicologia social. Ao ler os textos sobre práticas percebi lacunas e perguntas ainda a por serem respondidas no campo de pesquisa. Minha percepção foi embasada por pesquisadores da teoria que me deparei ao longo da jornada acadêmica, como Campos (2017), Almeida e colaboradoras (2000), Dany (2016) e Wolter e Sá (2013).

Percebemos que as lacunas do estudo das práticas não resultam da falta de concepções e teorias. A abordagem estrutural produziu grandes obras no tema com conceituações robustas (Abric, 1994a; Flament, 1987; 1989; 1994/2001a; 2001b; Rouquette, 1998; 2000; 2001; Guimelli, 1989; 1994a; 1994b; 2003). O que notamos é que conceitos da abordagem, como a noção de esquema por exemplo, são pouco retomados em trabalhos a partir da década de 2000. Essa questão nos mobilizou a pensar uma tese que recuperasse os conceitos e a história da abordagem estrutural no que tange às práticas sociais.

Outro ponto que nos mobiliza é pensar as práticas em níveis de análise sociais. Nos chama a atenção que muitos trabalhos consideram práticas como equivalentes de comportamentos individuais e as representações sociais como sinônimo de cognições individuais. Isso cria um descompasso entre os trabalhos e a teoria, já que as práticas se tornam “comportamentos individuais racionais”. Nosso interesse foi abordar o conceito sob outra perspectiva, pretendemos apontar que os fatores sociais podem ser utilizados como explicação da causa e dos processos que geram as práticas.

Acreditamos que recuperar os conceitos já estabelecidos pela abordagem estrutural

sobre as práticas e lançar olhar societal sobre eles é o principal sentido deste trabalho. Esperamos que o leitor ao chegar ao fim da tese possa ter noção da história das práticas na TRS, dos principais conceitos da abordagem estrutural sobre as práticas, das principais referências e pesquisas do campo e ter uma ilustração empírica dos conceitos.

Por fim, não pretendemos que essa tese seja um ponto de chegada ou o fim de caminho, mas sim o retomar de uma caminhada. Escolhemos olhar pra trás para consolidar o caminho já percorrido, atualizá-lo e terminamos apontando caminhos e direções para recomeçar a trilhar o caminho esquecido da TRS.

Introdução

Esta é uma tese de psicologia social que utiliza principalmente a teoria das representações sociais (TRS), especificamente sua abordagem estrutural. Por utilizar principalmente os níveis posicional e ideológico de análise (Doise, 1982), incluímos este trabalho na psicologia social sociológica. Nosso objeto de estudo é o conceito de práticas e sua relação com as representações sociais. O tema presente em todos os estudos empíricos é a Covid-19. Nesta introdução traremos o conceito de práticas, a justificativa da escolha desse objeto, os objetivos e a estrutura de capítulos desta tese.

As Representações Sociais (RS) são, como definiu Denise Jodelet (1989a), um “saber prático” sobre o mundo. Isso significa que representar o meio social é necessariamente teorizar e agir sobre ele. A principal função da RS é transformar o desconhecido em conhecido e permitir que o grupo tenha papéis práticos instituídos em relação ao objeto social. Como afirma Moscovici (1961/2012, p.48) “todo conhecimento, é óbvio, pressupõe uma prática”.

Na Teoria das Representações Sociais o conhecimento e a prática se relacionam e essa relação é um dos focos da abordagem estrutural. A partir da década de 1990 há importantes obras dessa abordagem sobre as práticas (Abric, 1994/2001; Flament, 1987; 1989; 1994/2001a; 2001b; Guimelli, 1989; 1994a; 1994b; Guimelli & Jacobi, 1990; Rouquette, 1998; 2000; 2003). A abordagem estrutural criou formulações próprias para o conceito de práticas sociais e apontou possibilidades sobre a relação entre representações e as práticas.

A natureza do conceito de práticas sociais, no entanto, não foi sempre bem estabelecida. O conceito transformou-se ao longo do desenvolvimento da TRS, consolidando-se no fim da década de 1980 e início de 1990. O campo de estudo das práticas, apesar de promissor ainda apresenta lacunas e espaço para desenvolvimento conceitual e metodológico

(Wolter & Sá, 2013; Almeida et al., 2000; Dany, 2016; Campos, 2017). Esta tese visa retomar as teorias da abordagem estrutural e apontar caminhos para mitigar as lacunas apontadas pelos textos dos autores que citamos

A partir desse contexto, o das práticas na perspectiva da abordagem estrutural da TRS, propusemos uma ampla pergunta de pesquisa: Quais são as lacunas teóricas e possibilidades de avanço metodológico no estudo das práticas sociais dentro da abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais? Essa pergunta norteadora baseia a presente tese de doutorado.

Para ilustrar os conceitos que apresentaremos, contamos com três estudos empíricos com tema da Doença do Coronavírus de 2019 (Covid-19). Escolhemos a Covid-19 por sua relevância, considerando a grande crise sanitária gerada, com mais de 6 milhões de mortos no mundo, sendo mais de 690.000 no Brasil (Johns Hopkins University & Medicine, 2023). O impacto da pandemia não é apenas concreto, mas também afeta simbolicamente o pensamento de diferentes grupos.

O cotidiano de diferentes conjuntos sociais mudou drasticamente desde o início da pandemia. A crise sanitária gerou novas prescrições sobre o que é lícito ou não fazer em espaços públicos para evitar o contágio. Essas prescrições se concretizam nas situações cotidianas através das práticas sociais adotadas pelos sujeitos. Esse contexto de mudanças e surgimento de novas práticas é propício para o estudo da relação entre representações e práticas.

Tem-se então as práticas sociais como objeto de estudo teórico e empírico desta tese, com o tema da Covid-19 nos estudos empíricos. Reforçamos que o objetivo deste trabalho não é abordar de forma aprofundada a pandemia e suas consequências, mas sim utilizar o contexto pandêmico como ilustração e aprofundamento dos conceitos e teorias que apresentaremos nos capítulos teóricos seguintes.

Justificativa

Consideramos que a relevância conceitual das práticas sociais justifica a realização desta tese de doutorado. Primeiramente, as práticas são relevantes dentro da abordagem estrutural, considerando os muitos estudos que se dedicaram ao conceito (Wolter & Sá, 2013; Flament, 2001b; Abric, 2001; Campos, 2017; Sá, 1994; Almeida, Santos & Trindade, 2000; Guimelli, 1994). Em segundo lugar, acreditamos que se justifica pelas lacunas no estudo das práticas. Wolter e Sá (2013) e Almeida e colaboradoras (2000) apontam fragilidades dos estudos no campo, como aspectos teóricos (definições imprecisas e utilização incorreta do conceito) e metodológicos (muitos estudos verificam o que os sujeitos dizem que fazem e não o que realmente fazem).

Ademais, consideramos também a relevância social da pandemia de Covid-19 como justificativa deste estudo. A doença afeta profundamente o cotidiano brasileiro, moldando políticas públicas de saúde, de economia e de educação. São urgentes estudos que abordem a realidade social da covid-19 para o auxílio de novas medidas e políticas de proteção. O estudo das práticas nesse contexto pode fomentar maior adesão às medidas de proteção e ainda indicar melhores estratégias para evitar o contágio e melhor comunicar o risco de se pegar a doença. Também acreditamos que estudos sobre ações em contextos pandêmicos podem ajudar no combate a esta e futuras pandemias.

Objetivos

O **objetivo geral** desta tese é avaliar as lacunas teóricas e possibilidades de avanço metodológico no estudo das práticas sociais dentro da abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais.

O **primeiro objetivo específico** é descrever o percurso histórico do conceito de práticas sociais considerando os antecedentes e a abordagem estrutural. O **segundo objetivo específico** é descrever as teorizações da abordagem estrutural sobre as práticas sociais. O **terceiro**

objetivo específico é analisar possibilidades de caminhos futuros para mitigar lacunas teóricas e metodológicas no estudo das práticas. O **quarto objetivo específico** é compreender as características de obras da abordagem estrutural sobre as práticas sociais. O **quinto objetivo específico** é compreender o campo representacional de diferentes grupos sobre o objeto social Covid-19. O **sexto objetivo específico** é observar as práticas de risco de contágio para Covid-19 em diferentes contextos normativos. O **sétimo objetivo específico** é elencar um inventário de práticas que os grupos acreditam realizar em diferentes contextos normativos.

Estrutura desta tese

Este trabalho é composto por 11 capítulos, 1 de introdução, 4 capítulos teóricos, 1 capítulo de levantamento bibliográfico sobre práticas, 1 capítulo introdutório aos estudos empíricos, 3 capítulos sobre os estudos empíricos e uma conclusão.

Os capítulos teóricos pretendem dar conta do primeiro, segundo, terceiro e quarto objetivos específicos. Ou seja, pretendem apresentar o histórico do conceito de práticas, as características do conceito na abordagem estrutural, caminhos futuros para mitigar lacunas da área e apresentar características das obras da abordagem estrutural sobre as práticas. No segundo e próximo capítulo apresentamos os antecedentes da abordagem estrutural, apresentando os estudos do início da TRS sobre comportamento e RS. No terceiro capítulo adentramos nas teorizações da abordagem estrutural, apresentando a teoria do núcleo central, da ativação e da condicionalidade. No quarto capítulo tratamos da relação entre representações e práticas considerando a dinâmica representacional conforme a abordagem estrutural. No quinto capítulo apresentamos definições e características das práticas para a abordagem estrutural, além de conectar o conceito com a sociologia de Bourdieu. No sexto capítulo apresentamos um artigo de revisão bibliográfica sobre práticas sociais na abordagem estrutural, apresentando características das obras.

Nos capítulos empíricos desta tese pretendemos dar conta do quinto, sexto e sétimo objetivos. Isso quer dizer que investigam as representações de grupos sobre a Covid-19, as práticas de risco que realizam em diferentes contextos e as práticas que acreditam realizar nesses mesmos contextos. No sétimo capítulo apresentamos a lógica por trás de cada estudo empírico e apresenta os métodos que foram utilizados. No oitavo capítulo exibimos os resultados, discussões e conclusões de cada estudo empírico. Por fim, no nono capítulo trazemos as conclusões da tese articulando os capítulos teóricos e empíricos. Nos anexos ao final da tese apresentamos os instrumentos que utilizamos nos estudos empíricos.

Começamos no próximo capítulo o percurso teórico sobre as práticas. Iniciaremos apresentando os estudos experimentais que visavam compreender a relação entre o pensamento grupal e seu comportamento.

Antecedentes das Práticas Sociais

No primeiro capítulo teórico desta tese pretendemos abordar os estudos que antecederam o conceito de práticas sociais. Primeiro abordaremos como a psicologia cognitiva influenciou o estudo do comportamento na teoria das representações sociais. Depois falaremos da dupla influência do cognitivismo e da sociologia na TRS. Por último, trataremos dos estudos experimentais de Codol (1975) sobre sistemas globais de representação.

O comportamento é tema clássico da psicologia, teorias como o comportamentalismo e cognitivismo pretendem explicá-lo e prevêê-lo. Essa tradição foi herdada pela psicologia social, que se pauta por teorias da psicologia e da sociologia para explicar como os grupos agem.

As explicações da psicologia social para o comportamento, em geral, privilegiam a relação entre pensamento e comportamento (Wagner, 1994a). Essa relação abarca pelo menos duas possibilidades, uma em que o *pensamento causa o comportamento* e outra em que o *comportamento causa o pensamento*. A explicação centrada no pensamento é a marca da influência do cognitivismo na psicologia social.

Conceitualmente a explicação cognitivista posiciona a cognição entre o estímulo (externo ao sujeito) e a resposta (comportamento) do sujeito a este estímulo (Wagner, 1994a). Entre os dois, os processos cognitivos filtram e elaboram o estímulo, decidem a resposta e depois apreciam as consequências, como demonstra o esquema abaixo:

Estímulo - Cognição - Resposta

O cognitivismo possui muitas vertentes e teorias com variações do esquema apresentado acima. Não é de nosso interesse discutir pormenores, apenas indicar que as ideias cognitivistas estarão também presentes na teoria das representações sociais (Wagner, 1994a). Partimos então da psicologia cognitiva até a psicologia social para compreender os antecedentes do estudo das práticas sociais na TRS.

Para Allport (1954), a psicologia social “é a tentativa científica de entender e explicar como o pensamento, sentimento e comportamento dos indivíduos são influenciados pela presença real, imaginada ou implícita de outros.” (Allport, 1954, p. 2). Essa definição clássica da psicologia social resume bem a influência do cognitivismo na área. A definição coloca o comportamento como uma das preocupações-chave e o cognitivo como um objeto de estudo (pensamento) e como uma causa dos fenômenos (presença imaginada).

Para exemplificar traremos duas grandes teorias da psicologia social: as teorias do comportamento planejado (Ajzen, 1991) e da dissonância cognitiva (Festinger, 1962). Essas teorias apresentam posições aparentemente opostas. Em termos gerais, na teoria do comportamento planejado o *pensamento gera comportamento* e na teoria da dissonância cognitiva é o *comportamento que gera pensamento*.

O Pensamento Gera o Comportamento

Na vertente em que o pensamento causa o comportamento, os pesquisadores pleiteiam que “o sujeito fez B porque pensou A” (Wagner, 1994a). Essa concepção é extremamente difundida no senso comum, onde encontramos a seguinte explicação “eu faço A porque eu penso B”. É o postulado adotado pela teoria do comportamento planejado, que

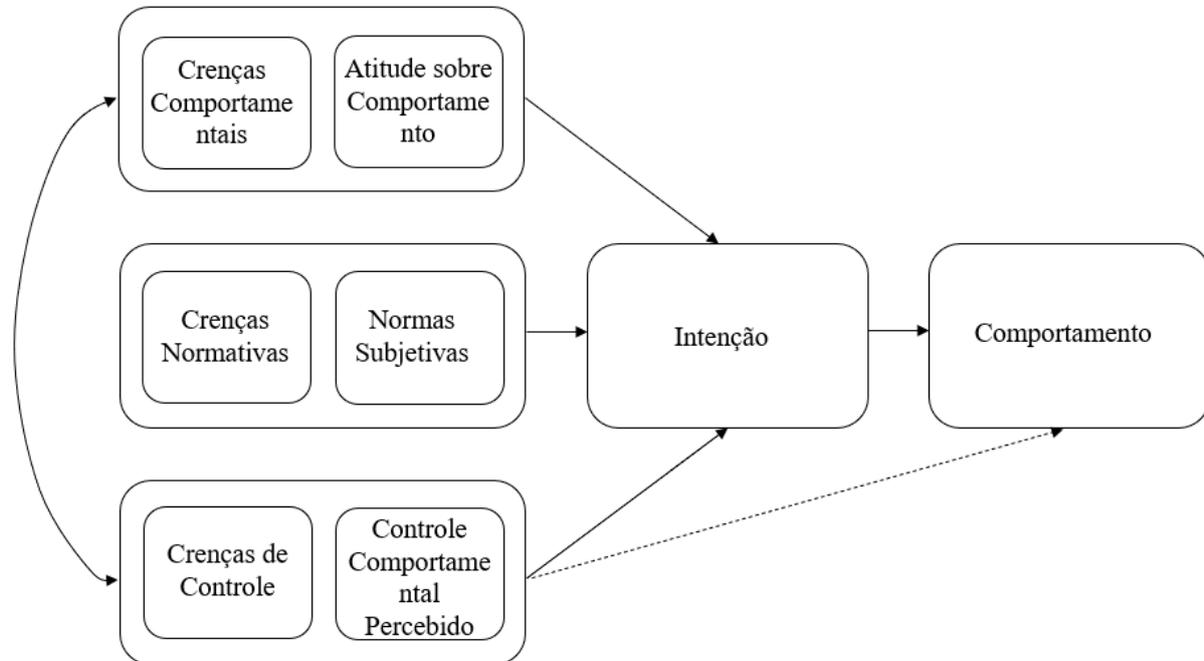
é uma teoria usada para entender e prever comportamentos, que postula que os comportamentos são imediatamente determinados por intenções comportamentais e sob certas circunstâncias, controle comportamental percebido. As intenções comportamentais são determinadas por uma combinação de três fatores: atitudes em relação ao comportamento, normas subjetivas e controle comportamental percebido. (Kan & Fabrigar, 2017, p. 7)

Na teoria do comportamento planejado são as crenças (comportamentais, normativas e de controle), a atitude (em relação ao comportamento) e as percepções (sobre a norma e sobre o controle do comportamento) que definem a intenção para o comportamento e, em última

instância, o próprio comportamento. Todos esses aspectos cognitivos antecedem, predizem e causam o comportamento (como se observa na Figura 1) (Kan & Fabrigar, 2017).

Figura 1

Teoria do comportamento planejado



Fonte. Kan & Fabrigar (2017)

A teoria do comportamento planejado coloca a cognição individual como intermediária entre os estímulos (sociais e ambientais) e a resposta (comportamento). São aspectos cognitivos individuais influenciados por fatores sociais (como histórico do sujeito, sua posição social, seus grupos de pertença) que determinam o que será feito (Ken & Fabrigar, 2017).

Poderíamos citar outras teorias da psicologia social que colocam o pensamento como causa do comportamento, como a cognição social, algumas vertentes da teoria das atitudes, trabalhos clássicos sobre preconceito e estereótipos, dentre outras. Interessa-nos menos aqui as especificidades dessas teorias e mais o seu postulado central: “o sujeito fez B porque pensou A”. Partimos então para a teoria da dissonância cognitiva, exemplo do postulado oposto “o sujeito pensou A porque fez B”.

O Comportamento Gera o Pensamento

A teoria da dissonância cognitiva prevê um equilíbrio cognitivo quando o comportamento está em consonância com o pensamento. Isso significa dizer que agir de acordo com o que pensamos acarreta sentimento de bem-estar. No entanto, quando somos levados a agir em dissonância com o que pensamos um mal-estar nos acomete e precisamos saná-lo. O dicionário da American Psychological Association (2023) define a teoria da dissonância cognitiva como:

uma teoria que propõe que as pessoas têm uma motivação fundamental para manter a consistência entre os elementos de seus sistemas cognitivos. Quando ocorre inconsistência, as pessoas experimentam um estado psicológico desagradável que as motiva a reduzir a dissonância de várias maneiras.

A dissonância pode ser amenizada de maneiras diferentes. A primeira delas é mudando, justificando ou se desculpando pelo comportamento dissonante. Nesse caso um novo comportamento (de desculpa, justificção ou de reparação) substitui o comportamento dissonante para acabar com o desequilíbrio. Quando não é possível voltar atrás, a estratégia é adequar o que se pensa ao comportamento realizado (“*O sujeito pensou A porque fez B*”).

Beauvois e Joule (1996) desenvolveram uma concepção ainda mais radical da teoria da dissonância cognitiva. Esta perspectiva considera que a margem de liberdade dos indivíduos é mínima e que o pensamento é sempre formulado *a posteriori* ao comportamento, mesmo em situações de consonância cognitivas. A teoria radical da dissonância é, então, um exemplo extremo do postulado “*o sujeito pensou A porque fez B*”. O comportamento não é guiado pelo pensamento, mesmo que o sujeito acredite que seja.

Considerações Sobre as Representações Sociais

Os dois postulados apresentados (O sujeito fez B porque pensou A e O sujeito pensou A porque fez B) não dizem apenas sobre a relação entre pensamento e comportamento. Falam

sobre liberdade individual, ou seja, denotam visão de sociedade. As teorias que propõem um indivíduo que elabora cognitivamente os estímulos sociais (o pensamento formula o comportamento) falam de sujeitos autônomos. Apesar de serem teorias sensíveis aos condicionantes sociais (como as normas subjetivas na teoria do comportamento planejado), sua influência é cognitivamente processada. No pêndulo entre a cognição e o social essas teorias pendem para a cognição e se afastam das ciências sociais.

No outro postulado (o comportamento formula o pensamento) temos sujeitos passivos que respondem cognitivamente ao ambiente. A causa do comportamento não está mais na elaboração cognitiva, mas no ambiente que impele a resposta cognitiva. O interesse aqui ainda está no nível cognitivo, em como o sujeito individualmente lida com o fato de fazer algo contrário à sua “razão”. Mas a causa do pensamento não é intraindividual, mas oriunda do mundo objetivo.

A teoria de Beauvois e Joule (1996) radicaliza o postulado (o comportamento formula o pensamento) e a resposta cognitiva é ainda mais secundária. A cognição é colocada como resposta ao mundo material, uma visão puramente objetivista. Aqui o pêndulo passa ao lado da sociologia, por conta do protagonismo dos condicionantes sociais.

As teorias apresentadas neste tópico foram também abordadas por outros autores das representações sociais na discussão em relação às práticas (Abric, 1994/2001; Wolter e Sá, 2013; Campos, 2012; Flament, 1994/2001a; 2001b; Sá, 1994; Echebarria & Gonzales, 1993a). Elas são abordadas como influência de postulados da TRS. Também são citadas como exemplo do que a TRS não é.

Ambos os postulados influenciaram, em maior ou menor grau, a TRS. A ideia de que a representação é causa da prática é uma das heranças do postulado *pensamento gera comportamento* (Wagner, 1994a). Wagner (1994a) afirma que o cognitivismo e a lógica de que o comportamento é pensado figura na maioria das pesquisas em TRS. Desse postulado

trataremos ainda nesse capítulo, considerando como influenciou os estudos experimentais no início da teoria.

O outro postulado de que o comportamento gera o pensamento influenciou diretamente a abordagem estrutural da teoria. O segundo postulado está principalmente na ideia de que as práticas são agentes de transformação das RS (Rouquette, 1998; 2003). Desse segundo postulado trataremos no capítulo 4 desta tese.

A TRS tem como berço as discussões que caracterizamos. Tanto os estudos cognitivistas sobre pensamento e comportamento quanto a dupla influência do cognitivismo e da sociologia. No início da TRS era fundamental estabelecer uma visão de sociedade. Tratando desse início, apresentaremos primeiro alguns conceitos e a influência da sociologia e psicologia sofrida por eles.

A Teoria das Representações Sociais

Moscovici (1961/2012, p. 48) em sua obra seminal aponta que “todo conhecimento, é óbvio, pressupõe uma prática”. As representações são conhecimentos ingênuos que fornecem ferramentas para que os grupos se coloquem no mundo e atuem sobre ele. É um “saber prático” conforme Jodelet (1989a). No início da teoria, Moscovici indicava um lugar privilegiado para o comportamento.

Moscovici (1961/2012) na TRS reformulou o conceito de representações coletivas da sociologia de Émile Durkheim (1987; 2004), o que permite-nos pensar as representações como *fatos sociais*. Os fatos sociais são *modos de fazer* instituídos acima das consciências individuais, mas que exercem coerção sobre os indivíduos, que agem de acordo com seu papel (Durkheim, 2004).

Da psicologia cognitiva, Moscovici (2003) trouxe os conceitos de ancoragem e objetivação pautados na assimilação e acomodação de Jean Piaget e os colocou na gênese de suas representações. A ancoragem garantiu a historicidade do conceito, *com conhecimentos*

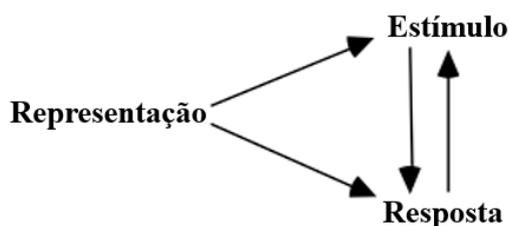
novos se adequando a conhecimentos antigos. Já a objetivação garante a concretização de objetos abstratos. Os dois processos transformam o *desconhecido em conhecido*, permitindo que os grupos passem a conhecer e agir sobre novos objetos (Moscovici, 2003).

A dupla influência (sociológica e cognitiva) forjou as representações como “construções sociocognitivas” (Abric, 1994/2001). É um conceito regido por regras próprias da intercessão entre cognição e social. Sobre isso Moscovici (1961/2012, p.48) afirma: “Por essas características – a especificidade e a criatividade da vida coletiva – as representações sociais diferem das noções sociológicas e psicológicas com as quais são comparadas e dos fenômenos que lhes correspondem”. É aí que devemos procurar também os fundamentos do comportamento.

Apesar da obra seminal de Moscovici (1961/2012) dar importância central para as práticas, não trata diretamente do conceito. É apenas na década de 1980 que Moscovici (1984a) estrutura a relação representação-comportamento. Moscovici (1984a) (conforme apontam Wagner, 1993; Wolter & Sá, 2013) afirma que a representação antecede o estímulo e a resposta, determinando os dois (como é possível ver na Figura 2).

Figura 2

Representação Social antecedendo estímulo e resposta



Fonte. Wagner (1993).

Se a representação antecede o estímulo e a resposta não pode estar entre os dois (Wagner, 1993). Com isso Moscovici distancia sua teoria do cognitivismo. A representação não é um processador de estímulo e um gerador de resposta, pois antecede todo o processo. A

amplitude da representação ocorre porque o mundo concreto não é externo ao indivíduo, mas está em seu universo simbólico.

Jean-Claude Abric (1994/2001) afirma que o “ponto de partida” da TRS, é o “abandono da distinção clássica - desenvolvida fortemente nas abordagens behavioristas - entre sujeito e objeto”. Moscovici (1969, p.9 apud Abric, 1994/2001) afirma “não existe distinção alguma entre os universos exterior e interior do indivíduo (ou do grupo). O sujeito e o objeto não são fundamentalmente distintos”.

Esse seria também o lugar do comportamento na TRS: entre o social e o cognitivo. Retornamos para o início da teoria onde essa posição não estava ainda bem estabelecida. O postulado “O sujeito fez A porque pensou B” era adotado nos estudos experimentais e aproximava a teoria do cognitivismo. Wagner (1994a) afirma que ainda nos anos 1980 e 1990 esse postulado influenciaria, mesmo que não explicitamente, os delineamentos de pesquisas da TRS.

Os primórdios das Práticas Sociais

Nas décadas de 1960 e de 1970 temos séries de experimentos (Abric et al., 1967; Apfelbaum, 1967; Faucheux & Moscovici, 1968; Abric & Kahan, 1972; Abric & Vacherot, 1976; Codol, 1968; 1969a; 1974) sobre como as representações causam o comportamento. A maioria dos experimentos utilizou situação de jogo (como o dilema do prisioneiro) e verificou o efeito de diferentes representações nas estratégias comportamentais.

As situações de jogos eram comuns nos estudos de psicologia (Rapoport e Orwant, 1962), mas a TRS começou a manipular diferentes aspectos cognitivos dos participantes. Como aponta Abric (1982), as representações que os sujeitos possuíam de si, do outro (parceiro de jogo) e da tarefa (o jogo em si) determinavam se eles iriam cooperar ou competir (estratégia comportamental). Em suma, diferentes representações sociais causam diversas

estratégias comportamentais. Abaixo temos a definição de cada tipo de representação manipulada pelos experimentos:

1. Representações de si próprio: Conjunto de hipóteses que os sujeitos possuem acerca de si próprio, de sua posição (em algum grupo ou população) ou de seu status na sociedade,
2. Representações do outro (e ainda de outros grupos em situações experimentais onde essa variável é manipulada [como em Codol, 1974]): “... o conjunto de hipóteses que o sujeito formula sobre o parceiro – o conjunto de atributos que o sujeito atribui ao parceiro e a importância subjetiva dada a esses atributos em relação à interação.” (Abric, 1982, p.84),
3. Representação da tarefa: “teoria ou sistema de hipóteses que os indivíduos elaboram sobre a natureza da tarefa, sua finalidade (ou seja, seus objetivos), os meios a serem empregados para realizá-la e o comportamento que conduz à eficiência.” (Abric, 1982, p. 88).

A Teoria dos Jogos

A utilização de jogos era muito comum na psicologia comportamental e cognitiva (Rapoport e Orwant, 1962). Os jogos são situações experimentais que possuem matriz de ganhos e/ou perdas. “Englobam todas as situações de simulação de conflito caracterizadas por uma estrutura de interdependência entre os participantes e a coexistência de interesses comuns e divergentes” (Apfelbaum, 1966, p. 599).

Como dissemos, a maioria desses experimentos utilizava o jogo, dilema ou paradigma do prisioneiro como situação experimental. A operacionalização prática desse dilema é a feita da seguinte maneira: duas pessoas foram presas por roubo, tornando-se suspeitos A e B. O crime possui pena mínima de quatro anos e máxima de 10 (pode variar de acordo com o estudo). No entanto, não existem provas suficientes para a condenação máxima

dos dois suspeitos e, então, a polícia só consegue condená-los se um entregar o outro. A polícia coloca os dois suspeitos em salas diferentes sem contato de um com o outro e oferece a ambos o mesmo acordo para delação premiada, criando as seguintes possibilidades para os presos:

1. *A coopera com B e B compete com A*: um dos suspeitos confessa o crime e implica o outro (competir) e o outro não confessa (coopera); o que confessou é libertado (ganho máximo ou perda mínima) e o que cooperou é condenado a 10 anos de prisão (perda máxima ou ganho mínimo);
2. *A coopera com B e B coopera com A*: se ninguém confessar (ambos cooperam) os dois são condenados a 1 ano cada (pequenos ganho ou perda);
3. *A compete com B e B compete com A*: se os dois confessam (ambos competem) cada um é condenado a 5 anos de cadeia (grandes ganhos ou perdas).

A Tabela 1 abaixo (Wolter & Sá, 2013) exemplifica as possibilidades de ganhos e perdas no dilema do prisioneiro:

Tabela 1

Ganhos e perdas em função das escolhas do participante no dilema do prisioneiro

	Oponente coopera	Oponente compete
Participante coopera	Ganho máximo	Perda máxima
Participante compete	Ganho moderado	Perda moderada

Fonte. Wolter & Sá (2013)

No paradigma do prisioneiro competir é a *estratégia dominante*, ou seja, é a melhor opção a se tomar se você desconsiderar a escolha do parceiro. Devido a isso, competir-competir é o resultado racional do jogo (*solução de equilíbrio*), onde nenhum jogador pode melhorar seu resultado com um comportamento unilateral. Por esse motivo, na teoria dos jogos, o paradigma do prisioneiro é um jogo de *equilíbrio ineficiente*, já que o melhor resultado não é o racional, pois cooperar-cooperar garante maior ganho.

O fato de ser um jogo de equilíbrio ineficiente pode, em parte, explicar o sucesso do paradigma na psicologia social. Por não ser um jogo racional, pode ser usado para interpretar decisões da vida real que vão além da racionalidade (como investimento econômico, por exemplo). Podem existir diversas operacionalizações do dilema desde que se mantenha a característica de equilíbrio ineficiente. É possível apresentar, por exemplo, recompensas, ao invés de punições como resultados das escolhas dos sujeitos.

Na TRS, Abric (1982) afirma a importância de observar o significado da escolha dos sujeitos. A maioria dos experimentos considera apenas duas estratégias comportamentais: cooperar e competir. Para Abric (1982), no entanto, o sujeito antecipa o comportamento do parceiro e suas escolhas não podem ser vistas isoladas dessa antecipação. Isso significa que o sujeito confessar nem sempre é sinal de competição, só quando antecipa que o parceiro não vá confessar, por exemplo. Isso gera quatro possibilidades de estratégias comportamentais:

1. *comportamento cooperativo*: o sujeito não confessa (coopera) acreditando que o parceiro também não confessará;
2. *comportamento de abertura*: O sujeito não confessa (coopera) acreditando que o outro confessou. Esse comportamento pode ser abertura a cooperar com o outro, mas também uma armadilha para se dar bem (fazer com que o parceiro não confesse na próxima rodada para que o sujeito possa confessar e ter ganho máximo);
3. *comportamento defensivo*: O sujeito confessa acreditando que o parceiro também confessará;
4. *comportamento competitivo*: Sujeito confessa, acreditando que o parceiro não confessará.

O segundo ponto levantado por Abric (1982) é a representação dos sujeitos sobre os ganhos e perdas. O resultado do jogo só passa a valer quando o sujeito atribui valor a eles. O

valor atribuído estará ligado à representação que o sujeito possui da tarefa e de seu parceiro de jogo.

Esses dois aspectos, de diferentes tipos de comportamentos e dos ganhos e perdas, eram ignorados pelos estudos da psicologia cognitiva e ganharam papel central na TRS. O dilema do prisioneiro foi prolífico para estudos experimentais na teoria recém-criada justamente por existir possibilidades de variação. O paradigma pode ser apresentado como jogo ou como resolução de problemas (representação da tarefa). É possível propor diferentes oponentes, parceiros e grupos que jogam com os sujeitos (representação do outro) e manipular o comportamento desses pretensos oponentes (comportamento real do outro). É viável, ainda, investigar como o sujeito que participa do jogo pensa a si próprio (representação de si) e averiguar seus comportamentos subsequentes (comportamentos emitidos).

É, portanto, um paradigma flexível que permite estudar diferentes representações envolvidas em uma situação. Para ilustrar os estudos experimentais, que em parte foram resumidos e apresentados por Abric (1982; 1987), organizamos os exemplos a seguir:

Experimento Sobre Representação de Si

Considerações Teóricas Sobre o Experimento

Para este exemplo temos o trabalho de Pepitone, Faucheux, Moscovici, Cesa-Bianchi, Magistretti, Iacono e Villone (1967). Pepitone e colaboradores (1967) utilizaram o dilema do prisioneiro para verificar o efeito da autoestima (como os sujeitos se avaliavam) na escolha de sua estratégia comportamental.

De acordo com os autores, as pessoas tendem a “competir por recompensas na proporção que eles acreditam que são merecedoras”. Em outras palavras, a auto avaliação serve como padrão para determinar o nível de aspiração e de esforço que se empregará” (Pepitone et al., 1967, p. 148).

Notadamente ao estudar a auto avaliação o experimento manipula variável cognitiva. Ao mesmo tempo, os autores falam que essa variável é pautada em crença social na equidade (poderia se falar em norma?), que faz as pessoas acreditarem que devem ganhar o quanto valem.

O Experimento

Hipótese: os sujeitos apresentam mais comportamentos competitivos quanto maior for sua autoestima.

Amostra: os experimentos foram realizados com estudantes americanas dos anos iniciais do curso de psicologia. Possuíam idade entre 19 e 21 anos (experimento 1 [N= 29]; experimento 2 [N=17]).

Procedimentos

Foram realizados dois experimentos parecidos. Em ambos experimentos duas participantes que não se conheciam eram chamadas para o laboratório de psicologia. Aleatoriamente uma delas recebia indução de alta autoestima e outra de baixa autoestima. Para essa indução, quem conduzia o estudo (no primeiro experimento uma mulher, no segundo um homem) apresentava um teste dito muito eficiente para medir a “Criatividade Inversa” uma nova (e inventada) característica psicológica. O (A) experimentador(a) dizia, no entanto, que não interessava o resultado desse teste, era apenas uma demanda de seu chefe.

As participantes eram separadas e testadas observando 50 cartas com quatro desenhos (de pessoas, paisagens e objetos). Para cada uma o experimentador dizia uma palavra e a participante deveria escolher um dos desenhos. Cada participante recebia pontuação em uma tabela com pontuações padrão de estudantes da graduação. O experimentador dizia a uma delas que tinha ido muito bem, com resultado acima de 97% dos estudantes, enquanto informava à outra que tinha ido muito mal, com 60% de resultado.

Essa testagem era falsa, servindo apenas para induzir baixa e alta autoestima nas participantes. Para garantir que a indução de fato aconteceu, cada uma delas respondia a escalas de autoavaliação sobre seus traços de personalidade. O experimentador dizia que os resultados só importavam para seu chefe e que estava mais interessado em estudar a interação social delas. Depois da indução de autoestima, o experimentador apresentava a seguinte matriz de ganhos do dilema do prisioneiro (Figura 3):

Figura 3

Matriz de recompensas do dilema do prisioneiro

		Sujeito A	
		Vermelho	Verde
Sujeito B	Vermelho	1 , 1	0 , 2
	Verde	2 , 0	0 , 0

Fonte. Pepitone e colaboradores (1967)

Elas participavam de 50 rodadas em que deveriam escolher simultaneamente as opções verde ou vermelho. Se as duas escolhessem vermelho, cada uma recebia 1 ponto; se as duas escolhessem verde, as duas ganhavam 0 pontos; nas situações em que uma escolhesse diferente da outra (uma verde e a outra vermelha) a que escolhia verde ganhava dois pontos e a que escolhia vermelho não ganhava nada. Foi informado que verde era a escolha “competitiva” que aumentava seus ganhos e diminuía os da outra e que vermelho era a escolha “cooperativa” que garantia um ganho modesto para ambas as participantes.

Era dito para as participantes que os ganhos que teriam dependiam apenas de suas escolhas e seus comportamentos. Só que as participantes notavam a cada rodada que sua pontuação dependia da escolha da outra. No entanto, as respostas da outra participante não

eram realmente apresentadas. Ao invés disso o experimentador apresentava resposta pré-determinadas, com 31 (62%) das 50 respostas sendo vermelhas (cooperativas). Ou seja, o parceiro era apresentado como altamente cooperativo, o que torna muito fácil para a participante aumentar seus ganhos, bastando cooperar também.

Resultados

O primeiro resultado demonstra que a indução de autoestima (o teste falso das cartas com quatro figuras) funcionou. As participantes com indução de alta auto estima se avaliavam melhor nos testes de personalidade, como observado na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2

Média de escolhas competitivas (verde) sob as condições de alta e baixa autoestima

	Alta autoestima		Baixa autoestima		t	p*
	N	M	N	M		
Experimento 1	17	30,5	12	26,2	1,32	N.S.
Experimento 2	10	31,1	7	21,3	3,00	<0,005
Combinados		30,7		24,5	2,63	<0,01

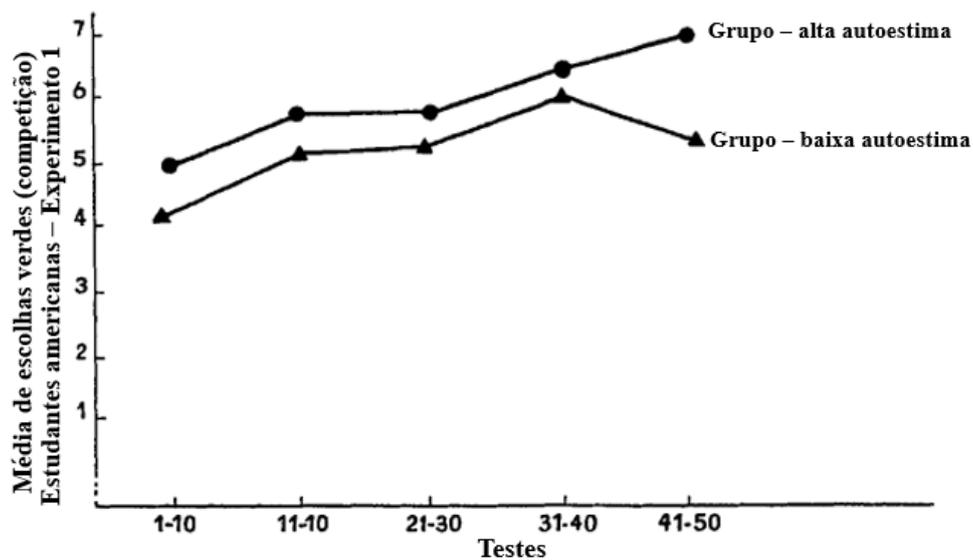
Fonte. Pepitone e colaboradores (1967).

Nota. * teste bicaudal de hipóteses.

Em relação aos comportamentos de cooperação e competição, as participantes com alta autoestima tendiam a escolher mais a cor verde (competir) do que as de baixa autoestima (como demonstram a Figura 4 [experimento 1] e a Figura 5 [experimento 2] abaixo).

Figura 4

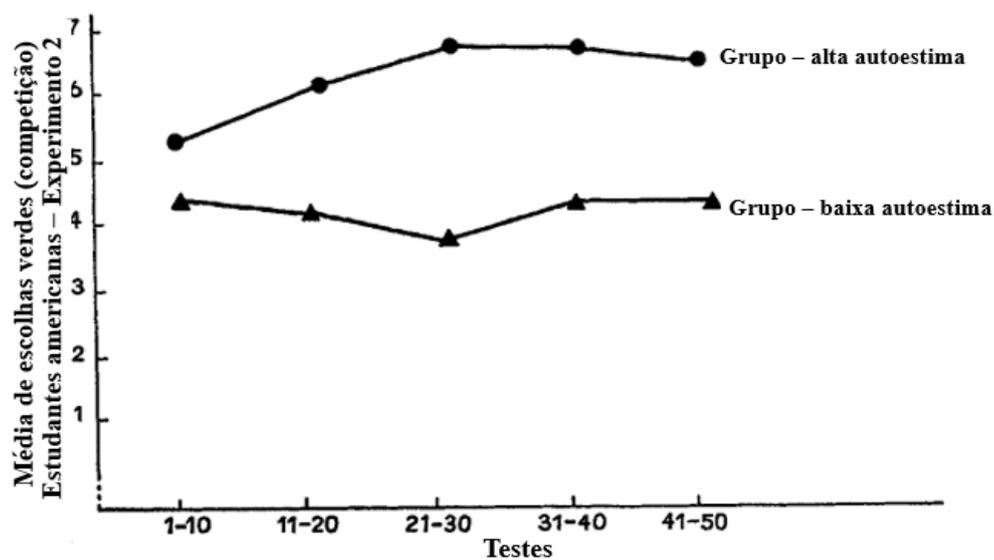
Média de escolhas competitivas (experimento 1)



Fonte. Pepitone e colaboradores (1967).

Figura 5

Média de escolhas competitivas (experimento 2)



Fonte. Pepitone e colaboradores (1967).

Considerações Sobre o Experimento

Estudos anteriores ao de Pepitone e colaboradores (1967) demonstraram que as pessoas tendem a competir para defender seu status e sua autoestima. O problema é que o

experimento não induziu diretamente ameaça à autoavaliação, já que o teste de “criatividade inversa” foi apresentado justamente para não deixar dúvidas em relação à autoestima.

Se poderia pensar também que alta autoestima gera confiança de que se pode jogar melhor e, por isso, se compete mais. O problema dessa interpretação é que o jogo era apresentado como muito fácil, com o outro escolhendo majoritariamente (6 de 10 vezes) a cor vermelha (cooperando). Isso significa dizer que era um jogo “fácil” de ganhar, ou seja, não exigia autoconfiança. Outro problema nessa explicação é que os sujeitos podem não ter pensado na habilidade de “criatividade inversa” como importante para resolver o jogo.

As duas explicações, a do medo de perder seu status e a da autoconfiança, podem não estar totalmente erradas. Parece ainda não haver indícios contrários à hipótese principal de que as sujeitas competem para ganhar o quanto acham que valem.

Nossas Considerações Sobre o Experimento

O estudo de Pepitone (et al., 1967) não usou a teoria das representações sociais para explicar seus resultados. Entretanto, integrou a série de estudos que marca a tradição experimental desse campo. Moscovici, o fundador da TRS, é um dos autores do estudo. A autoavaliação foi interpretada como representação de si.

Chama atenção a interface entre cognição e social presente nesse experimento. Apesar de manipular a autoavaliação, que é variável cognitiva, o estudo também trata de um aspecto societal: a expectativa compartilhada de equidade. Seria uma ideia trazida pelos participantes e compartilhada nos grupos de que as pessoas devem ganhar o quanto valem. O estudo também afirma que os sujeitos de alto *status* tendem a ter medo de perder a sua posição na sociedade.

Apesar do experimento citar fatores sociais, eles não são diretamente manipulados. No máximo poderíamos falar que o estudo manipula a interiorização dessas normas sociais (próximo do que a teoria do comportamento planejado chama de norma subjetiva).

Experimento Sobre a Representação do Outro

Sobre o outro (ou parceiro) existem dois aspectos: o que se espera que ele faça e o seu comportamento factual. A representação social teria influência nos dois aspectos, antecipando o comportamento e servindo como grade de leitura do que o outro de fato faz. Sobre isso, Abric (1982, p.81-82) afirma: “[...] concluímos que o sentido de um determinado comportamento pode variar quando varia a representação do parceiro e que não há ligação inequívoca entre o comportamento do parceiro e a reação do sujeito”.

Estudos de Apfelbaum e Moscovici (1971), Gallo (1966) e Pareck e Dixit (1977) demonstram que o comportamento condicionalmente cooperativo do outro (que coopera mediante comportamento de cooperação) aumenta o comportamento de cooperação do participante. Outros estudos (Sermat, 1964; Solomon, 1960) evidenciam que comportamento sistematicamente cooperativo do outro faz com que o participante o explore. Ou seja, o comportamento real do outro é relevante na escolha da estratégia comportamental.

Esse fato parece ser demonstrado por estudo de Mack (1976) que evidencia que o mesmo comportamento pode desenvolver uma relação cooperativa (com parceiros representados como de *status* superior) ou competitiva (com parceiros de mesmo *status*). Aqui novamente toca-se no âmbito social através da estratificação, mas abordando apenas a afetação cognitiva dessa estratificação.

O Experimento

Passando para a antecipação dos comportamentos dos sujeitos, apresentamos o bastante discutido estudo de Abric e colaboradores (1967) sobre a representação do parceiro “humano” e parceiro “máquina”. Nesse estudo os participantes pensavam estar jogando contra estudantes humanos e contra uma máquina. Depois de cinquenta rodadas foi feito um intervalo e os parceiros eram trocados. O estudo tinha como hipóteses:

Hipótese 1: Enquanto a representação de parceiro aluno favorece o estabelecimento da interação cooperativa, a de parceiro máquina, ao contrário, leva a comportamento defensivo.

Hipótese 2: No intervalo, a mudança de “parceiro” faz com que o padrão de resposta mude.

Procedimentos

Os participantes eram colocados em situação de dilema do prisioneiro. Era informado a parte deles que jogaria com estudantes e à outra parte que jogaria com “máquina”. Foi aplicado um questionário para averiguar as representações dos sujeitos sobre parceiros humanos e máquinas. Os parceiros humanos foram representados com os termos “subjetivo”; “não tem estratégia pré-estabelecida”; “pode ser influenciado”. Já o parceiro máquina foi representado com os termos “objetivo”; “tem estratégia pré-estabelecida”; “não aberto a influências”.

Os participantes jogavam 50 rodadas do dilema, só que a informação sobre o comportamento dos parceiros era falsa. Na realidade os sujeitos jogavam sempre com o experimentador, que usava a estratégia *tit for tat* (olho por olho), sempre repetindo a jogada do sujeito. Ao final das 50 rodadas havia intervalo e os parceiros eram trocados (quem jogou contra “estudantes” passava a jogar contra “máquina” e vice-versa). Eram averiguadas as representações sobre os novos parceiros e os participantes jogavam novamente 50 rodadas.

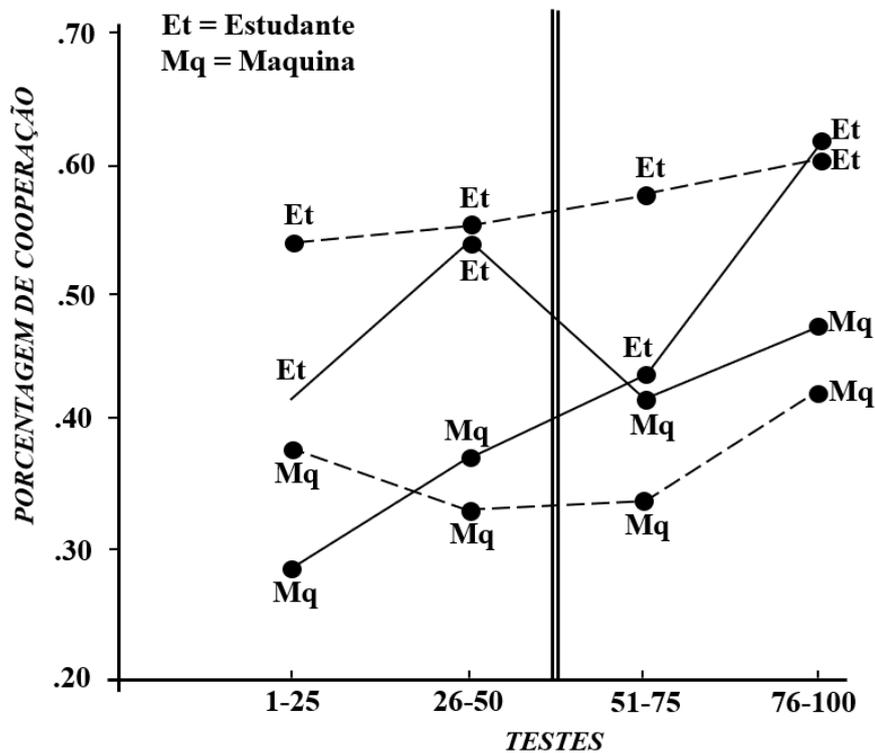
Resultados

Os resultados confirmam as hipóteses do estudo, já que os participantes tendem a ter mais comportamentos cooperativos com parceiros humanos e mais competitivos com parceiros máquinas (como se observa na Figura 6). Isso ocorre mesmo que o comportamento real seja o mesmo nos dois casos (*tit for tat*). Abric (1982) afirma que a representação social

não foi afetada depois do experimento e que ela, portanto, funcionaria como um filtro, empregando sentidos diferentes a comportamentos iguais.

Figura 6

Escolhas cooperativas em função da representação do parceiro.



Fonte. Abric (1982).

Nota. Os ensaios 1-50 (à esquerda da dupla linha vertical) foram antes da mudança de representação; os julgamentos 51-100 foram após a mudança de representação.

Nossas Considerações Sobre o Experimento

O experimento de Abric e colaboradores (1967) parece tratar menos de questões sociais e investigar mais profundamente variáveis cognitivas (como os sujeitos pensam o parceiro). O autor, em estudo posterior (1976), trabalhou questões sociais colocando estudantes para jogar contra parceiros estudantes (mesmo status social) e parceiros professores (status social superior).

Experimento Sobre a Representação da Tarefa

A representação sobre a tarefa é a visão do sujeito sobre a natureza do que ele precisa fazer. Na situação experimental, isso é um ponto crucial a ser pensado, já que a representação dessa situação influenciará a resposta. A representação da tarefa também é relevante para observar o comportamento em situações sociais reais.

O Experimento

O último tipo de estudo que apresentaremos é sobre a representação da tarefa que está sendo realizada na situação experimental. Escolhemos o trabalho de Abric e Vacherot (1976), no qual os autores manipulam tanto a representação dos sujeitos sobre tarefa quanto a representação do parceiro. Esse estudo apresenta as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: Uma única tarefa pode resultar em duas representações diferentes.

Hipótese 2: O comportamento dos participantes é determinado por sua representação da tarefa e não pela natureza da tarefa. Mais especificamente, no caso do jogo do dilema do prisioneiro, a representação de “resolução de problemas” aumenta a cooperação, enquanto a representação de “jogo” reduz a quantidade de cooperação.

Hipótese 3: Os diferentes elementos que compõem a representação da situação são interdependentes. Tanto a representação da tarefa quanto a representação do parceiro atuam simultaneamente e de forma complementar para definir a situação para o participante.

Procedimentos

Esse estudo repete a estrutura do anterior (Abric e colaboradores, 1967) quanto aos parceiros, já que os participantes acreditavam que ora jogavam contra alunos humanos e ora contra a máquina. O que muda é que os autores estudaram anteriormente as representações dos participantes sobre o dilema do prisioneiro (após terem explicado a tarefa e apresentado a matriz de ganhos). Parte dos sujeitos representava o paradigma como jogo e outra parte como

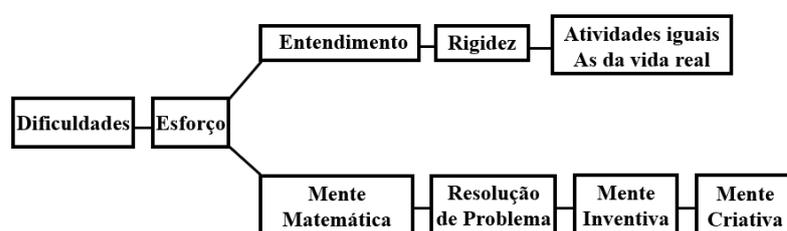
tarefa de resolução de problemas. A Figura 7 apresenta a análise de similitude que ilustra a representação dos dois tipos de tarefas.

Figura 7

Representações da tarefa obtidas pela análise de similitude



A. Natureza da tarefa representada como “jogo”



B. Natureza da tarefa representada como “problema”

Fonte. Abric (1982)

O estudo, então, gerou 4 situações experimentais:

1. Parceiro aluno, tarefa representada como problema
2. Parceiro máquina, tarefa representada como problema
3. Parceiro aluno, tarefa representada como jogo
4. Parceiro máquina, tarefa representada como jogo

Resultados

A hipótese 1 foi confirmada pela análise de similitude realizada antes da situação experimental. Foi comprovado que uma mesma tarefa (o paradigma do prisioneiro) pode gerar duas representações diferentes (75% representavam como jogo e 25% como tarefa de resolução de problemas).

A segunda hipótese também foi confirmada. Diferentes representações da tarefa geram diversos comportamentos. Quando a tarefa é representada como jogo, os participantes

tendem a realizar comportamentos defensivos. Para comportamentos não defensivos (exploradores e competitivos) o efeito da representação da tarefa só acontece se associado com o efeito da representação do parceiro (quando o parceiro é do mesmo nível do participante), confirmando a hipótese 3.

Quando o participante joga contra a máquina os efeitos benéficos (de cooperação) causados pela representação da tarefa são anulados: “os problemas relacionais e cognitivos causados por um parceiro não humano têm precedência sobre todos os outros aspectos da situação.” (Abric, 1982, p. 91)

Nossas Considerações Sobre o Experimento Sobre Representação da Tarefa

Parece-nos que o grande avanço trazido pelo experimento é a ideia que existe interdependência de diferentes representações em uma situação. A depender do que está em jogo na situação social real, um tipo de representação será mais importante na definição do comportamento do sujeito do que outra.

Essa conclusão apresenta a importância da situação social e a possibilidade de um sistema de representações. A situação social será abordada posteriormente por outros autores das representações (Codol, 1975; Flament, 1994/2001a) e trabalharemos o conceito no capítulo 3. Já o sistema de representações foi desenvolvido principalmente por Codol (1974) e traremos essa concepção ainda neste capítulo.

Resumo dos Estudos Experimentais

Indicando estudos importantes que não foram elencados, apresentamos a Tabela 3 abaixo com estudos que tratam da representação de si, do outro e da tarefa.

Tabela 3

Exemplos de estudos experimentais sobre representações de si, do parceiro e da tarefa

Representação Estudada	Referência
De Si	Faucheux e Moscovici (1968); Pepitone e colaboradores (1967); Apfelbaum (1969)
Do outro	Abric & Kahan (1972); Abric et. al (1967); Apfelbaum (1969); Codol (1970a)
Da Tarefa	Abric & Vacherot (1976); Abric (1976); Codol (1968; 1969a)

Fonte. Os autores.

As diversas representações interagem entre si, conforme demonstrou o estudo de Abric e Vacherot (1967). O conceito de interdependência entre representações fundamentou o que Codol (1974) chamou de Sistemas Representacionais ou Representação Global da Situação (Campos, 2017). Traremos essa concepção como último tópico deste capítulo e como culminância dos estudos experimentais das décadas de 1960 e 1970.

A Representação Global da Situação

Com base em seus estudos experimentais (Codol, 1968,1969a,1970a,1970b) e nos apresentados no tópico anterior, Codol (1974) formula um *Sistema Representacional* ou *Representação Global da Situação*. O autor afirma que em uma situação estão envolvidas as representações da tarefa, do outro, de si e do grupo de pertença do sujeito. Essas representações são interdependentes e acionada de acordo com a natureza da situação.

Em Codol (1974) temos novas perspectivas, o autor já fala em representação do grupo de pertença. Nas situações experimentais Codol (1974) trabalhou com tarefas grupais específicas. Cabe ressaltar o cuidado do autor ao afirmar que os resultados de seus experimentos são relativos aos pequenos grupos.

Para Codol (1974), uma situação nova não é vista ainda como um sistema. O sujeito, cognitivamente, percebe a situação como um todo, é uma fase de sincretismo. Com o passar do tempo o indivíduo ganha experiência com a situação e passa a separá-la em elementos. Experimentalmente isso significa que o participante terá duas representações: uma antes de realizar a tarefa (passagem ao ato) e diversas depois (recorrência).

Outro ponto relevante é que as diferentes representações possuem variados impactos de acordo com a situação (Codol, 1974). Uma representação do grupo de pertença, por exemplo, deve ter maior efeito na situação do que a representação de si, porque o grupo é mais global. Isso é uma questão muito importante quando se deseja generalizar situações experimentais para situações sociais reais. Na vida real, a depender do objeto que se está lidando, serão ativados diferentes aspectos representacionais de acordo com o caráter normativo desse objeto (Codol, 1974).

Cada situação centrará uma representação para determinar os comportamentos. Em uma situação de realizar tarefa, será a representação da tarefa o ponto de referência para o comportamento. Já em situações de grupo, pode-se pensar que os comportamentos serão gerados pelas representações do grupo de pertença. A Tabela 4 abaixo apresenta a centralidade de cada representação a depender do tipo de experimento.

Tabela 4

Grau de centralidade representacional no sistema representacional para cada experimento

Ordem	Experimento sobre tarefa	Experimento sobre os outros	Experimento sobre o grupo	Todos os experimentos
1	Self (.590)	Tarefa (.723)	Self (.836)	Self (.730)
2	Grupo (.536)	Self (.642)	Tarefa (.807)	Tarefa (.680)
3	Tarefa (.507)	Grupo (.635)	Grupo (.780)	Grupo (.652)
4	Outros (.420)	Outros (.554)	Outros (.758)	Outros (.591)

Fonte. Codol (1974).

Os resultados parecem demonstrar que a representação de si (ou do self) é geralmente central nas diferentes situações. A representação da tarefa só é mais relevante em experimento sobre a representação dos outros. É interessante também notar na Tabela 4 que em nenhum dos casos a representação central foi o alvo de indução do experimento. Codol (1974) explica que o sistema representacional possui dinâmica própria e não é tão facilmente induzido em uma situação experimental.

Os Princípios da Representação Global da Situação

O funcionamento do sistema representacional é regido de acordo com as demandas da situação. Ou seja, a objetividade situacional serve como filtro para definir a importância que cada representação terá. Dentro dessa perspectiva o sistema representacional é regido por três princípios:

1. Grau de generalidade, complexidade ou natureza global do objeto;
2. Caráter normativo de cada objeto representacional dentro da configuração concreta em que os sujeitos estão envolvidos e seu papel no propósito do grupo;
3. Processo de comparação social entre o *eu* e os *outros*.

No princípio do grau de generalidade, temos que um objeto de representação pode englobar outros objetos. A representação do grupo englobará a representação de si, por exemplo. Quanto mais global for a representação, mais impactará nos comportamentos em uma situação (Codol, 1974).

O caráter normativo do objeto diz respeito à situação social concreta. Em situações de fazer compras, por exemplo, a representação da tarefa determinará o comportamento. Já em bares e restaurantes, a representação de outros pode ser a normativa, já que é uma situação de socialização. Ou seja, o objeto que for mais normativo em uma situação, terá maior importância funcional (Codol, 1974).

O princípio de comparação social entre o eu e os outros diz respeito ao processo de comparação social. Em um contexto, o indivíduo tem também a tendência de enxergar a si como mais adaptado às normas situacionais que os outros. Isso explicaria o fato da representação de si prevalecer sobre as outras representações nos estudos descritos na Tabela 4.

Depois de Tudo, o Pensamento e o Comportamento

Falamos no início deste capítulo que a TRS é marcada pela antiga discussão da interface entre pensamento e comportamento. Os experimentos sobre as representações de si, da tarefa e de outros falam exatamente desse aspecto. Esses experimentos mostram que as representações (variável independente) causam o comportamento (variável dependente). Nesses experimentos não se distingue claramente as representações sociais de cognições individuais. Os comportamentos também são tratados no nível situacional (na interação direta com o parceiro), sem considerar o nível societal de explicação.

Podemos enxergar aqui a influência da psicologia cognitiva, principalmente do postulado *o pensamento gera o comportamento*. Wagner (1994a) aponta que essa influência marcará o campo, mesmo que de maneira não declarada, até os trabalhos da década de 1990. Pode-se pensar ainda o quanto essa marca cognitiva do “comportamento pensado” define muitos dos trabalhos da TRS atualmente.

É interessante notar que o estudo da relação entre representações e comportamentos se inicia com a tradição experimental. A observação direta dos comportamentos, fortemente presente nesse momento, decaiu com o tempo. Foi privilegiada a inquirição verbal dos participantes por meio de questionários e entrevistas.

Esse contexto experimental considera pouco as variáveis sociais na determinação do comportamento. O contexto laboratorial, como aponta Abric (1982), não levava suficientemente em conta situações sociais reais. Apesar disso Codol (1974) afirma a

importância da relação do grupo com o objeto estudado, o que será retomado nos estudos sobre distância em relação ao objeto da abordagem estrutural (Danny, 2016), por exemplo.

Lembramos que aqui tratamos de uma teoria à época recém criada que tentava se descolar de outras teorias mais bem estabelecidas. Esse fato explica que a TRS ainda não tivesse desenvolvido o conceito de práticas, por exemplo, e que não tenha considerado com centrais as variáveis sociais, que seriam foco nos anos posteriores.

Apesar disso, temos temas relevantes que foram retomados por teorizações na TRS. Ainda não chegamos em si às práticas sociais, mas enxergamos uma base do conceito. Há nesses estudos o delineamento de uma relação causal entre representações (variável independente) e comportamento (variável dependente). Forja-se aqui a representação como guia para o comportamento, ideia que será retomada pela abordagem estrutural da TRS (Abric, 1994a; Sá, 1996).

Codol (1974) levanta a importância da situação social específica para determinar a representação, que também será enfatizada por Flament em sua teoria da condicionalidade (1987; 1989; 1994/2001a; 2001). Codol (1974) coloca a representação como normativa e por isso geradora de comportamentos, o que será retomado também por Flament (1987; 1989; 1994/2001a; 2001).

Desenvolveu-se aqui também a visão de estratégia comportamental, ou da prática enquanto *modo de fazer* e *cálculo* (como retoma Rouquette, 1998, 2003). Os experimentos moraram, de modo geral, estratégias (modo de fazer) de comportamentos, como os de cooperação e competição, em vez de comportamentos isolados. Além disso esses *modos de fazer* possuem um objetivo (cálculo) que podia ser ganhar o jogo ou resolver um problema. A teorização de Codol (1974) apresenta ainda a base para os outros aspectos da prática (Rouquette, 1998), já que indivíduos que nunca realizaram uma prática têm uma representação diferente dos que já a realizaram (passagem ao ato e recorrência).

Essas teorizações originárias levantam algumas questões que ainda precisam ser melhor definidas. Os experimentos mencionados neste capítulo colocam os participantes em situações de jogo experimental, mas onde estão os grupos sociais? Os resultados afirmam que o comportamento é definido pela representação, mas qual é a natureza desse comportamento? Como diferenciar a cognição individual da representação? Qual é o objeto de representação social? No próximo capítulo discutiremos essas questões e tentaremos indicar caminhos de resposta para elas.

As Teorizações da Abordagem Estrutural Sobre Representações Sociais

No capítulo anterior tratamos dos primórdios da TRS nos anos de 1960 até metade de 1970. Neste capítulo abordaremos brevemente os avanços da segunda metade da década de 1970 até metade de 1980. Entraremos então na época áurea das práticas sociais nos anos 1990, abordando diretamente duas teorizações da abordagem estrutural: as teorias da ativação e da condicionalidade.

Começaremos com o estudo de Jodelet (1989b) “Loucuras e Representações Sociais”, que é bastante referenciado por autores da abordagem estrutural (Flament, 1994/2001a; Abric, 1994/2001). Essa pesquisa é citada como exemplo de método para estudo tanto das representações quanto das práticas, já que une entrevistas e observações no mundo social.

Novas Perspectivas no Estudo Sobre Práticas

O método experimental foi marca dos estudos sobre representações e comportamento na década de 1960. Codol (1974) aponta as limitações do método, afirmando só ser possível generalizar os resultados para pequenos grupos. Nas décadas posteriores, começaram a surgir estudos (Jodelet, 1989b; Guimelli, 1989; Andriamifidisoa, 1982) para investigar as representações e as ações em situações sociais reais.

Jodelet em sua tese (1985), iniciada em 1970 e finalizada em 1985, estudou a comunidade de Ainay-le-Château, um povoado na França. As famílias que viviam nessa comuna francesa passaram a receber pacientes de hospitais psiquiátricos como parte de política pública de ressocialização dos institucionalizados. Essas famílias recebiam instruções e palestras sobre saúde mental, mas não possuíam conhecimento prévio sobre saúde mental e sobre como lidar com os novos hóspedes. O contexto era ideal para estudar as representações sociais, já que as famílias tiveram de adotar seu conhecimento de senso comum para lidar com o novo objeto (a loucura).

Não nos estenderemos no estudo de Jodelet, mas destacaremos um ponto extremamente relevante. Jodelet (1989b) percebe que verbalmente as famílias afirmavam que a loucura não é contagiosa. Entretanto, observa que os utensílios utilizados pelos hóspedes não eram compartilhados com os outros membros da família. Isso quer dizer que a fala não correspondia à ação e que existe contradição entre discurso e prática.

O estudo de Jodelet (1989b) afeta o campo das práticas na abordagem estrutural de duas maneiras diferentes: conceitual e metodológica. A conceitual por existirem aspectos representacionais que são veiculados apenas na ação, mas não no discurso. O avanço metodológico constata que um estudo sobre representações deve ser praxeodiscursivo, ou seja, observar comportamento e discurso.

Esse estudo de Jodelet (1989b) abre portas para novas tradições metodológicas. Ele marca a passagem de estudos experimentais para os observacionais dos anos 1980 (Guimelli, 1989; Andriamifidisoa, 1982). Começou-se a abandonar a noção de comportamento individual para levar em consideração ações de grupos, como aponta Jodelet (2022).

Essa passagem de estudos cognitivistas para abordagens mais sociais não é resultado apenas dos estudos citados no parágrafo anterior. Farr (2010) analisa que essa transformação é um movimento da psicologia social como um todo. O autor afirma que existe um embate entre uma psicologia social individualizante e uma psicologia social social. A TRS é uma das teorias motoras da psicologia social social e também apresenta essa transformação (do cognitivismo ao social) em seus métodos e conceitos.

Os meados dos anos 1970 apresentam para a TRS nova perspectiva conceitual e metodológica. Passa-se a trabalhar com variáveis sociais e em situações sociais reais. É ainda no fim dos anos 1970 que Abric (1976) começa a delinear a Teoria do Núcleo Central, a mais importante da abordagem estrutural. No próximo tópico apresentamos os conceitos básicos desta teoria e seus desdobramentos.

A teoria do Núcleo Central

As representações sociais são formuladas a nível social com conhecimento compartilhado e contam com características individuais dos sujeitos que pensam o objeto (Sá, 2015). Além disso, as representações são ao mesmo tempo duradouras e mutáveis no tempo. Isso porque o conhecimento do senso comum não está em constante mutação, mas deve ser capaz de lidar com um mundo social dinâmico (Abric, 1994/2001). Essas duas aparentes contradições na Teoria Geral das Representações Sociais foram o ponto de partida para a construção da Teoria do Núcleo Central (Abric, 1976).

A abordagem estrutural enxergou as contradições não como erro teórico, mas como elementos centrais para compreender a representação social. De acordo com essa teoria, a representação é formada por uma dupla estrutura: sistema periférico e núcleo central (Abric, 1994; Sá, 1996; Campos, 2012; 2003). O sistema periférico faz a representação ser flexível e marcada por características individuais e o núcleo central a torna durável e consensual.

O núcleo central contém ideias absolutas e inegociáveis, sem as quais não é possível reconhecer o objeto representado. Emprega sentido à representação social e seu conteúdo está ligado à memória, valores e identidade social do grupo. Por conferir sentido à representação, o núcleo central não pode mudar a todo momento, já que os grupos não são tão mutáveis. O núcleo conta, portanto, com ideias (ou cognemas) mais gerais e não aceita contradições entre elas (Sá, 1996).

O sistema periférico é evolutivo e condicional, transforma-se de acordo com o contexto imediato (Flament, 1994a). Nele estão inscritas as características individuais dos sujeitos, por isso encontramos diferenças interindividuais de acordo com a vivência com objeto representado. O sistema periférico aceita contradições entre os seus elementos, justamente por lidar com grande quantidade de informação dinâmica e mutável (Sá, 2015). Abaixo temos a Tabela 5 com as características do sistema periférico e as do núcleo central:

Tabela 5*Características do núcleo central e do sistema periférico*

Núcleo Central	Sistema Periférico
Ligado à memória coletiva e à história do grupo	Permite a integração de experiências e histórias individuais
Consensual	Tolera a heterogeneidade do grupo
Define a homogeneidade do grupo	
Estável	Flexível
Coerente	Tolera as contradições
Rígido	
Resistente às mudanças	Evolutivo
Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato

Fonte. Sá (1996).

Até aqui observamos que os elementos que compõem uma representação são hierarquizados. O núcleo central e o sistema periférico se complementam em igual importância. Ambas as estruturas garantem que a representação tenha significado compartilhado e ganhe corpo nas situações cotidianas (Campos, 2012). Apenas na conjunção das duas estruturas a representação se torna saber prático, útil.

Além dessas características, os sistemas também apresentam funções distintas. O núcleo central entrega significado à representação e organiza todos os seus cognemas. Já o sistema periférico defende o núcleo central e garante que a representação possua adaptabilidade em relação ao mundo real (Sá, 2015).

O sistema periférico defende o núcleo central, pois tem a capacidade de lidar com contradições. Isso significa que se alguma ideia oposta ao núcleo central se apresenta no dia-a-dia, não ataca diretamente os cognemas do núcleo. O sistema periférico tem estratégias, que

trataremos mais a frente, para lidar com essas contradições que são inevitáveis (Sá, 2015).

Essas funções estão exemplificadas na Tabela 6 abaixo:

Tabela 6

Funções do Sistema Periférico e do Núcleo Central

Núcleo Central	Sistema Periférico
Gera o significado da representação (função genética)	Adapta a representação à realidade concreta (função de regulação)
Determina sua organização (função organizadora)	Permite a compreensão da representação em elementos concretos (função de concretização)
	Defende o núcleo central de mudanças decorrentes do mundo externo (função de defesa)

Fonte. Sá (1996).

O núcleo central e o sistema periférico, sua dinâmica e suas funcionalidades, são essenciais para as representações sociais. É através do duplo sistema que as representações conseguem atuar para dar conta de suas quatro funções. Abric (1994b) elenca as seguintes funções das representações:

1. Conhecimento;
2. Identitária;
3. Orientação;
4. Justificação.

A função de conhecimento permite que os grupos produzam saber sobre os objetos e sobre a realidade com a qual se relacionam. A representação é então um corpo de conhecimento social, um sistema de crenças (Campos, 2012) ou como chama Wagner (1993), um sistema epi-racional. É epi-racional porque não é formado pela soma de conhecimentos individuais, mas sim em um nível acima, enquanto fato social.

A representação também permite, por meio da função identitária, que o conhecimento produzido seja compartilhado e fortaleça a identidade social dos grupos. A representação permite o sentimento de pertença a um grupo e a diferenciação em relação a outros.

Deschamps e Moliner (2014) estabelecem melhor os conceitos da teoria da identidade social com os das representações sociais. Destacamos também os estudos de Doise (1990) e Bonomo (2010), que articulam a teoria da identidade social com a das representações. Especificamente no campo das práticas, Echebarria e Gonzalez (1993b) demonstram como as práticas também são balizadores de processos identitários.

As outras duas funções, de justificação e de orientação, interessam-nos mais porque se relacionam com as práticas. A função de orientação afirma as representações enquanto guias para a ação (Abric, 1994b), que pré codificam a realidade, orientando o que fazer a depender de três fatores. Primeiro, definem qual é a finalidade da situação, selecionando o tipo de gestão cognitiva a ser adotada e quais condutas são pertinentes (Dany, 2016). Em segundo, permitem um sistema estruturado de antecipações da realidade, filtrando e selecionando informações. Esse sistema influencia no modo como o indivíduo enxerga a situação, oferecendo interpretação prévia de como agir (Abric, 1994b). Por último, as representações prescrevem práticas que são obrigatórias/proibidas e desejáveis/ indesejáveis, de acordo com as normas sociais (Flament, 1994/2001a). Isso faz com que as representações funcionem como sistema normativo.

Já a função de justificação acontece depois da prática ser realizada, permitindo que os atores expliquem e justifiquem o porquê da ação (Abric, 1994b). Essa função é particularmente importante quando os indivíduos realizam ações que são dissonantes em relação às normas de seu grupo (Flament, 1987; 1989; 1994/2001a). Essa função evita represálias e até a exclusão por parte de outros membros. A justificação é uma estratégia de proteção ao núcleo central, já que é uma forma de lidar com a contradição (abordaremos esse ponto no próximo capítulo).

A função de orientação e justificação retoma o começo do capítulo passado. Lembramos aqui dos dois postulados: “O pensamento gera a ação” (função de orientação) e “a ação gera o pensamento” (função de justificação). Apesar de não estarmos mais falando de pensamento e comportamento individual, a tradição dos postulados e da psicologia cognitiva se mantém na TRS. No próximo capítulo abordaremos de forma mais completa as funções de orientação e justificação, falando sobre a influência entre representações e práticas.

Trouxemos neste tópico alguns conceitos gerais da Teoria do Núcleo Central. Discutiremos nos próximos tópicos as consequências dessas ideias no conceito de representação social. Dissemos que as representações organizam dois tipos de conhecimento: descritivo e normativo. O conjunto desses conhecimentos forma um sistema epi-racional (descritivo) e outro normativo. Esses dois sistemas não são ponto pacífico na abordagem estrutural. Escolhemos essa apresentação como recurso didático para melhor compreensão da abordagem estrutural das práticas sociais.

A Representação Social como Sistema Epi-Racional

A representação social é um corpo de conhecimento socialmente elaborado (Jodelet, 1989a). Por sua construção coletiva, Wagner (1993) afirma que é um conhecimento epi-racional que está acima das representações individuais. A régua que define a validade do conhecimento consensual não é a sua verificação na realidade, mas o compartilhamento das

ideias em um grupo. Isso quer dizer que a representação social não precisa ter validade na realidade objetiva, mas no consenso de determinado grupo (Wagner, 1993).

O sistema epi-racional funciona como um dicionário do que é possível compreender (Wagner, 1993). Cada conjunto social possui um dicionário com ideias possíveis de serem compreendidas e operacionalizadas. Por exemplo, no encontro entre os portugueses e os bantus no século XV cada povo possuía um sistema epi-racional próprio. Os bantus possuem noção de tempo circular, sem passado presente e futuro e sem contagem matemática. O sistema epi-racional português sobre o tempo era diferente e não compreendia a concepção temporal bantu. Isso significa dizer que a noção de tempo bantu não era passível de ser compreendida pelos europeus, estava fora de seu sistema epi-racional.

Um grupo social chama irracional, portanto, todos os cognemas que não são compartilhados em seu grupo. É importante ter em mente que o sistema epi-racional possui grande abrangência, não é formado apenas de ideias que o grupo concorda, mas todas as ideias que é capaz de compreender. Sobre isso, Wagner, (1993, p.239) afirma: “O nível social de epi-racionalidade fixa o conteúdo das crenças admissíveis em um grupo social. Este é o pré-requisito social para um indivíduo decidir sobre o que é racional acreditar ou fazer em seu mundo”.

De acordo com a teoria do núcleo central, há um sistema epi-racional hierarquizado entre ideias gerais e condicionais. Os cognemas mais compartilhados talvez sejam mais unanimemente aceitos como racionais, enquanto os condicionais, por aceitarem contradição possam, por vezes, assumir status de irracionalidade. O fato é que a representação sempre trabalha para transformar o desconhecido em conhecido, ou seja, o irracional em racional (Moscovici, 1961/2012).

Pelo fato de a representação ser um “saber prático”, o sistema epi-racional orienta a ação. O conhecimento sobre determinado objeto define o que é racional/irracional fazer em

relação a ele. Mesmo não se referindo à teoria do núcleo central, Wagner (1993, p. 245)

formula a relação entre o sistema epi-racional e a ação da seguinte forma:

$$\{P(R: S \rightarrow C)\}$$

“que se lê como: o grupo de pessoas P possuindo R (representação) está fortemente inclinado a fazer C na situação S ”. O autor propõe que o comportamento descreve a representação, seu sistema epi-racional, e não é causado por ela. Para Wagner (1993, p.245) “é uma relação mutuamente descritiva entre representação e comportamento, é uma espécie de mapeamento – homomórfico – entre conteúdo mental e comportamento; a representação antecipa o comportamento socialmente relevante”.

O sistema epi-racional guia as práticas porque as antecipa, exercendo a função de orientação. As práticas racionais, por sua vez, descrevem a representação. As práticas irracionais, fora do sistema epi-racional, possuem outra função: a de transformação do sistema epi-racional. Segundo Wagner (1993, p. 246):

Há também o comportamento individual que claramente nega as normas e prescrições convencionais. Tal comportamento precisa ser explorado com atenção especial. Se não é o comportamento estranho causado por uma doença mental, pode muito bem ser determinado por alguma nova forma de prática que um único indivíduo – seja um político, um filósofo ou uma mulher do bairro – está a caminho de transformar em uma representação recrutando prosélitos. Uma posição minoritária pode ser rapidamente adotada por um certo número de pessoas, transformando-se assim em uma representação social para um novo subgrupo na sociedade.

Lembramos novamente que Wagner não fala a partir da abordagem estrutural. Entretanto, nos parece não haver contradições irremediáveis entre a proposição do autor e as concepções da Teoria do Núcleo Central. Trataremos mais à frente do papel das práticas irracionais ao abordar a dinâmica das representações sociais.

Tendo tratado da representação como sistema epi-racional, partimos para outro aspecto: o normativo. Defendemos neste capítulo, que a representação contém um duplo sistema: epi-racional e normativo.

A Representação Social como Sistema Normativo

Pensar na representação enquanto sistema normativo é conectar o conceito às normas sociais. As representações definem julgamentos (atitudes) sobre os objetos sociais e também o que é lícito ou não fazer em relação a esses objetos. Flament (1987; 1989; 1994/2001a; 2001) apresenta o caminho para a conexão entre representações e normas, afirmando que as cognições da representação são ao mesmo tempo descritoras e prescritoras. Uma prescrição é a “totalidade das modalidades das quais uma ação é suscetível de ser afetada: é preciso fazer...; podemos fazer...; é desejável que se faça...” (Flament, 1994/2001a, p. 34). Mais ainda Flament (2001b, p. 44) lembra-nos ainda que a “prescrição é uma norma”, sendo a representação, portanto, um conjunto de prescrições (ou de normas). Sobre isso Campos (2017, p. 42) afirma:

As representações sociais funcionam como uma norma social (corolariamente como norma grupal, com seus efeitos de conformidade, nos casos de maiorias nômicas e seus efeitos de inovação, nos casos de maiorias anômicas) autorizando o que é considerado como “obrigatório” para se definir o objeto ou se relacionar com ele, o que é “comum” (frequente), “eventual” (excepcional) e o que é “inaceitável”, “anormal” (contra a norma do grupo para o objeto em questão).

A representação define então o que é normal e anormal em situações específicas através do sistema periférico (prescritores condicionais). É a modulação das ideias do núcleo central (prescritores absolutos) no contexto imediato (Flament, 1994/2001a; Campos, 2003; 2012). Por isso o sistema normativo necessita que o duplo sistema da representação funcione de maneira conjunta.

A validação do sistema normativo parece seguir o mesmo caminho do sistema epiracional. As prescrições (absolutas e condicionais) são mais válidas o quanto mais forem compartilhadas. Segundo Flament (1987; 1989) as prescrições do sistema periférico se organizam no que chama de esquema. Os esquemas normais são organizados pelo núcleo central e ditam roteiros do que é lícito ou não fazer. Desta maneira, o sistema periférico possibilita a representação enquanto grade imediata de leitura sobre o que fazer em determinado contexto. É um meio econômico para se evitar a análise pormenorizada cada vez que nos deparamos com uma situação específica.

O sistema normativo da representação é também hierarquizado entre esquemas prescritivos absolutos e condicionais (Flament, 1994/2001a). Os esquemas formadores do núcleo central são abstratos, não ligados a situações específicas. São valores ideais de ação que, em situações específicas se modulam através das prescrições condicionais. Os esquemas do núcleo central provavelmente possuem maior poder normativo, tendo em vista que são mais compartilhados.

Exemplo clássico dessa hierarquização é dado pelo próprio Flament (1994/2001a), com a prescrição absoluta de “ajudar alguém que cai na rua”. No entanto, nem sempre ajudamos quem cai na rua, dependerá da situação. Se “quem cair na rua for um bêbado” a norma de ajudar talvez não se imponha. Por isso a contradição é característica do sistema periférico e da representação social.

Voltemos às prescrições que compõe o sistema normativo. Flament (1994/2001a) afirma que devemos observá-las como lógicas deonticas. Especificamente o autor cita Kalinowski (1972) e seu estudo de normas sob a perspectiva do direito. Trataremos no capítulo seguinte da operacionalização das lógicas deonticas de Kalinowski. Podemos adiantar, no entanto, que no sistema periférico teremos esquemas normais que atuam na seguinte lógica: “Em situação S o sujeito é obrigado (é possível, desejável) a fazer C”.

Retomamos a fórmula criada por Wagner (1993) e que parece encaixar bem nessa perspectiva:

$$\{P(R: S \rightarrow C)\}$$

Uma pessoa que possui representação R, tenderá a fazer C em situação S. Repetimos aqui a operacionalização de Wagner (1993) propositalmente para ilustrar o funcionamento conjunto de sistema normativo e epi-racional. Evocamos outro ponto ainda, o que já citamos sobre as práticas irracionais. No sistema normativo falaremos em práticas legítimas/normativas e práticas ilegítimas/contra normativas. As práticas ilegítimas “questionam” os esquemas normais (Flament, 1989). Exercem a mesma função que as práticas irracionais, a de questionar e, possivelmente transformar o sistema normativo.

Parte-se do princípio então que a representação social não é apenas um sistema de conhecimento abstrato (núcleo central). Ela se modula nas situações através do conhecimento condicional (sistema periférico). No sistema normativo todas as cognições das representações possuem característica prescritiva. Ao apontar que a representação funciona como dois sistemas (epi-racional e normativo) nos aventuramos por um caminho ainda não tão explorado, mas justificado pela teoria da condicionalidade de Flament (1987; 1989; 1994/2001a; 2001b). Por isso, no próximo subtópico tratamos mais sobre o funcionamento conjunto desses dois sistemas.

O Funcionamento dos Sistemas Epi-Racional e Normativo

É ponto pacífico na TRS e sua abordagem estrutural que as representações são conjuntos de cognições que exercem funções descritivas, prescritivas e de julgamento (Dany, 2016; Flament, 1994/2001a; Abric, 1994/2001). Mesmo tendo apresentado dois sistemas distintos (epi-racional e normativo) entendemos que os dois atuam em conjunto para exercer as três funções (descrever, prescrever e julgar). Exemplo disso seria pensar em dois grupos com histórico de conflitos, como os candomblecistas e os evangélicos. Supomos que os

candomblecistas descrevam os evangélicos como “preconceituosos”. A partir dessa descrição podemos pensar que os candomblecistas possuem atitude negativa em relação aos evangélicos e desenvolverão práticas de não-cooperação ou de conflito com esse grupo.

Defendemos aqui, então, que os dois sistemas (epi-racional e normativo) estão intimamente conectados. Sobre isso Rouquette (2003, p. 83) afirma

Estas (as representações sociais) são, realmente, em grande parte, a aplicação de um sistema de valores para objetos ou classes de objetos dos quais elas expressam não somente como se pode pensá-los, (...) como também o que se deve pensar a esse respeito, de um ponto de vista moral.

Esse, no entanto, não é ponto pacífico na abordagem estrutural. Existem pelo menos duas perspectivas diferentes sobre as cognições das representações sociais: uma em que existem cognições prescritivas e normativas separadas (teoria da ativação) e outra em que as cognições são ao mesmo tempo prescritivas e descritivas (teoria da condicionalidade).

Flament (1994/2001a) chama de *teoria da ativação* aquela que afirma a diferença entre cognições prescritivas e descritivas, (Abriç, 1994/2001; Guimelli, 2003; Dany, 2016). Flament (1994/2001a) denomina *teoria da condicionalidade* a que acredita que as cognições são ao mesmo tempo prescritivas/descriptivas. São dois caminhos diferentes na abordagem estrutural para compreender o funcionamento das representações e das práticas.

Essa separação em duas teorias é indicada por Flament (1994/2001a), mas em geral não é considerada nos trabalhos sobre práticas. Isso se deve ao fato de que as duas teorias têm muitas coisas em comum e algumas poucas características distintas. Mantemos aqui a separação de maneira didática e por própria indicação de Flament (1994/2001a). Nos próximos dois subtópicos falaremos sobre as teorias, suas semelhanças e diferenças.

As Teorias da Abordagem Estrutural: Ativação e Condicionalidade

Antes de tudo é importante diferenciar as nomenclaturas. A teoria da ativação chama cognemas funcionais aqueles que são responsáveis por gerar práticas sociais. Chama normativos os cognemas que geram julgamento e posicionamento. Por último, temos os elementos descritivos que servem para descrever características do objeto representado (Dany, 2016)

A teoria da condicionalidade chama o cognema responsável pelas práticas de prescritor. Essa teoria não tem paralelos aos cognemas normativos, os prescritores agem como norma, definindo também posicionamentos. No entanto, como os cognemas prescritivos e normativos não são separados, todos os cognemas da representação serão chamados de prescritivos/descritivos (Flament, 1994/2001a).

O termo “normativo” acabou se tornando polissêmico na psicologia social. Codol (1974) usa representação “normativa” para denominar a responsável por gerar comportamentos. Flament (1994/2001a) utiliza o termo para ligar as representações às normas sociais, destacando seu caráter prescritor. Já a teoria da ativação utiliza “normativo” apenas para julgamentos (atitudes), tendo denominados “funcionais” os cognemas prescritores (Dany, 2016).

Entraremos agora na teorização de cada perspectiva (ativação e condicionalidade). Destacando que a principal diferença entre as duas é a natureza dos cognemas das representações. Na teoria da ativação existem cognemas funcionais e normativos que podem ser ativados isoladamente a depender do contexto. Na teoria da condicionalidade os cognemas são ao mesmo tempo prescritivos e descritivos. A tabela 7 abaixo resume os tipos de cognemas e suas funções para cada teoria.

Tabela 7

Tipos de cognemas de acordo com a teoria da ativação e da condicionalidade

Teoria	Tipo de cognema	Função
	Descritivo	Gera descrições
Teoria da ativação	Funcional	Gera práticas
	Normativo	Gera julgamentos
Teoria da condicionalidade	Descritivo/Prescritivo	Gera descrições, práticas e julgamentos

Fonte. O autor.

A Teoria da Ativação

A teoria da ativação (Guimelli, 2003; Abric, 1994/2001; Dany, 2016) afirma que existem três tipos de cognemas nas representações sociais: descritivos, normativos e funcionais. Os cognemas descritivos delineiam os objetos sociais, organizando as ideias da representação como teoria abstrata. Informam características e definem relações entre diferentes ideias, exercendo a função de conhecimento.

Os elementos funcionais são cognemas que definem modos de agir. Apresentam estratégias para ação em diferentes situações onde o grupo se depara com o objeto representado (Dany, 2016). Servem como grade de leitura que antecipa a situação e possuem forte relação com as funções de orientação e justificação (Abric, 1994b).

Já os elementos normativos estão ligados aos valores do grupo e definem julgamento e posicionamento frente ao objeto. Esses cognemas geram atitudes, posicionando os grupos como favoráveis ou contrários em relação a eles (Abric, 2000).

Os elementos funcionais e normativos são ativados e desativados de acordo com uma série de fatores. O principal deles é a situação contextual na qual o indivíduo está inserido. Para análise razoável dessa situação devemos levar em conta (Abric, 2000; 1994/2001; Dany, 2016):

1. O contexto em que a representação é produzida;

2. Finalidade da situação;
3. Distância do grupo com o objeto;

A finalidade da situação exige do sujeito implicado nela uma demanda específica. Se o contexto exigir ação, serão acionados elementos funcionais e se a situação exigir julgamento, serão ativados elementos normativos. Se somos universitários e estamos numa situação em que falamos mal da universidade e queremos defendê-la, ativaremos elementos normativos para mostrar nossa atitude positiva sobre a universidade. Se, no entanto, precisamos fazer uma prova de disciplina, ativaremos elementos funcionais para saber como melhor agir.

O contexto em que a representação é produzida se relaciona à zona muda (Moliner & Chokier, 2006). Existem contextos normativos que fazem com que sejam suprimidos conteúdos polêmicos da representação. Já exemplificamos o estudo de Jodelet (1989b), onde as famílias não diziam que a loucura era contagiosa. Esse aspecto não era verbalizado, porque as famílias sabiam que não era conhecimento científico e poderia soar como ignorância. Ou seja, nesse exemplo alguns elementos da representação não são ativados, ficando suprimidos. Esse mascaramento acontece, em geral, em situações onde a finalidade é a sociabilidade. Nestes casos devemos evitar constrangimento, para sermos socialmente aceitos.

O mascaramento de elementos representacionais é muito importante em pesquisa. Dependendo da situação experimental, ou de como uma pergunta é feita em questionário, pode-se mascarar certos elementos representacionais. Por isso, o método de pesquisa em TRS deve prever quais elementos podem ficar desativados (Abric, 2000).

Abric (2000) e Dany (2016) afirmam que quanto mais próximo o grupo for de um objeto, maior será o número de elementos funcionais em sua representação. De maneira contrária, quanto mais distante o grupo for do objeto, mais elementos normativos serão ativados. Quando um conjunto social lida com um objeto diariamente desenvolve um senso

prático em relação a ele. Existem três variáveis que compõe o conceito de Distância em relação ao Objeto (Dany, 2016):

1. Conhecimento sobre o objeto (real e percebido);
2. Envolvimento com o objeto (importância, identificação pessoa e habilidade percebida);
3. Nível de práticas em relação ao objeto (comportamentos).

“Em outras palavras, os indivíduos que estão "perto" de um objeto (curta distância dele) tem um maior conhecimento desse objeto, sentem-se mais envolvidos com ele, e desenvolvem mais práticas relacionadas a esse objeto.” (Dany, 2016, p. 8). Em suma, a teoria da ativação postula que: a depender da situação e da distância de um grupo em relação ao objeto se ativarão cognemas funcionais ou normativos. Abaixo temos essa teorização simplificada na Tabela 8:

Tabela 8

Relação entre as características da situação de um grupo e o funcionamento do núcleo central das representações sociais

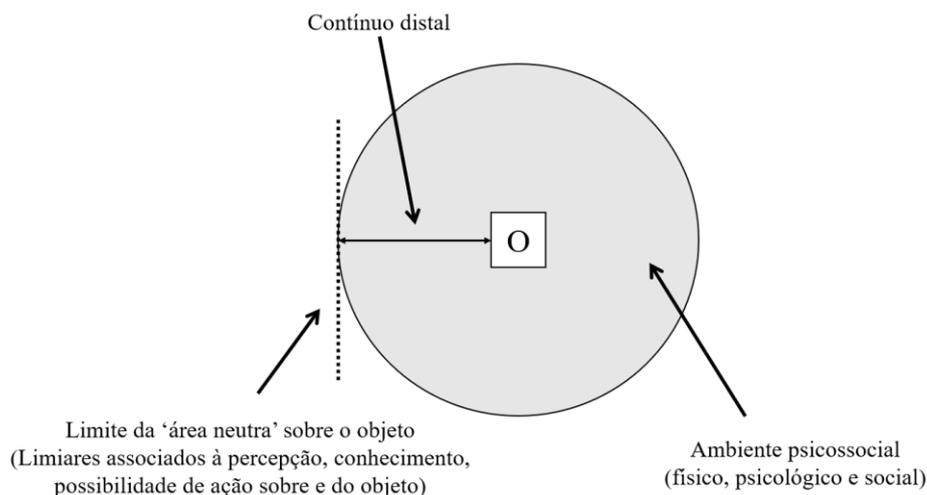
Características da situação	Funcionamento do núcleo central
Sem práticas e/ou grande distância em relação ao objeto	Ativação de elementos avaliativos
Prática com o objeto e/ou proximidade ao objeto (pouca distância)	Ativação de elementos funcionais

Fonte. Dany (2016)

O conceito de distância em relação ao objeto posiciona indivíduos e grupos em relação a um objeto. Existe então um contínuo distal, com diferentes possibilidades de proximidade e distância (Dany, 2016). Abaixo temos a Figura 8 que apresenta o esquema da distância em relação ao objeto:

Figura 8

Representação esquemática da distância em relação ao objeto



Fonte. Dany (2016)

Nota. Esta figura não constitui em si uma teoria da distância em relação ao objeto, mas uma tentativa de ilustrar o posicionamento do indivíduo (ou grupo) em relação ao objeto em termos de distância.

Na figura o círculo cinza é o ambiente psicossocial que é ao mesmo tempo concreto e representado pelos grupos. O objeto (O) acontece e está inserido nesse ambiente. O contínuo distal é o quanto o grupo está próximo do objeto. Na distância máxima o objeto não é percebido pelo grupo e, portanto, não existe para ele. Na distância mínima o objeto se torna um com o grupo (quando o objeto é o próprio grupo de pertença, por exemplo). A posição de um grupo em relação ao objeto pode mudar, pois é pautada em conhecimentos anteriores e também em novos encontros com o objeto (Dany, 2016).

Conceito alternativo (ou complementar) ao de distância em relação ao objeto é o de implicação pessoal (Rouquette, 1988; Ernst-Vintila, 2016). Rouquette (1988) propõe um modelo de três dimensões para definir a relação de um sujeito com o objeto de representação. São as três dimensões que compõem o conceito de implicação pessoal:

1. Proximidade com o objeto;
2. Valorização do objeto;
3. Possibilidade percebida de ação em relação ao objeto.

A proximidade do objeto é um conceito parecido com a distância em relação ao objeto. Diz respeito à vivência que um indivíduo possui e o quanto se sente próximo de um objeto. Podemos pensar que um candomblecista terá proximidade máxima com o objeto “candomblé”, já que é sua identidade. No outro extremo temos a pessoa que nunca ouviu falar do candomblé, é um objeto não reconhecível para ela. Pode-se dizer que não existem informações (epiracional) e normas (sistema normativo) sobre o objeto, ou seja, não existem representações sociais sobre ele (Wolter & Peixoto, 2021).

A valorização é a relevância que o sujeito emprega ao objeto (Wolter & Peixoto, 2021). No polo mínimo o objeto não possui relevância alguma e no polo máximo é uma questão de vida e morte. Podemos pensar em um adepto antigo do candomblé que pautou toda sua vida na religião. Empregará ao objeto do candomblé a relevância máxima. Um ateu, que não conheça o candomblé, empregará a ele importância mínima.

A possibilidade percebida de ação é o quanto o sujeito acredita que exerce influência no objeto. No polo máximo as pessoas acreditam que podem controlar o objeto e no outro polo não são capazes de exercer influência alguma sobre ele. Podemos pensar em dois adeptos do candomblé: um novato e um experiente. Em cargos antigos os adeptos ganham direito a participar em mais rituais e, portanto, possuem poder de ação maior sobre a religião. O novato, ao contrário, vive o que outras pessoas lhe apresentam da religião, não possuindo tanto poder de ação.

A implicação pessoal não é teorizada necessariamente em conjunto à teoria da ativação. No entanto, é possível pensar se diferentes níveis de implicação pessoal não podem ativar tipos diversos de cognemas. Passamos agora à outra teorização da abordagem estrutural: a teoria da condicionalidade. Nesta perspectiva não existem cognemas funcionais e normativos e a representação funciona através de esquemas condicionais.

A Teoria da Condicionalidade

O desenvolvimento da teoria da condicionalidade acontece nos artigos de Flament (1987; 1989; 1994/2001a; 2001b). A principal diferença da teoria da condicionalidade para a da ativação é a natureza dos cognemas. Se para teoria da ativação existem diferentes tipos de cognemas, que são ativados a depender do objeto e da situação, para teoria da condicionalidade todos os cognemas são ao mesmo tempo prescritivos e descritivos.

Flament (1994/2001a) pleiteia que quando descrevemos um objeto já estamos prescrevendo ações em relação a ele. Por exemplo, quando dizemos “a Covid-19 é contagiosa”, já prescrevemos que se deve proteger da doença. Não existe ativação de elementos, já que todos possuem a mesma característica. O caráter descritivo do cognema só aparece separado do prescritivo no discurso, mas não na representação em si.

O funcionamento da teoria da condicionalidade se baseia na noção de que o núcleo central possui cognemas gerais e abstratos enquanto o sistema periférico condiciona os cognemas gerais a situações específicas. O núcleo e a periferia têm, portanto, funcionamento conjunto. A ideia que as cognições são prescritivas/descritivas é tão forte na teoria, que Flament (1994/2001a) denomina os cognemas centrais de prescritores absolutos e os cognemas periféricos de prescritores condicionais. Na teoria de Flament, os sistemas epi-racional e normativo são indissociáveis.

O sistema periférico condiciona as ideias do núcleo central através dos esquemas “normais”, que ditam o que é normal ou anormal a depender da situação (Flament, 1987; 1989). O esquema condicional é um roteiro que condiciona uma prescrição absoluta. Ou seja, o esquema normal condicional funciona na seguinte lógica:

“em situação S, é/ não é (possível, desejável e obrigatório) fazer C”.

A noção de esquema é pautada no conceito de *script* (Schank & Abelson, 1977). Por isso o sistema periférico é um conjunto de esquemas que definem a totalidade dos papéis

esperados para o grupo em relação a um objeto (Flament, 1994/2001a). A representação como duplo sistema é uma grade de ação, cumprindo a função de orientação.

Uma consequência metodológica importante da teoria da condicionalidade é a contradição entre discurso e ação (Flament, 1994/2001a). As prescrições condicionais tendem a não aparecer no discurso espontâneo dos sujeitos, que veiculam com mais frequência as prescrições absolutas. Isso leva a um enviesamento nas respostas dos sujeitos à questionários e entrevistas. A Tabela 9 abaixo ilustra esse enviesamento:

Tabela 9

Relação entre discurso espontâneo, cognição e condutas observadas

Discurso espontâneo	<= Cognição =>	Condutas observadas
α	em geral: α em particular: β	α e β

Fonte. Flament (1994/2001a)

O enviesamento identificado por Flament (1994/2001a) reforça a necessidade de estudos praxeodiscursivos. É necessário observar as condutas para apreender o sistema periférico. Como a representação só funciona na totalidade de sua dupla estrutura é necessário observar tanto o núcleo central quanto o sistema periférico. Destacamos aqui os estudos de Jodelet (1985; 1989b) e de Guimelli (1989) como padrão de pesquisa para a teoria da condicionalidade.

Por não tratar da ativação de elementos cognitivos nos sujeitos, a teoria da condicionalidade talvez seja mais societal. Ela se pauta nas normas sociais e emprega menor importância à fatores individuais. São prescritores sociais que definem os roteiros de ação, mesmo que estejam inscritos na cognição dos sujeitos. Sobre isso, Flament (Chrysochoou, 2010, p. 14-15) em sua última entrevista afirma:

Quando falo de representações sociais tenho a tendência de esquecer o indivíduo. Não é o que existe em comum. Claro que existem coisas comuns. É um pouco o que se tentou resolver com a polifasia cognitiva. O que estou tentando trabalhar no momento é a estrutura interna das representações com facetas eventualmente contraditórias.

Ainda nessa entrevista, Flament (Chrysochoou, 2010) afirma que o estudo das representações se inclinou ao cognitivismo. O autor (Chrysochoou, 2010, p. 16) afirma que “esses aspectos sociais são negligenciados e não são suficientemente desenvolvidos [na psicologia social europeia]. Talvez nós também estejamos muito americanizados.”.

A teoria da condicionalidade assume caráter societal ao ligar as representações às normas sociais. Os aspectos individuais assumem caráter secundário nessa teoria. É um posicionamento de Flament, que pensa a psicologia social de forma mais sociológica e menos cognitivista. Em suma, a teoria da condicionalidade critica a herança cognitivista na TRS. Abordamos as origens e consequências dessas heranças no primeiro capítulo desta tese. Por isso, o autor propõe separação de sua teoria da teoria da ativação (1994/2001a) e de outras concepções da abordagem estrutural, como a arquitetura do pensamento social, por exemplo (Chrysochoou, 2010).

Conclusão: as Consequências das Duas Teorias – Ativação e Condicionalidade

A abordagem estrutural muitas vezes é tratada como sinônimo da Teoria do Núcleo Central. Entendemos, no entanto, que a TNC gerou diferentes possibilidades para compreender a representação. Dentre elas, destacamos a teoria da condicionalidade e da ativação.

As duas teorias se posicionam diferentemente no polo cognição-social. A teoria da ativação trata do acionamento de cognemas no pensamento enquanto a teoria da condicionalidade trata da normatividade dos cognemas. Podemos talvez dizer que a teoria da ativação aborda mais conceitos cognitivista e a teoria da condicionalidade privilegia conceitos sociais (norma social).

Ambas as teorias trabalham com a ideia de que a situação é essencial para a modulação da representação. A teoria da ativação afirma que a finalidade da situação pode acionar elementos funcionais ou normativos. Já a teoria da condicionalidade afirma que as situações condicionam os prescritores absolutos.

Pensar e adotar uma das teorias gera consequências conceituais e metodológicas. Para a teoria da condicionalidade não faz sentido pensar em tipos de cognemas diferentes e em sua ativação. Esse ponto, no entanto, será central para a teoria da ativação. A teoria da ativação aposta em métodos que estudam a natureza das relações entre cognemas como os Esquemas Cognitivos de Base (SCB) (Wolter et al., 2016). Esses métodos não farão tanto sentido para a teoria da condicionalidade, que pensa a natureza dos elementos sempre como prescritiva/descritiva.

Por fim, pleiteamos a separação da abordagem estrutural em, pelo menos, duas teorias por indicação de Flament (1994/2001a). Neste capítulo trabalhamos os antecedentes da abordagem estrutural e suas teorizações (teoria do núcleo central, da ativação e da condicionalidade). No próximo capítulo entraremos na relação entre as representações e práticas em si. Não mais trabalharemos com divisões teóricas da abordagem estrutural, mas sim nos seus pontos unificados. Defenderemos que as representações são condições para as práticas e as práticas são agentes de transformação das representações.

A Relação entre Representações e Práticas

A relação entre representações e comportamento foi aventada desde o início da TRS. Apresentamos no capítulo 1 que inicialmente essa relação se pautava em teorias cognitivistas. No capítulo 2 defenderemos que a perspectiva societal modificou as teorias e métodos no estudo das práticas. Neste capítulo partimos da abordagem estrutural para definir a relação entre representações sociais e práticas. Utilizaremos aqui a concepção de Rouquette (1998; 2003), onde as representações são condições para as práticas e as práticas agentes de transformação das representações.

No capítulo anterior falamos especificamente de duas teorias da abordagem estrutural: ativação (Guimelli, 2003; Abric, 1994/2001; Dany, 2016) e condicionalidade (Flament, 1987; 1989; 1994/2001a; 2001b). Neste capítulo trabalharemos com conceitos adotados por ambas as teorias. Apesar disso, consideramos que os conceitos podem ser operacionalizados de maneira diferente em cada teoria. Tendo isso em vista, privilegiaremos a teoria da condicionalidade como grade de leitura dos fenômenos. Escolhemos essa teoria pois privilegia aspectos sociais. No pêndulo entre psicologia cognitivo e social, posicionaríamos essa tese no polo societal. Por esta razão, acreditamos que a teoria da condicionalidade fornece ferramentas e conceitos mais propícios para nossos objetivos.

A relação entre representações e práticas, conforme observamos no capítulo anterior, é permeada por um terceiro conceito: a situação social. Na teoria da ativação a finalidade da situação define os cognemas ativados (Dany, 2016). Na teoria da condicionalidade os prescritores absolutos se modulam às situações através do sistema periférico (Flament, 1994/2001a). Começaremos então este capítulo tratando do importante conceito de situação social.

A influência das Representações nas Práticas

Vimos até aqui que as práticas são influenciadas pelas normas inscritas nas representações e também pela condicionalidade da situação (considerando sua finalidade e normatividade). Os prescritores fazem com que a representação passe a funcionar como a força normativa no contexto (Flament, 2001b; Campos, 2017). As representações definem o que é ou não lícito de se fazer. Podemos pensar, portanto, que não existe função de orientação sem as normas grupais. As representações funcionam como ponte entre o que se espera de nós, pela nossa pertença, e o que efetivamente fazemos. Flament (1994/2001a) propõe que os prescritores da representação funcionam sob a lógica dêontica. Utilizando conceituação de Kalinowski (1972), indicada por Flament (1994/2001a), temos as seguintes possibilidades de afetação da ação pela representação:

1. O sujeito é obrigado a fazer C
2. O sujeito tem o direito de fazer C
3. O sujeito tem o direito de fazer ou não fazer C
4. O sujeito tem o direito de não fazer C
5. O sujeito é obrigado a não fazer C
6. O sujeito é obrigado a fazer C ou é obrigado a não fazer C

Essas seriam as normas abstratas dos prescritores absolutos. Condicionalmente, através do sistema periférico, devemos adicionar “em situação S” antes dos postulados acima, resultando nas seguintes possibilidades:

1. Em situação S, O sujeito é obrigado a fazer C
2. Em situação S, O sujeito tem o direito de fazer C
3. Em situação S, O sujeito tem o direito de fazer ou não fazer C
4. Em situação S, O sujeito tem o direito de não fazer C
5. Em situação S, O sujeito é obrigado a não fazer C

6. Em situação S, O sujeito é obrigado a fazer C ou é obrigado a não fazer C

As representações definem o grau de liberdade de ação. Em situações representadas como normativas teremos frequência maior das prescrições obrigatórias (é obrigado a fazer ou é obrigado a não fazer). Nesses casos falamos que as representações geram práticas significantes. As práticas significantes, também chamadas de ações representacionais, são “conjuntos de condutas regulares, sem contradição com as normas, realizadas com a aprovação do grupo e que correspondem às crenças compartilhadas” (Abric, 1994/2001, p. 208). Essas práticas têm forte relação com a memória social do grupo e acontecem em situações representadas como não ambíguas e com presença de forte carga afetiva. As práticas significantes devem ser respaldadas pela representação social do grupo e isto implica que devam estar de acordo com as normas.

As famílias do estudo de Jodelet (1989b) evitavam o contato visual com os loucos pensando, assim, evitar o contágio. Essa é uma crença mágica antiga que ainda persistia nas representações daquele grupo. Pode-se dizer que por estar ligado à memória e acontecer em situação com grande carga afetiva (medo da doença), evitar o contato visual era uma prática significativa.

Conta-se que os Iorubás ao enfrentar uma epidemia de varíola no século XIX, creditavam a doença à fúria de um Orixá chamado Obaluaiê. Nesses períodos evitavam festas e reuniões sociais, que não deviam ser realizadas enquanto um deus estava enfurecido. A não realização das festas diminuía o contágio e o avanço da doença. A proibição das reuniões era também prática significativa modulada pela prescrição: “em epidemia de varíola, o sujeito é obrigado a não fazer festas”. Quebrar essa prescrição gerava forte punição (aumento da raiva da divindade).

Vemos que as práticas sociais significantes tendem a aparecer em situações de forte afetação e com alta normatividade. As consequências de quebrar a norma nesses casos são

representadas como gravíssimas. Nesse tipo de situação os sujeitos tendem a seguir as prescrições da representação. Teremos também forte supressão de novas práticas inabituais ou contra normativas (ou irracionais).

Passando para situações com baixa normatividade, onde os sujeitos possuem margem de escolha, teremos a incidência de práticas não restritivas (Abric, 1994/2001). As práticas não restritivas acontecem em situações representadas como ambíguas em que os sujeitos possuem opções diferentes de ação. Existe, portanto, margem de escolha de como agir. As representações, através do sistema de antecipação, exercem grande influência sobre este tipo de prática (Abric, 1994/2001; Wolter & Sá, 2013). Nas situações de baixa normatividade teremos prevalência de prescritores flexíveis como “tem o direito de fazer/não fazer”. O sujeito então escolherá como agir (prática como modo de fazer). A tendência é que escolha a estratégia que analisa ser melhor para alcançar o objetivo da ação (prática como cálculo).

Wagner (1993) afirma que no discurso os sujeitos veiculam mais os seus objetivos do que o modo que escolheram para chegar neles. É necessário, para estudar as práticas normativas, perguntar ou observar objetivamente como os sujeitos alcançaram o objetivo desejado.

Podemos pensar em dois casais educando seus filhos. O objetivo de suas ações, em geral, será o mesmo: educar da melhor forma. Os dois casais afirmam, de modo geral, que não se deve bater nos filhos (prescritor absoluto). Um dos casais, no entanto, em situações de grande desrespeito, aceita punir seus filhos com leves palmadas (prescritor condicional). Outro casal não aceita, sob nenhuma circunstância, impor castigos físicos (prescritor condicional). Apesar de estarmos falando do mesmo objetivo, os casais possuem liberdade de escolha da estratégia a ser utilizada. É uma situação de normatividade média, ou seja, seu modo de agir será uma prática não restritiva. Na Tabela 10 abaixo relacionamos as práticas significantes e não restritivas à normatividade representada da situação.

Tabela 10

Práticas significantes e não restritivas de acordo com a normatividade da situação

Normatividade da situação	Tipo de prática com maior incidência	Descrição da prática
Alta normatividade	Prática significativa	“conjunto de condutas regulares, sem contradição com as normas, realizadas com a aprovação do grupo e que correspondem às crenças compartilhadas” (Abric, 1994/2001, p. 208).
Baixa normatividade	Prática não restritiva	acontecem em situações representadas como ambíguas em que os sujeitos possuem opções diferentes de ação

Fonte. Os autores.

A conceituação de práticas significantes e não restritivas nos mostra que a representação guia as práticas normais ou racionais (Wagner, 1993). Essas práticas normais, por sua vez, confirmam as representações nas situações. Observar outras pessoas é também uma forma de balizar as práticas sociais e, em última instância, as representações. Podemos ir a um primeiro dia de aula pensando que o professor é rígido e, portanto, que é uma situação altamente normativa. Se esse professor adota conversas informais e dinâmicas flexíveis e observamos que nossos pares possuem liberdade, passaremos a representar a situação com menos normatividade. Outros prescritores condicionais serão passíveis de aplicação nessa nova modulação.

Pleiteamos então que as representações sociais são condições para as práticas normais, porque agem como norma (Campos, 2017). A divisão das representações em prescritores absolutos e condicionais conversa com a teorização clássica de normas sociais (Codol, 1975). As normas podem expressar valores que transcendem a situação, como fazem

os prescritores absolutos, e valores ligados às situações, como realizam os prescritores condicionais.

Por fim, as representações restringem as práticas, são condições normativas da ação (Rouquette, 1998; 2003; Flament, 1994/2001a). No entanto, as representações são condição das práticas normais/racionais. Utilizamos o conceito de práticas normais e racionais de forma conjunta, porque Flament (1994/2001a) nos indica que os cognemas da representação são ao mesmo tempo descritivos e prescritivos.

No próximo subtópico discutiremos a natureza da coerção que a representação exerce sobre as práticas. Trataremos também das consequências teóricas de se adotar essa perspectiva.

A Natureza da Influência das Representações nas Práticas

O constrangimento ou a coerção das representações sobre as práticas é variável, como indica Rouquette (1998). A representação permite a elaboração do sujeito sobre a situação (indicando sua finalidade e normatividade) e possibilidades de escolha de como agir. Isso significa que a representação não impõe ao sujeito um modo único de ação e, por isso, não é causa da prática e não exerce sobre ela coerção absoluta (como aponta Wagner [1994a]).

Em suma, a representação permite capacidade de escolha e fornece ferramentas de análise aos sujeitos para agir. Isso impede dizer que os sujeitos são definidos pelo mundo externo e por suas ações (a ação gera o pensamento). A representação transforma a coerção absoluta da situação, como propõem teorias objetivistas, em *coerção variável* (Rouquette, 1998). A coerção variável permite o cumprimento da norma na concretização das práticas, mas também a sua ruptura. Simplificando, podemos pensar então no seguinte esquema de influência:

Representações Sociais → Coerção variável → Práticas Sociais

A coerção variável é essencial para o próprio conceito de sistema periférico com sua modulação interindividual e para pensarmos a prática como modo de fazer. O modo de fazer é a escolha de estratégias de ação empregadas para alcançar um determinado objetivo. Quanto menor a normatividade da situação, maiores serão as variações possíveis dessas estratégias.

O objetivo da ação (cálculo) é definido pela finalidade do contexto e se concretiza no ambiente psicossocial. Por vezes, como aponta Rouquette (1998), o objetivo pode ser a realização da própria prática, como em festas populares periódicas. Por cumprir um objetivo no mundo concreto é que as práticas são a interface entre esse mundo e a representação social. Wagner (1994a) afirma que as representações, apesar de não causarem as práticas, causam afetações no mundo objetivo.

Em suma, quisemos apresentar que as representações sociais exercem coerção variável nas práticas. Agem como norma para definir o lícito e ilícito de se fazer, mas não excluem a elaboração da situação pelos sujeitos. Pleitearemos também que as situações, sua normatividade e finalidade, são extremamente relevantes para a modulação da coerção variável.

Por fim, essa teorização nos afasta da herança cognitivista tratada no capítulo 1. Ao definir as normas e não os pensamentos como fundamentais para a ação, trazemos a abordagem estrutural para níveis sociais. Não cabe mais falar nos postulados *pensamento gera ação* e *ação gera pensamento*. São as normas inscritas nas representações que definem as condições para as práticas. Os prescritores então são roteiros de comportamento que não possuem sua origem na cognição.

A influência entre representações e práticas não é unilateral (Rouquette, 1998; 2003). Dissemos que as representações coagem as práticas normativas/rationais. Para falar sobre a

influência das práticas nas representações, abordaremos as práticas contra normativas/irracionais, são elas que possuem poder de transformar o pensamento social.

A Influência das Práticas nas Representações

Fizemos até aqui o caminho das representações até as práticas, agora tomamos o percurso oposto. Esse caminho começa sempre após a concretude do ato, quando a prática é colocada no mundo (Rouquette, 1998). Anteriormente a isso existem apenas as representações da própria prática e da situação social. Então, a representação só pode ser afetada depois que a prática passa a existir, ou como coloca Rouquette (1998), a influência das práticas sobre as representações é pautada em determinação objetiva.

As representações coagem as práticas através da normatividade, enquanto as práticas questionam as normas dos prescritores. As representações concretizam-se no mundo através das práticas, enquanto as práticas atualizam o mundo objetivo no pensamento grupal transformando-o. Simplificando “as representações como condição das práticas e as práticas como agentes de transformação das representações” (Rouquette, 1998, p. 43).

O processo de inovação representacional não ocorre pelas práticas significantes e não restritivas. São as novas práticas contra normativas que participam da dinâmica representacional. As práticas transformadoras são geradas por mudança circunstanciais. A alteração ocorre no ambiente psicossocial e não depende do indivíduo ou do grupo, já que é exterior à representação social. Esse é o primeiro passo para que as práticas comecem a atuar como transformadoras (Flament, 1994/2001a).

As práticas sociais realizam interface entre as circunstâncias exteriores novas e o pensamento dos grupos. Existe primeiro tentativa de lidar com essas mudanças, sem alterar os prescritores. Flament (1994/2001a) afirma que a tentativa de proteção do sistema representacional se dá por uma “economia cognitiva”, sendo o gasto bem menor quando se lida com o novo sem modificar a representação.

A mudança de circunstâncias gera novas práticas para que os sujeitos consigam lidar com a nova realidade. As novas práticas, por estarem ligadas a situações específicas, alteram os prescritores condicionais da representação. Os prescritores precisam criar novos esquemas, de maneira rápida, garantindo a operacionalização dessas práticas.

Os prescritores condicionais são formados de esquemas normais, que ordenam práticas normativas. Quando a nova prática contra normativa surge para lidar com o novo, outros tipos de esquema são colocados em jogo. Um deles é o esquema de negação (Wolter & Rouquette, 2010; Rouquette, 1998). O esquema de negação:

1. Lembra o que é normal;
2. Designa o elemento estranho (prática contra normativa);
3. Afirma contradição entre o normal e o novo elemento;
4. Propõe a negação do elemento estranho

Podemos pensar no seguinte exemplo: os brasileiros representam a si mesmo como acolhedores. No entanto, observamos um brasileiro ser rude com um turista argentino (prática contra normativa). Existe então contradição entre a prática observada e o prescritor absoluto. O esquema de negação atuará afirmando: esse sujeito que foi rude com o turista não é um brasileiro de verdade. Nesse exemplo o esquema de negação seguirá os passos da Tabela 11:

Tabela 11

Funcionamento do esquema de negação

Esquema de negação	Componentes
Brasileiros são acolhedores	Lembrança do normal
Um brasileiro foi rude com um turista	Designação do elemento estranho
Um brasileiro não pode ser rude com um turista	Afirmação da contradição
Logo, esse sujeito não é brasileiro de verdade	Negação do elemento estranho

Fonte. Os autores.

Se o esquema de negação for bem sucedido no tempo a mudança da representação não acontecerá. O esquema de negação emprega às novas práticas status de *irracional* ou *ilegítima* e elas deixam de ter força de mudança. Se a prática continuar ocorrendo com consistência diacrônica (no tempo) e sincrônica (de forma compartilhada), o esquema de negação enfraquecerá. Nesses casos, o processo de mudança segue em frente.

Outro tipo de esquema que é acionado em casos de novas práticas contra normativas são os esquemas estranhos (Flament, 1987; 1989). Esse tipo de esquema não nega o elemento estranho, não afirma a prática como ilegítima. O esquema estranho racionaliza a nova prática para que seja legítima apenas em determinada circunstância por um bom motivo. O esquema estranho segue os passos:

1. Lembra o que é normal;
2. Designa o elemento estranho (prática contra normativa);
3. Afirma contradição entre o normal e o novo elemento;
4. Propõe racionalização que permita sustentar a contradição

Podemos pensar ainda no exemplo do brasileiro acolhedor (designação do normal). Um brasileiro trata mal um turista argentino (elemento estranho). Um brasileiro não pode tratar mal um turista (afirmação da contradição). A diferença entre esquemas estranhos e de negação acontecerá no último passo. O esquema estranho poderá propor, por exemplo, que por turistas brasileiros serem maltratados na Argentina, é razoável que não se trate bem um turista argentino no Brasil (racionalização que permite contradição). A Tabela 12 abaixo ilustra o funcionamento desse esquema estranho:

Tabela 12

Funcionamento do esquema estranho

Esquema de negação	Componentes
Brasileiros são acolhedores	Lembrança do normal

Um brasileiro foi rude com um turista	Designação do elemento estranho
Um brasileiro não pode ser rude com um turista	Afirmação de uma contradição
Como turistas brasileiros são maltratados na Argentina, é possível tratar mal um turista argentino	Racionalização que permite sustentar a contradição

Fonte. Os autores.

O esquema estranho transforma a prática ilegítima em prática legítima. Funciona pelo seguinte postulado: em virtude das circunstâncias, “faço algo inabitual, mas tenho bons motivos pra isso” (Flament, 1994/2001a, p. 34). Podemos dizer, em resumo, que o esquema estranho emprega *status* de racionalidade a uma prática irracional. Esse novo *status* é sustentado por um bom motivo, uma racionalização. Se o bom motivo não for suficiente, a prática novamente assume status de contra normativa e, tendo consistência sincrônica e diacrônica pode exigir mudança nos prescritores absolutos, ou seja, no núcleo central. É apenas com essa mudança que podemos falar em alteração no significado da representação.

Os bons motivos são fatores que podem impedir ou não a mudança representacional (Flament, 1994/2001a). Não é qualquer racionalização que sustenta a contradição, ou seja, nem sempre os bons motivos sustentam o status de racionalidade de uma nova prática.

A Situação Social

Começamos com uma definição do ambiente psicossocial. Utilizaremos aqui os conceitos de ambiente psicossocial como sinônimo de situação social. Segundo Dany (2016, p. 9) o ambiente psicossocial é

o “lugar” em que podemos observar simultaneamente a implementação e atualização de (a) a interação dos processos sociais e psicológicos ao nível dos comportamentos concretos, (b) a interação das pessoas e grupos como parte da vida cotidiana, (c) a junção entre a abordagem objetiva e os componentes subjetivos da experiência dos sujeitos, (d) a interação desses diversos processos, desses atores (indivíduos, grupos) e

essas modalidades de conhecimento em relação aos objetos sociais que atuam na definição desse ambiente.

O ambiente psicossocial é tanto concreto quanto simbólico para os grupos. É onde as relações entre grupos e objetos factualmente acontecem. No entanto, o ambiente psicossocial também é representado, já que a representação antecede tanto o estímulo quanto a resposta, ou seja, é anterior à situação social (Moscovici, 1984a). A partir da representação do ambiente psicossocial os grupos antecipam como devem agir em contextos específicos.

A abordagem estrutural não foi a primeira a apontar a importância da situação social na TRS. Codol (1974), conforme apresentamos no capítulo 1, afirma que a situação determina qual representação será normativa, ou seja, a que determinará os comportamentos. A teorização de Codol, no entanto, não é frequentemente utilizada pela abordagem estrutural. Lembramos do editorial de seção de Campos (2017) que retoma o conceito de sistema representacional e o indica para o estudo das práticas.

Para a abordagem estrutural, a natureza da situação ativará prescritores específicos que ditam práticas a serem adotadas. Flament (1994/2001a) afirmará que as práticas sociais são a interface entre as representações e o ambiente social concreto. Por ter bases sociais a representação social é um conceito histórico. Isso é dizer que as representações mudam de acordo com mudanças no ambiente psicossocial (Rouquette, 1998).

A abordagem estrutural nos dá dois elementos para analisarmos o ambiente psicossocial: a finalidade da (Dany, 2016) e o grau de normatividade (Codol, 1975). Tratamos da finalidade da situação no capítulo 2 ao abordar a teoria da ativação. Neste capítulo trataremos especificamente da normatividade, que conversa com a teoria da condicionalidade. Como as representações agem como norma condicional (Flament, 1994/2001a; 2001b; Campos, 2017), o ambiente psicossocial imediato define quais são os prescritores condicionais lícitos em um contexto.

Em situações muito normativas (instituições totais) há pouca variação nas ações dos sujeitos. Isso é dizer que existem poucos esquemas condicionais possíveis para agir. As situações com menor grau de normatividade geram maior possibilidade de ação, ou seja, mais esquemas condicionais estão disponíveis.

Essa é uma das explicações possíveis para o mascaramento de conteúdos representacionais. No estudo de Jodelet (1985; 1989b) as famílias ao serem entrevistadas por uma pesquisadora sentiam o peso do julgamento, estavam em uma situação normativa. Por isso, restavam poucas opções, como por exemplo dizer que a loucura não era contagiosa. Poderíamos pensar que os membros da família, quando conversavam entre si no cotidiano, afirmavam sem problemas a necessidade de evitar contato com os utensílios usados pelos loucos. A conversa familiar é menos normativa que uma entrevista com pesquisadores.

Colocando em termos polares, temos de um lado situações de normatividade máxima e do outro situações de normatividade mínima. Na normatividade máxima temos variações pequenas de práticas, graves consequências para a quebra da norma e alta taxa de justificação de ações contra normativas. Na normatividade baixa os sujeitos possuem margem de escolha de suas práticas e pouca ou nenhuma consequência para a quebra de normas.

É difícil dizer quais fatores definem a normatividade da situação. Dependerá do grupo, da sua relação com o objeto social em jogo e de sua experiência prévia com a situação. A normatividade situacional também é resultado de como os prescritores absolutos são modulados pelos condicionais. Ao se ver com poucas possibilidades de agir (poucos esquemas condicionais) o sujeito sentirá o peso da norma.

Não encontramos muitos trabalhos sobre a situação ou ambiente psicossocial na abordagem estrutural. Pensamos, no entanto, que o caminho indicado por Codol (1975) pode ser uma possibilidade de avançar o conceito. É importante também dizer que o ambiente

psicossocial não compreende situações não sociais. As representações sociais precisam de uma situação social mínima para influenciar a ação (Abric, 1994/2001).

As teorias da condicionalidade e da ativação colocam a situação no cerne da relação entre representações e práticas. Na Tabela 13 abaixo resumimos as classificações da situação de acordo com sua normatividade e finalidade:

Tabela 13

Situação social de acordo com sua normatividade e finalidade

Situação definida pela sua normatividade
Alta normatividade
Média normatividade
Baixa normatividade
Situação definida pela sua finalidade
Finalidade operacional
Finalidade normativa
Finalidade de sociabilidade

Fonte. Os autores.

Os Bons Motivos

Os bons motivos são racionalizações frente à uma contradição. O sistema periférico é adaptável ao contexto imediato e defende o núcleo central de mudanças. A racionalização é a principal estratégia do sistema periférico para se adaptar ao novo e defender o núcleo. Isso faz com que a representação necessariamente contenha em si contradições.

Aqui enxergamos influência do postulado “a ação gera o pensamento” só que não falamos mais em pensamento e ação. Na teoria da condicionalidade estamos tratando de representações e práticas. O que ocorre são mudanças no ambiente psicossocial, alterações nas práticas e então nos prescritores representacionais. Saímos dos níveis individuais de

análise. Apesar disso, devemos reconhecer a influência da teoria da dissonância cognitiva na dinâmica representacional. Flament (1987) e Guimelli (1989) começam a pensar os processos de mudança representacional em livros editados por Beauvois e Joule (1987; 1989), autores responsáveis pela leitura radical da teoria da dissonância cognitiva (Beauvois & Joule, 1996). Quando dizemos que os esquemas estranhos indicam contradição, estamos falando em dissonância. A diferença é que na perspectiva da abordagem estrutural, a dissonância não é cognitiva. A dissonância se dá entre as novas práticas (geradas por mudanças externas) e os prescritores da representação.

A mudança externa só terá força para alterar a representação se for entendida como duradoura. Se o grupo pensa que a situação nova é temporária já possui um bom motivo para alterar apenas o prescritor condicional e o esquema estranho consegue evitar a mudança de prescritores absolutos. A reversibilidade da nova situação propõe a racionalização: faça algo inabitual, mas apenas temporariamente. A partir daqui temos dois caminhos, um em que a mudança externa não perdura (reversibilidade) e a situação retorna ao estado anterior ou a mudança é duradoura no tempo (irreversibilidade) (Flament, 1994/2001a).

Se a novidade for reversível os esquemas (de negação e estranho) dão conta de parar a dinâmica representacional. Vestígios desse processo, no entanto, marcam o pensamento do grupo (Flament, 1994/2001a). Se a mesma mudança voltar a ocorrer pode ter maior chance de alterar os prescritores absolutos das representações.

Se a nova situação for entendida como duradoura os esquemas estranhos podem não dar conta de racionalizar as novas práticas. Como dissemos, balizamos as representações através da observação de outras pessoas no ambiente social. Se a mudança persistir, as novas práticas terão consistência no tempo (diacrônica) e serão cada vez mais compartilhadas no grupo (sincronia). Essa dupla consistência tira o caráter de exceção das práticas (prática como recorrência) e o bom motivo de racionalização perde efeito.

Voltemos ao exemplo do brasileiro acolhedor. Se observamos que não é apenas um, mas muitos brasileiros que rompem a norma e habitualmente tratam mal turistas argentinos, o esquema de negação não funcionará (não se pode negar a brasilidade de muitos brasileiros). Se, por outro lado, observamos que os brasileiros tratam mal não só os turistas argentinos, mas também os uruguaios, americanos e peruanos, o bom motivo que apresentamos na Tabela 12 deixará de fazer efeito. Quando a negação e a racionalização não funcionam está em xeque o prescritor absoluto (brasileiros podem não ser acolhedores).

Não é só a reversibilidade da situação que funciona como bom motivo. Os bons motivos são extraídos das representações de um grupo ou de fora dele, na base cultural (conforme Rouquette, 1998) ou cultura global (nomenclatura de Flament, 2001b). Um exemplo de bom motivo retirado da própria representação é o que demos sobre ser razoável tratar de forma rude os turistas argentinos. A rivalidade entre brasileiros e argentinos está dentro das representações da maioria dos grupos no Brasil. Neste caso, o bom motivo tende a ser mais bem aceito e adotado por mais membros do grupo.

Sobre bons motivos externos à representação, Flament (1994/2001a) dá o exemplo do estudo de Grize (1989). Esse estudo aborda estudantes magrebinos de segunda geração na França. Esses estudantes fumam, o que é contrário à cultura magrebina, portanto, contra normativo em relação às representações desse grupo. Perguntados porque fumam, respondem que apesar de ser proibido pela cultura magrebina, não é proibido pelo Alcorão. É um exemplo de bom motivo vindo de fora da representação do grupo. Nesse caso, o bom motivo pode não ser adotado por todos os membros do grupo, podemos pensar que magrebinos mais tradicionalistas não aceitariam a racionalização baseada no Alcorão (da cultura global).

Ainda nos bons motivos, devemos questionar se são consensuais no grupo ou variam de sujeito pra sujeito, sendo aceitos apenas por alguns. Se a população total de um grupo consegue encontrar uma razão para legitimar uma prática ilegítima, o bom motivo terá maior

validade e força. Se, por outro lado, houver pouca adesão ao bom motivo, sua força para interromper a mudança representacional é menor. Em geral, os bons motivos oriundos da representação serão mais consensualmente aceitos. Os bons motivos retirados da base cultural encontrarão maior dificuldade de adesão consensual. Podemos então organizar os bons motivos de acordo com os seguintes fatores:

1. A mudança contextual é vista como reversível ou irreversível
2. O bom motivo é definido pela representação do grupo ou pela base cultural;
3. Existe um bom motivo aceito pela população de forma consensual ou existem diversos bons motivos com níveis diferentes de adesão.

A Tabela 14 cruza os três fatores acima para criar 6 casos prototípicos:

Tabela 14

Quadro dos fatores envolvidas na mudança das representações pelas práticas.

		Circunstâncias percebidas como	
		Reversíveis	Irreversíveis
Bons motivos definidos pela representação (para práticas inabituais)		A	B
Definidos de maneira externa a representações sociais (para práticas ilegítimas)	Um bom motivo	C	D
	Multiplicidade de bons motivos	E	F

Fonte. Flament (1994/2001a).

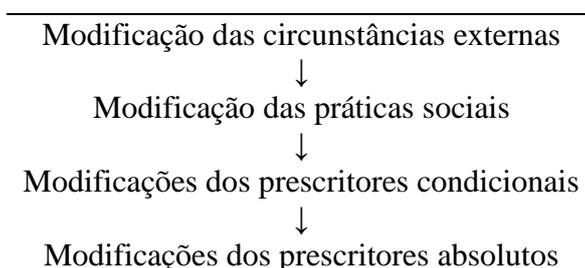
Os bons motivos definem a força da racionalização empregada pelo esquema estranho. Se os bons motivos forem fortes o suficiente a transformação dos prescritores absolutos não ocorre. Se, por outro lado, os bons motivos falharem, o processo de dinâmica representacional ocorre. É sobre essa dinâmica que trataremos no próximo subtópico.

A Dinâmica das Representações Sociais

Chegamos então ao ponto onde as defesas do sistema periférico (esquemas de negação e estranho) não funcionaram. Nesse caso, é necessário alterar os prescritores absolutos (Wolter & Sá, 2013). Todo esse esquema foi representado por Flament (1994/2001a), na seguinte Tabela 15:

Tabela 15

Dinâmica da transformação das representações sociais pelas práticas



Fonte. Flament (1994/2001a)

O esquema acima ilustra, de modo o geral, o processo que estamos descrevendo neste tópico. A dinâmica começa com alterações no mundo externo. Essa mudança gera novas práticas ilegítimas. O sistema periférico tenta racionalizar ou negar as novas práticas através dos esquemas. Se as defesas falharem, com a persistência da mudança externa e das novas práticas, o núcleo central é modificado. Como o núcleo central emprega significado e ordena os elementos representacionais, quando é alterado toda a representação muda.

É importante dizer que Flament (1994/2001a) constrói seu esquema de modificação das práticas através do estudo de Guimelli (1989) sobre caçadores. Guimelli estuda caçadores que adotam frequentemente, de forma intermitente e que nunca adotaram práticas ambientais em suas caças. As práticas ambientais foram fomentadas por uma doença (mudança de circunstâncias externas) que exterminou os coelhos caçados em uma determinada região da França.

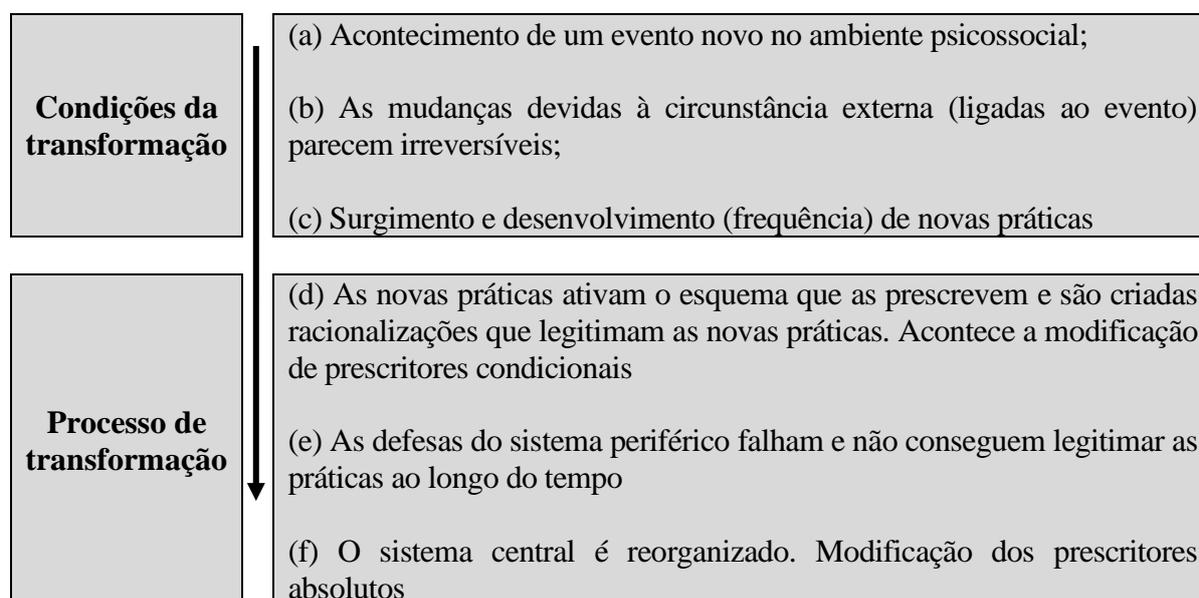
É interessante notar que ao estudar subgrupos de caçadores com práticas diferentes, Guimelli (1989) demonstra que as novas práticas não precisam ser consensuais em um grupo.

Mesmo as práticas que são adotadas por pequenos subgrupos possuem poder de mudança. Como existe compartilhamento do sistema epi-racional, mesmo os caçadores que nunca haviam (prática como passagem ao ato) adotado práticas ambientais estavam cientes das práticas que outros caçadores adotavam. Isso significa que a prática já era contemplada como racional. Como a mixomatose foi percebida como irreversível, a representação social da caça mudou.

Abaixo apresentamos o mesmo processo de dinâmica representacional adaptando esquema de Dany (2016). Aqui temos detalhamento maior dos processos necessários para a dinâmica. Apresentamos a Figura 9 abaixo que adaptamos de Dany (2016), incluindo alguns detalhes que tratamos neste tópico:

Figura 9

Transformação de uma representação social



Fonte. Os autores, adaptado de Dany (2016)

O processo de transformação não acontece sempre da mesma forma. Temos diferentes tipos de mudança representacional a depender das práticas sociais colocadas em jogo. A abordagem estrutural considerou pelo menos três possibilidades de mudança (Campos, 2012; 2003):

1. Transformação progressiva;
2. Transformação resistente;
3. Transformação brutal.

A transformação progressiva não é desencadeada pelas práticas ilegítimas, mas sim por práticas inabituais. É o único tipo de transformação que não passa pela normatividade. São novas práticas normativas, mas pouco frequentes, que alteram os prescritores periféricos. Não consideramos esse tipo de mudança até aqui, devido ao fato de que na maioria dos casos essas práticas serão abarcadas pelos esquemas condicionais sem danos maiores ao núcleo central. Admitimos, no entanto, que as práticas inabituais podem, se mantiverem consistência, alterar o significado central de uma representação (Campos, 2012).

A transformação resistente acontece através das práticas contra normativas (Campos, 2012). São acionadas as defesas dos prescritores condicionais, que resistem à mudança. Com o tempo as defesas do sistema periférico não dão conta das novas práticas e os prescritores absolutos são modificados. Esse é o caso clássico teorizado pela abordagem estrutural e que ilustramos neste tópico

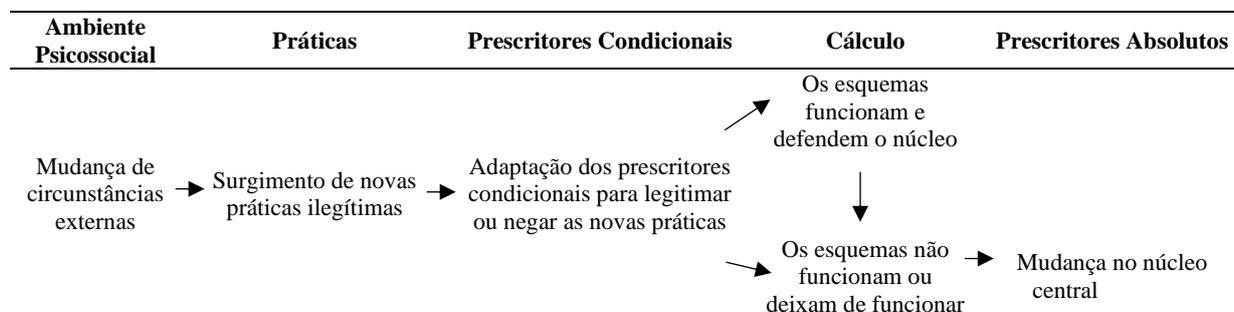
A transformação brutal ocorre quando a mudança nas circunstâncias externas é tão grande que os prescritores condicionais não conseguem usar estratégias de defesa. Nestes casos é necessário alterar diretamente os prescritores absolutos (Campos, 2012). Pensamos aqui em grandes acontecimentos irreversíveis. Podemos exemplificar com os ataques ao World Trade Center em 2001, que impactaram de forma tão grande a vida dos americanos que pode ter alterado diretamente o núcleo central de sua representação sobre terrorismo.

Por fim, é difícil afirmar o tempo que leva para mudança completa de uma representação social. Considera-se que a forma de mudança mais comum é a transformação resistente. Como os esquemas condicionais resistem são necessárias décadas para modificação do núcleo central (Flament, 1994/2001a). Abaixo sintetizamos na Tabela 16 mais um esquema

com o passo a passo de conceitos desde a mudança em circunstâncias externas até a alteração do núcleo central.

Tabela 16

O caminho teórico da dinâmica resistente das representações sociais



Fonte. Os autores.

Conclusão: A Relação entre Representações e Práticas

No início deste capítulo afirmamos que seguiríamos a concepção de Rouquette (1998) com as representações sendo condição para as práticas e as práticas agentes de transformação das representações. Tentamos ao longo do capítulo ilustrar de que forma e sob quais contextos as representações são condição normativa das práticas. Também buscamos apresentar quais tipos de práticas e os processos envolvidos na dinâmica representacional.

Interessa-nos frisar nesta conclusão, no entanto, o papel central da situação externa para a relação representações-práticas. Enquanto existe consonância entre a representação e a situação, as práticas funcionam como concretização do campo representacional. Quando ocorre dissonância entre o contexto e a representação, as práticas atualizam o pensamento dos grupos. É por isso que Flament (1994/2001a) afirma que as práticas são a interface entre as representações e o mundo concreto.

Rouquette (1998; 2003) confirma as práticas enquanto interface quando afirma as representações como conceito histórico. Elas não mudam por si, se transformam conforme a sociedade muda. A dinâmica do pensamento grupal não começa na apreensão cognitiva da realidade, mas sim na mudança histórica. Retomando a frase que utilizamos no capítulo 1,

Moscovici (1969, p.9 apud Abric, 1994/2001) afirma que “não existe distinção alguma entre os universos exterior e interior do indivíduo (ou do grupo). O sujeito e o objeto não são fundamentalmente distintos”. A frase de Moscovici (1969) reforça que as mudanças do mundo exterior significam transformações no mundo interior, porque os dois universos não são distintos.

Por fim, terminamos este capítulo repetindo a formulação de Rouquette e acrescentando um ponto (a normatividade das práticas): As representações são condição normativa para as práticas legítimas e as práticas ilegítimas e/ou inabituais atuam como agentes de transformação da representação. Nessa formulação nos parece ainda faltar o papel da situação social concreta, que permeia todo o processo.

A força e importância das práticas para a TRS e sua abordagem estrutural está na consolidação da representação como conceito societal. Até aqui falamos das práticas apenas em sua relação com as representações, talvez o aspecto mais estudado. No próximo capítulo discutiremos especificamente o conceito de práticas sociais, abordando suas definições e características.

As Práticas Sociais

Começamos o último capítulo teórico desta tese reafirmando o defendemos desde o início: as práticas são fatos sociais. Privilegiaremos as definições e características que demonstrem o aspecto societal das práticas. Por isso, dividimos esse capítulo em dois. Primeiramente trataremos das definições e características das práticas sociais. Na segunda metade do capítulo proporemos articulação entre o conceito de práticas e a sociologia praxiológica de Bourdieu.

As Definições das Práticas Sociais

O conceito de práticas é marcado por diversas lacunas. Pautamo-nos em Wolter e Sá (2013), Almeida e colaboradoras (2000) e Dany (2016), que afirmam problemas conceituais e metodológicos no estudo das práticas. Nos pautaremos em alguns dos pontos levantados por esses autores, para tentar propor meios de mitigar essas lacunas. A primeira questão que trabalharemos é a falta de definição do conceito de prática.

Sobre essa defasagem, Almeida e colaboradoras (2000, p. 263) afirmam:

Não se correria, então, o risco de cair nas armadilhas do relativismo absoluto, cuja indeterminação nos conduz a resultados do tipo *qualquer coisa serve*? Será que não se deveria explicitar claramente o "lugar" social de onde se está falando ao apresentar resultados de pesquisas? Com que tipo de "verdade" ou, melhor dizendo, com qual prática social o pesquisador está comprometido, ou quer se comprometer, ao descrever processos e conteúdo de representações acerca de um dado fenômeno social? A história tem mostrado que nem sempre a cultura humana encontra soluções humanas para os problemas humanos.

As autoras afirmam que as práticas são usadas como conceito genérico. Muitas vezes os pesquisadores utilizam práticas como sinônimos de qualquer fenômeno que estejam estudando e não respeitam as características de um conceito delimitado. Apontando os

problemas de definição, Dany (2016, p. 4) afirma que “em primeiro lugar, as práticas sociais não são bem definidas, em segundo lugar, as práticas sociais são frequentemente estudadas como um comportamento ou um sistema de comportamentos”

Os comentadores apontam que não existe definição unificada para o conceito de práticas sociais. Isso acarreta que as práticas sejam utilizadas de modo generalista ou como sinônimos de comportamentos. Pensando em mitigar esse problema, apresentamos a Tabela 17 abaixo (adaptada de Dany, 2016) com algumas definições do conceito:

Tabela 17

Definições das práticas sociais

Definição	Referência
“As práticas sociais são sistemas de ação socialmente estruturados e instituídos em relação com os papéis”	Jodelet e Moscovici (1990, p.287)
“Práticas sociais são ações sociais ritualizadas (...). Práticas sociais são ações comuns criadas e recriadas periodicamente. Elas empregam unidade e personalidade a uma comunidade.	Echebarria & Gonzalez (1993a)
“Sistemas complexos de ações socialmente investidos e que obedecem a questões social e historicamente determinadas”	Abriç (1994/2001, p. 7).
“Conjuntos de comportamentos realizados por e para grupos sociais.”	Moliner (1998, p. 63).
“A ação inserida na vida social que regula a legitimidade e validade do pensamento”	Flament & Rouquette (2003 p. 56).
“Práticas sociais são, de alguma forma, a interface entre circunstâncias externas e prescritores internos”	Flament (1994/2001a, p. 63)

“um conjunto de ações realizadas por grupos sociais que possuem uma característica de totalidade, no sentido de que ações aparentemente isoladas se relacionam entre si e formam um todo” (Wolter & Peixoto, 2021, p.85)

Fonte. O autor, adaptada de Dany (2016).

Na tentativa de unificar as definições sobre práticas, destacamos as seguintes características comuns encontradas na Tabela 17 acima:

1. A prática é um conjunto de ações e não comportamentos isolados (totalidade);
2. Se repetem no tempo (ações ritualizadas; consistência diacrônica);
3. São determinadas histórica e socialmente;
4. São realizadas pelos grupos sociais (compartilhamento; consistência sincrônica);
5. Regulam a validade da representação social;
6. Realizam interface entre as representações e o mundo concreto;
7. São instituídas em relação às normas (prescritores condicionais e absolutos).

Tentando reunir as características em uma definição sucinta, propomos então: As práticas sociais são sistemas estruturados de ações compartilhados e realizados por grupos sociais. São definidas histórica e socialmente e se repetem ao longo do tempo com consistência diacrônica. Realizam a interface entre o mundo concreto e as representações sociais, as legitimando ou transformando. Se instituem em relação às normas sociais e de acordo com sua frequência de realização, possuindo variados objetivos e diferentes formas de serem performadas.

Não pretendemos aqui uma definição última do conceito. O importante é que os estudos levem em conta as características que elencamos. Talvez tão importante quanto definir o que as práticas são é observar o que elas não são.

As práticas não são sinônimos de comportamentos. Rouquette (1998) afirma que as práticas acabam sendo “pau pra toda obra”, utilizadas sem compromisso com sua definição. As

práticas, no entanto, são uma estrutura formada por partes, são conjuntos de ações. Aqui abandonaremos o uso da nomenclatura ação ou comportamento para tratar das unidades elementares das práticas e adotaremos o conceito de *actema* (Wolter, no prelo). As práticas são conjuntos estruturados de *actemas*. O conceito de *actema* é inspirado pelo mitema de Lévi-Strauss e denota a menor unidade possível de ação. Adotamos o conceito proposto por Wolter (no prelo) com dois intuitos. O primeiro é deixar de lado os construtos comportamento e ação, que são erroneamente utilizados como sinônimos das práticas. O segundo é adotar a perspectiva estrutural para o conceito de práticas.

O *actema* não é sinônimo de comportamento porque, necessariamente, se conecta com outros *actemas*. Essa conexão forma um todo que é a estrutura da prática social. Considerar as práticas como estruturas implica três fatores (Wolter, no prelo). O primeiro é que a prática pode ser decomposta em conceitos elementares, que no caso são os *actemas*. A segunda implicação é que a análise de *actemas* isolados não representa estudo das práticas. A estrutura pressupõe elementos e suas relações. Não basta listar e descrever os *actemas* sem explicar suas relações. A terceira implicação é que devemos estudar os *actemas* e, em consequência as práticas, em relação a um objeto e a um contexto específico. Os *actemas* não existem de forma abstrata, são acionados no ambiente psicossocial em relação a objetos e contextos (Wolter, no prelo).

Acreditamos que pensar as práticas enquanto estrutura e utilizar definições com características que apresentamos pode mitigar a dificuldade da generalização do conceito. Para reforçar a solução desse problema, elencamos abaixo, na Tabela 18 as características do conceito de práticas (Dany, 2016):

Tabela 18

Algumas características das práticas sociais

Características	Descrição
------------------------	------------------

Social	O conjunto de comportamentos ou ações fazem parte de uma dinâmica social e de um contexto social.
Sistema	Práticas (comportamentos e ações) são elementos de uma unidade estabelecida, na qual eles são socialmente ligados.
Identidade	Práticas ajudam a construir e definir os grupos.
Historicidade	O sistema de comportamentos e ações deriva de uma história coletiva (por exemplo, memória social, tradição).
Reflexividade	As práticas podem ser analisadas (análise das lógicas que constituem a ação) pelos sujeitos e os grupos sociais
Transparências	As práticas podem funcionar sem que a sua lógica interna seja diretamente acessível pelo ator social.
Composição	As práticas são multiformes (por exemplo, comportamentos, ações, comunicações, rituais).
Finalizadas	As práticas são orientadas para objetivos (implícitos ou explícitos).
Conhecimento	As práticas refletem o significado que o objeto da prática pode assumir (ex. práticas significantes).

Fonte. Dany (2016).

As características listadas por Dany (2016) reforçam o que já dissemos nesse subtópico e no capítulo anterior. Retornaremos agora às classificações das práticas por sua frequência e normatividade. Já abordamos o tema no capítulo anterior, mas aqui não nos interessa as classificações em relação às representações, mas sim na natureza do conceito de práticas.

Práticas de Acordo com sua Normatividade

Trabalharemos primeiro com a classificação normativa das práticas. Flament (1994/2001a) afirma que existem práticas legítimas, quando de acordo com as normas e ilegítimas quando em desacordo. As práticas legítimas podem ser significantes ou não restritivas.

As práticas sociais significantes estão de acordo com as representações. Esse tipo de práticas ocorre em situações com muita carga afetiva e se utilizam da memória social do grupo. As práticas sociais não restritivas acontecem em situações onde os sujeitos possuem possibilidades de escolha. São situações ambíguas onde pode-se escolher com mais liberdade as formas de agir. Já apresentamos esses dois conceitos no capítulo passado. Gostaríamos de propor um terceiro tipo de prática normativa, as anômicas (Clinard, 1967).

Consideramos Durkheim (2000) e sua obra “o suicídio” para pensar as práticas sociais anômicas. Acontecem em situação de anomia, ou seja, quando os laços sociais são mínimos. Pela ligação aos laços sociais, podemos dizer que as práticas anômicas não resultam de cognições individuais e seriam guiadas também pelas representações sociais. No entanto as práticas anômicas são um caso de práticas ilegítimas guiadas pelas representações ou, no mínimo, pela cultura global.

Durkheim demonstra que o suicídio é um fato social, pois o modo de fazer dessa prática responde à condicionantes sociais. O suicídio acontece majoritariamente nas quartas-feiras e principalmente em datas festivas na França. Isso se dá porque quarta-feira é o dia em que as crianças não vão para a escola e nas datas festivas porque as pessoas se reúnem em seus lares. Os sujeitos anômicos, destituídos de laços sociais, sentem o peso dessa ausência com maior intensidade nessas datas. Outros fatores sociais influenciam a incidência e o modo de fazer do suicídio anômico, como a religião e o gênero de quem o pratica.

Pensamos então que as práticas anômicas são, talvez, o único caso de práticas ilegítimas guiadas pela representação social.

A conceituação de práticas anômicas é ampla na sociologia, como demonstra Clinard (1967). Nesta tese consideraremos práticas anômicas aquelas que são atípicas e contrárias em nível extremo às normas sociais. Podemos pensar no suicídio, no canibalismo, no incesto, na pedofilia, e no assassinato em série. Deixamos ainda o conceito em aberto, tendo em vista que as práticas anômicas possivelmente não são guiadas pelas representações de grupos, mas por ideologias mais amplas. O que defendemos é que não são práticas individuais, se estruturam de acordo com condicionantes sociais.

Por último, tratamos das práticas ilegítimas que não são orientadas pelas representações. As práticas ilegítimas surgem em resposta a mudanças no contexto exterior. Podem ser geradas por alterações no ambiente concreto ou trazidas por outros grupos sociais (minorias, por exemplo) (Wolter & Peixoto, 2021). Como apresentamos no capítulo passado, as práticas ilegítimas possuem poder de mudança na representação social. Tendo em vista as tipificações que apresentamos até aqui, tentaremos na Tabela 19 abaixo sistematizar os tipos normativos de práticas em relação com as representações sociais.

Tabela 19

Relação entre os tipos normativos de práticas sociais e a concordância com representações sociais.

Relação com as representações	Concordância com normas grupais	Tipo de prática	Modulação pela situação
Guiadas pelas representações	Práticas legítimas	Práticas significantes	Situações normativas de alta carga afetiva
	Práticas ilegítimas	Práticas não restritivas	Situações ambíguas com flexibilidade de escolha
	Práticas ilegítimas	Prática anômica	Situações de ausência de laços sociais

Guiadas por mudanças externas	Práticas ilegítimas	Práticas contra normativas	Situações de mudanças externas à representação
-------------------------------	---------------------	----------------------------	--

Fonte. Os autores.

Nota. As práticas anômicas podem não ser guiadas pelas representações e sim pelas ideologias.

Apresentamos neste subtópico as práticas classificadas de acordo com sua normatividade. Como já dissemos no capítulo anterior, a normatividade é definida pela representação do sujeito do ambiente psicossocial. No próximo subtópico trataremos as práticas de acordo com sua frequência, objetivos e estratégias.

Práticas de Acordo com sua Frequência, Objetivos e Estratégias

A classificação das práticas por frequência é um pouco mais simples do que por normatividade. A primeira classificação é pela passagem ao ato (Rouquette, 1998; 2003). Existem práticas que já foram ou nunca foram realizadas por um grupo, ou subgrupo específico. Como as representações são formadas de prescritores, a realização de nova prática implica em novo prescritor condicional.

Usando o exemplo do estudo de Guimelli (1989) sobre caçadores. Existem caçadores que já realizaram práticas ambientais em sua caça e alguns que nunca utilizaram. É interessante notar, por se tratar de um grupo social diverso, que mesmo os caçadores que nunca realizaram a prática ambiental, conseguem concebê-la, porque estão na representação compartilhada de seu grupo.

A partir do momento em que a prática já foi realizada, pode ou não adquirir frequência. A prática pode ser realizada poucas ou muitas vezes (prática como recorrência). A classificação das práticas como recorrência (Rouquette, 1998; 2003) prevê práticas habituais e práticas inabituais. Lembramos que as práticas são ações recorrentes, ou seja, elas não podem ter ocorrido apenas uma vez. Os sistemas de ação precisam de consistência diacrônica para formar práticas. Quanto maior a recorrência de uma prática, mais será familiar para o grupo que a

realiza, mais estabelecidos estarão os prescritores condicionais que guiam a prática recorrente. A classificação da prática enquanto passagem ao ato e recorrência é afirmação da concretude da prática. É dizer que a prática não é intenção, mas sim conduta finalizada (Rouquette, 1998).

A prática concretizada possui sempre um objetivo a cumprir. A prática como cálculo trata do objetivo final ação, ou seja, de qual transformação ou manutenção pretende realizar no ambiente psicossocial. Rouquette (2003, p. 82) afirma que “a ação coletiva persegue sempre a eficácia, ou seja, a melhor realização possível de seu objetivo em um dado sistema”. Os critérios de avaliação da eficácia das práticas são definidos pelas representações sociais. Existem casos em que o objetivo da prática é a realização dela mesma. Rouquette (2003, p. 83) exemplifica: “peregrinações, festas nacionais, regionais e locais, nos concertos de música popular, na prática de um grande número de esportes”. Essas práticas remontam à socialização de ação proposta por Simmel (1950). O sociólogo afirma que existem ações sociais que começam com objetivos práticos e acabam por se destacar de seu propósito inicial. A caça, por exemplo, possuía o objetivo de alimentação e com o tempo foi se tornando esporte e o cálculo dessa prática se torna sua própria realização.

As representações definem os objetivos das práticas ritualizadas. Além disso, é o pensamento grupal que define também os modos de alcançar os objetivos (Rouquette, 1998; 2003). Duas práticas podem ser performadas de maneiras diferentes e atingir o mesmo objetivo, por exemplo. Os grupos escolhem os modos de fazer que acreditam ser mais eficazes para alcançar o objetivo de sua ação. Os modos de fazer estão inscritos nos prescritores condicionais e são ativados na leitura de uma situação específica. Na teorização de Rouquette (1998; 2003), as práticas podem ser classificadas de acordo com sua frequência, modo de fazer e cálculo da seguinte forma:

1. Prática como passagem ao ato;
2. Prática como recorrência;

3. Prática como maneira de fazer

4. Prática como “cálculo”

Abaixo apresentamos na Tabela 20 de Wolter e Sá (2013), que operacionaliza e dá exemplos das classificações propostas neste subtópico:

Tabela 20

Exemplos, forma de operacionalização e tipo de prática

Tipo de prática	Operacionalização	Exemplos
Prática como passagem ao ato	Consiste em comparar uma população que nunca implementou a ação à população que já implementou a ação.	Comparar soldados que experimentaram o fogo a soldados que nunca entraram em combate.
Prática como recorrência	Utiliza uma graduação da experiência que vai do “novato” ao “perito”. A graduação se faz a partir da duração da experiência (em tempo), quantidade de vezes que se deparou com a situação ou ainda quantidade de conhecimentos acerca da questão.	Comparar soldados veteranos, que lutaram em muitas batalhas a soldados que lutaram em poucas batalhas.
Prática como maneira de fazer	Neste caso é necessário distinguir qualitativamente a prática comparando um grupo que faz a prática à maneira X a outro grupo que realiza essa prática à maneira Y.	Comparar soldados veteranos que em batalha atiram no inimigo a soldados veteranos que nesta mesma situação apoiam moralmente outros soldados e não focam no inimigo.

Prática como cálculo	Comparar grupos ou pessoas que em relação à prática em questão possuem diferentes avaliações de consequências, intenções, planos de ação ou objetivos.	Comparar soldados que em combate valorizam mais o cumprimento da missão a soldados que valorizam mais a tomada de risco mínima.
----------------------	--	---

Fonte. Wolter e Sá (2013).

Destrinchamos aqui as práticas de acordo com a abordagem estrutural. Tentamos destacar, em parte, o conceito das representações sociais. Acreditamos ter dado conta das teorizações mais importantes da abordagem. Passamos agora, brevemente, a falar dos aspectos metodológicos dos estudos das práticas sociais.

A Metodologia das Práticas Sociais

A segunda lacuna colocada por Almeida e colaboradoras (2000) são os métodos utilizados para estudar as práticas sociais. Para um bom delineamento de pesquisa sobre práticas é necessário utilizar boa definição do conceito, para que não se estude outro fenômeno. Muitos estudos de práticas estudam comportamentos circunscritos em um contexto específico (práticas de saúde, por exemplo) sem pensar em como as práticas se modulam em diferentes situações. Almeida e colaboradoras (2000, p. 264) afirmam:

A questão fundamental parece ser como delinear metodologicamente as práticas de interesse, sem negligenciar os possíveis aportes teóricos que poderiam contribuir para sua compreensão. Mesmo considerando que o objeto de pesquisa é sempre um objeto construído, é importante para o pesquisador não perder de vista as possíveis articulações de diferentes práticas cotidianas na construção da representação do objeto a ser estudado. Não basta apoiar-se na descrição de práticas ou na inferência de articulações, mas construir instrumentos que permitam uma coleta mais próxima do contexto

concreto em que elas se desenvolvem, permitindo empreender os significados que vão adquirindo em contextos diversos.

Essa preocupação se relaciona com os postulados teóricos da abordagem estrutural. As práticas são moduladas condicionalmente e, por isso, é necessário observá-las em diferentes contextos. É o que Jodelet (1985; 1989b) faz em seu estudo (Também citado por Almeida e colaboradoras (2000), observando as práticas da família em diferentes momentos e situações. É apenas dessa forma que é possível entender a prática como um todo.

A segunda questão metodológica é a tendência de perguntar aos sujeitos o que fazem ao invés de observar suas práticas. Esse é um método limitado por pelo menos duas questões. A primeira é que existem conteúdos representacionais mascarados no discurso. Esse viés discursivo (Flament, 1994/2001a) faz com que os estudos de representação devam ser necessariamente praxeodiscursivos. A segunda razão é que as práticas são sempre condutas concretizadas e finalizadas (Rouquette, 1998). Os discursos sobre a prática não são práticas em si, possuem características distintas. Por isso, os estudos de práticas devem contar com observação de condutas finalizadas. Pensando nessas defasagens e tomando como base o estudo de Jodelet (1985; 1989b) entendemos que existem ao menos quatro quesitos mínimos necessários para estudar as práticas:

1. Conhecer o grupo estudado;
2. Conhecer o significado do objeto para o grupo;
3. Utilizar métodos de questionamento verbal (entrevistas, questionários, etc.);
4. Utilizar métodos observacionais (observação no mundo real, experimentos, grupos focais, etc.);
5. Observar as práticas em diferentes contextos.

O estudo de Jodelet (1989b) parece-nos cumprir os quesitos apontados acima. Jodelet passa muitos anos com as famílias de Ainay-le-Château, observando seu cotidiano e seu trato

com os loucos. A partir disso angaria conhecimento sobre o grupo e sobre sua relação com o objeto. Esse conhecimento instrumentaliza a pesquisadora para observar prescritores absolutos e principalmente os condicionais. Ao observar os grupos em diversas situações Jodelet foi capaz de apontar quais eram os elementos funcionais mascarados no discurso. Além disso também realizou entrevistas com os sujeitos, investigando a fundo seus sistemas epi-racional e normativo. Podemos pegar outros exemplos que seguem método parecido, como os de Guimelli (1989), Ralambotiana (1989), Miampika (1988) e Grize (1989). Mesmo que nem todos esses estudos sejam da TRS, são exemplos com observação que influenciaram o desenvolvimento do campo das práticas na abordagem estrutural.

Outro ponto que requer atenção é o delineamento das pesquisas sobre práticas. É necessário contextualizar as práticas fora da elaboração cognitiva dos sujeitos, nas situações sociais. Acreditamos que os estudos citados no parágrafo anterior e os quatro pontos que levantamos, evitam leitura cognitiva das práticas. Wagner (1994a) explica que a maioria dos estudos em TRS focam em “comportamentos pensados”.

Ainda no delineamento, é importante pensar a natureza da relação entre representações e práticas. Wagner (1993; 1994a) demonstra que a maioria dos estudos é delineado pensando essa relação como causal. Por isso, a maioria das pesquisas verificam primeiro o que os sujeitos dizem (como se isso traduzisse a real representação) e depois verificam o que os sujeitos fazem. Só que se pensamos que as práticas também traduzem a representação, assim como o discurso, esse delineamento não estuda realmente a causa da prática pela representação. Na realidade estuda a representação em dois momentos diferentes, primeiro através do discurso e depois pelas práticas. Por exemplo, se estudamos um grupo de católicos que afirma que rezar é importante e depois verificamos que o grupo de fato reza, não estamos estudando uma relação causal entre “acredito que é importante rezar” e “de fato eu rezo”. O que se verifica, tanto no

discurso quanto na prática, são descrições dos mesmos prescritores concretizados de maneiras distintas.

Não entraremos aqui na diferença entre as práticas verbais e práticas não-verbais. A TRS possui extensa tradição em estudos sobre comunicação, o que nos leva a pensar o funcionamento dos dois tipos de práticas com semelhanças e distinções. Acreditamos que seria necessária outra tese de doutorado para discutir os aspectos comunicacionais da representação e suas diferenças dos aspectos práticos não verbais. Consideramos, no entanto, que os discursos e as práticas descrevem po pensamento do grupo. Entendemos que no método é importante averiguar as práticas e verbais e não verbais para entender porque elementos representacionais são mascarados em um e não em outro. Em suma, o estudo das práticas deve-se pautar pelos prescritores condicionais que são acionados diferentemente no discurso e na prática (Flament, 1994/2001a).

Por fim pleiteamos a importância dos estudos observacionais. Esse tipo de estudo perdeu espaço na TRS e na psicologia como um todo. Ilustramos que as pesquisas de observação marcaram presença na história do campo das práticas e o seu abandono no início da década de 1990 significou também diminuição da produção teórica. O método observacional aliado aos questionamentos verbais são, na palavra da abordagem estrutural, a melhor maneira de estudar as práticas sociais.

Conceitos e Teorias da Abordagem Estrutural

Até aqui acreditamos ter dado conta das teorias e conceitos da abordagem estrutural sobre as práticas. Obviamente existem estudos e conceitos que não contemplamos nos 4 capítulos desta tese. Acreditamos, no entanto, ter tratado dos antecedentes dos estudos das práticas na TRS, dos movimentos da psicologia social que influenciaram o campo, da relação entre representações e práticas para a abordagem estrutural e do conceito de práticas em si.

A partir daqui até o final deste capítulo tomamos licença para aventar consequências teóricas do que tratamos e possíveis caminhos futuros. Trataremos não mais de conceitos exclusivos da abordagem estrutural, apesar de ainda conversar com ela. Ampliamos um pouco os espectros para a sociologia e a abordagem societal da TRS.

Perspectivas Societais das Práticas Sociais

Defendemos nesta tese que as práticas, assim como as representações, são fatos sociais. Todo fato social só é explicado por outro fato social. Propusemos que as representações e o ambiente psicossocial são os outros fatos sociais que se relacionam com as práticas. Neste subtópico propomos outro fato social para complementar a explicação das práticas: a estratificação social.

Não propomos nada inovador, Wagner (1993) já indicava que as formulações societais de Doise são caminhos propícios para as práticas. Entendemos também que Flament (Chryssochoou, 2010), em sua última entrevista, indicava a necessidade de reforçar aspectos societais na abordagem estrutural da TRS. Por essas indicações que traremos concepções da sociologia e da abordagem societal para tratar o conceito. O próprio Doise (1982) nos dá insumos para pensar os níveis de análise que estamos utilizando para estudar as práticas. O autor (1982) propõe que existem quatro níveis de análise possíveis na psicologia social. Abaixo apresentamos Tabela 21 adaptada de Lorenzi-Cioldi e Doise (1990) para ilustrar e descrever os níveis de análise:

Tabela 21

Os quatro níveis de análise da psicologia social

Níveis de análise	Explicação
Nível intraindividual	O primeiro desses níveis de explicação está confinado ao estudo de processos psicológicos ou intraindividuais que dizem respeito sobre como os indivíduos organizam sua experiência do ambiente social.

	A teoria do comportamento planejado e da dissonância cognitiva ilustram esse nível
Nível interindividual ou situacional	O segundo nível está preocupado com processos inter-individuais e intrasituacional. Os muitos experimentos usando matriz de jogos representam esse nível.
Nível posicional	O terceiro tipo de explicação usa as diferentes posições e status social como variáveis intervenientes para explicar variações nas interações situacionais. Estudos recentes sobre poder e identidade social estão nesse nível de explicação
Nível ideológico	Finalmente, esse nível estuda crenças ideológicas. Aborda alguns experimentos que se baseiam na análise de concepções gerais sobre relações sociais que os indivíduos trazem com eles para a situação experimental ilustram esse nível de análise

Fonte. O autor, adaptado de Lorenzi-Cioldi e Doise (1990).

Os estudos de representação social, em geral, estão nos níveis posicional e ideológico. É nesse nível que devemos posicionar também o estudo das práticas sociais. As práticas refletem a posição dos indivíduos, já que são expressão das representações sociais. Até as práticas ilegítimas, que surgem do contexto situacional, representam mudanças da sociedade. A abordagem estrutural se interessa ainda pelos efeitos das práticas ilegítimas nas representações, ou seja, continuamos no nível posicional.

É interessante notar, no entanto, que o estudo das práticas na TRS começa no nível situacional com os experimentos em matriz de jogos. Isso se dá pela forte influência cognitiva no início da teoria (que apresentamos no capítulo 1). No fim da década de 1970, os

estudos passam por transformações. Os estudos de Jodelet (1989b) e de Guimelli (1989) representam o amadurecimento da teoria em níveis posicionais e ideológicos.

No capítulo 3 defendemos a importância do ambiente psicossocial na relação entre representações e práticas. É importante dizer aqui que falamos de um ambiente representado pelos grupos e não da concretude da representação em si. Isso faz com que, apesar de tratar das situações, não estejamos em nível situacional, mas sim posicional e ideológico.

Insistimos nesse ponto para reforçar que as práticas, na abordagem estrutural, não podem ser pensadas como resultado de fatores intraindividuais e interindividuais (Wagner, 1994a).

Acreditamos que se os estudos em TRS insistirem nesses níveis, as práticas serão tratadas como comportamento (Dany, 2016).

Nos parecem bem desenvolvidas as teorias que colocam as práticas no nível posicional. A abordagem estrutural, principalmente através da teoria da condicionalidade, propõe a origem das práticas nos prescritores normativos da representação. É uma perspectiva que não foca em fatores intra ou inter individuais para explicar o comportamento dos grupos. No entanto, existem defasagens na teoria para colocar as práticas no nível ideológico e é nesse nível que a abordagem societal pode indicar caminhos.

Wagner (1993) aponta que as teorias de Doise e as formulações de Bourdieu podem fortalecer o entendimento entre representações e práticas a nível societal. Flament (Chrysochoou, 2010), como já dissemos, parece concordar com essa perspectiva. Evocamos também o clássico artigo de Sá (1994), que defende a leitura das práticas sociais através da teoria praxiológica de Bourdieu. Sá (1994) defende que a TRS não se perca em tentar explicar comportamentos atomizados, mas sim os que estão cristalizados no que chamou de práticas socioculturais.

Adotar a perspectiva praxiológica implica em sérias consequências conceituais. Bourdieu (2002; 2011; 2013) propõe que sua teoria está acima do objetivismo e abaixo da

fenomenologia. Isso implica dizer que as práticas não são expressão apenas do mundo concreto, como propõe a teoria radical da dissonância cognitiva (Beauvois & Joule, 1996). Também implica que não devemos entender as práticas como fenômeno puramente metafísico e transcendental, desligado dos processos históricos e sociais. A teoria praxiológica deve ser entendida entre esses dois níveis.

As práticas podem até surgir dos comportamentos no mundo objetivo. No entanto, a partir do momento que é formada, ganha características diferentes dos fenômenos que as originaram (Sá, 1994). Por outro lado, as práticas duram no tempo, mas não desligadas dos processos históricos, que as modificam e adequam (Rouquette, 1998; 2003). Por isso as práticas, apesar de emergirem do mundo objetivo e de perdurarem além desse mundo concreto, não são podem ser vistas de forma objetivista ou fenomenológica. A teoria das práticas deve, portanto, assumir característica intermediária, que Bourdieu chama praxiológica (Bourdieu, 2011; 2002; 2013).

Um interessante caminho, no entanto, é pensar os processos envolvidos na transformação de comportamentos objetivos em práticas sociais. Sá (1994) propõe conceitos do behaviorismo para pensar essa transformação. Não nos aprofundamos aqui por desconhecimento da teoria comportamentalista e por acreditar que fugiria do objetivo dessa tese. Apontamos que o artigo de Sá (1994) e os comentários que recebeu de Guerin (1994) fornecem caminhos interessantes para pensar a passagem do mundo objetivo para o praxiológico.

Nesse aspecto indicamos também as formulações sociológicas de Georg Simmel (Wolff, 1985). O autor acredita que os comportamentos, através das interações sociais, se cristalizam e tornam-se comportamento grupal. Novamente não aprofundaremos a sociologia de Simmel por desconhecimento e por acreditarmos que passaríamos para outro nível de

análise, o situacional. A conversa entre teorias é sempre sedutora, mas requer maiores cuidados, que não conseguiríamos proporcionar aqui.

Acreditamos também que a adaptação da sociologia de Bourdieu à TRS inspira cuidados. Apesar disso, é uma conexão já aventada pela abordagem societal e até por outros trabalhos da abordagem estrutural (Lima & Campos, 2015; Campos & Lima, 2018). Por isso, nos aventuramos um pouco nessa articulação. Apresentaremos, no próximo capítulo, que a sociologia de Bourdieu é bastante citada nos trabalhos sobre práticas sociais, apesar de poucos autores terem-no utilizado diretamente. Trazemos esse autor, por fim, atendendo ao caminho indicado por Wagner (1993) que enxerga nessa sociologia e nos trabalhos de Doise o caminho futuro da relação entre representações e práticas. No próximo subtópico apresentaremos possibilidades de conversa que podem indicar caminhos de avanço na teoria das práticas.

As Contribuições da Sociologia de Bourdieu

Propomos a conversa entre a TRS e a teoria praxiológica (Bourdieu, 1996; 2002; 2011; 2013) para defender que as práticas sociais posicionam e expressam a colocação dos sujeitos na estratificação social. Escolhemos a teoria de Bourdieu, porque apesar de estar fora da TRS é amplamente citado por trabalhos da área (Campos & Lima, 2018; Rodrigues, 2019). Com isso permitem a distinção social entre os sujeitos e grupos. Isso é dizer que as práticas também obedecem ao conceito de homologia. A homologia estrutural afirma que as representações são reflexos das posições do sujeito na estratificação. Como as práticas expressam as representações, segundo a homologia, expressam também posições sociais. Sobre a homologia estrutural, Cardoso (2012, p. 45) afirma:

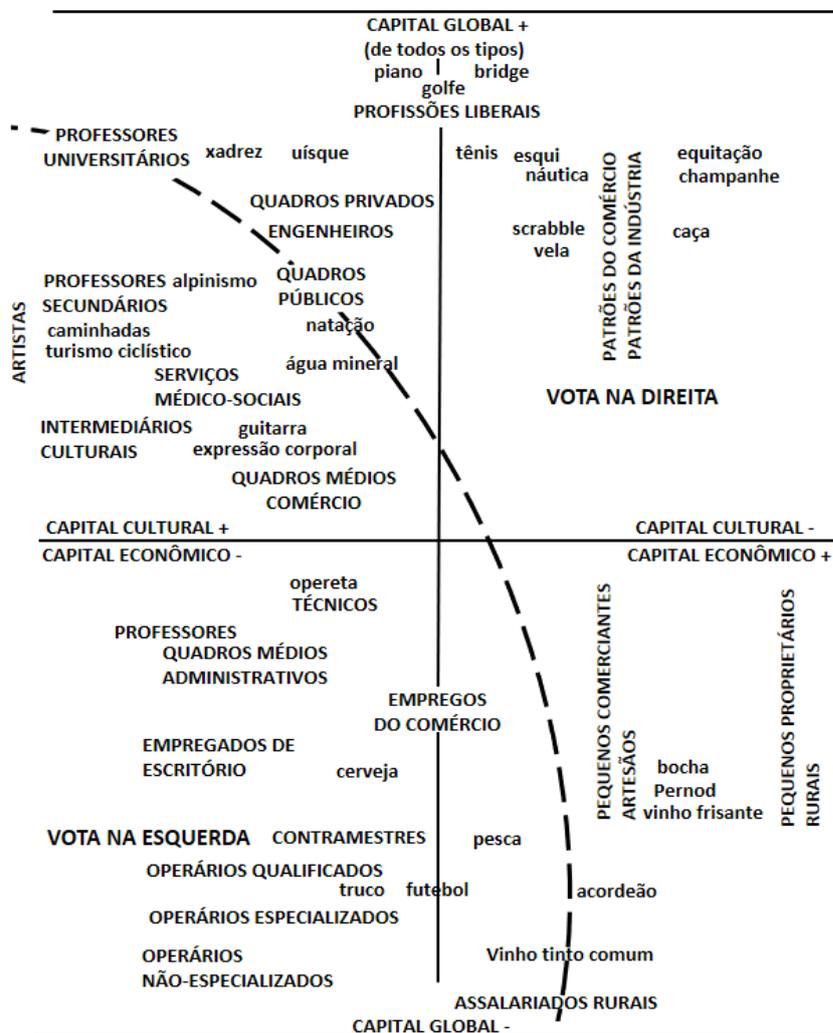
A hipótese da homologia estrutural permite então supor a existência de reproduções mais ou menos completas, por exemplo, das relações de poder e dominação entre classes sociais, quando das interações no interior de um campo específico (política,

cultura, trabalho, relação entre papéis masculinos e femininos), conformando disposições e sistemas de representações

Segundo Bourdieu (1996), os campos sociais produzem bens concretos e simbólicos próprios. Esses bens distinguem os grupos e são próprios de cada campo, geram e expressam a posse de capital cultural, simbólico, financeiro e social. A performance de práticas depende também desse acúmulo de capitais. Grupos de classe alta não agem igual a grupos de classe social baixa. Por exemplo, saber escolher e degustar vinhos finos é uma prática específica de classes altas. Saber performar bem essa prática gera capital cultural e serve como distinção. O conjunto das práticas de uma determinada classe em um campo forma seu estilo de vida. Bourdieu (1996) exemplifica a inserção das práticas na estratificação através de um gráfico (Figura 10):

Figura 10

Estilo de vida em relação aos capitais



Fonte. Bourdieu (1996)

Para Bourdieu a “homologia” entre posição e as práticas sociais é intermediada pelo *habitus*. O *habitus* é “um princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas.” (Bourdieu, 1996, p.22). O *habitus* permite a expressão de características sociais nos indivíduos e a subjetividade individuais nas práticas sociais. Sobre a relação entre o *habitus* e as práticas, Setton (2002, p.65) afirma:

Tendo como base a definição de *habitus* como sistema de disposições ligado a uma trajetória social, a teoria praxiológica pretende apreender a historicidade e a plasticidade das ações. Ou seja, as ações práticas transcendem ao presente imediato, referem-se a uma mobilização prática de um passado (trajetória) e de um futuro inscrito no presente como estado de potencialidade objetiva. Enfim, o conceito de *habitus* não expressa uma ordem social funcionando pela lógica pura da reprodução e conservação; ao contrário, a ordem social constitui-se através de estratégias e de práticas nas quais e pelas quais os agentes reagem, adaptam-se e contribuem no fazer da história.

O *habitus* é formado e forma subcategorias que atuam na intermediação do mundo subjetivo e da realidade social. Essas subcategorias são o *hégis*, o *ethos* e o *eidós*. O *hégis* são expressões corporais apreendidas na vivência sócio-histórica. Podem ser posturas, maneiras de andar, de gesticular e falar, por exemplo. No *ethos* estão contidas as disposições morais da sociedade. São necessariamente prescritores da vida prática dos conjuntos, grupos e sujeitos, já que informam o que é ou não lícito. Por fim, o *eidós* fala sobre apreensão cognitiva da realidade social, de como os grupos pensam e antecipam conceitos sociais. O *eidós* é o conhecimento teórico que os grupos possuem acerca dos variados objetos sociais (Thiry-Cherques, 2006).

O parágrafo anterior ilustra o quanto a discussão de Bourdieu é interessante para o fenômeno das práticas. O *habitus* é uma estrutura social que produz conhecimento, valores e práticas. Não pretendemos aqui, no entanto, pensar na relação entre *habitus* e representações. Também não debateremos sobre como o *hégis*, *eidos* e *ethos* se relacionam com os sistemas epi-racional e normativo. Dizemos, no entanto, que parecem existir pontes interessantes entre esses conceitos.

A teoria praxiológica aponta um caminho para compreender a função ideológicas das práticas sociais que é posicionar os sujeitos na estratificação e ao mesmo tempo expressar seu posicionamento. As práticas são signos de distinção, ou seja, servem para diferenciar as classes sociais. A imposição, pela violência simbólica, de práticas dominantes às classes dominadas e o julgamento das práticas dominadas como inferiores mantém a dominação e reforçam o *status quo*. Por outro lado, a resistência à imposição destas práticas dominantes proporciona inovação e mobilidade social.

Nessa perspectiva as práticas assumem nova função: regulam a posição dos sujeitos na estratificação social. As práticas dominantes reforçam e estabilizam a estratificação vigente e as práticas de resistência e inovação proporcionam mobilidade social. Essa função coloca o conceito de práticas como central para a relação intergrupar. E aqui indicamos mais uma ponte teórica com a teoria da identidade social.

Essa indicação não é nova, já que Tajfel, Billig, Bundy e Flament (1971) e Echebarria e Gonzalez (1993b) afirmam que as práticas cumprem papel de parâmetros de categorização e comparação social. É também através das práticas que os grupos estabelecem relações com outros grupos, cooperando, competindo ou entrando em conflito. Além de posicionar os sujeitos na sociedade, as práticas são relevantes em situações do cotidiano possibilitando os processos formadores de identidade social. As práticas sociais podem fornecer novas perspectivas de leitura para a teoria da identidade social.

Quisemos, neste subcapítulo mostrar que é possível estudar as práticas sociais em nível ideológico. Esse caminho pode indicar avanços do campo e do conceito (Wagner, 1993). Pode também solucionar o problema da herança cognitiva que a TRS apresenta em grande parte de seus estudos. Atentamos novamente para a dificuldade de conversa entre teorias distintas. Acreditamos que o caminho mais propício seja aguçar o olhar societal na abordagem estrutural do que a unificação de conceitos com outras teorias.

Conclusão

As práticas são fatos sociais e como tal se relacionam com outros fatos sociais. Destacamos a estratificação, as representações e o ambiente psicossocial como fatos sociais em relação com as práticas. São as práticas que concretizam o pensamento grupal e o transforma de acordo com o ambiente psicossocial (no nível posicional). Em nível ideológico posicionam os grupos na estratificação e expressam sua posição nas relações intergrupais situacionais.

A abordagem estrutural possui extensa teorização sobre o conceito de práticas. Apesar disso temos indicações (Dany, 2016; Almeida et al., 2000; Wolter & Sá, 2013; Wagner, 1994a) de que o conceito não tem sido bem utilizado nas pesquisas em TRS. Existem problemas conceituais e metodológicos que formam as lacunas das práticas na TRS. Esperamos ter conseguido apresentar caminhos para preencher essas lacunas e retomar o “caminho esquecido das representações” (Wolter & Sá, 2013). Destacamos nessa conclusão três lacunas que devem ser consideradas:

1. O método de estudo das práticas;
2. A correta utilização do conceito de práticas;
3. A inserção societal das práticas sociais.

Acreditamos que são os principais problemas apontados pelos comentadores das práticas. Para além disso, o terceiro ponto (inserção social das práticas) possui importância

epistemológica. Flament (Chrysochoou, 2010) e Wagner (1994a) alertam para o excesso de perspectiva cognitiva na TRS. Acreditamos que a abordagem societal responde à essa demanda, além de não apresentar contradições irremediáveis com a abordagem estrutural.

Esperamos ter conseguido reunir suficiente material teórico para dar um pequeno passo na teorização sobre as práticas sociais. Tentamos com os nossos capítulos teóricos organizar as conceituações da abordagem estrutural, apontar lacunas e indicar caminhos para que as defasagens sejam observadas e mitigadas. Apesar de não ser um decisivo passo à frente, acreditamos ter dado um necessário passo atrás. Assim esperamos ter começado a retomar o caminho das práticas sociais.

As Produções Acadêmicas sobre Práticas Sociais no campo das Representações Sociais e Áreas Próximas

As práticas sociais são centrais na Teoria das Representações Sociais (TRS), já que o conceito começou a ser privilegiado nos anos de 1960, década de criação da teoria. Trabalhos experimentais (Abric et al., 1967; Apfelbaum, 1967; Faucheux & Moscovici, 1968; Codol, 1968; 1969, por exemplo) estudaram como o comportamento era causado ou afetado por diferentes representações (de si, do outro, da tarefa e do grupo de pertença). Esses estudos experimentais perduraram até o meio da década seguinte (Abric, 1971; 1972; Abric & Kahan, 1972; Codol, 1971; 1972; 1974; Abric & Vacherot, 1976).

É também na década de 70 que Abric (1976) propõe a Teoria do Núcleo Central (TNC). Considerando a participação de Abric nos estudos experimentais, é possível dizer que o estudo da relação entre representações e práticas influenciou o surgimento da abordagem estrutural. É esta abordagem, que nas décadas seguintes, pautará as práticas sociais como um de seus conceitos central.

Ao bloco de estudos experimentais que foram realizados na década de 1960 e 1970 chamaremos de **Os primórdios das práticas**. Fazemos essa classificação para facilitar a apresentação dos resultados neste artigo. Categorizando por períodos, pretendemos criar linha do tempo para ilustrar diferentes momentos do estudo das práticas.

Em 1982, Von Cranach, Kalbermatten, Indermühle e Gugler (1982) lançam o livro “Goal-directed Action”. Já em 1988, Thommen, Amman e Von Cranach publicam “Organization of Action By Social Representation” (1988). Essas duas obras, em 1992, geraram dois capítulos (von Cranach, 1992; Thommen et al., 1992) no livro “Social representations and the social base of knowledge” de Von Cranach, Doise e Mugny (1992). Inserimos esse bloco de estudos na categoria **Os alemães e a ação**.

Na década 1980 temos a publicação do livro “Loucuras e Representações Sociais” de Denise Jodelet (1989b). O método de Jodelet é referenciado (Wagner, 1994a; Abric, 1994/2001; Flament, 1994/2001a) como ideal para estudar representações e práticas. Não classificaremos a obra em categoria específica, mas destacamos como marco de avanço teórico-metodológico, por sua importância e reconhecimento.

No fim dos anos 1980 as práticas continuam no cerne do desenvolvimento da abordagem estrutural das representações sociais (RS). Destacamos os trabalhos de Flament (1987), que apresenta o conceito de esquemas, e de Guimelli (1989), que demonstra que as práticas podem transformar as representações. Os trabalhos de Flament e Guimelli foram publicados em livros editados por Beauvois e Joule (1987; 1989), que na psicologia social, fomentavam a discussão sobre comportamento e pensamento.

O estudo das práticas sociais desembocou, na década de 1990, em três grandes marcos. O primeiro é a revista *Papers on Social Representations*, que publicou em 1993 e 1994 muitos trabalhos (Echebarria & Gonzales, 1993b; Sá, 1994; Wagner, 1993; 1994d; Guerin, 1994) sobre práticas, ilustrando a efervescência do conceito naquele momento. É possivelmente através da *Papers* que um autor brasileiro entra na discussão das práticas pela primeira vez com o artigo de Celso Pereira de Sá (1994).

O segundo marco é a publicação da obra “Práticas Sociais e Representações” de Jean-Claude Abric (1994/2001). A obra representa a centralidade das práticas sociais para a abordagem estrutural. Destacamos os capítulos de Abric (1994b; 1994c; 1994d), de Flament (1994/2001a) e de Guimelli (1994a). O terceiro destaque é a publicação do livro “Structures et transformations des représentations sociales” de Guimelli (1994b). Esta obra consolida as práticas como agentes de transformação das representações, o que será estudado nesta década (Rouquette, 1998) e nas posteriores (Rouquette, 2000; 2003).

Ainda na década de 1990, Flament (1999; 2000) defende que as representações funcionam como sistema normativo. Essa perspectiva avança o que o autor já havia postulado (Flament, 1994/2001a), que as representações agem como norma. Por isso prescrevem (enquanto lógicas deônticas) o que é possível, desejável e obrigatório fazer em determinadas situações.

Nos anos 2000 as práticas permaneceram relevantes, com produções estrangeiras (Flament & Rouquette, 2003; Moliner, 2001) e brasileiras (Campos, 2003; Santos, Almeida e Trindade, 2000). Citamos aqui especificamente a obra de Campos (2003) que apresenta capítulos traduzidos dos autores do grupo de Midi (Guimelli, 2003; Rouquette, 2003).

Categorizaremos as obras da abordagem estrutural desde o fim da década de 1980 até a primeira metade dos anos de 2000 sob o título de **Abordagem Estrutural das Práticas sociais**. Privilegiaremos esta categoria neste artigo.

Retornamos à década de 1990 para tratar de dois textos específicos de Wolfgang Wagner. O primeiro deles é “Can representations explain social behaviour? A discussion of social representations as rational systems” (1993) e o segundo “The Fallacy of Misplaced Intentionality in Social Representation Research” (1994). Os dois textos discutem epistemologicamente a relação entre representações e práticas, além de analisar trabalhos anteriores no campo das RS (Echebarria & Gonzalez, 1993a; Thommen et al., 1988). Categorizamos os dois trabalhos de Wagner como **Epistemologia das Práticas Sociais**, pois foram estudos com características singulares.

A década de 2010 é marcada por textos de comentadores que visam sistematizar a produção já feita sobre as práticas. Citamos como exemplos os textos de Wolter e Sá (2013), de Campos (2012; 2017) e de Dany (2016). É também na década de 2010 que os textos começam a indicar a necessidade de retomar o estudo das práticas, que foi definido por Wolter

e Sá como “o caminho esquecido das representações sociais”. Por fim, categorizamos os trabalhos dos comentadores em **Comentadores das Práticas**.

Considerando a retomada do estudo das práticas sociais, este artigo tem como objetivo geral compreender as características das produções sobre práticas sociais dentro da abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais. Como primeiro objetivo específico buscamos registrar as produções acadêmicas sobre práticas sociais dentro da abordagem estrutural da teoria das representações sociais. Como segundo objetivo específico visamos descrever os trabalhos e autores mais relevantes para o estudo das práticas sociais. Como terceiro objetivo pretendemos elencar os principais conceitos relacionados às práticas sociais.

Privilegiamos aqui as concepções da abordagem estrutural, principalmente dos autores Jean-Claude Abric, Claude Flament, Christian Guimelli e Michel-Louis Rouquette. A escolha desses autores se dá pela indicação de Wolter e Sá (2013) desses nomes e pela ampla citação da obra dos quatro em trabalhos da área sobre o tema (daremos indícios desse fato mais a frente). Também trataremos de trabalhos e autores que não estão especificamente ligados à abordagem estrutural, mas que influenciaram a discussão das práticas nesta abordagem (Wagner, Jodelet, Moscovici, Echebarria, Thommen, Amman, Von Cranach, por exemplo).

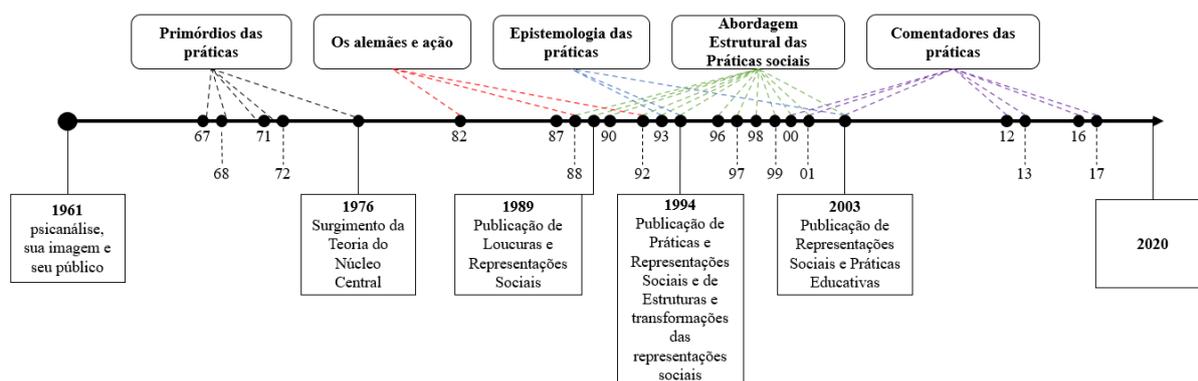
O breve percurso histórico do conceito de práticas sociais que fizemos não visa dar conta de toda a complexidade do campo. Pretendemos com ele criar parâmetros para basear a apresentação dos resultados nesse artigo. Tendo em vista o histórico do conceito trabalharemos com as seguintes categorias:

- 1- **Os primórdios das práticas**
- 2- **Os alemães e a ação**
- 3- **Epistemologia das Práticas Sociais**
- 4- **Abordagem Estrutural das Práticas sociais**
- 5- **Comentadores das Práticas**

Como dissemos, as categorias não encerram as obras em um conjunto absoluto, é recurso escolhido para a apresentação das ideias neste trabalho. A Figura 111 abaixo distribui as categorias e o marcos através dos anos.

Figura 11

Linha do tempo das produções sobre práticas sociais na Teoria das Representações Sociais



Fonte. Os autores

Métodos e Procedimentos

Para alcançar os objetivos propostos realizamos levantamento bibliográfico em diferentes vertentes. A primeira delas foi buscar em plataforma de periódicos (Google Acadêmico) as publicações com maior número de citações em inglês, português, francês e espanhol. A segunda estratégia foi montar um núcleo de obras considerando a abordagem estrutural e os quatro autores citados no tópico anterior (Flament, Abric, Rouquette e Guimelli), bem como as referências utilizadas por esses autores.

A primeira estratégia visa dar conta de captar nos quatro idiomas, os artigos mais relevantes. A segunda estratégia objetiva garantir que conseguiríamos dar conta de trabalhos seminais da área, principalmente livros e capítulos. Em geral, obras desse tipo (capítulos e livros) estão insuficientemente listadas em plataformas de periódicos, que priorizam artigos.

A estratégia escolhida é difícil de ser replicada. Existem etapas nesse método, como a escolha de obras seminais, que são subjetivas. Escolhemos prosseguir dessa forma assumindo os ônus da escolha para abarcar os trabalhos seminais da área. Nos pareceu imprudente realizar

um levantamento sobre práticas e não incluir clássicos como os de Flament (1987; 1989; 1994/2001a; 2001b), Guimelli (1989; 1994a; 1994b; 2003), Abric (1994/2001) e de Rouquette (1998; 2000; 2003). Essa decisão foi pautada em trabalho similar realizado por Borek e Abraham (2018, p. 5-6) que levantaram trabalhos sobre a dinâmica de pequenos grupos e afirmam: “Reconhecemos que essa abordagem pragmática e de descoberta para revisar os textos relevantes não pode ser replicada precisamente porque seguimos nossa crescente compreensão de um número muito grande de textos para desenvolver cumulativamente um modelo conceitual de mecanismos teorizados.”

Coleta de Dados

2.1.1 Primeiro Passo: Levantamento Bibliográfico em Plataforma de Periódicos

Utilizamos a plataforma Google Acadêmico para realizar o levantamento bibliográfico. Pesquisamos em 4 idiomas (português, inglês, francês e espanhol) os seguintes termos:

"Práticas Sociais" OR "Prática Social" AND "Representações Sociais" OR "Representação Social"

Foram encontrados 62.500 registros dos quais triamos 1.000 (250 de cada busca por idioma). Dos 1.000 artigos triados selecionamos 68 trabalhos para análise minuciosa. Foram 29 textos da busca em português, 16 textos da busca em inglês, 6 textos da busca em espanhol e 17 textos da busca em francês. Vale frisar que a busca em uma língua encontrou também trabalhos em idiomas diferentes. Os critérios para a seleção dos 68 artigos através de leitura parcial foram:

1. O artigo deveria estar inserido na Teoria das Representações Sociais;
2. O artigo deveria citar conceitos e autores da abordagem estrutural das representações sociais;
3. Os artigos deveriam ter sido publicados a partir de 1961;
4. O mesmo artigo não poderia figurar duas vezes no levantamento;

5. Ter no mínimo 15 citações no total e cinco referências nos últimos cinco anos.

Depois dessa seleção inicial realizamos uma triagem minuciosa com vistas a confirmar os critérios com leitura completa dos artigos. Ficamos então com 28 trabalhos oriundos dessa etapa, que formaram o *corpus A* “obras em plataforma de periódicos”.

2.1.2 Segundo passo: levantamento de obras seminais

Esse passo é mais difícil de ser descrito e replicado. Buscamos em obras consagradas na área de práticas sociais (Abric, 1994/2001; Guimelli, 1994b; Flament, 2001b; Campos, 2003; Trindade, Almeida e Santos, 2000) referências e citações que resultassem em outros artigos importantes na constituição do campo. Procuramos também no periódico *Papers on Social Representations* trabalhos que tratam sobre as práticas sociais.

Esse levantamento buscou obras não elencadas em plataformas de periódicos, mas que são relevantes para a compreensão das práticas sociais. Levantamos 51 obras que atendiam aos seguintes critérios:

1. O trabalho deveria estar inserido na Teoria das Representações Sociais;
2. O trabalho deveria ter sido publicado a partir de 1961;
3. O trabalho deve se enquadrar como artigo ou capítulo de livro;
4. O mesmo trabalho não poderia figurar duas vezes no levantamento.

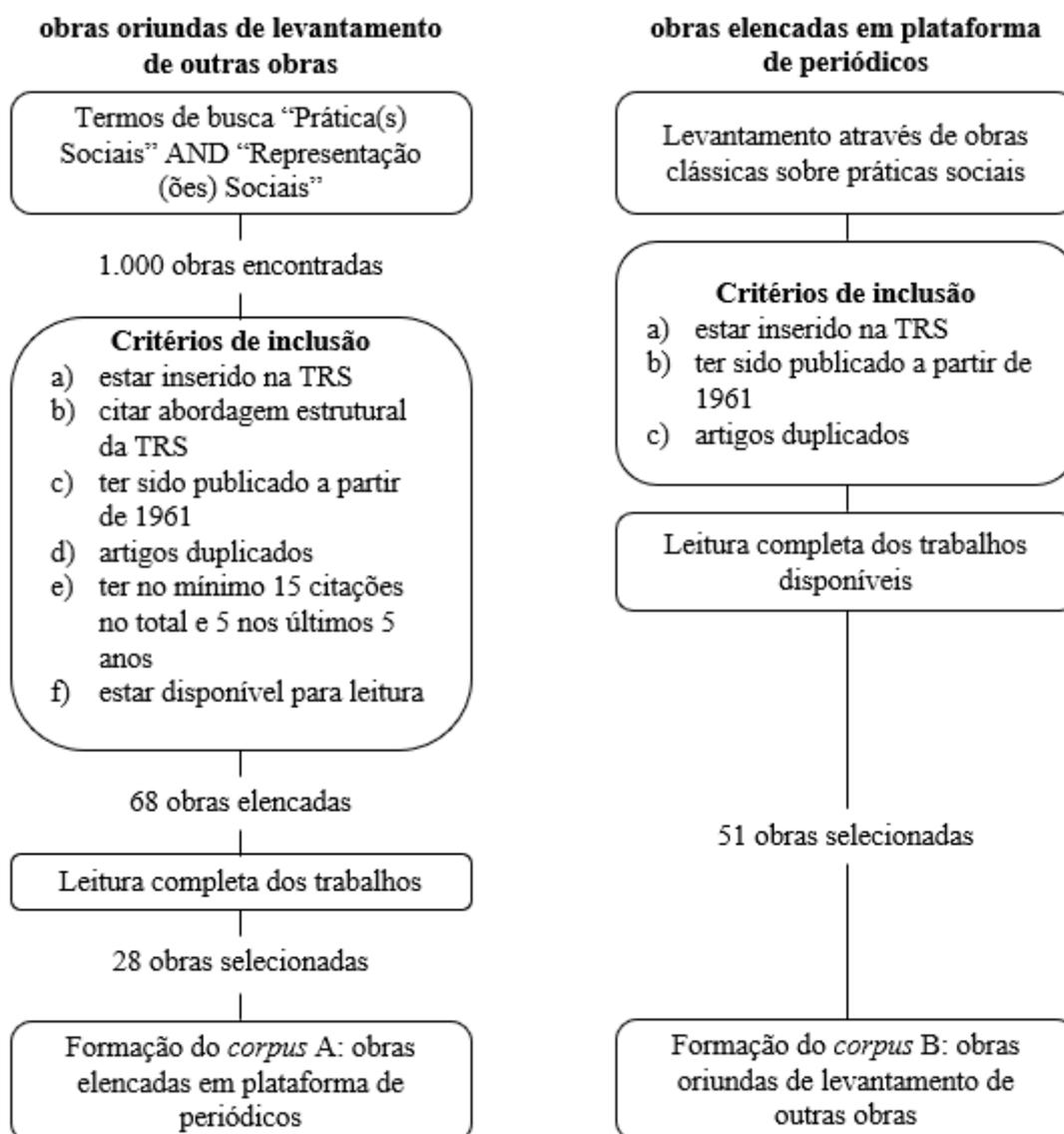
Não restringimos os trabalhos à abordagem estrutural como no *corpus A*, para abarcar antecedentes e origens dessa abordagem. Realizamos leitura dos trabalhos selecionados que estavam disponíveis (34 obras). Todas as 51 obras que atendiam ao critério constituíram o *corpus B* que nomeamos “obras seminais das práticas sociais”

2.1.3 Características dos corpora levantados

Com os dois passos realizados constituímos dois *corpora* com obras acerca das práticas sociais. O processo de construção dos *corpora* está descrito na Figura 12 abaixo:

Figura 12

Processo de construção dos corpora do levantamento bibliográfico sobre práticas sociais



Fonte. Os autores

Os dois *corpora* possuem características distintas pela natureza de seus levantamentos. O *corpus A* conta com artigos mais recente, enquanto o *corpus B* com obras mais antigas, principalmente capítulos de livro. A Tabela 22 abaixo caracteriza os dois *corpora* e o *corpus* total (que junta os dois corpora).

Tabela 22

Características dos corpora A e B

<i>Corpus total</i>	<i>Corpus A</i>	<i>Corpus B</i>
---------------------	-----------------	-----------------

	Total de documentos	79	28	51
Tipo de documento	Artigos	43	26	17
	Capítulo de Livro	15	2	13
Característica de autores	Total de autores (com repetição) ^a	131	63	68
	Total de autores (sem repetição) ^a	87	52	35
Características das fontes	Documentos com apenas 1 autor	48	10	38
	Total de revistas (sem repetição)	38	24	14
Temporalidade	Total de editoras (sem repetição)	12	2	10
	Período compreendido	1967-2018	1993-2018	1967-2017
Informações de citação	Média dos anos de publicação	2000	2006	1994
	Citação média por documento	131,9	127,5	136,8
Referências	Total de citações nos últimos 5 anos	33,9	39,2	28,5
	Total de Referências (sem repetição)	1.175	654	611
	Total de Referências (com repetição)	1.804	941	863

Fonte. Os autores.

Nota. O *corpus A* se refere a obras em plataforma de periódicos e o *corpus B* apresenta obras semanais das práticas sociais.

^a Muitos autores, revistas, editoras e referências aparecem mais de uma vez, decidimos apresentar os números com e sem repetição a depender do caso.

A Tabela 2222 apresenta a diferença entre os dois *corpora*. Esta corrobora que métodos de levantamentos combinados podem dar conta de diferentes épocas de produção, diferentes trabalhos e diferentes autores.

Análise de Dados

Para análise dos dados utilizamos três softwares diferentes. Realizamos as estatísticas descritivas através do Microsoft Office Excel, para a análise de similitude o IRaMuTeQ 0.6 alpha 3 (Loubère & Ratinaud, 2014), que é baseado em R 4.2.2 (R Core Team, 2022). E, por

fim, nos baseamos na biblioteca bibliometrix (Aria & Cuccurullo, 2017) que utiliza o R para análises bibliográficas e bibliométricas.

Resultados

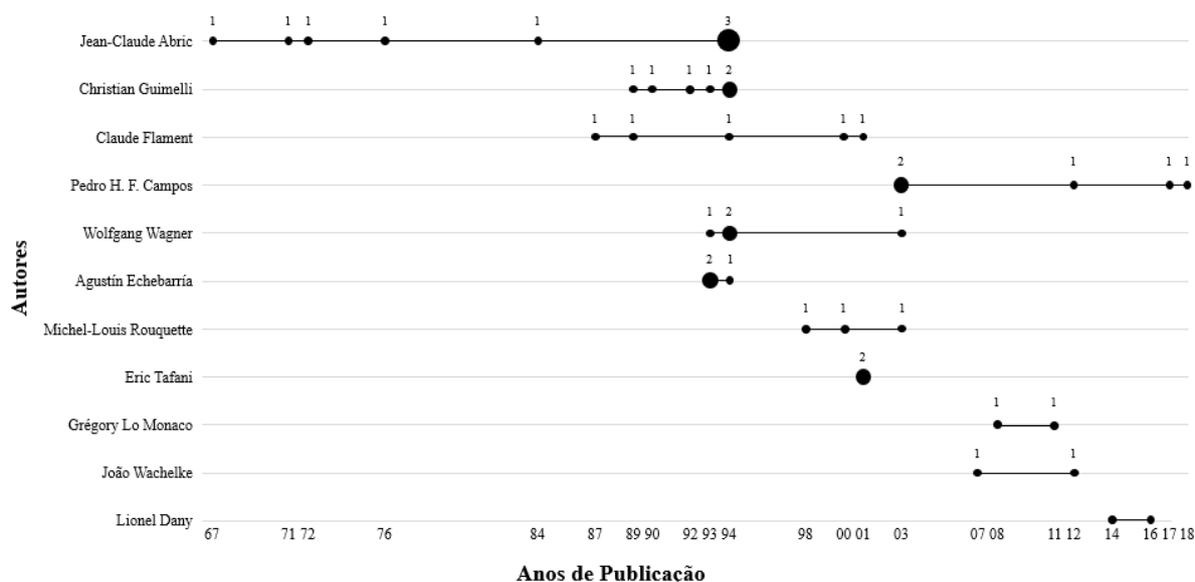
Apresentaremos os resultados em diversas etapas. Primeiramente falaremos sobre os autores dos documentos levantados, apresentado a temporalidade da sua produção, sua relevância, sua afiliação institucional e seu país de origem. Posteriormente traremos as revistas e editoras, apresentando também sua a temporalidade e relevância em diferentes momentos. Traremos ainda as características das referências utilizadas pelos trabalhos, apontando as que são mais utilizadas, os autores mais referenciados, dentre outras informações.

Os Autores

Neste subtópico privilegiaremos as autorias principais, desconsiderando autores secundários. Na Figura 13 apresentamos os 10 autores principais que mais aparecem nos corpora levantados e suas produções ao longo dos anos.

Figura 13

Autores principais e suas obras acerca das práticas ao longo dos anos



Fonte. Os autores

Nota. A figura considera apenas autores principais.

O gráfico acima apresenta os autores com mais produção nos *corpora A e B*. Vemos Abric, Guimelli, Flament e Campos como os autores com maior número de obras. Pelos anos dos trabalhos, observamos que o auge das publicações sobre práticas aconteceu no início da década de 1990. A partir dos anos 2000 observamos nova geração de autores (Campos, Lo Monaco, Tafani, Wachelke e Dany) continuando os estudos sobre práticas pela abordagem estrutural.

Wagner e Echebarria não estão associados diretamente à abordagem estrutural, produziram trabalhos relevantes para as práticas. Já tendo citado Wagner, abordamos os trabalhos de Agustín Echebarria (Echebarria e Gonzalez, 1993a; Echebarria, 1994 e Echebarria e Gonzalez, 1993b) que tratam sobre representações de democracia e voto nas eleições, além de ligar o conceito de práticas à teoria da identidade social. Wagner (1994a; 1994b) e Echebarria (1994) discutiram sobre as práticas sociais em artigos-resposta um ao outro publicados na *Papers on Social Representations*.

É interessante também observar os trabalhos experimentais (Abric et al., 1967; Abric, 1971; 1982; Abric & Kahan, 1972; Abric & Vacherot, 1976), que serviram como precedentes ao desenvolvimento do campo das práticas. Apesar dos parâmetros teóricos terem mudado com os trabalhos posteriores, são artigos seminais para o campo das práticas.

Na Tabela 233 abaixo temos os autores dos *corpora* classificados de acordo com seu índice h. O índice h “de um pesquisador é definido com o número de artigos publicados pelo pesquisador, os quais obtenham citações maiores ou iguais a esse número” (Thomaz, 2011, p. 91). O índice h indica então a “relevância” dos pesquisadores através da sua quantidade de publicações e da quantidade de vezes que estas publicações são citadas.

Tabela 23

Autores dos corpora A e B classificados por seu índice H.

Autores principais	Índice H	Autores principais	Índice H
Denise Jodelet	53	Alda Judith Alvez Mazzotti	19
Wolfgang Wagner	53	Lionel Dany	18
Bernard Guerin	51	Claude Faucheux	17
Denize Oliveira	44	Gail Moloney	17
Jean-Claude Abric	43	Daniela Marzana	16
Brigido Vizeu Camargo	40	Maria Angélica C. Andrade	16
Gerard Duveen	37	Florent Lheureux	15
Pascal Moliner	36	Rafael Wolter	15
Pedrinho Guareschi	34	Jean-Pierre Deconchy	15
Christian Guimelli	33	Christèle Fraïssé	14
Claude Flament	33	E. Michel-Guillou	13
Michel – Louis Rouquette	30	Andreea Gruev-Vintilla	12
Mario Von Cranach	25	Eduardo Aguirre Dávilla	12
Grégory Lo Monaco	24	Beat Thommen	11
João Wachelke	23	Lionel Souchet	11
Eric Tafani	22	Ângela Maria de O. Almeida	6
Evan Apfelbaum	22	Peta Callaghan	6
Maria Flávia Gazzinelli	22	Anne-Marie Mamontoff	5
Agustín Echebarria	21	Jean Viaud	5
Celso Pereira de Sá	21	Vítor Silva Mendonça	2
Pedro Humberto F. Campos	21	Jacky Singéry-Bensaïd	1

Observamos nos primeiros lugares Jodelet, Wagner e Guerin. Jodelet é extremamente citada por seu estudo “Loucuras e Representações Sociais”, como padrão de estudo acerca

das práticas. Guerin, ligado à análise do comportamento, entra na discussão das práticas comentando artigo de Sá (1994) sobre comportamentos, práticas e representações sociais.

Observamos também os autores Abric, Flament, Guimelli e Rouquette em altas posições. Os quatro autores são referências da abordagem estrutural. Destacamos também a presença de brasileiros como Oliveira, Camargo, Guareschi, Wachelke, Sá, Campos, Wolter e Almeida, que difundiram o estudo das práticas sociais no Brasil, comentando e aplicando os conceitos produzidos pela abordagem estrutural na década de 90.

Quanto a afiliação dos autores, na Tabela 24 abaixo apresentamos a instituição de origem dos autores principais. Mantivemos apenas as instituições que aparecem no mínimo duas vezes nos *corpora*.

Tabela 24

Afiliação institucional dos autores dos corpora A e B

Universidade	Frequência
Université de Provence	30
Université Paul Valéry	6
Universidade Estácio de Sá	6
University of Tartu	4
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	3
University of the Basque Country	3
Université René-Descartes	2
Universidade Federal de Uberlândia	2
Southern Cross University	2

Fonte. Os autores.

Observamos, como era de se esperar, que grande quantidade dos trabalhos é oriundo da Université de Provence, berço da abordagem estrutural. Em segundo lugar temos a Université Paul Valéry, afiliação de Guimelli, que conta com 6 trabalhos nos *corpora*. A Universidade

Estácio de Sá, a brasileira mais bem ranqueada é presente, principalmente, por conta dos trabalhos de Campos. Wagner é o representante da Universidade de Tartu, enquanto Echebarria é o da University of the Basque Country. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro conta com trabalhos de Sá, Oliveira e Wolter.

Quanto aos países dos autores, temos maioria de autores franceses, seguidos de autores brasileiros. Contamos ainda com autores da Austrália, Áustria, Colômbia, Espanha, Inglaterra e Itália. Quanto ao idioma, são 33 trabalhos em francês, um em espanhol, 27 em inglês e 18 em português.

Revistas e Editoras

Tendo trazido os resultados acerca dos autores, agora tratamos das editoras e revistas que publicaram os trabalhos. A Tabela 2525 abaixo apresenta as revistas que publicaram os trabalhos presentes nos *corpora* e que aparecem pelo menos duas vezes.

Tabela 25

Revistas que publicaram sobre práticas sociais dos corpora A e B

Universidade	Freq.	Ano publicação (inicial e final)	Média de citação
Papers on Social Representations	14	1993-2016	92,4
Cahiers internationaux de psychologie sociale	6	1992-2008	38,5
Bulletin de psychologie	4	1976-1992	77
Psychologie et Société	3	2000-2003	217,3
Revue internationale de psychologie sociale	3	1990-2001	47,7
European Journal of Social Psychology	2	1971-1972	109
Interamerican Journal of Psychology	2	2007-2010	138,5
Psychologie Française	2	1967	35
Temas em Psicologia	2	2000	73,5

Fonte. Os autores.

Destacamos a grande quantidade de trabalhos publicados na *Papers on Social Representations*. A revista serviu, conforme dissemos, como palco de discussões teóricas sobre as práticas sociais na década de 1990. Vale salientar que a revista não só abriu espaço para publicações no tema, mas também permitiu artigos de resposta como o de Wagner (1994b), de Echebarria (1994) e de Guerin (1994).

Observamos também que diferentes revistas foram importantes em diversos períodos do desenvolvimento do campo das práticas. A *Psychologie Française*, *European Journal of Social Psychology* e a *Bulletin de psychologie* foram relevantes no período anterior à década de 1990, nos primórdios do conceito. *Psychologie et société*, *Interamerican Journal of Psychology*, *Temas em Psicologia* e *The Spanish Journal of Psychology* passam a ter relevância a partir dos anos 2000. A *Papers on Social Representations*, *Cahiers internationaux de psychologie sociale* e *Revue internationale de psychologie sociale* foram relevantes na época áurea das práticas na década de 1990.

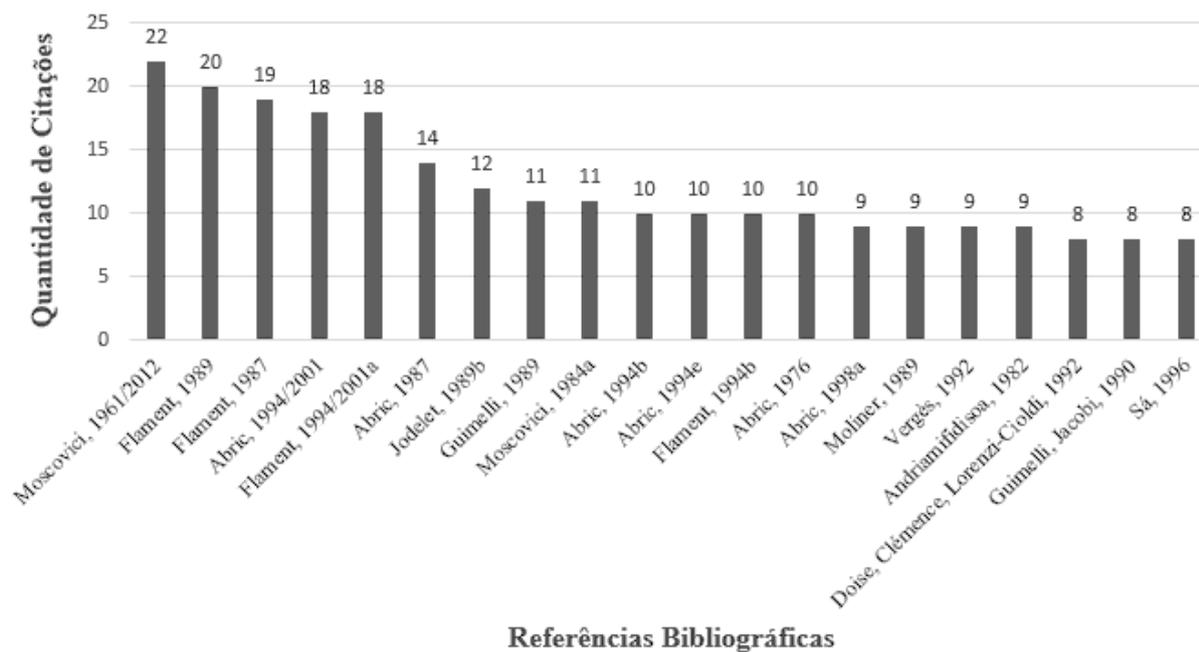
Sobre as editoras, temos a *Presses Universitaires de France*, a *Presses Universitaires Grenoble* e *Delachaux et Niestlé*. Elas são responsáveis pelas publicações das obras de Abric (1994/2001), Moliner (2001) e Guimelli (1994b).

Referências

Analisamos 1.175 referências oriundas dos 79 trabalhos. A Figura 14 abaixo apresenta as referências que aparecem com mais frequência.

Figura 14

Os trabalhos mais referenciados nos trabalhos sobre práticas dos corpora A e B



Fonte. Os autores

Nota. O *corpus A* se refere a obras em plataforma de periódicos e o *corpus B* apresenta obras semanais das práticas sociais.

Nota². A quantidade de citações apresenta a quantidade de trabalhos nos dois *corpora* que citaram as referências pelo menos uma vez

A referência mais frequente é a obra seminal de Moscovici (1961/2012) “Psicanálise, sua imagem, seu público”. O trabalho não trata diretamente das práticas, mas é a referência principal da TRS. Temos outro trabalho do autor (Moscovici, 1984a), onde afirma que as representações antecedem estímulo (a causa) e resposta (o comportamento). Essa visão é retomada em trabalhos posteriores (Wagner, 1993; Abric, 1994/2001; Wolter e Sá, 2013).

Destacamos também o trabalho de Jodelet (1989b) “Loucuras e Representações Sociais” que, como já dissemos, é referido como estudo exemplar sobre práticas sociais. Isso se dá porque Jodelet verifica diferença entre o que os sujeitos dizem (que a loucura não é contagiosa) e o que os sujeitos fazem (práticas de prevenção ao contágio da loucura).

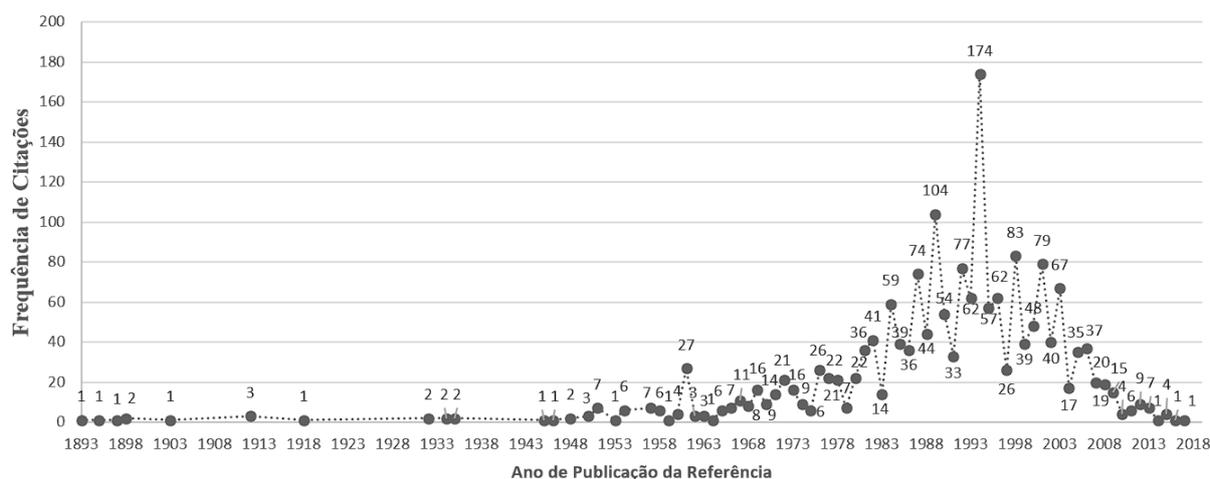
Tirando as referências de Jodelet e Moscovici, temos prevalência dos trabalhos de Flament (1989; 1987; 1994/2001a; 1994b), Abric (1994/2001; 1987; 1994b; 1994e; 1976;

1998a) e Guimelli (1989). Podemos considerar que esses trabalhos são os mais influentes para as práticas na abordagem estrutural.

Chama atenção que dentre as referências mais utilizadas, a mais recente seja de 1996, isso corrobora a década de 1990 como a principal no estudo das práticas. Também fortalece a afirmação de Wolter e Sá (2013), de que o estudo das práticas é o “caminho esquecido” da TRS. Apesar de termos encontrados artigos e capítulos publicados a partir da década de 2000, eles não são frequentemente referenciados nos trabalhos. Atestando esse fato temos abaixo, na Figura 15 as referências citadas de acordo com o ano em que foram publicadas.

Figura 15

Referências citadas pelos trabalhos dos corpora A e B distribuídas pelos seus anos de publicação

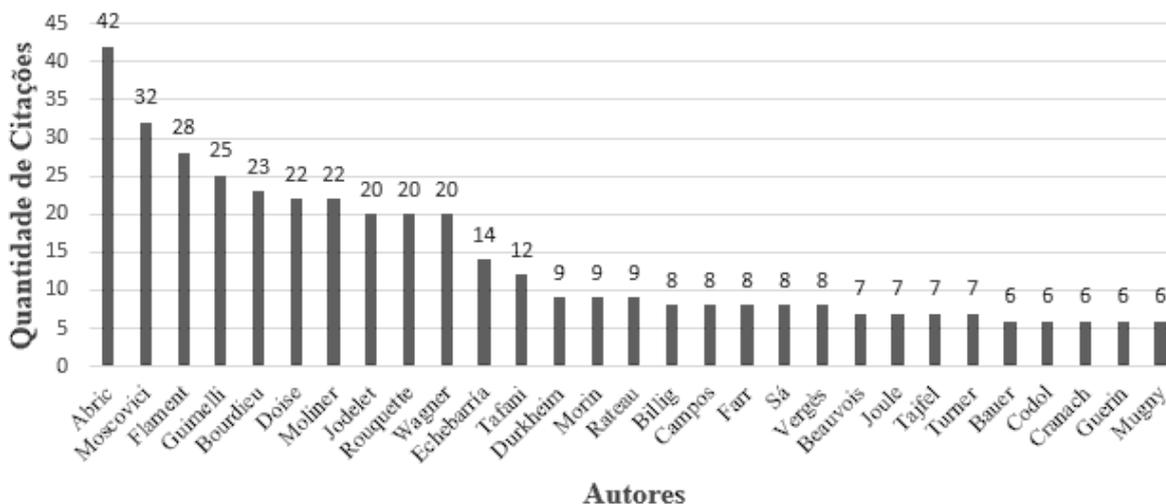


Fonte. Os autores

Outro dado que verificamos é quantas vezes os autores principais aparecem nas referências. Na Figura 16 abaixo não consideramos os coautores e referências específicas, mas apenas a quantidade de vezes que os autores principais são citados em diferentes trabalhos.

Figura 16

Os autores mais referenciados nos trabalhos sobre práticas dos corpora A e B



Fonte. Os autores

Nota. O *corpus A* se refere a obras em plataforma de periódicos e o *corpus B* apresenta obras semanais das práticas sociais.

Nota². A quantidade de citações apresenta a quantidade de trabalhos nos dois *corpora* que citaram os autores pelo menos uma vez

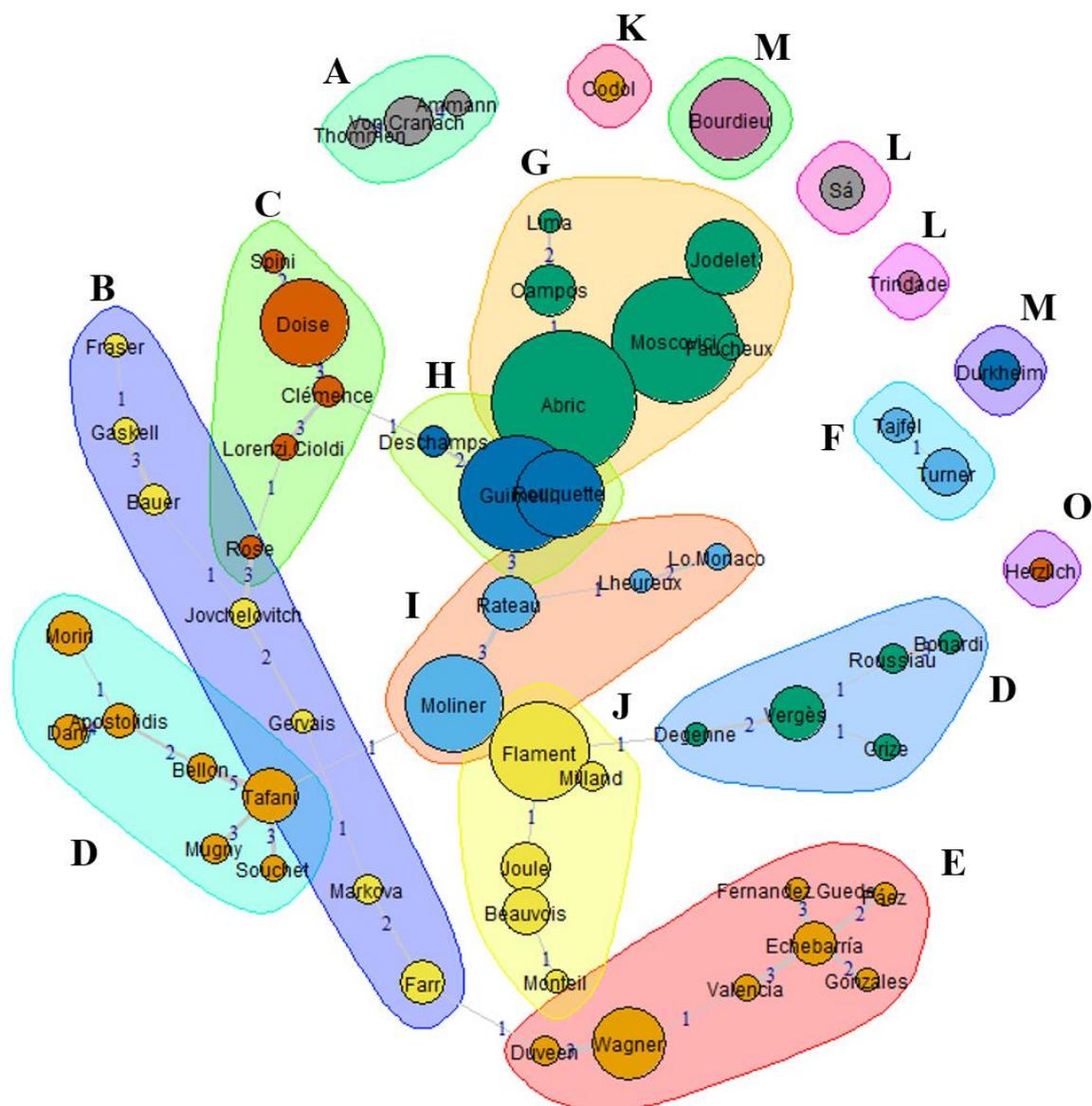
Observamos que Abric, Flament e Guimelli figuram no topo do gráfico, representando os pilares da abordagem estrutural. Observamos ainda a alta frequência de trabalhos de Moliner, Rouquette, também relevantes para a abordagem estrutural. Moscovici também figura entre os cinco mais citados, principalmente pela sua obra seminal (1961). Vemos ainda Wagner e Echebarria, que já citamos anteriormente.

Notamos a presença de Pierre Bourdieu como o quinto autor mais citado pelos trabalhos. Bourdieu é sociólogo, mas sua influência é notável no estudo das práticas (Bourdieu, 2002; 2011; 2013). Sua importância é reforçada pela alta frequência de referências de Doise, que com a abordagem societal articula conceitos bourdieusianos com os da TRS.

Para entender as autorias e coautorias, realizamos análise de similitude por concorrência de autores por trabalho. Elencamos os autores e coautores dos 79 trabalhos e das 1.175 referências. A Figura 17 abaixo apresenta os resultados desta análise de similitude.

Figura 17

Análise de Similitude da estrutura de autoria e coautoria dos corpora A e B e de suas referências



Fonte. Os autores

Nota. O *corpus A* se refere a obras em plataforma de periódicos e o *corpus B* apresenta obras seminais das práticas sociais.

Nota 2. Como ponto de corte da árvore adotamos o critério de que o autor deveria aparecer em mais de um trabalho. Ou seja, os casos em que os sujeitos publicaram uma vez juntos estão presentes na árvore, mas apenas se os dois autores aparecem em mais de uma referência do *corpus*.

As comunidades G, H e J são o núcleo basilar da abordagem estrutural, com a presença de Guimelli, Rouquette, Abric e Flament. Temos também a comunidade D com autores mais recentes dessa abordagem (Tafari, Apostolidis, Dany), os que deram continuidade aos estudos das práticas.

A comunidade A representa os trabalhos alemães sobre representações e ação (direcionada e multinível), com Thommen, Von Cranach e Amman. Não abordamos diretamente esses trabalhos, por não encontrar conexão direta entre eles e a abordagem estrutural. O nicho E conta com Wagner e Echebarria, que como dissemos, foram importantes para as práticas na década de 1990.

Observamos na comunidade C a presença central de Willem Doise, da abordagem societal, a comunidade B com Ivana Marková, da abordagem dialógica e também a comunidade D com Denise Jodelet, da abordagem processual. A separação das abordagens da teoria das representações sociais não é absoluta, de modo que a abordagem estrutural também cita e é influenciada pelas outras abordagens.

Chama atenção ainda a influência de autores de outras teorias. Temos Tajfel e Turner na comunidade F da teoria da identidade social e Bourdieu e Durkheim representando as influências sociológicas (comunidade M). Destacamos aqui Pierre Bourdieu e sua perspectiva praxiológica que é frequentemente citada como referência ou possibilidade para o estudo das práticas (Sá, 1994; Wagner, 1993).

Frisamos ainda a presença de Beauvois e Joule na comunidade J, dois autores da Teoria do engajamento. Os autores foram extremamente relevantes dando espaço para publicação de artigos de Flament (1987) e Guimelli (1989), pioneiros para práticas sociais.

Discussão

Para o tópico da discussão, esboçaremos a estrutura conceitual das práticas sociais. Utilizaremos os artigos levantados, considerando a influência deles para a abordagem estrutural. Tentaremos então elencar conceitos e pontos importantes para as práticas.

As Definições das Práticas Sociais

Um dos pontos mais levantados pelos comentadores das práticas é que o conceito muitas vezes não corretamente utilizado. Muitos trabalhos utilizam práticas como sinônimo de comportamento ou de forma generalista. Para amenizar a questão é essencial que se defina o conceito de práticas.

A definição mais utilizada é a de Jodelet e Moscovici (1990, p.287): “Práticas são sistemas de ação, socialmente estruturados e instituídos em relação aos papéis”. No entanto esta não é a única definição, na Tabela 26 adaptada (Dany, 2016) apresentamos algumas definições do conceito.

Tabela 26

Definições de Práticas sociais

Definição	Referência
“Práticas sociais são ações sociais ritualizadas (...). Práticas sociais são ações comuns criadas e recriadas periodicamente. Elas empregam unidade e personalidade a uma comunidade.	Echebarria & Gonzalez (1993a)
“Sistemas complexos de ações socialmente investidos e que obedecem a questões social e historicamente determinadas”	Abrie (1994/2001, p. 7).
“Conjuntos de comportamentos realizados por e para grupos sociais.”	Moliner (1998, p. 63).
“A ação inserida na vida social que regula a legitimidade e validade do pensamento”	Flament & Rouquette (2003 p. 56).

“Práticas sociais são, de alguma forma, a interface entre circunstâncias externas e prescritores internos”	Flament (1994/2001a, p. 63)
“um conjunto de ações realizadas por grupos sociais que possuem uma característica de totalidade, no sentido de que ações aparentemente isoladas se relacionam entre si e formam um todo”	Wolter & Peixoto (2021, p. 85)

Fonte. Essa tabela é adaptada de Dany (2016).

Nas definições as práticas são sistemas de comportamentos, logo, não podem ser ações individuais. Outro ponto importante é a recorrência, práticas não são performances isoladas, se estruturam e repetem ao longo do tempo. O terceiro ponto é que as práticas são a interface entre as representações e o mundo externo, ou seja, traduzem a dinâmica da história no pensamento (transformando as representações). Acreditamos que ao considerar os três pontos, os estudos amenizariam os problemas levantados pelos comentadores.

A Relação das Práticas com as Representações Sociais

Os estudos experimentais da década de 1960 (Abric et al., 1967; Apfelbaum, 1967; Faucheux & Moscovici, 1968; Codol, 1968; 1969) afirmam que o comportamento individual (variável dependente) é causado por diferentes representações (variáveis independentes). Codol (1968; 1969; 1972; 1974) propõe que as diferentes representações juntas formam um sistema representacional. As situações cotidianas definiriam a representação (de si, do outro, da tarefa, do grupo) que será normativa e determinará os comportamentos.

Em 1989, Jodelet (1989b) faz duas contribuições valiosas para o campo das práticas. A primeira delas é metodológica, que trataremos mais à frente. A segunda é verificar que existem contradições entre o que os sujeitos pensam e dizem. Isso torna fundamental observar as práticas para compreender a totalidade da representação. Estudos praxeodiscursivos se tornam essenciais, já que existem cognições contra normativas reprimidas no discurso. Essa

constatação influenciará o conceito de Zona Muda (Moliner & Chokier, 2006) desenvolvido também na abordagem estrutural.

Analisando o estudo de Jodelet (1989b) e de outros autores da TRS, Wagner (1994a) propõe uma explicação diferente da adotada pelos estudos da década de 1960. Para o autor, as práticas são expressões das representações e não causada por elas. Esse ainda não é um ponto pacífico para a área, mas sem dúvida as exposições epistemológicas de Wagner possuem relevância crucial.

Já na abordagem estrutural, Guimelli (1989) estuda caçadores que utilizam práticas ambientais (com frequência, de modo intermitente e que nunca utilizaram). O estudo apresenta a hipótese de que novas práticas podem transformar as representações sociais. O estudo de Andriamifidisoa (1982) sobre a cultura malgaxe corrobora a ideia da dinâmica representacional.

Pautado na ideia de que as práticas mudam as representações, Flament (1987; 1989) desenvolve a noção de esquema. As representações carregam normais gerais e condicionais em formas de “esquemas normais”, que definem o que é lícito ou não. Quando uma prática contraria o esquema normal e, então, é necessário racionalizar para preservar a representação, é quando são acionados os “esquemas estranhos”. Posteriormente a abordagem estrutural também trabalha com a ideia de “esquema de negação”, quando se nega a situação estranha, sem racionalização envolvida. O conceito de esquema, segundo o próprio Flament (1989) é influenciado pelas teorias de esquemas (Ménardiere & Montmolin, 1985) e dos scripts (Schank & Abelson, 1977).

A mudança representacional perpassa pela pautada na ideia de que a representação prescreve o que é ou não normal. Flament (1994/2001a; 1999; 2001b) propõe então que as representações agem como sistema normativo. Quando novas práticas surgem por

circunstâncias externas, elas podem ir contra os esquemas do sistema normativo, ocasionando transformação.

A transformação de uma representação pode ser: progressiva, resistente e brutal. A transformação progressiva é quando as novas práticas não contradizem totalmente os esquemas gerais. A transformação resistente acontece quando os esquemas estranhos ou de negação protegem o núcleo central, mas não por muito tempo. Já a transformação brutal ocorre quando não é possível utilizar mecanismos de defesa e o núcleo central é esfacelado (Campos, 2012).

Rouquette (1998) propõe que devemos observar quatro aspectos da influência transformadora das práticas sobre as representações. O primeiro é se um grupo realizou ou não uma prática (passagem ao ato), quantas vezes realizou esta prática (recorrência), como a realiza (modo de fazer) e qual é o objetivo ao realiza-la (cálculo).

Consideramos então que as representações indicam o que é normal e as práticas ilegítimas questionam a indicação, transformando as representações. É Rouquette (1998, 2000) que sintetizará a relação entre representações e práticas da seguinte forma: “(...) convém tomar as representações como uma condição das práticas, e as práticas como um agente de transformação das representações.” (Rouquette, 1998, p. 43). Parece-nos, ao observar os trabalhos levantados, que a formulação de Rouquette é amplamente aceita na abordagem estrutural. Seu valor está no fato de negar influência circular entre representações e práticas, definindo funções claras para os dois conceitos.

As Teorias da Abordagem Estrutural Para as Práticas Sociais

A abordagem estrutural desenvolveu pelo menos dois caminhos interconectados para compreender as práticas. Flament (1987; 1989; 1994/2001a; 1999; 2001b) desenvolve o que ele chama de teoria da condicionalidade. Já Guimelli (1989; 1994b; 2003) desenvolve o que Flament (1994/2001a) de teoria da ativação.

A teoria da condicionalidade afirma a representação como norma, com prescritores absolutos e condicionais. Flament (1994/2001a) afirma que existem prescrições normativas que são gerais e abstratas (como “deve-se ajudar alguém que cai na rua”) e prescrições condicionais que modulam a prescrição geral para situações específicas (“deve-se ajudar alguém que cai na rua, menos quando for um bêbado”).

Já a teoria da ativação pleiteia que existem elementos funcionais e normativos na representação social. Dependendo da finalidade da situação são ativados diferentes tipos de elementos representacionais. Em situações em que é necessário agir, serão ativados elementos funcionais e em situações de julgamento, serão acionados elementos normativos. Dentro dessa teoria está também a noção de proximidade do objeto. Sá (2015) afirma que quanto mais próximo um grupo é de um objeto, mais elementos funcionais serão ativados. Por outro lado, quanto maior for a distância em relação ao objeto, mais elementos normativos serão acionados.

É difícil dizer o quanto as duas formulações (da condicionalidade e da ativação) são teorias distintas. A principal diferença entre as vem da teoria de Guimelli afirmar diferentes tipos de cognições (funcional e normativa) nas representações, enquanto Flament diz que as cognições das representações são ao mesmo tempo descritivas e prescritivas. De qualquer modo, separamos as duas teorias porque assim recomenda Flament (1994).

A Metodologia das Práticas Sociais

Outro ponto importante que é apontado por Almeida, Santos e Trindade (2000) é a metodologia do estudo das práticas. Já dissemos que o estudo das relações entre representações e comportamento começou com estudos experimentais na década de 1960. Esse tipo de método foi, no entanto, deixando de ser utilizado a partir dos anos 80.

Passamos então a estudos de observação em situações reais, como os estudos de Andrimifidiasoa (1982) e Guimelli (1989). Destacamos nesta categoria o estudo de Jodelet

(1989b), “Loucuras e Representações Sociais”, que utiliza de investigação verbal (entrevistas) e observacional. Jodelet demonstra a necessidade de observarmos de fato o que os sujeitos fazem e não só o que dizem que fazem.

Flament (1994/2001a) corrobora a visão de Jodelet, afirmando que os estudos sobre representações sociais devem ser praxeodiscursivos. Isso porque existe viés discursivo, já que os sujeitos tendem a vincular na fala apenas as prescrições absolutas e não as condicionais. Apesar disso, muito dos estudos sobre práticas em TRS a partir dos anos 2000 não focam em observar o que os sujeitos fazem, mas se baseiam em questioná-los sobre as suas práticas.

Destacamos ainda o surgimento do método de investigação verbal chamado esquemas cognitivos de base (ECB) (Guimelli, 2003). Mais ligado à teoria da ativação, ele permite verificar quais são as cognições funcionais de uma representação social.

Aqui, defende-se a importância do retorno de estudos observacionais e experimentais para as práticas sociais. Não pleiteamos o abandono dos questionários, mas sim a sua aplicação conjunta com as observações.

Conclusão

O estudo das práticas sociais possui uma sólida história de desenvolvimento na abordagem estrutural das representações sociais. É possível dizer que as práticas estiveram não só no desenvolvimento da abordagem, mas também de toda a TRS. Representar é agir sobre a realidade (como afirma Abric [1994/2001]). Destacamos, por fim, que é necessário cuidado conceitual e metodológico com as práticas sociais, para o desenvolvimento teórico da teoria como um todo.

Os Estudos Empíricos

O objeto de estudo desta tese é o conceito de práticas sociais. Apresentamos nos capítulos teóricos: as práticas, sua história na abordagem estrutural, as lacunas do campo e possibilidades futuras. Pensamos, como apontado na introdução, uma tese focada nas teorias da abordagem estrutural. Neste capítulo saímos um pouco da teoria para tratar brevemente da Covid-19 e seus impactos no pensamento social. É o objeto social tema dos 3 estudos empíricos que realizamos.

Não nos interessa apresentar a Covid-19 em si, mas sim as consequências que implica nas representações e nas práticas. Pretendemos com os estudos empíricos abordar a percepção de risco dos sujeitos, as práticas e a reflexibilidade sobre as práticas em relação à Covid-19. Para isso trataremos a Covid-19 sempre em sua relação ao pensamento grupal, não nos aprofundando em características objetivas e concretas do objeto.

A Covid-19, por seu grande impacto, cria um contexto propício para o estudo empírico das práticas. Propomos, na segunda parte desta tese, três estudos empíricos para aplicar os conceitos que trabalhados nos capítulos teóricos. Acreditamos que os estudos empíricos estiveram desde cedo no campo de estudo das práticas. Os estudos empíricos foram, frequentemente, o meio de avanço para os conceitos teóricos na TRS. Citamos os estudos empíricos de Guimelli (1989) e Jodelet (1985) como exemplos de impacto para a abordagem estrutural, que ocasionaram avanços no campo teórico das práticas.

O Brasil e as Pandemias: Prescrições Oficiais e de Senso Comum

A Doença do Coronavírus de 2019 (Covid-19) foi declarada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 (Cucinotta & Vanelli, 2020). No dia 19 de fevereiro de 2023 são 674.004.008 casos em todo o mundo e 6.862.848 mortos pela doença. No Brasil são 36.987.68 infectados e 698.050 mortos em decorrência do Covid-19. O país foi o segundo do mundo a passar dos 400.000 mortos, é o segundo colocado no

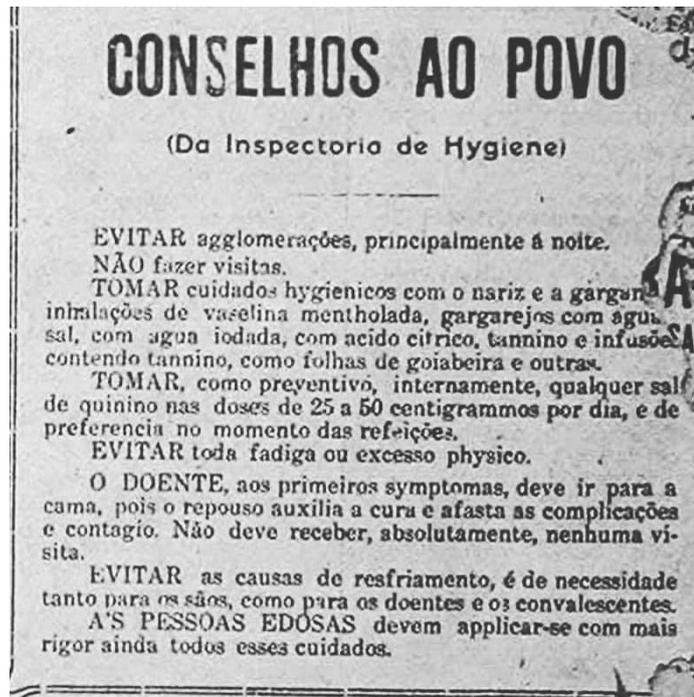
ranking do total absoluto de mortes pela doença no mundo e quarto no ranking de morte por cem mil habitantes (John Hopkins University & Medicine, 2021).

O Brasil é um dos países do mundo mais impactado pela pandemia em número de infectados e mortos, tornando-o um contexto propício para estudar a pandemia. Além disso, a última grande pandemia que o país precisou lidar em nível nacional aconteceu há cem anos atrás. A pandemia de gripe espanhola teve seu auge no país entre 1918 e 1919 e matou trinta e cinco mil brasileiros. Podemos pensar que o objeto “pandemia” não é inédito na história do país, mas a distância temporal para a gripe espanhola emprega ares de novidade à situação externa (pandemia) para a geração atual de brasileiros. A tese de Paiva (2022, p. 238) sobre a gripe espanhola no estado do Espírito Santo demonstra a dificuldade de encontrar pessoas que se lembram da época: “Encontrar pessoas que se lembrassem da gripe, em virtude do tempo decorrido entre a pandemia e a pesquisa, foi mais um desafio...”.

Evocamos a gripe espanhola pois assim como a pandemia de Covid-19 gerou prescrições de cuidado para evitar o contágio. A Figura 19 abaixo reproduzida do blog do acervo de O Globo (Filho, 2020) ilustra as prescrições:

Figura 18

O informativo "Conselhos ao Povo", com orientações para conter a gripe espanhola



Fonte. Filho (2020)

A figura acima nos mostra que as prescrições de proteção já estiveram no ambiente psicossocial brasileiro. Abaixo trazemos a Figura 20 traçando paralelo com as prescrições de proteção contra o contágio de Covid-19 recomendadas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2020), um século após aos conselhos da Figura 19:

Figura 19

Cartilha do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos direcionada aos jovens sobre prevenção ao coronavírus

COVID-19 Qual o papel da juventude para a prevenção do coronavírus?

Com a chegada do Coronavírus no Brasil, a juventude tem papel fundamental, tanto na disseminação de informações verdadeiras, quanto na mudança de comportamento.

Por isso, esteja atento e fique por dentro das últimas orientações divulgadas pelo Governo Federal no site <https://www.gov.br> e no aplicativo "Coronavírus-SUS" <https://www.gov.br/pt-br/apps/coronavirus-sus>.

Ter conhecimento sobre as formas de transmissão, prevenção e principais sintomas são essenciais no combate ao Coronavírus.

Dicas de prevenção:

Lavar as mãos frequentemente com água e sabonete por pelo menos 20 segundos, respeitando os 5 momentos de higienização. Se não houver água e sabonete,

- Usar um desinfetante para as mãos à base de álcool;
- Lave as mãos com água e sabão ou use álcool em gel;
- Cubra o nariz e boca ao espirrar ou tossir;
- Evite aglomerações se estiver doente;
- Mantenha os ambientes bem ventilados;
- Não compartilhe objetos pessoais.

Quais são os principais sintomas:

febre e tosse ou dificuldade para respirar.

Como ocorre a transmissão:

Ocorre pelo ar ou por contato pessoal com secreções contaminadas, como:

- Gotículas de saliva
- Espirro
- Tosse
- Catarro
- Contato pessoal próximo, como toque ou aperto de mão
- Contato com objetos ou superfícies contaminadas, seguido de contato com a boca, nariz ou olhos.

Seja responsável

Então seja responsável, não divulgue fake news, mas sim conteúdos de interesse público que ajudem na conscientização. Mude hábitos que coloquem outras pessoas em risco, como ir a festas, bares e prefira ficar em casa.

Tenha consciência de que uma atitude sua afeta a vida de muitas pessoas. Essa é a hora de agir com solidariedade e de pensar no próximo, para que juntos possamos enfrentar essa epidemia.

Fonte: Ministério da Saúde

DISQUE SAÚDE 136

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Fonte. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2020)

Nas duas pandemias que utilizamos de exemplo (gripe espanhola e Covid-19) as orientações de proteção surgem na lógica deontológica (é obrigado a fazer, é obrigado a não fazer, é desejável/não desejável fazer). São prescrições adaptadas ao funcionamento dos prescritores representacionais conforme a teoria da condicionalidade de Flament (1994/2001a).

Consideramos as pandemias como exemplos do que a abordagem estrutural chama de

evento externo à representação (Flament, 1994/ 2001a). Elas acontecem independente do mundo simbólico dos grupos e surgem como objeto desconhecido no ambiente psicossocial. Como é uma situação nova extremamente relevante e possui implicações práticas e profundas no dia a dia, é necessário que os grupos transformem o desconhecido em conhecido. Por essa razão, não são apenas as prescrições oficiais de proteção que existem no ambiente social. No senso comum circulam diversas teorias ingênuas sobre a origem do vírus, conselhos para tratamentos e teorias da conspiração (Oliveira et al., 2021; Wolter et al., 2021). Como os órgãos de saúde ainda não sabiam lidar com a doença no início, os grupos desenvolveram práticas e teorias com intuito de diminuir a carga de ansiedade gerada pelo novo e desconhecido objeto. Esse processo aconteceu tanto na pandemia de gripe espanhola quanto de Covid-19. Paiva (2020, p. 241-242) relata a diversidade de tratamentos e prevenções oriundas tanto das instituições de saúde quanto da população:

Para o tratamento, purgantes, quinino, Aspirina, Cachetta, injeções endovenosas de Óleo Camphorado, repouso, dieta rica em mingaus, cereais, frangos, legumes, caldo 242 de carne e outras coisas mais. A população usou vários chás de folhas de laranjeira, de limão, de arnica, de fedegoso, de losme e de pariparoba, entre outros, garrafadas e suadouro. Também, provavelmente, houve oportunidade para charlatães se aproveitarem da boa fé do povo.

Exemplos de prescrições “ingênuas” também abundam durante a pandemia de Covid-19. As redes sociais foram ambientes de circulação de *fake news* em forma de “conselhos bondosos” que indicavam receitas caseiras para prevenir o contágio e a piora no quadro da doença. Ao analisar postagens nas redes sociais, Wolter e colaboradores (2021, p. 215) indicam que os conselhos

consistem principalmente em mensagens sobre proteções e curas alternativas, seja de fontes médicas não reconhecidas, seja de conhecimentos populares e tradicionais que

estão ao alcance de qualquer pessoa. Eles variam em seus objetivos, apontando para um desejo de cura e minimização do vírus ou da doença. As prescrições são muito específicas e simples e podem ser realizadas com facilidade, como, por exemplo, beber bastante água e chás.

A incidência de pandemia mobiliza todo o campo social e demanda dos grupos teorias ingênuas e protocolos práticos. A Covid-19 não é a primeira pandemia enfrentada pelo povo brasileiro, que se deparou com a gripe espanhola (século XX), a febre amarela (século XIX), a varíola (século XX), dentre outras. Mesmo que as pandemias sejam controladas e as representações sociais retornem “ao normal”, as mudanças externas deixam marcas no pensamento grupal (Flament, 1994/2001a). Trouxemos o exemplo da gripe espanhola para mostrar que os efeitos de uma pandemia nas representações sociais são cíclicos, fazendo circular prescrições e teorias advindas do universo reificado e consensual para lidar com o desconhecido. Também utilizamos o exemplo da gripe para defender que apesar da Covid-19 ser um novo objeto, não é a primeira vez que lidamos com pandemias e suas prescrições de cuidado.

Analisamos neste subtópico as características do pensamento social no trato com pandemias atuais e do passado. Apontamos que a mudança externa (pandemia) gera novas prescrições e práticas, satisfazendo as duas primeiras etapas da dinâmica representacional (Flament, 1994a/2001). No próximo subtópico adentramos um pouco mais na vida simbólica dos grupos discutindo as possibilidades de concretização das mudanças representacionais iniciadas pela Covid. Trataremos também de como a pandemia pode impactar na normatividade do ambiente psicossocial e em diferentes representações.

A Pandemia de Covid-19 e seu Impacto nas Situações Sociais

A parte de seus impactos concretos, como número de infectados e mortos e o *lockdown* para diminuir o contágio, a pandemia afetou profundamente o pensamento grupal.

Não gerou apenas nova representação de Covid-19 como também impactou representações de outros objetos. Por exemplo, mesmo sendo ligado à saúde, o objeto “Covid-19” afetou representações sobre educação, já que houve necessidade de adequar aulas às restrições do isolamento social. A representação social da Covid-19 não é um simples pensamento sobre um objeto isolado, foi e é central para a ação de diversos grupos em contextos diferentes.

A pandemia possivelmente impactou a representações de outros objetos. Brandão e colaboradores (2020) afirmam que existem sistemas que reúnem diversas representações de objetos similares. Quando uma mudança externa é profunda para impactar diversos objetos podemos pensar em mudanças de sistemas de representação ou de redes representacionais.

Wachelke (2005, p. 317) define os sistemas de representação como:

Na medida em que as representações sociais se assemelham no que diz respeito a seu conteúdo e estrutura, elas podem ser consideradas em conjunto; uma vez que esse conjunto seja coeso e seja possível identificar regularidades nas diversas representações que justifiquem seu agrupamento, elas estarão formando o que chamaremos de um sistema representacional.

Com a noção de sistema representacional, pensamos que os grupos levarão em conta a representação da Covid para lidar com outros objetos sociais. O medo de contágio e a consequência de quebrar as prescrições de cuidado (contágio e possivelmente morte) gera práticas significantes em diversos contextos que antes suscitavam práticas não restritivas (Abriç, 1994/2001).

A pandemia transformou quase todas as situações sociais em aspectos que são fundamentais para a relação entre representações e práticas (como apresentamos no capítulo 7 desta tese). Situações com baixa normatividade passaram a ser altamente normativas e ainda, situações com finalidades de sociabilidade passaram a contar também com finalidade de cuidado e prevenção. Ou seja, a Covid-19 é objeto social capaz de impactar duas

características essenciais das situações: sua finalidade e normatividade. A relevância de um contexto pandêmico para um estudo empírico de práticas é justificada porque são as situações que modulam as práticas sociais (Flament, 1994/2001a).

Lembramos que representar um objeto é necessariamente atuar sobre ele (Moscovici, 1961/2012). Destacam-se aqui as práticas de prevenção ao contágio, como o isolamento social, uso de máscara, utilização de álcool em gel e evitar levar as mãos ao rosto. A pandemia de Covid-19 trouxe um conjunto de novas prescrições sobre práticas que devem ou não ser realizadas e também diz sobre o modo de realização dessas práticas (World Health Organization, 2021), como apresentamos no tópico anterior.

Com essas novas práticas, os ambientes tiveram de se adaptar. Inicialmente os estabelecimentos foram fechados para evitar a circulação de pessoas e aumento no contágio. Depois foram reabrindo com regras específicas para que pudessem funcionar e ao mesmo tempo diminuir o avanço do vírus. Com isso, temos diferenças concretas entre os ambientes psicossociais que modulam contextos mais ou menos normativos em relação ao cuidado.

Os aeroportos, por exemplo, são ambientes normativos desde antes da pandemia. Existem rígidos protocolos de segurança com fortes consequências para desvios. Na pandemia os aeroportos adotaram também protocolos sanitários, tornando obrigatório o uso de máscara, espalhando informações sobre cuidado em relação à doença e disponibilizando métodos de prevenção, como álcool em gel. O aeroporto é um ambiente com finalidade operacional já que nele as pessoas possuem objetivo concreto (viajar). A sociabilidade nesses espaços é, em geral, secundária.

Os supermercados foram estabelecimentos que precisaram funcionar durante todo o período pandêmico. Normalmente não são ambientes normativos, mas durante a pandemia adotaram regras de prevenção. Não são tão normativos quanto os aeroportos, mas exigiam também o uso de máscara e eram espaços em que as pessoas iam com a finalidade funcional

de fazer compras. Os mercados, no entanto, contam com mais encontros de pessoas, mais espaço para conversas e interações entre os sujeitos. Por isso, consideramos os supermercados como situações de normatividade intermediária em relação à prevenção de Covid-19.

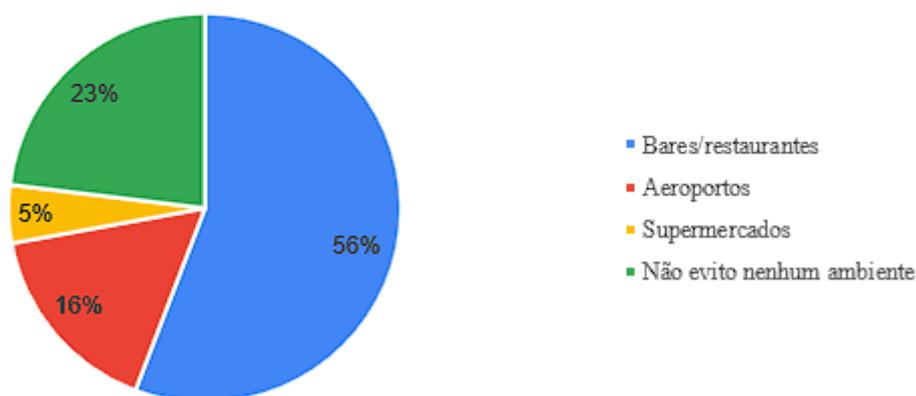
Por fim, os bares e restaurantes são ambientes menos normativos para a prevenção da Covid. Existem poucos informativos sobre a prevenção da doença, menor disponibilidade de métodos de cuidado e menos consequências para a quebra de normas. Além disso, são espaços que não possuem apenas uma finalidade já que as pessoas vão aos restaurantes para se alimentar, mas também socializam. A socialização leva à incidência maior de práticas de risco pois o contato entre as pessoas é mais intenso e prolongado.

As normatividades desses ambientes estão também inscritas nas representações dos sujeitos. Como parte de nosso primeiro estudo perguntamos a 208 participantes qual ambiente mais evitavam frequentar durante a pandemia. A Figura 21 abaixo apresenta o gráfico com as respostas

Figura 20

Ambiente que os participantes mais evitam frequentar durante a pandemia (N=208)

Locais que você evita frequentar durante a pandemia de Covid-19



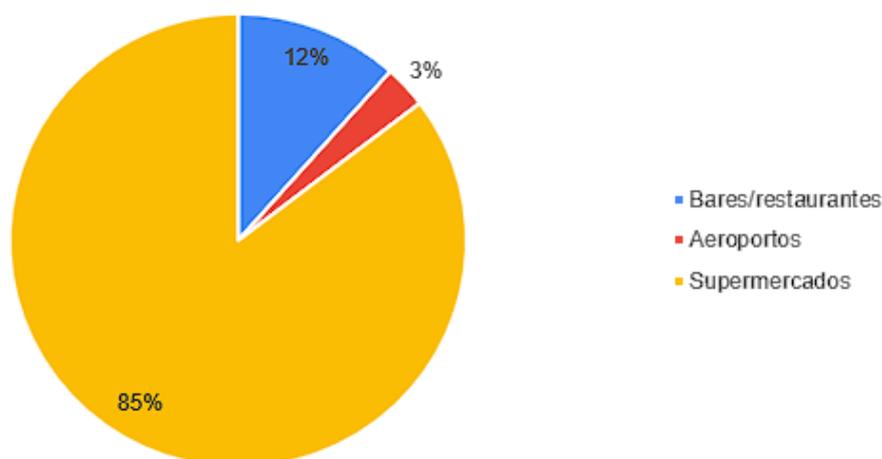
Fonte. Os autores

Os bares são os ambientes mais evitados porque são representados como os mais arriscados para o contágio. Os supermercados aparecem bem pouco, porque como já apontamos são ambientes essenciais que, em geral, não podem ser evitados e isso é corroborado pela Figura 22 abaixo que apresenta gráfico com os locais que os participantes mais frequentam durante a pandemia:

Figura 21

Locais que os participantes mais frequentam durante a pandemia de Covid-19 (N=208)

Locais que mais frequenta durante a pandemia de Covid-19



Fonte. Os autores

Insistimos nos três espaços (aeroportos, supermercados e bares/restaurantes) porque investigamos os três contextos em 2 dos nossos estudos empíricos. Observamos no estudo 2 as práticas e investigamos o nível de risco real nesses ambientes. No estudo três pesquisamos como os participantes acreditam que agem nesses estabelecimentos.

Pleiteamos que com o surgimento das novas práticas os prescritores condicionais se transformam e modulam diferentemente em cada contexto. A Covid-19 inicia o caminho da dinâmica representacional contando com mudanças externas à representação, surgimento de novas práticas e modulação dos prescritores condicionais (Flament, 1994/2001a). Acreditamos

que esse caminho tenha sido percorrido por representações de diversos objetos sociais durante a pandemia.

Pensamos, no entanto, que a maioria das mudanças representacionais em decorrência da pandemia tenha parado na alteração do sistema periférico. O retorno à normalidade, ou seja, a reversibilidade da situação, foi sempre esperado pelos grupos sociais. Esse é um dos principais bons motivos que servem de racionalização para impedir a mudança do núcleo central (Flament, 1994/2001a). Acreditamos que o sistema periférico da maioria dos grupos tenha usado os esquemas estranhos para defender o núcleo. Podemos pensar no seguinte esquema:

1. O normal é não usar máscara em ambientes públicos (lembança do normal)
2. Por conta da pandemia devemos usar máscaras em público (designação do elemento estranho)
3. Mas como a pandemia acabará, usamos máscara por um tempo determinado até a situação voltar ao normal (proposta de racionalização que permite a contradição)

Acreditamos, entretanto, que possam existir representações que sofrerão mudança em seu núcleo central. Na atuação do psicólogo clínico, por exemplo, havia resistência com atendimentos virtuais. Com a pandemia esses atendimentos foram racionalizados e se tornaram normativos e frequentes. Mesmo com o “retorno ao normal” a prática de atendimento virtual manteve sua consistência sincrônica e diacrônica. Hoje muitos psicólogos enxergam a prática como legítima e não pensam em abolir o atendimento virtual de suas clínicas. Esse processo pode levar, a longo prazo, à alteração de prescritores absolutos da representação da clínica psicológica.

A adesão às novas práticas de prevenção da Covid-19 não é unânime nos grupos sociais brasileiros, como demonstram Papageorge e colaboradores (2021). As práticas sociais em relação à Covid-19 viraram alvo de forte debate entre grupos políticos na sociedade.

Alguns grupos influentes politicamente, ligados ao presidente da república, afirmaram que a pandemia não existia de fato e que as práticas de prevenção propostas pelas instituições de saúde não estavam corretas. Essas “visões alternativas” possivelmente diminuem a potência de transformação das novas práticas.

Para além do posicionamento político, temos grupos com maior e menor proximidade em relação à Covid-19. Um dos grupos sociais mais afetados pela pandemia é o dos profissionais de saúde. Eles lidam diretamente com a doença em seus ambientes profissionais, além de aderirem às práticas de prevenção fora de seu contexto laboral. Possuem, provavelmente, afetação maior de seu campo representacional do que outros grupos da sociedade. Privilegiaremos os profissionais de saúde no método do primeiro estudo desta tese. Tomaremos como referência esse grupo para exemplo de grande proximidade em relação à doença. Do outro lado, com menor proximidade, traremos outros grupos como empresários, economistas, administradores, dentre outros. Aqui nos embasamos na teoria da ativação para compreender como a distância em relação ao objeto (Dany, 2016) afeta o pensamento grupal.

Trabalharemos no método com dois fatores principais: contextos com normatividades diversas e proximidade de diferentes grupos em relação à Covid-19. Estudamos nesta tese um objeto de representação novo, que ainda afeta e afetará as representações dos grupos no Brasil. Não podemos prever ainda as consequências futuras da doença e transformações advindas da pandemia no pensamento grupal. Pretendemos, no entanto, verificar como as práticas de prevenção e de risco são pensadas e performadas. No próximo tópico apresentamos os fundamentos do método empregado nos nossos três estudos empíricos que tratam das representações e práticas em relação à pandemia de Covid-19.

O Pensamento Social e Percepção de Risco

Os estudos sobre percepção de risco, em geral, consideram o fenômeno pela lógica

cognitiva. Gruev-Vintila e Rouquette (2007) afirmam, no entanto, que ameaças que são percebidas como arriscadas, em geral, são fenômenos sociais e objetos de representação. Afirmam que “A representação social do risco é indissociável de sua elaboração como objeto social através da cultura, comunicações de todos os tipos e memória coletiva” (Gruev-Vintila & Rouquette, 2007, p. 557). Campos (2012) também afirma que devemos observar o fenômeno de risco sob perspectivas sociais que não considerem apenas o comportamento individual. Esse tipo de visão é particularmente importante para pensar intervenções efetivas que visem gerar práticas de cuidado e mitigar práticas de risco.

A noção de risco, nessa perspectiva, não é um “fato natural”, como aponta Campos (2012, p. 26) mas sim, representada. São sistemas de representação que dão sentido ao risco percebido de determinado objeto social. Campos (op. cit., p. 26) afirma que na visão da vulnerabilidade causada por um objeto social que gera risco estão presentes “representação de saúde, da doença específica e seus agentes mórbidos, do corpo, da situação social do paciente e dos recursos deste último para enfrentar a vulnerabilidade”, ou seja, um sistema de representações (Brandão e colaboradores, 2020; Wachelke, 2005). Nas situações sociais esses sistemas de representação englobam às representações da situação específica para formar a “representação de risco” de um objeto (Campos, 2012).

Um importante mediador do pensamento social para pensar o risco é a noção de envolvimento pessoal (Rouquette, 1994/2013; Gruev-Vintila & Rouquette, 2007). O envolvimento pessoal fala da proximidade que um grupo ou sujeito possui em relação a um objeto. Já tratamos do conceito no capítulo 3 desta tese, no entanto, Gruev-Vintila e Rouquette (2007) aplicam a proximidade em relação ao objeto para pensar especificamente a percepção de risco. Segundo os autores o envolvimento pessoal considera os seguintes fatores:

- A valorização do risco expressa a importância de um risco específico, estimado em uma escala que varia de “é uma questão sem importância (-)” a “é uma questão de vida e morte (+)”
- A exposição pessoal a um risco específico é estimativa autodeclarada pelo indivíduo de sua própria exposição a esse risco em uma faixa que vai de "todo mundo está exposto e eu me sinto tão exposto quanto qualquer outra pessoa (-)" até "eu me sinto pessoalmente exposto (+)"
- A capacidade percebida de agir em relação a um risco específico é uma gradação que vai da sensação de ser impotente em relação ao risco até para a sensação de estar em pleno controle dele (de “eu não posso fazer nada sobre isso (-)” até “depende totalmente de mim (+)”; independentemente de quem causou o risco, a questão é a medida em que posso me proteger dele). (Gruev-Vintila & Rouquette, 2007, p.561).

O envolvimento pessoal é um mediador entre o indivíduo e o pensamento social para a percepção de risco. Quanto mais envolvimento com um objeto de risco, maior comprometimento terá com as prescrições do sistema periférico. Isso é dizer que um sujeito envolvido com o risco irá dar maior importância ao que é permitido ou não fazer (Gruev-Vintila & Rouquette, 2007). Ou seja, a mediação que o envolvimento realiza entre o risco e a representação liga os estudos sobre risco à teoria da condicionalidade. Isso significa que, ao estudar o risco percebido sobre a Covid-19 não nos desviamos do referencial teórico que propomos nesta tese.

Aplicar a leitura das representações sociais sobre o fenômeno de percepção de risco é sair nos níveis intra e interindividuais de análise (Doise, 1982). É pensar como os processos sociais e ideológicos atuam em nível social e subjetivo na percepção de uma nova ameaça social (Gruev-Vintila & Rouquette, 2007). Em suma, é entender como um grupo representa e lida com situação externa à representação que é potencialmente ameaçadora (Flament,

1994/2001a).

Propomos então estudar a percepção de risco sob a luz da teoria da condicionalidade e da ativação. Entendemos a importância de articular esses conceitos para apresentar como as práticas podem ser utilizadas para mitigar questões de saúde pública, como a pandemia. As intervenções em saúde sempre foram interesse da abordagem estrutural (Morin, 2016). Apesar de perspectivas teóricas importantes e aplicações práticas promissoras, as representações sociais são pouco usadas para estudar a percepção de risco (Gruev-Vintila & Rouquette, 2007). No próximo tópico trataremos de forma geral do embasamento dos métodos dos estudos empíricos da tese.

Método

A parte empírica desta tese é dividida em três estudos. O primeiro deles visa compreender o conteúdo representacional e a percepção de risco de diferentes grupos sobre a Covid-19. O segundo estudo é observacional e verifica práticas de risco de contágio em três contextos diferentes (aeroportos, supermercados e bares/restaurantes). No terceiro estudo, por fim, realizamos inventário das práticas que os participantes acreditam realizar nos mesmos contextos do segundo estudo. De forma resumida, o que tentamos verificar é o pensamento de grupos e a percepção de risco acerca da Covid-19, o que fazem e o que pensam que fazem em relação à doença.

Tentamos articular os estudos com conceitos que apresentamos nos capítulos teóricos. Os estudos levam em consideração a modulação das práticas de acordo com contexto proposta pela teoria da condicionalidade (Flament, 1994/2001a). Também consideram a distância em relação ao objeto aventada pela teoria da ativação (Dany, 2016; Guimelli, 2003). Estudamos como os contextos e a proximidade do objeto influenciam na percepção de risco e na performance real e imaginada das práticas.

Na condicionalidade buscamos estudar três contextos com normatividade distinta em relação ao cuidado com o contágio da Covid-19. Escolhemos aeroportos (alta normatividade), supermercados (média normatividade) e bares/restaurantes (baixa normatividade). E os investigamos enquanto ambientes psicossociais diferentes. Como o ambiente psicossocial é ao mesmo tempo concreto e representado, unimos técnicas de questionamento verbal e de observação para tentar dar conta desse duplo aspecto e propor um estudo praxeodiscursivo (Flament, 1994/2001a).

Na distância em relação ao objeto estudamos um conjunto (profissionais de saúde) com proximidade maior à Covid-19 e outros conjuntos com proximidade menor. Escolhemos para esse outro grupo pessoas sem ensino superior, empresários, administradores e economistas, dentre outros para formar um grupo misto com visão possivelmente distinta dos profissionais de saúde em relação à doença. Verificamos então as representações desses dois grupos sobre a doença e suas percepções de risco. Consideramos, no primeiro estudo, não apenas os conjuntos sociais, mas categorizamos os participantes através de perguntas sobre proximidade em relação ao objeto.

Por fim, verificamos as práticas dos participantes (estudo 2) e o que pensam sobre ela (estudo 3), sem diferenciação grupal, levando em consideração apenas os contextos que mencionamos no parágrafo anterior. Os estudos 1 e 2 se embasam pela teoria da condicionalidade e visam estudar também o viés discursivo apontado por Flament (1994/2001a), que já citamos nos capítulos teóricos.

Pretendemos aqui ilustrar a conexão do método com a teoria apresentada. Além disso, desejamos que os três estudos formem um conjunto que permita o estudo das práticas em âmbito discursivo e prático, como defendido pela abordagem estrutural. Pautamo-nos pelo estudo de Jodelet (1985; 1989b) e pelas considerações de Wagner (1993; 1994a). Em suma, pretendemos estudar o que os participantes pensam sobre a Covid-19, como agem em relação

a ela e como pensam que agem. Acreditamos que no método utilizamos principalmente os conceitos de ambiente psicossocial, proximidade em relação ao objeto e condicionalidade das prescrições representacionais.

Lembramos que os estudos empíricos pretendem dar conta dos seguintes objetivos da tese: compreender o campo representacional de diferentes grupos sobre o objeto social Covid-19; observar as práticas de risco de contágio para Covid-19 em diferentes contextos normativos; elencar um inventário de práticas que os grupos acreditam realizar em diferentes contextos normativos acerca da Covid-19. Nos próximos capítulos apresentamos os resultados e discussões dos 3 estudos empíricos da tese.

Estudo 1 – Representações, Envolvimento Pessoal e Percepção de Risco: O caso da Covid-19

Este capítulo visa apresentar o método, resultados e discussão do primeiro estudo empírico da tese. O estudo visa articular o conceito de proximidade em relação ao objeto com a percepção de risco. Trabalhamos aqui em dupla perspectiva, considerando tanto uma pertença e sua negação (profissionais e não profissionais de saúde) quanto a proximidade do grupo com o objeto. Pretendemos nesse primeiro estudo conhecer as representações dos participantes sobre a covid e, principalmente, sua percepção de risco sobre ela.

Abordamos os conjuntos “profissionais de saúde” e “não profissionais de saúde”. Escolhemos esses grupos para verificar o impacto da proximidade em relação ao objeto nas apreensões sobre a pandemia e na percepção de risco sobre a doença em contextos diferentes. Utilizamos os critérios apontados por Rouquette (1988) e Ernst-Vintila (2016) que consideram três fatores de proximidade: quanto o grupo acredita ser próximo ao objeto, quanto o valoriza e a possibilidade percebida de ação em relação a ele. Aplicamos o conceito de proximidade à percepção de risco também sob a ótica do pensamento social conforme trabalho de Gruev-Vintila e Rouquette (2007).

As relações práticas diversas com o objeto podem constituir representações diferentes (Gruev-Vintila e Rouquette, 2007). Os profissionais de saúde por trabalharem em instituições hospitalares, correrem mais riscos e desenvolvem mais protocolos práticos possuem, portanto, maior proximidade em relação à Covid-19. Nos parece plausível pensar que os profissionais de saúde possuem relação singular com a doença, já que foram um dos grupos sociais mais afetados pela pandemia.

Levamos em consideração os conceitos da teoria da ativação para tentar responder à pergunta: *Como a distância em relação ao objeto influencia o campo representacional e a percepção de risco dos grupos em relação à COVID-19?*

Para responder a essa pergunta propusemos o **objetivo geral**: compreender o campo representacional de diferentes grupos sobre o objeto social Covid-19. O **primeiro objetivo específico** é ilustrar a estrutura da representação social sobre a Covid-19 e sobre as práticas realizadas em relação a ela por parte de profissionais de saúde e de outros conjuntos. O **segundo objetivo específico** é identificar a proximidade em relação ao objeto dos dois conjuntos estudados. O **terceiro objetivo específico** é observar como a distância em relação ao objeto afeta a percepção de risco dos sujeitos e as concepções sobre a doença.

Começamos a apresentação desse estudo demonstrando a estrutura das representações sociais de profissionais e não profissionais de saúde sobre Covid-19. Inserimos esses resultados na introdução deste capítulo, pois são oriundos de estudos prévios e que não resultam de nosso questionário.

A Representação Social da Covid-19 e das práticas de cuidado

Para ilustrar a estrutura da representação de Covid-19 para profissionais de saúde e não profissionais de saúde, apresentamos análises prototípicas realizadas por estudos anteriores (Rozendo et al., 2022; Florentino et al., 2022). O estudo de Rozendo e colaboradores (2022) apresenta a análise prototípica de homens idosos sobre a covid-19. Já o estudo de Florentino e colaboradores (2022) apresenta as representações de profissionais de saúde, principalmente de técnicos de enfermagem sobre a covid.

Além das duas análises, reproduzimos também as representações dos dois grupos sobre suas práticas em relação à Covid-19 (Gomes et al., 2021; Silva et al., 2021). Apresentamos a análise prototípica de enfermeiros sobre autonomia de sua atuação profissional em relação à Covid-19 (Gomes et al., 2021). Por fim, elencamos a análise prototípica de idosos sobre a prevenção em relação à Covid-19 (Silva et al., 2021) para ilustrar como práticas são pensadas por esse público.

Antes de prosseguir frisamos as limitações de reproduzir resultados de estudos anteriores. Não conseguimos garantir que nas análises prototípicas do público de “não profissionais de saúde” estivessem de fora os profissionais formados em ciências de saúde. Essa não garantia ocorre porque a profissão dos participantes não foi caracterizada nos estudos (Silva et al., 2021; Rozendo et al., 2022). Outra limitação que destacamos é que para o grupo de profissionais de saúde reproduzimos apenas a análise prototípica de enfermeiros, desconsiderando outras profissões. Entendemos, no entanto, que as análises reproduzidas poderão dar indícios do ponto nevrálgico que queremos tocar: a influência da proximidade com o objeto no campo representacional. Em suma, pretendemos arcar com as limitações expostas, pois este estudo não tem como o intuito principal conhecer a estrutura representacional dos conjuntos, mas sim tratar da influência da proximidade em relação ao objeto no pensamento grupal. O objetivo é pensar semelhanças e diferenças entre as representações de um grupo próximo ao objeto (profissionais de saúde) e de um grupo não tão próximo (não profissionais de saúde).

A análise prototípica é um método extremamente difundido na TRS e visa apresentar os cognemas candidatos ao núcleo central e sistema periférico de uma representação. Ela separa os dados coletados em quatro quadrantes: zona do núcleo, primeira periferia, segunda periferia e zona de contraste. A partir dos quadrantes podemos definir quais são os cognemas candidatos a formar a dupla estrutura das representações sociais de um objeto (Wachelke & Wolter, 2011; Vergès, 1992; Oliveira et al., 2005; Wolter et al., 2022).

Primeiramente temos análise prototípica das evocações de enfermeiros assistenciais que trabalham diretamente com pacientes de Covid-19 sobre o termo indutor “covid-19”. A Tabela 28 abaixo apresenta a análise:

Tabela 27

Análise Prototípica da evocação de enfermeiros sobre o termo indutor Covid-19 (5

evocações, $N=178$)

Ordem média de evocação (OME) ≤ 2.8							
-				+			
Frequência ≥ 32	+		OME	F		OME	F
				Medo	1.9	117	
		Isolamento	2.7	35	Morte	2.8	71
		Dispneia	2.7	30	Tristeza	3.4	26
	-	Angústia	2.4	28	Dor	3.2	18
		Pandemia	1.8	15	Insegurança	3.4	17

Fonte. Coelho e colaboradores (2021).

Na zona do núcleo temos os termos *medo* e *isolamento*. O medo indica que a percepção de risco está presente como elemento central, corroborando a ideia de que é objeto com alta carga afetiva. O isolamento mostra que as prescrições de proteção ocupam também espaço privilegiado nessa representação. No entanto, podemos também entender isolamento como indício da solidão causada pelo *lockdown* imposto. Apesar de *morte* estar na primeira periferia, surge com o dobro de frequência de *isolamento* e, por isso, possivelmente é elemento central. A morte reforça a visão da covid-19 como objeto de alto risco e expõe que as consequências de não se proteger da doença são graves. Na periferia temos os cognemas *tristeza*, *dor* e *insegurança*. Tristeza e dor denotam o aspecto negativo do objeto e reforçam as consequências de se contagiar com a doença.

Como os participantes que evocaram são enfermeiros assistencialistas que lidam diretamente com pacientes de covid, todos os elementos podem ser compreendidos como aspectos práticos de sua profissão. Os elementos *morte*, *medo*, *dor* e *tristeza* podem ser práticos, já que são profissionais que lidam com morte diariamente e com a dor e tristeza de seus pacientes e familiares. Nos apoiamos aqui na teoria da condicionalidade (Flament, 1994/2001) que afirma os cognemas da representação tanto como prescritores quanto descritores.

Abaixo como representante dos não profissionais de saúde trazemos a análise prototípica de homens idosos sobre o termo indutor “covid-19”. São 106 participantes que evocaram três termos indutores e a Tabela 29 apresenta os resultados:

Tabela 28

Análise Prototípica da evocação de homens idosos sobre o termo indutor Covid-19 (3 evocações, N=106)

<i>Ordem média de evocação (OME) ≤ 1.89</i>							
-			+				
		OME	F		OME	F	
				Morte	2.0	22	
				Isolamento Social	1.9	16	
				Quarentena	2.1	7	
<i>Frequência ≥ 4.8</i>	+	Cuidados	1.5	19	Pandemia	1.9	7
		Doença	1.6	12	Risco	2.0	6
		Medo	1.8	11	Prevenção	2.3	6
		Vírus	1.5	6	Preocupação	2.6	5
		Família	1.8	4	Vacina	2.2	4
		Saúde	1.8	4	Máscara	2.8	4
		Apreensão	1.0	4	Proteção	2.7	3
		Sofrimento	1.7	3	Contaminação	2.7	3
		Falta de Ar	1.7	3	Hospital	2.7	3
	-	Precaução	1.7	3			
		Segurança	1.7	3			
		Fé	1.3	3			
		Internação	1.7	3			
		Gripe	1.0	3			

Fonte. Rozendo e colaboradores (2022).

Temos como possíveis elementos centrais os termos *cuidado*, *doença*, *medo* e *vírus*. Temos aqui a força da percepção de risco sobre a doença e a necessidade de se cuidar. Temos os termos *doença* e *vírus* que parecem ser descrições do objeto, explicitando sua causa e natureza. A *morte* aparece na periferia com alta frequência, podendo ser um elemento central, representando as consequências do não cuidado.

No sistema periférico temos principalmente *Isolamento social*, *quarentena*, *pandemia*, *risco*, *prevenção* e *preocupação*. Temos aqui mais prescrições de cuidado do que na representação dos profissionais de saúde. Podemos aventar que os profissionais tiveram que trabalhar durante a pandemia, lidando com a doença de forma mais direta e sem a possibilidade de realizar quarentena e prevenção. As práticas realizadas, como colocam Gruev-Vintilla e Rouquette (2007), possuem influência no campo representacional. Os não profissionais são idosos, grupo de risco, que possivelmente levam mais a sério as práticas de prevenção, como uma quarentena mais rígida.

Observamos que as representações de profissionais e não profissionais possuem características similares, como a alta percepção de risco e a necessidade de cuidado. Os termos do núcleo *morte* e *medo* são os principais descritores desse risco. A diferença entre as representações está nos termos *cuidados* e *doença*, que são centrais para os não profissionais de saúde. Acreditamos que a natureza dessa diferença também guia o sistema periférico dos dois grupos, com maiores prescrições de cuidado no caso dos não profissionais de saúde.

Traremos agora a representação dos grupos sobre práticas. Nos profissionais de saúde temos representações sobre sua atuação e nos não profissionais a representação sobre a prevenção. Apesar dos termos indutores diferentes, acreditamos que as duas análises já apresentadas justificam que pensemos a relação dos enfermeiros como ligada às suas práticas profissionais e a dos idosos relacionadas ao cuidado cotidiano. Abaixo apresentamos a Tabela 30 com as evocações de enfermeiros sobre o termo indutor “autonomia profissional do enfermeiro frente à Covid-19”:

Tabela 29

Análise prototípica da evocação de enfermeiros sobre o termo indutor autonomia profissional do enfermeiro frente à Covid-19 (3 evocações, N=75)

Ordem média de evocação (OME) ≤ 1.99							
-				+			
		OME	F		OME	F	
Frequência ≥ 8	+	Conhecimento	1.8	20	Biossegurança	2.0	11
		Medo	1.6	8	Responsabilidade	2.3	9
		Capacidade	1.8	8	Insegurança	2.4	8
		Assistência	1.8	6	Segurança	2.2	6
		Cuidado	1.4	5	Inexistente	2.2	6
	-				Habilidade	2.4	5
				Resolutividade	2.5	4	
				Luta	2.0	4	

Fonte. Gomes e colaboradores (2021).

Temos como termos centrais *conhecimento*, *medo* e *capacidade*. Observamos que conhecimento e capacidade surgem na necessidade de uma atuação técnica no enfrentamento da doença, reforçada pela *biossegurança*, que apesar de estar na periferia possui frequência que

indica centralidade. O *medo* traduz a percepção de risco do trabalho do profissional de saúde, reforçado pelo termo *insegurança*, que é periférico.

Os enfermeiros estão embasados em conhecimento reificado para sua prática profissional (principalmente pelos termos biossegurança, conhecimento e capacidade). Não observamos a presença de prescrições de proteção mais comuns dos órgãos de saúde, como isolamento, uso de máscara, uso de álcool em gel, por exemplo. Essas prescrições mais consensuais, apesar de possuírem embasamento técnico, são o cerne da análise prototípica de pessoas idosas sobre a prevenção do coronavírus que apresentamos na Tabela 31 abaixo:

Tabela 30

Análise prototípica da evocação de pessoas idosas sobre termo Prevenção do coronavírus (3 evocações, N=116)

		Ordem média de evocação (OME) ≤ 1.9					
		-			+		
			OME	F		OME	F
Frequência ≥ 36	+	Máscara	1.9	74	Álcool-gel	2.4	40
		Ficar-casa-evitar-sair	1.8	36	Lavar-mão	2.1	53
		Cuidado-proteção	1.8	23	Evitar-aglomeração	2.2	20
		Saúde-Doença-Vírus	1.5	8	Higiene-limpeza	2.4	15
					Isolamento-solidão	2.3	9
					Mudar-costume	2.1	9

Fonte. Silva e colaboradores (2021).

Silva e colaboradores (2021) categorizaram termos com significados semelhantes em sua análise. Temos como termos centrais *máscara* e *ficar-casa-evitar-sair* simbolizando a força das prescrições de órgãos de saúde. Isso é corroborado pela presença de *Álcool-gel* e *Lavar-mão* na primeira periferia.

Os não profissionais de saúde relatam proteção contra o risco em sua representação sobre práticas, enquanto os enfermeiros denotam também o risco de sua atuação (com o termo medo e insegurança). Pensamos na teoria da ativação (Dany, 2016; Guimelli, 2003), já que os profissionais são mais próximos do objeto representado. Isso gera especificidades em sua atuação prática, que é embasada não só em informações consensuais, mas também em

conhecimento reificado. Em suma, os enfermeiros possuem maior proximidade em relação ao objeto e mais protocolos práticos de ação, além dos métodos de prevenção consensuais.

Observamos que a representação de Covid-19 não é tão diferente entre os dois grupos e são justamente os aspectos práticos que as diferenciam. Esse fato corrobora os apontamentos de Gruev-Vintilla e Rouquette (2007) que retomaremos na discussão deste estudo.

Passamos para o método do estudo em si que se pauta na aplicação de um questionário sobre percepção de risco e sobre a pandemia. No próximo tópico abordamos os procedimentos que utilizamos.

Método

Instrumento

Formulamos e aplicamos questionário (Anexo 1) através da plataforma Google Forms. Pretendemos com esse questionário averiguar a proximidade dos dois grupos (profissionais de saúde e não profissionais de saúde) com a Covid-19. Além disso verificamos percepções de risco, histórico com a doença e atitudes em relação à pandemia, às práticas de prevenção e ao trato do governo com a doença. Para pensar as perguntas do questionário utilizamos os critérios de Rouquette (1988), Ernst-Vintila (2016), Gruev-Vintila e Rouquette (2007) e Campos (2012).

Participantes e Procedimentos

Formulamos e aplicamos o questionário de modo virtual através da plataforma Google Forms. Foram 208 respondentes, sendo 99 profissionais de saúde e 109 não profissionais de saúde. A média de idade dos profissionais de saúde é de 35,94 (DP=11,56) e dos membros de outros conjuntos de 33,11 (DP=13,12). Quanto ao gênero, profissionais de saúde são 28 homens e 71 mulheres, enquanto o outro conjunto é formado de 63 mulheres, 45 homens e 1 pessoa de gênero não binário. Os profissionais de saúde são 63 enfermeiros, 10 médicos, 7 psicólogos, 7 técnicos de enfermagem, 4 assistentes sociais, 2 biomédicos, 2 fonoaudiólogos e

4 participantes de outras profissões (diretor técnico de policlínica, nutricionista, terapeuta ocupacional e farmacêutico). Dos 99 profissionais de saúde, 78 trabalham atualmente em instituições de saúde com média de 8 anos de trabalho.

Como critério de inclusão os profissionais de saúde deveriam ser formados em alguma profissão ligada à área de saúde. Incluímos também formações técnicas como o técnico de enfermagem. Para além disso, os participantes deveriam ser maiores de 18 anos e aceitar participar da pesquisa após concordarem com o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE).

O outro conjunto é formado por 50 profissões diferentes, dentre as quais se destacam: desempregados, estudantes, economistas, servidores públicos, assistentes administrativos e engenheiros. Privilegiamos aqui participantes sem ensino superior ou com formação nas ciências exatas, mais distantes da área de saúde. Convocamos os participantes através de contato direto via redes sociais como o LinkedIn, WhatsApp, Facebook, dentre outras.

Ressaltamos aqui que não trabalhamos especificamente com pertença grupal. Escolhemos dois conjuntos com relações diferentes acerca da covid: profissionais e não profissionais de saúde. Como nosso foco é investigar a percepção de risco dos participantes, acreditamos que a proximidade com o objeto pode ser fator mais determinante que a pertença específica.

Análise de Dados

Utilizamos o SPSS v. 25 (Statistical Packages for the Social Sciences) (IBM Corp., 2017) para análise de variância com o intuito de comparação de médias. Como parâmetro de comparação utilizamos dois critérios, o primeiro é natureza dos conjuntos sociais (profissionais e não profissionais de saúde) e o segundo a proximidade em relação ao objeto (próximos e distantes).

Para definir a proximidade dos participantes com a Covid-19 utilizamos algumas perguntas do questionário e formulamos uma pontuação de proximidade. Utilizamos os critérios de Gruev-Vintila e Rouquette (2007) pensando três fatores de proximidade: quão próximo (exposto) pensa estar do objeto, possibilidade percebida de ação e valorização do objeto. Consideramos ainda a experiência passada dos participantes com a doença. Para os itens em formato de Likert (escala de 7 pontos) atribuímos pontuação 0 para escolhas abaixo de 4, 1 ponto para o meio da escala (4) e 2 pontos para escolhas acima de 4. Em itens de múltipla escolha atribuímos a pontuações 0 e 1 (perguntas com 2 opções de resposta) e 0, 1 e 2 (para perguntas com 3 opções de resposta). Quanto menor a pontuação maior a distância do participante em relação ao objeto. A pontuação máxima de foi 12 pontos e estabelecemos um corte na metade para posicionar participantes de maior e média proximidade em relação ao objeto. Ou seja, participantes com pontuação abaixo de 6 possuem menos proximidade em relação ao objeto e com 6 para cima possuem maior proximidade. A Tabela 27 abaixo mostra como definimos as pontuações para cada pergunta:

Tabela 31

Critérios para a formulação de pontuação de proximidade

Categoria	Lógica da pergunta	Critério de pontuação
Possibilidade percebida de ação	Suas ações diminuem chance de contágio?	Itens de Likert (7 pontos):
Importância do objeto	Covid-19 é importante para você?	<4 = 0 ponto;
Proximidade ao objeto	Qual o risco de você contrair Covid-19 hoje?	=4 = 1 ponto;
	O quanto você está exposto à doença?	>4 = 2 pontos.
	Você já teve Covid-19?	Múltipla escolha de duas pontuações (0 para “não” e 1 para “sim”)
Experiência com a doença	Você teve de procurar um hospital em decorrência da Covid-19?	Múltipla escolha de duas pontuações (0 para “não” e 1 para “sim”)
	Você ficou internado em decorrência da Covid-19?	Múltipla escolha de três pontuações (0 para “não”, 1 para “leito comum” e 2 para “UTI”)
Pontuações possíveis para o score de proximidade		0-12

Fonte. Os autores.

Nota. Consideramos grupos de proximidade alta os que pontuam de 6 para cima e os de média proximidade os que pontuam de 5 para baixo

Fizemos a pontuação de proximidade para analisar o fator nos dois conjuntos estudados. Foram 126 participantes com proximidade alta em relação ao objeto e 82 com proximidade média. Dentre os profissionais de saúde 76,8% possuem proximidade alta e entre os não profissionais de saúde são 45,87%. A proporção de participantes com alta proximidade confirma que de fato os profissionais de saúde têm proximidade maior com o objeto, enquanto menos da metade do outro grupo é próximo.

Entendemos que a vivência com a Covid-19 pode ser extremamente relevante para participantes não profissionais de saúde e acreditamos que considerar a proximidade dos participantes além da pertença grupal gera resultados menos enviesados. Além disso, levar em conta a proximidade como critério de comparação aproxima o método da teoria da ativação (Dany, 2016) que privilegiamos neste primeiro estudo da tese.

Resultados

Dividimos os resultados deste estudo em dois subtópicos diferentes. No primeiro apresentamos as análises prototípicas de profissionais de saúde e de não profissionais de saúde. No segundo elencamos as questões de percepções de riscos em relação à Covid-19. Analisaremos primeiro a estrutura da representação social dos profissionais de saúde e dos não profissionais de saúde.

As percepções de risco e a proximidade em relação ao objeto

Adentramos diretamente nos resultados gerados pelo nosso primeiro estudo. Dividimos sua apresentação em dois aspectos, um de acordo com os conjuntos sociais (profissionais e não profissionais de saúde) e outro com a proximidade dos participantes em relação ao objeto (proximidade alta e média). Compreendemos que os dois aspectos não são totalmente separados, já que a maioria dos profissionais de saúde (76,8%) possuem alta

proximidade enquanto a maioria dos não profissionais de saúde (54,13%) possuem média proximidade.

Primeiramente apresentamos os critérios de proximidade indicados por Gruev-Vintilla e Rouquette (2007), que são: a proximidade, a capacidade percebida de ação e a importância dada ao objeto. A Tabela 32 abaixo apresenta esses parâmetros para profissionais e não profissionais de saúde:

Tabela 32

A proximidade em relação ao objeto de profissionais e não profissionais de saúde. (escala de 7 pontos)

Pergunta	Profissionais de Saúde	Não Profissionais de Saúde	Sig. na ANOVA (glib. 207)
Quão exposto você sente a Covid-19?	5.74	4.85	<.0001
Qual a importância de suas ações em relação à Covid-19?	5.30	4.83	.05
O quão importante é a Covid-19?	6.87	6.47	.05
Qual é o risco de você contrair Covid-19 hoje?	5.27	4.41	<.0001

Fonte. Os autores.

Notamos significância estatística para diferença na resposta de todos os critérios. Os profissionais de saúde se sentem mais expostos, valorizam mais o objeto e percebem suas ações como mais determinantes para lidar com a covid-19.

Quando observamos essas mesmas questões sob o prisma da proximidade temos o mesmo padrão de resultados. Isso já era esperado, já que utilizamos esses critérios para categorizar os grupos em alta e média proximidade. A Tabela 33 abaixo elenca os resultados:

Tabela 33

Crítérios de proximidade em relação ao objeto de grupos próximos e mais distantes em relação à covid-19. (escala de 7 pontos)

Pergunta	Grupo com proximidade alta	Grupo com proximidade média	Sig. na ANOVA (glib. 207)
-----------------	-----------------------------------	------------------------------------	----------------------------------

Quão exposto você sente a Covid-19?	5.95	4.23	<.0001
Qual a importância de suas ações em relação à Covid-19?	5.46	4.43	<.0001
O quão importante é a Covid-19?	6.84	6.38	<.0001
Qual é o risco de você contrair Covid-19 hoje?	5.63	3.57	<.0001

Fonte. Os autores.

Os resultados acima diferenciam ainda mais os 2 grupos do que a pertença grupal, já que foram os critérios utilizados para categorizar os participantes. Obviamente o grupo mais próximo sente-se também mais exposto, valoriza mais o objeto e possui maior capacidade percebida de ação.

Apresentamos agora as percepções de risco que não fizeram parte da categorização dos participantes. Consideramos o risco de complicações em decorrência da doença, de pessoas próximas contraírem a doença, do participante não conseguir atendimento de saúde, de passar por dificuldades financeiras e ainda a percepção do impacto da pandemia na sua saúde mental. A Tabela 34 abaixo apresenta os resultados:

Tabela 34

Riscos e impacto na saúde mental em decorrência da Covid-19 para profissionais de saúde e não profissionais de saúde. (escala de 7 pontos)

Pergunta	Profissionais de Saúde	Não Profissionais de Saúde	Sig. na ANOVA (glib. 207)
Se você contrair Covid-19, quais as chances de ter complicações?	3.88	3.48	NS
Qual é o risco de pessoas próximas a você contraírem Covid-19 hoje?	4.95	4.67	NS
Qual o risco de você não conseguir atendimento de saúde em decorrência da Covid-19?	3.27	3.46	NS
Qual é o risco de você passar dificuldades financeiras em decorrência da Covid-19?	3.98	4.26	NS
O quanto você acredita que sua saúde mental melhorou ou piorou durante a doença?	3.06	2.88	NS

Fonte. Os autores.

Essas questões não diferenciam os dois grupos estudados. Ambos enxergam risco médio para complicações, para contágio de pessoas próximas, para o risco de não conseguir atendimento de saúde e de passar por dificuldade financeira. Além disso os grupos percebem piora na saúde mental em decorrência da pandemia. O cenário muda quando utilizamos a proximidade como grade de leitura. A Tabela 35 abaixo mostra que a força de diferenciação da proximidade é maior do que a da pertença grupal nessas questões:

Tabela 35

Riscos em decorrência da Covid-19 para grupos próximos e mais distantes em relação a Covid-19. (escala de 7 pontos)

Pergunta	Grupo com proximidade alta	Grupo com proximidade média	Sig. na ANOVA (glib. 207)
Se você contrair Covid-19, quais as chances de ter complicações?	4.00	3.16	<.0001
Qual é o risco de pessoas próximas a você contraírem Covid-19 hoje?	5.20	4.20	<.0001
Qual o risco de você não conseguir atendimento de saúde em decorrência da Covid-19?	3.46	3.22	NS
Qual é o risco de você passar dificuldades financeiras em decorrência da Covid-19?	4.44	3.63	.05
O quanto você acredita que sua saúde mental melhorou ou piorou durante a doença?	3.00 ²	2.91 ²	NS

Fonte. Os autores.

As únicas questões que não diferenciam os próximos e os mais distantes são o risco de não conseguir atendimento de saúde e o impacto na saúde mental. Tanto os participantes próximos e distantes enxergam risco mediano de não conseguir atendimento de saúde e percebem que sua saúde mental piorou em decorrência da pandemia.

Todos as outras percepções de risco são impactadas pela proximidade. Os grupos próximos acreditam ter mais chance de complicações em decorrência da doença, maior possibilidade de pessoas próximas contraírem e também maior risco de passar por

necessidades financeiras. Lembramos que as questões acima não foram utilizadas para categorizar a proximidade dos participantes. Portanto, indicam o papel mediador da proximidade na percepção de risco.

Passamos agora para percepções mais amplas sobre a doença, que consideram o posicionamento dos governos e o nível de confiança dos órgãos sanitários e do governo federal. A Tabela 36 abaixo apresenta esses resultados:

Tabela 36

Percepções políticas sobre a pandemia e nível de confiança em órgãos oficiais para profissionais e não profissionais de saúde. (escala de 7 pontos)

Pergunta	Profissionais de Saúde	Não Profissionais de Saúde	Sig. na ANOVA (glib. 207)
O poder público deveria privilegiar a saúde ou a economia?	2.10 ¹	2.35 ¹	NS
O quão você acha importante seguir os conselhos dos órgãos de saúde no combate à Covid-19?	6.73	6.28	.05
O quão você acha importante seguir os conselhos do governo federal ² saúde no combate à Covid-19?	4.27	4.28	NS

¹ Quanto menor a pontuação mais os participantes acreditam que o poder público deveria privilegiar a saúde ao invés da economia

² O governo federal aqui representa o mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro

Fonte. Os autores.

O fator que diferencia os dois grupos é que os profissionais de saúde consideram mais importante seguir conselhos de órgãos de saúde, é um resultado esperado, considerando que fazem parte de órgãos de saúde. Mesmo com significância na ANOVA que diferencia a intensidade de seu posicionamento, ambos os conjuntos consideram importante seguir os conselhos dos órgãos sanitários.

Os dois conjuntos consideram que o poder público deveria privilegiar a saúde ao invés da economia. Também observamos que enxergam maior credibilidade nas instituições

sanitárias que no governo federal. A credibilidade das fontes é essencial para comunicação efetiva do risco e dos métodos de prevenção.

Abaixo trazemos os mesmos aspectos sob a perspectiva da proximidade. A Tabela 37 abaixo apresenta as percepções de grupo com alta e média proximidade sobre o posicionamento dos governos acerca a doença e o nível de confiança nos órgãos sanitários e no governo federal:

Tabela 37

Percepções políticas sobre a pandemia e nível de confiança em órgãos oficiais para grupos próximos e mais distantes em relação à Covid-19. (escala de 7 pontos)

Pergunta	Grupo com proximidade alta	Grupo com proximidade média	Sig. na ANOVA (glib. 207)
O poder público deveria privilegiar a saúde ou a economia?	2.14 ¹	2.37 ¹	NS
O quão você acha importante seguir os conselhos dos órgãos de saúde no combate à Covid-19?	6.65	6.24	.05
O quão você acha importante seguir os conselhos do governo federal ² saúde no combate à Covid-19?	4.13	4.51	NS

¹ Quanto menor a pontuação mais os participantes acreditam que o poder público deveria privilegiar a saúde ao invés da economia

² O governo federal aqui representa o mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro

Fonte. Os autores.

Observamos semelhanças nos resultados das Tabelas 36 e 37. Ambas tratam de questões abstratas, pouco ligadas às práticas. Nem a pertença grupal e nem a proximidade funcionaram como força de distinção nesses casos. Confirmando a tendência que observamos acima, apresentamos as Tabelas 38 e 39 que elencam a percepção dos grupos (tanto por pertença quanto por proximidade) sobre as prescrições de prevenção e sobre o autocuidado em relação à doença:

Tabela 38

Percepções sobre prescrições de cuidado e autocuidado para profissionais de saúde e não profissionais de saúde. (escala de 7 pontos)

Pergunta	Profissionais de Saúde	Não Profissionais de Saúde	Sig. na ANOVA (glib. 207)
O quanto você acredita que o uso de máscara auxilia no combate à pandemia?	6.65	6.29	.05
O quanto você acredita que o distanciamento social auxilia no combate à pandemia?	6.57	6.16	.05
O quanto você acredita que o álcool em gel auxilia no combate à pandemia?	6.70	6.26	.05
Como você avalia seu cuidado para não se infectar com Covid-19?	5.51	4.73	<.0001

Fonte. Os autores.

Tabela 39

Percepções sobre prescrições de cuidado e autocuidado para grupos próximos e mais distantes em relação à Covid. (escala de 7 pontos)

Pergunta	Grupo com proximidade alta	Grupo com proximidade média	Sig. na ANOVA (glib. 207)
O quanto você acredita que o uso de máscara auxilia no combate à pandemia?	6.72	6.06	<.0001
O quanto você acredita que o distanciamento social auxilia no combate à pandemia?	6.57	6.01	.001
O quanto você acredita que o álcool em gel auxilia no combate à pandemia?	6.70	6.11	.001
Como você avalia seu cuidado para não se infectar com Covid-19?	5.35	4.72	.05

Fonte. Os autores.

Aqui temos também resultados parecidos entre os dois parâmetros. Observamos significância na diferença de todas as questões em ambas as tabelas. De modo geral, os profissionais de saúde e os participantes próximos consideram importantes as prescrições de prevenção e avaliam como melhor o seu autocuidado. Aqui tanto a pertença grupal quanto a proximidade são fatores de diferenciação, apesar da alta concordância de todos os conjuntos com as medidas protetivas.

Por fim, trazemos resultados sobre o risco de contágio em diferentes contextos. Aqui conjugamos um pouco a teoria da ativação com a da condicionalidade. Observamos o efeito da proximidade em situações sociais diferentes (aeroportos, supermercados, bares/restaurantes e hospitais). A Tabela 40 abaixo apresenta os resultados para profissionais e não profissionais de saúde:

Tabela 40

*Risco de contágio de acordo com o contexto para profissionais e não profissionais de saúde.
(escala de 7 pontos)*

Pergunta	Profissionais de Saúde	Não Profissionais de Saúde	Sig. na ANOVA (glib. 207)
O quão arriscado você acredita que os aeroportos são para o contágio de Covid-19?	5.99	5.72	NS
O quão arriscado você acredita que os supermercados são para o contágio de Covid-19?	6.00	5.63	.05
O quão arriscado você acredita que os bares/restaurantes são para o contágio de Covid-19?	6.28	5.96	NS
O quão arriscado você acredita que os hospitais são para o contágio de Covid-19?	6.39	6.46	NS

Fonte. Os autores.

Observamos que apenas o nível de risco dos supermercados diferencia os conjuntos. Temos uma separação com aeroporto e supermercados como menos arriscados e bares/restaurantes e hospitais como mais arriscados. Em geral, os profissionais de saúde observam maior risco em todos os contextos, menos nos hospitais, onde os não profissionais de saúde enxergam risco maior. A proximidade em relação ao objeto possui maior força de diferenciação na percepção de risco contextual do que a pertença grupal. Observamos esses resultados na Tabela 41:

Tabela 41

Risco de contágio de acordo com o contexto para grupos próximos e mais distantes em relação à Covid-19. (escala de 7 pontos)

Pergunta	Grupo próximo ao objeto	Grupo distante do objeto	Sig. na ANOVA (glib. 207)
O quão arriscado você acredita que os aeroportos são para o contágio de Covid-19?	6.06	5.52	.05
O quão arriscado você acredita que os supermercados são para o contágio de Covid-19?	6.04	5.45	.001
O quão arriscado você acredita que os bares/restaurantes são para o contágio de Covid-19?	6.46	5.59	<.0001
O quão arriscado você acredita que os hospitais são para o contágio de Covid-19?	6.55	6.24	.05

Fonte. Os autores.

No caso da Tabela 41 a proximidade dos grupos os diferencia em todos os casos. Os participantes próximos enxergam mais risco em todos os contextos do que os participantes mais distantes. Observamos novamente dois blocos com o aeroporto e supermercado como menos arriscados que os bares/restaurantes e hospitais. Apesar disso, todos os contextos são observados como altamente arriscados.

Discussão

A abordagem estrutural possui técnicas para verificar e confirmar os *cognemas* candidatos ao núcleo e sistema periférico. Pensamos que por ser objeto social relevante já existiriam estudos que investigassem a estrutura da representação de Covid-19. Por isso reproduzimos as análises prototípicas de profissionais de saúde e de não profissionais de saúde sobre a covid-19 e sobre as práticas relacionadas à doença (Rozeno et al., 2022; Florentino et al., 2022; Gomes et al., 2021; Silva et al., 2021).

Na estrutura da representação dos dois grupos vemos *medo* e *morte* como candidatos ao núcleo central. Isso indica que o significado da representação de Covid-19 passa necessariamente pela percepção de risco do objeto. É uma doença que gera alta carga afetiva,

o que provavelmente aumenta o poder normativo das prescrições da representação. Talvez seja por esse motivo que mesmo os grupos que duvidavam da existência da Covid-19 adotavam práticas de prevenção.

Verificamos que os profissionais de saúde possuem maior proximidade ao objeto do que os não profissionais. Entretanto, ambos os grupos se sentiam expostos, valorizavam o objeto e percebiam capacidade de ação em relação a ele. Trabalhamos com grupo com proximidade média e outro com proximidade alta. Seria difícil encontrar um grupo muito distante do objeto, considerando a importância e o impacto da pandemia.

Observamos nas análises prototípicas que o sistema periférico dos dois conjuntos difere. Os não profissionais de saúde apresentam mais prescrições de prevenção do que os profissionais. Gruev-Vintilla e Rouquette (2007) indicam que a relação prática com o objeto forma o campo representacional. Os profissionais de saúde tiveram de trabalhar durante toda a pandemia, não podendo respeitar totalmente a quarentena e o isolamento social. Isso é corroborado pela representação da autonomia profissional do enfermeiro frente à covid, que mostra prática técnica e reificada em relação ao objeto. A periferia conta com o cognema biossegurança, por exemplo, representando o embasamento reificado da atuação profissional dos enfermeiros. No caso da representação social dos não profissionais (idosos no exemplo trazido) temos a presença forte das prescrições dos órgãos sanitários, acessíveis à toda sociedade.

As práticas sociais podem definir o campo representacional e também influenciam e são influenciadas pela proximidade dos grupos com os objetos. As práticas dos profissionais de saúde em relação à covid é diferente, existindo prescrições condicionais específicas desses profissionais, que devem adotar protocolos de segurança em seu ambiente de trabalho para se proteger. As práticas podem ser fator de explicação das diferenças das análises prototípicas apresentadas, conforme aventam Gruev-Vintilla e Rouquette (2007) e também Rouquette

(1998; 2003).

Na segunda parte do estudo apresentamos as percepções de risco em relação a covid pautadas no estudo de Gruev-Vintilla e Rouquette (2007). Nessa perspectiva a proximidade do objeto atua como mediadora entre o pensamento social e subjetividade dos indivíduos (Gruev-Vintilla e Rouquette, 2007). Também temos a percepção dos participantes sobre o risco em aeroportos, bares/restaurantes, supermercados e hospitais. Campos (2012) e a teoria da condicionalidade (Flament, 1994/2001a) apontam a relevância das situações para a percepção do risco e também para performance das práticas. Trabalharemos a modulação das práticas pelos contextos nos estudos 2 e 3.

Percebemos que tanto a pertença grupal quanto a proximidade são moduladores da percepção de risco. A proximidade com o objeto se mostrou fator mais preciso para diferenciar essa percepção. Observamos que quanto maior a proximidade, maior será também a percepção de risco dos sujeitos. Esse fato nos faz pensar que a pertença grupal, apesar de estruturar a representação social, não poder ser entendida como fator único para estudar a relação dos sujeitos com o objeto.

A própria noção de pertença grupal não é tão bem estabelecida (Jesuino, 2004; Cichoski, 2007; Harré, 1984). Além dos sujeitos possuírem diversas pertenças, os estudos de representação definirão os grupos conforme a visão dos pesquisadores. É possível observar pequenos grupos, grupos sociais maiores e até categorias sociais mais amplas. Neste estudo, por exemplo, trabalhamos com o conjunto de profissionais de saúde, mas poderíamos focar em médicos, enfermeiros ou assistentes sociais, por exemplo. Por ser uma tese sobre práticas, as escolhemos como diferenciadoras da pertença, de modo que levamos em consideração a atuação profissional e a não atuação profissional em relação a covid.

Poderíamos também apontar que ao ativar a pertença de profissionais de saúde, estamos trabalhando mais com o conhecimento reificado do que o consensual. Acreditamos,

no entanto, que os profissionais de saúde compartilham a maioria dos cognemas centrais com os não profissionais. Isso nos mostra que a linha que separa conhecimentos consensuais e reificados é tênue, como já apontava Moscovici (1961/2012).

Por fim, apontamos que o conceito de proximidade (e também de distância em relação ao objeto) é de fato relevante para a relação dos grupos com o objeto. Não conseguimos verificar se os grupos mais próximos de fato constituem relações mais práticas que normativas em relação a covid, como prevê a teoria da ativação. Pela tese estar mais próxima da teoria da condicionalidade, em que a prescrição e o julgamento estão conjugados em todos os cognemas, não focamos nesse ponto específico. No entanto, observamos que a proximidade é fator de distinção na percepção dos conjuntos sobre o objeto. A proximidade diferencia inclusive na percepção do risco dos contextos e ambientes (aeroportos, bares/restaurantes, supermercados e hospitais). Os participantes consideram os bares/restaurantes como muito arriscados para o contágio e também observam os supermercados e aeroportos com risco alto, mas menor que o dos bares/restaurantes. No próximo capítulo investigaremos o risco real em cada um desses três ambientes (aeroportos, bares/restaurantes, supermercados).

Conclusão

Concluimos este estudo pleiteando que é necessário observar fatores além da estrutura representacional para compreender a relação de um conjunto com o objeto. Já falamos das práticas sociais nos capítulos teóricos, mas aqui observamos também a proximidade. As próprias teorias da ativação e da condicionalidade apontam que devemos observar as naturezas dos *cognemas*, das situações sociais e da distância do grupo com o objeto. Nos próximos capítulos privilegiaremos outro conceito: a situação social.

Estudo 2 – Normatividade Situacional e Práticas de Risco em relação à Covid-19

Este capítulo visa apresentar o método, resultados e discussão do segundo estudo empírico da tese. O estudo observacional visa utilizar a teoria da condicionalidade (Flament, 1994/2001a) para pensar como as práticas se modulam de acordo com o contexto. Consideramos a situação social e sua normatividade como base teórica do método proposto por este estudo.

O estudo 2 pretende verificar a relação entre diferentes tipos de práticas sociais levando em conta a sua conformidade com a normatividade da situação. Pretendemos observar como diferentes situações influenciam a ocorrência de práticas ilegítimas, mais especificamente práticas contrárias à prevenção da difusão da pandemia. Os órgãos oficiais de saúde determinaram uma série de prescrições para a prevenção da covid, que em geral são repassadas à população pelas normativas do poder executivo em seus diferentes níveis. Elencamos essas normativas de saúde e com base nelas construímos grade de observação (Anexo 2) com *actemas* de práticas ilegítimas, para compreender sua frequência e como se relacionam uns com os outros. É importante informar que a grade foi se modificando ao longo das observações realizadas, já que por vezes as orientações oficiais se modificaram e também novos *actemas* que não foram previstos ocorreram.

Levamos em consideração que diferentes situações modulam a pressão normativa das representações, o que resultará numa recorrência diferente de práticas ilegítimas. Com base nisso temos delineamento com um fator dependente (práticas sociais ilegítimas) e um fator independente (grau de normatividade). O fator independente conta com três condições: contextos com normatividade baixa, média e alta.

Levamos em consideração os conceitos da teoria da condicionalidade para tentar responder à pergunta: *De que maneira diferentes contextos situacionais flexibilizam a pressão normativa, gerando práticas ilegítimas?*

Partindo dessa pergunta como **objetivo geral** compreender a influência da situação imediata na pressão normativa para a geração de práticas sociais. Como **primeiro objetivo específico** é registrar a ocorrência das práticas ilegítimas em diferentes contextos imediatos; o **segundo objetivo específico** é documentar as relações entre os *actemas* apresentados em cada um dos diferentes contextos; o **terceiro objetivo específico** é observar o nível de risco real em cada um dos contextos estudados.

Instrumento

Considerando as orientações da OMS (World Health Organization, 2021) e do Ministério da Saúde (Ministry of Health, 2021) construímos grade de observação de ações de risco de contágio (Anexo 2). Esta grade contava com ações pré-estabelecidas e com espaço para inserção de outras que surgiram no decorrer da observação.

Como segunda etapa do estudo aplicamos questionário virtual através da Plataforma Google Forms em 5 experts da área da saúde (enfermeiros e médicos) que atribuíram grau de risco para cada ação observada na primeira parte/etapa do estudo em escala de Likert de 5 pontos (0=Risco Nulo, 4=Risco Máximo).

Participantes e Procedimentos

O alvo da observação foi a interação entre duas pessoas (N=1200), visando quais *actemas* de risco e também de prevenção à Covid-19 aconteceriam. A pesquisa foi realizada entre os meses de abril e dezembro de 2020 no Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro (estado do Rio de Janeiro) e de Vitória (estado do Espírito Santo).

Foram 1200 participantes em 600 observações (2 participantes por observação), sendo 400 pessoas e 200 observações por contexto. A pesquisa aconteceu em três ambientes com graus diferentes de normatividade, um com regras mais rígidas (aeroporto), outro com moderadas (supermercado) e um com regras mais brandas (bares/restaurantes) com relação às medidas de prevenção ao Covid-19.

Análise de Dados

A avaliação de risco de cada ação é resultado da média das respostas dos 5 experts. Para calcular o nível risco da ação em cada contexto multiplicamos a frequência da ação no ambiente pelo seu risco. Os resultados das multiplicações foram somados e resultaram no score total de risco em cada contexto. Realizamos Análise de Variância (ANOVA) para o nível de risco por contexto de cada ação. A ANOVA foi realizada no software SPSS v. 25 (Statistical Packages for the Social Sciences) (IBM Corp., 2017).

Utilizando a teoria dos grafos aplicada à psicologia (Flament, 1965) construímos três árvores de similitude com índice de Jaccard (Bouriche, 2003) a partir das relações entre as ações para cada contexto. Para esta construção utilizamos os softwares IraMuTeQ 0.7 Alpha 2 (R INTERFACE for multidimensional analysis of texts and questionnaires) (Camargo & Justo, 2013) e R v. 4.1.0 (The R Foundation, 2021). Temos uma árvore de similitude para cada contexto e como critério de corte mínimo cada ação deveria ter no mínimo 2% da frequência total observada em cada contexto.

Resultados

Com o risco de cada um dos *actemas* realizamos análise de variância para identificar a significância da diferença dos riscos por contexto. A Tabela 42 apresenta a ANOVA, a frequência e riscos de todos os *actemas* observados por contexto.

Tabela 42

ANOVA, Frequência e riscos de actemas por contexto

Ações	Risco (0 - 4)	Aeroporto	Super mercado	Bar/ Restaurante	Sig. ANOVA (df. 2)
		Freq. (nível de risco)	Freq. (nível de risco)	Freq. (nível de risco)	
Coloca a Mão na Boca	4	4 (16)	31 (124)	53 (212)	<.0001
Coça o Olho	4	3 (12)	7 (28)	14 (56)	.05
Coloca a Mão no Nariz	4	1 (4)	6 (24)	5 (20)	NS
Beija a Boca de Outro	4	-	1 (4)	5 (20)	.05
Coça o Nariz	3.8	3 (11.4)	8 (30.4)	32 (121.6)	<.0001
Coça a Boca	3.8	-	-	5 (19)	.01
Abaixa a Máscara Temporariamente	3.6	8 (28.8)	16 (57.6)	200 (720)	<.0001

Rói a Unha	3.6	-	-	10 (36)	<.0001
Aperta a Mão de Outra Pessoa	3.4	3 (10.2)	1 (3.4)	4 (13.6)	NS
Beija o Rosto de Outra Pessoa	3.2	2 (6.4)	-	2 (6.4)	NS
Dá a Mão para o Outro	3.2	19 (60.8)	4 (12.8)	5 (16)	.001
Troca de Objetos com Outro	3.2	8 (25.6)	25 (80)	8 (25.6)	.001
Ajeita a Máscara de Outra Pessoa	3	1 (3)	-	-	NS
Abraça o Outro	3	22 (66)	19 (57)	31 (93)	NS
Retira a Máscara	3	1 (3)	5 (15)	-	.05
Cobre Tosse com a Mão	3	1 (3)	-	-	NS
Beija Rosto de Outro que usa Máscara	2.8	-	1 (2.8)	-	NS
Toca no Rosto de Outra Pessoa	2.8	-	2 (5.6)	3 (8.4)	NS
Fuma	2.6	-	-	14 (36.4)	<.0001
Encosta a Cabeça na Cabeça de Outro	2.6	1 (2.6)	-	2 (5.2)	NS
Recoloca a Máscara	2.6	3 (7.8)	-	-	.05
Ajeita a Máscara no Nariz	2.4	74 (177.6)	59 (141.6)	2 (4.8)	<.0001
Entrelaça o Braço com o Outro	2.4	7 (16.8)	2 (4.8)	1 (2.4)	.05
Beija a Cabeça de Outra Pessoa	2.4	1 (2.4)	-	-	NS
Encosta a Cabeça no Ombro de Outro	2.4	1 (2.4)	-	1 (2.4)	NS
Coça a Testa	2.2	5 (11)	5 (11)	13 (28.6)	.05
Passa a mão no Rosto	2.2	1 (2.2)	1 (2.2)	4 (8.8)	NS
Coça o Rosto	2.2	1 (2.2)	6 (13.2)	9 (19.8)	.05
Ajeita o Óculos	2.2	10 (22)	3 (6.6)	8 (17.6)	NS
Cumprimenta com Soco	2.2	-	1 (2.2)	1 (2.2)	NS
Coloca a Mão no Queixo	2	-	1 (2)	25 (50)	<.0001
Coloca a Mão na Testa	2	1 (2)	-	31 (62)	<.0001
Coça o Queixo	2	1 (2)	1 (2)	9 (18)	.01
Toca na Cabeça de Outra Pessoa	1.8	2 (3.6)	2 (3.6)	3 (5.4)	NS
Bebe	1.8	1 (1.8)	1 (1.8)	105 (189)	<.0001
Ajeita a Máscara na Orelha	1.6	7 (11.2)	1 (1.6)	-	.01
Coloca a Máscara	1.6	-	1 (1.6)	1 (1.6)	NS
Coça a Orelha	1.6	2 (3.2)	5 (8)	6 (9.6)	NS
Coloca a Mão no Pescoço	1.6	-	1 (1.6)	-	NS
Coça o Pescoço	1.6	-	-	1 (1.6)	NS
Manuseia o Celular	1.6	69 (110.4)	24 (38.4)	61 (97.6)	<.0001
Ajeita o Cabelo	1.6	37 (59.2)	38 (60.8)	85 (136)	<.0001
Come	1.6	2 (3.2)	2 (3.2)	55 (88)	<.0001
Coça a Nuca	1.4	3 (4.2)	-	1 (1.4)	NS
Passa a Mão na Orelha	1.4	-	3 (4.2)	-	.05
Passa a Mão na Cabeça	1.4	-	1 (1.4)	6 (8.4)	.01
Coça a Cabeça	1.4	4 (5.6)	4 (5.6)	12 (16.8)	.05
Toca no Corpo do Outro Abaixo do Pescoço	1.4	18 (25.2)	34 (47.6)	28 (39.2)	NS
Fala no Celular	1.4	5 (7)	4 (5.6)	5 (7)	NS
Cumprimenta com o Cotovelo	0.8	-	1 (0.8)	-	NS
Passa Álcool em Gel na Mão	0.6	3 (1.8)	5 (3)	-	NS
Cumprimenta com Expressão Facial	0	-	2 (0)	-	-
Total de Frequência (por contexto)		335	334	1.066	
Score de Risco (Soma das frequências * nível de risco)		737.6	819	2.227.4	
Média de Risco por Contexto		20.50	22.60	55.70	<.0001

Fonte. Os autores.

Nota. Acrescentamos nos bares e restaurantes a frequência 200 para o *actema* *Abaixa a Máscara Temporariamente*. Fizemos isso pois é o *actema* de maior risco envolvendo máscara e nenhum dos 200 participantes que observamos utilizava o item de segurança. Pensamos

desta forma diminuir a sobrevalorização que poderia ocorrer no nível de risco total dos bares/restaurantes.

Observamos nos resultados nível risco inverso ao grau normativo de cada contexto, com os aeroportos representando risco de contágio menor (737.6), os supermercados um risco médio (819) e os Bares/Restaurantes um risco maior (2.227.4). Os bares apresentam risco de contágio 2,8 vezes maior que o supermercado e 3,02 vezes maior que os aeroportos, enquanto que os supermercados representam um risco 1,1 vezes maior que os aeroportos.

Outro ponto importante é a frequência dos *actemas*, já que observamos quase o mesmo número no supermercado (334) e aeroporto (335) e mais que o triplo nos bares e restaurantes (1.066) com o mesmo tempo de observação.

Na ANOVA, dos quatro *actemas* com risco máximo (4), três apresentaram diferença significativa: Coloca a Mão na Boca ($p < .0001$), Coça o Olho ($p = .05$) e Beija a Boca de Outro ($p = .05$) e todos acontecem com maior frequência nos bares e restaurantes e com menor frequência nos aeroportos. Nos *actemas* de risco alto (3 a 3.9), sete das doze ações apresentam diferença significativa e quatro ocorrem com maior frequência nos bares e restaurantes, dois nos supermercados e apenas um nos aeroportos.

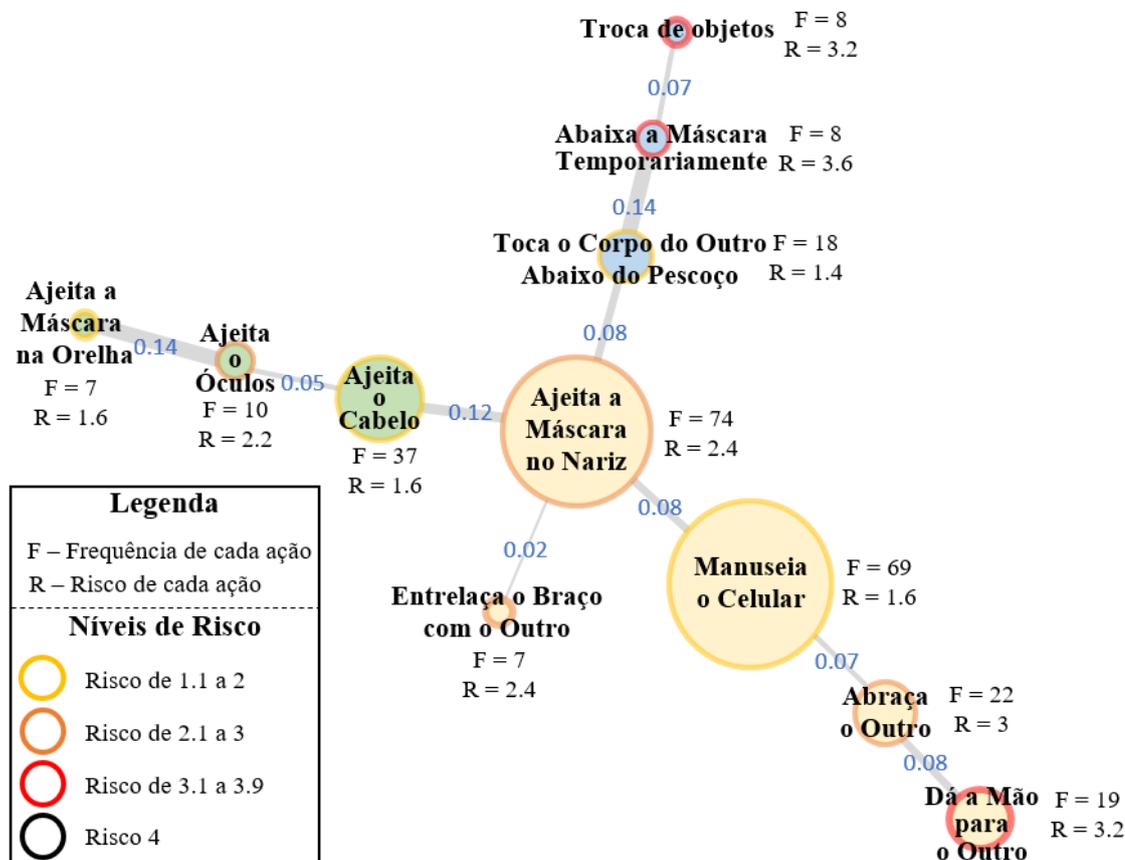
Nos outros trinta e seis *actemas* de risco moderado (2 a 2.9), baixo (1 a 1.9) e muito baixo (0.1 a 0.9), dezessete apresentaram diferença significativa entre os contextos, sendo que onze acontecem com maior frequência nos bares e restaurantes, cinco nos aeroportos e apenas um nos supermercados.

Aeroporto (Contexto de Normatividade Alta)

Os aeroportos são bastante normativos quanto às regras de prevenção à Covid-19, possuem informações sobre a doença e também disponibilizam métodos preventivos, como álcool em gel, e isso reflete no uso de máscara quase total entre os observados. Abaixo, na Figura 23, a análise de similitude desse contexto:

Figura 22

Análise de similitude com índice de Jaccard das práticas observadas no aeroporto (Freq. Mín. 7) (risco 0 a 4).



Fonte. Os autores.

Temos *Ajeita a Máscara no Nariz*, de risco moderado (2,4) como central, já que se conecta a muitos outros elementos, aparecendo com alta frequência (74 vezes). Também é frequente *Manuseia o Celular*, que acontece 69 vezes e é bem próprio do contexto do aeroporto e apresenta risco baixo.

Quanto à organização da árvore, são 3 cliques, sendo um deles *Ajeita o Cabelo - Ajeita o Óculos - Ajeita a Máscara na Orelha* que são ações com risco moderado e baixo. O segundo clique tem *Toca no Corpo do Outro Abaixo do Pescoço - Abaixa a Máscara Temporariamente - Troca de Objetos com o Outro*, que são ações de risco moderado e alto. O terceiro e último clique é o do elemento central que conta com *Ajeita a Máscara no*

Nariz - Manuseia o Celular - Abraça o Outro - Dá a Mão para o Outro que são elementos frequentes e com risco moderado e alto. Tem-se ainda *Entrelaça o Braço com o Outro*, de risco moderado, ligado apenas ao elemento central.

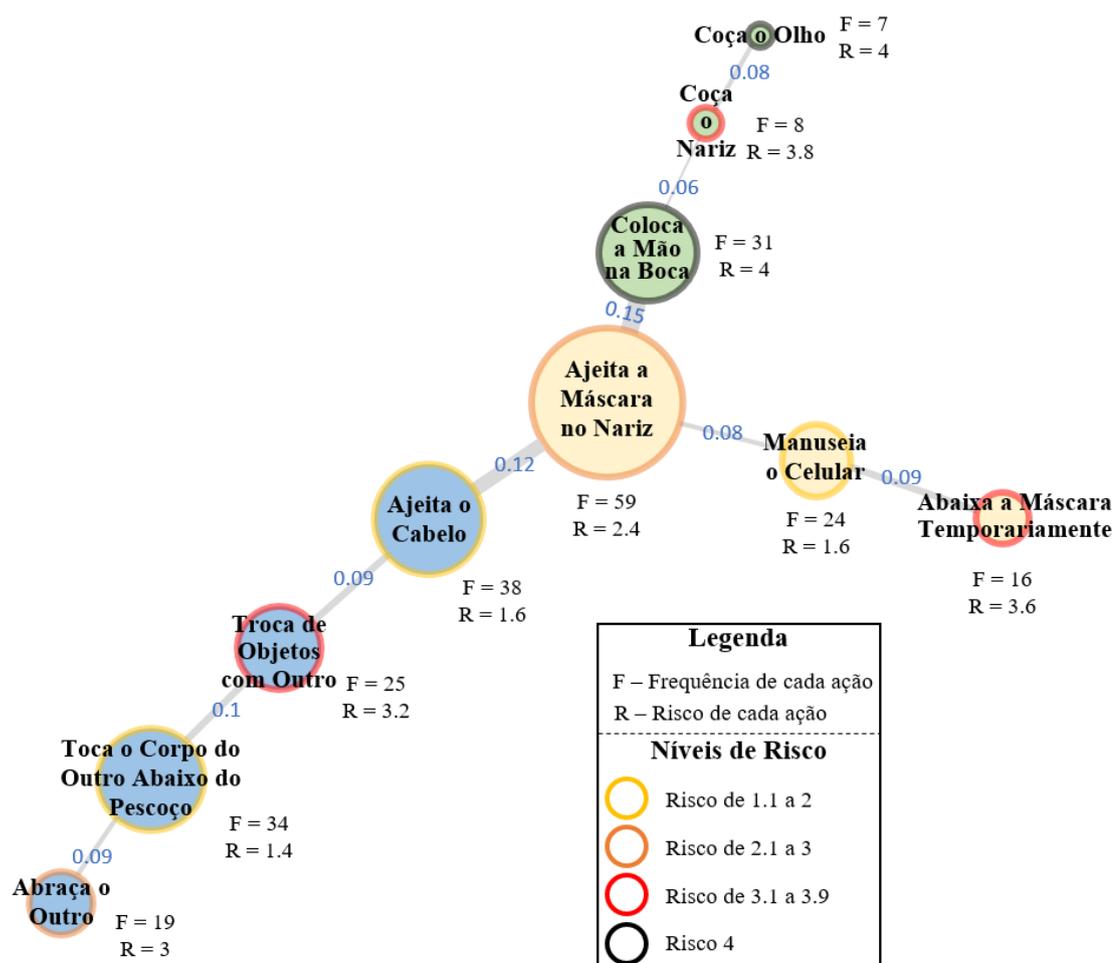
Supermercado (Contexto de Normatividade Média)

No supermercado, se exige uso de máscara e são fornecidas medidas de profilaxia contra o Covid-19 mas não se apresentam tantas informações sobre a doença e sua prevenção como nos aeroportos. Na Figura 24 está a árvore máxima das práticas em supermercados:

Figura 23

Análise de similitude com índice de Jaccard das práticas observadas no supermercado

(Freq. Mín. 7) (risco 0 a 4)



Fonte. Os autores.

Aqui novamente observamos a centralidade de *Ajeita a Máscara no Nariz* (freq. 59)

com alta conectividade e de risco moderado, mas existe substancial diminuição da frequência de *Manuseia o Celular*, que aparece apenas 24 vezes. Temos aumento do *actema Coloca a Mão na Boca*, com risco máximo, tendo participação em 15,14% no risco total do supermercado.

Na organização da árvore notamos 3 cliques bem delimitados, sendo que o primeiro deles é *Ajeita o Cabelo - Troca de Objetos com Outro - Toca no Corpo do Outro Abaixo do Pescoço - Abraça o Outro* que são ações de risco médio e alto e com alta ocorrência de *Toca no Corpo do Outro Abaixo do Pescoço*, que aparece 34 vezes.

O segundo clique é o do elemento central e conta com *actemas* de riscos moderado (2,4), baixo (1,6) e alto (3,6) sendo formado por *Ajeita a Máscara no Nariz - Manuseia o Celular - Abaixa a Máscara Temporariamente*. O terceiro clique conta com os *actemas Coloca a Mão na Boca - Coça o Nariz - Coça o Olho*, todas de risco muito alto e que juntas são responsáveis por 22,27% do risco total nos supermercados.

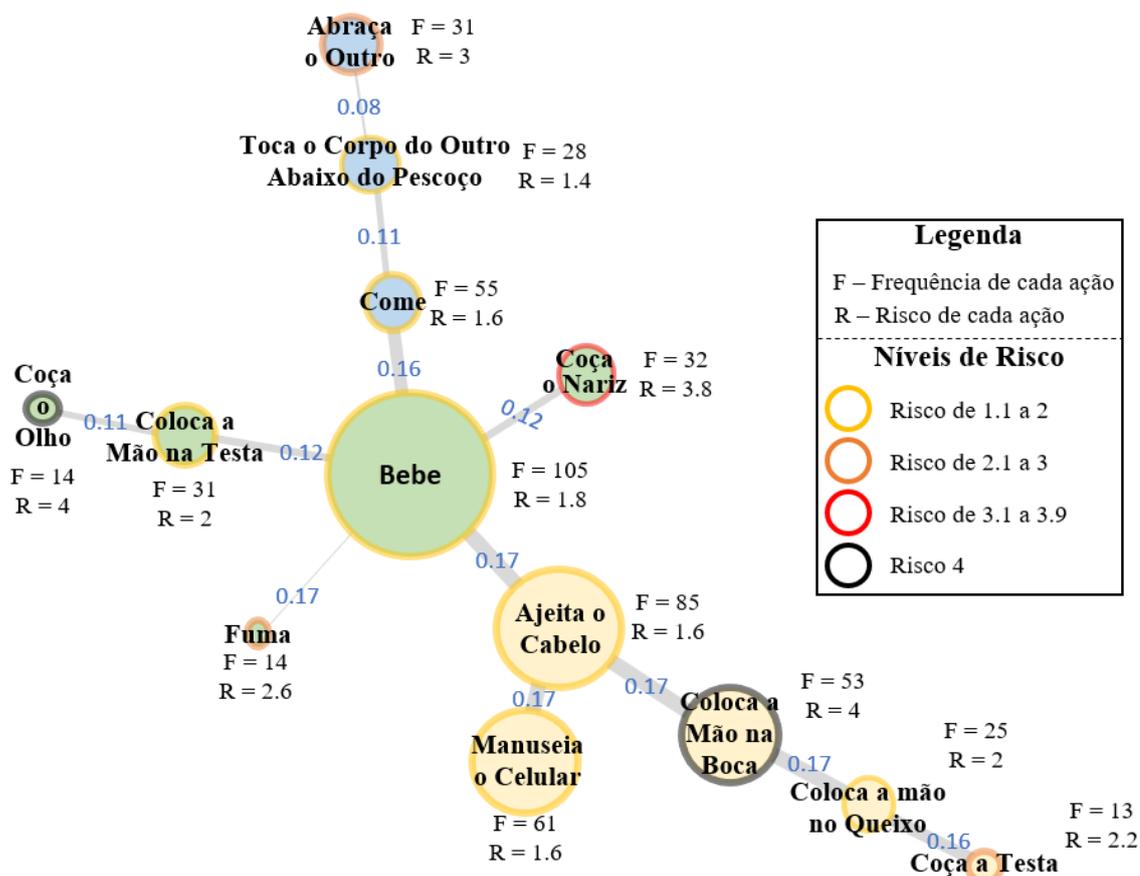
Bares/Restaurantes (Contexto de Normatividade Baixa)

Por último, os ambientes menos normativos dentre os três estudados, os bares e restaurantes. Contam com poucos métodos de profilaxia e mínimas informações sobre a doença. A seguir, na Figura 25 está a análise de similitude dos bares e restaurantes:

Figura 24

Árvore de similitude com índice de Jaccard das práticas observadas nos bares/restaurantes

(Freq. Mín. 13) (risco 0 a 4).



Fonte. Os autores.

Nota. Não incluímos o *actema* Abaixa a Máscara Temporariamente, pois nenhum observado utilizava máscara e, como informado na nota da Tabela 42, utilizamos o *actema* para diminuir possível sobrevalorização do risco dos bares/restaurantes.

Os *actemas* voltados à máscara, que são centrais nos outros dois contextos somem porque nenhum observado utilizava a máscara. *Bebe* e *Ajeita o Cabelo* apresentam alta conexão e são centrais, tendo risco baixo de contágio. Chama atenção a alta frequência de *actemas* de alto risco como *Coloca a Mão na Boca* (53), *Coça o Olho* (14), *Coça o Nariz* (32) e *Abraça o Outro* (31), que juntos são responsáveis por 32,05% do risco total desse contexto.

A árvore é formada por 3 cliques, o primeiro com *come - Toca no Corpo do Outro Abaixo do Pescoço - Abraça o Outro*, com ações de risco baixo e alto. O segundo clique é *Coça o Nariz – Bebe - Coloca a Mão na Testa - Coça o Olho*, com risco moderado e alto e o terceiro clique *Ajeita o Cabelo - Coloca a Mão na Boca - Coloca a Mão no Queixo - Coça a Testa*, com um *actema* de risco máximo (*Coloca a Mão na Boca*) e os outros de risco médio.

Discussão

O fato da incidência dos *actemas* nos bares e restaurantes ser maior que nos supermercados e aeroportos com o mesmo tempo de observação, significa que temos um contexto muito mais suscetível ao contágio. Essa suscetibilidade maior é expressa pelo nível de risco, que nos bares é 3,02 vezes maior que nos aeroportos e 2,8 vezes maior que nos supermercados, conforme ilustrado na Tabela 42.

Essa maior suscetibilidade de contágio é confirmada pelos resultados da ANOVA, já que dos onze *actemas* de risco máximo e alto com diferença significativa entre os contextos, sete acontecem com maior frequência nos bares, três nos supermercados e apenas um nos aeroportos. Ainda é possível pensar que os resultados subvalorizam o risco nos bares, pois as interações neste ambiente duram muito mais tempo do que nos supermercados e aeroportos, ou seja, o risco triplicado por minuto irá se repetir muito mais que nos outros contextos.

Essa análise de risco por ambiente se faz pertinente no Brasil, pois as políticas de lockdown e de isolamento social preveem estabelecimentos que podem ou não funcionar de acordo com a progressão da doença. Esse tipo de política acabou gerando discussão polarizada na sociedade, onde um lado defende que os bares devem funcionar por causa da economia e também pelos espaços de sociabilidade, enquanto o outro lado pleiteia que devem ficar fechados para aumentar o isolamento social e diminuir o contágio.

Os bares e restaurantes têm como uma das principais finalidades a socialização e, portanto, vigoram normas de sociabilidade. As situações sociais modulam as representações

de acordo com seu nível de normatividade e sua finalidade (Dany, 2016; Flament, 1994/2001a). As normas de sociabilidade inscritas nas representações parecem estar mais fortemente enraizadas na sociedade e exercem maior pressão social do que as normas de prevenção da covid-19. Nos aeroportos e supermercados também existem normas de sociabilidade, mas elas não estão conectadas à finalidade destes ambientes, o que possibilita que as representações de prevenção à Covid-19 exerçam maior pressão normativa o que acarreta ocorrência de menos *actemas* de risco.

A relação entre frequência e nível de risco de cada ação pode indicar caminhos para a diminuição do contágio nos três ambientes. A Tabela 42 mostra que alguns poucos *actemas* possuem grande contribuição no risco total dos contextos e muitos *actemas* tem pouca contribuição, seguindo a distribuição da lei de Zipf. Isto indica que inibir ou erradicar estes poucos *actemas*, pode diminuir consideravelmente o risco total dos ambientes. Este fato é corroborado pelas análises de similitude, que apresentam poucos *actemas* centrais e de alta conectividade, de modo que atuar sobre eles pode abalar as estruturas das práticas de risco ao contágio do Covid-19.

No aeroporto *Ajeita a Máscara no Nariz, Manuseia o Celular e Abraça o Outro* são responsáveis por 48% do risco total desse estabelecimento. No supermercado *Ajeita a Máscara no Nariz, Coloca a Mão na Boca e Troca de Objetos com o Outro* significam 42,20% do risco total do contexto. Nos bares e restaurantes, por fim, *Coloca a Mão na Boca, Bebe e Ajeita Cabelo* são responsáveis por 35,66% do risco total (sem considerar *Abaixa a Máscara Temporariamente*). Propor campanhas de conscientização que atuem sobre esses *actemas* para os erradicar, ou para que as pessoas higienizem as mãos antes e depois de realizá-los poderia significar um contágio significativamente menor (até 48% no caso dos aeroportos).

É notório que no caso dos bares, erradicar o *actema beber* é muito difícil,

considerando que é uma das atividades fins do estabelecimento. Além de parecer mais difícil erradicar as ações de alto risco neste contexto, o nível de risco alto parece estar mais difundido entre mais ações, de modo que para atingir 50,21% (próximo dos 48% de diminuição possível no aeroporto com a erradicação de 3 *actemas*), seria necessário atuar em cinco *actemas* (os três já elencados mais *manuseia o celular e coloca a mão na testa*).

A organização das três árvores, com elementos centrais com risco baixo e moderado e que aparecem com frequência alta, apresenta a importância de prever nas campanhas de conscientização não só os *actemas* considerados de alto risco. Deve-se sempre considerar o risco do *actema* e também a sua frequência para entender seu papel na estrutura das práticas de risco.

A teoria da condicionalidade (Flament, 1994/2001a) explica nossos resultados, já que a representação social condiciona, através de seu sistema periférico, as práticas de acordo com o contexto. Em contextos mais normativos (aeroportos) teremos mais restrições de ação o que acaba por resultar em menor risco de contágio. Nosso resultado também é explicado por Campos (2012) que avança que na prática de risco estão em jogo representações da situação específica na qual a prática é performada. Se os bares são pensados como espaços de sociabilidade, as práticas de cuidado ficarão em segundo plano.

Os resultados nos mostram que em estudos sobre representações sociais e práticas é essencial que observemos a situação (Wagner, 1994a; Rouquette, 1998). É um fator muitas vezes negligenciado, mas capaz de fornecer grade de leitura sobre como os sujeitos agirão. Entendemos também que compreender as situações sociais pode ser caminho para formulação de intervenções mais eficazes para modificar as práticas.

Por fim, é possível inferir, pelo menos nos contextos observados, que o grau de normatividade tem influência no risco de contágio. A frequência, os riscos e a ANOVA demonstram que quanto maior é o grau normativo de um ambiente, menor é o risco de

contágio de Covid-19.

Conclusão

Com os resultados e a discussão deste trabalho, esperamos dar insumos para a formulação de políticas públicas de saúde. Temos indícios de quais estabelecimentos devem funcionar, como devem funcionar e também quais campanhas de prevenção devem acontecer em seus espaços. O estudo da normatividade das situações em relação às práticas é fundamental em cenário pandêmico, onde as práticas de prevenção são as principais estratégias de mitigação.

Estudo 3 – Inventário de Práticas de Risco em Relação à Covid-19: Reflexibilidade em Relação ao Contexto

O terceiro estudo visa estudar o pensamento dos grupos sobre as práticas que performam. Aqui pretendemos verificar principalmente o viés discursivo apontado por Flament (1994/2001a), que afirma divergências entre o que os sujeitos falam que fazem e o que de fato fazem. O sistema normativo da representação gerencia de formas diferentes os conteúdos discursivo e prático. No estudo 2 verificamos, através de observação, o que os sujeitos de fato fazem. Aqui elaboramos inventário dos *actemas* que os sujeitos acreditam que fazem nos três contextos normativos diferentes (aeroporto, supermercado e bares/restaurantes).

Pretendemos, ao juntar os estudos 2 e 3, verificar de modo concreto o viés apontado por Flament e também reforçar a necessidade de estudos praxeodiscursivos em representações sociais. Utilizaremos novamente a teoria da condicionalidade (Flament, 1994/2001a) como grade de leitura dos fenômenos que estudamos. Privilegiamos os contextos em detrimento da pertença grupal, assim como fizemos no estudo 2, para mostrar a importância das situações nos prescritores condicionais das representações.

Levando esses fatores em consideração formulamos a seguinte pergunta de pesquisa: *Como diferentes contextos influenciam nas representações dos sujeitos sobre suas práticas em relação a Covid-19?*

O **objetivo geral** deste terceiro estudo é identificar como diferentes contextos influenciam nas representações dos sujeitos sobre suas práticas em relação a Covid-19. O **primeiro objetivo específico** é listar os *actemas* que os sujeitos dizem realizar em três contextos com normatividades diferentes. O **segundo objetivo específico** é verificar a conexão entre os *actemas* relatadas pelos para alcançar uma visão da estrutura da prática.

Instrumento

Para alcançar os objetivos aplicamos questionário a fim de elaborar inventário de *actemas* de risco de contágio de Covid-19 que os participantes acreditavam realizar em três contextos diferentes (aeroportos, supermercados e bares/restaurantes). Nosso objetivo é verificar a flexibilidade (Dany, 2016) dos sujeitos sobre seus *actemas*. Ou seja, pretendemos estudar as representações dos grupos sobre as práticas que realizam.

Construímos um questionário condicional que perguntava inicialmente quais ambientes os participantes haviam frequentado durante a pandemia. A depender de sua resposta o questionário o encaminhava para perguntas sobre um contexto específico. Questionamos então quais eram as 5 ações de risco para o contágio de covid que mais realizavam em cada contexto. Frisamos com exemplos a importância de os participantes serem específicos em relação às suas ações. Abaixo, na Figura 26, apresentamos o modelo que utilizamos para fazer as perguntas:

Figura 25

Exemplo de pergunta realizada para construção do inventário de actemas

Com a pandemia de Covid-19 surgiram muitas regras sobre quais ações realizar ou não nos espaços públicos. Algumas ações não são recomendadas porque aumentam o risco de contágio da doença.

Pensando nessas ações que aumentam o risco de contágio, pedimos que você apresente as 5 que realiza com maior frequência (mais vezes) quando vai/foi ao aeroporto durante o período de pandemia.

Considere ações que você faz em você mesmo (como coçar o braço), ações que você faz com os outros (como cumprimentar alguém com um aceno) e ações com objetos (como tomar café, por exemplo)

Pedimos que foque em pequenas ações específicas.
Como exemplo poderíamos perguntar as ações que uma pessoa realiza com maior frequência em seu ambiente de trabalho. Ela então indicaria as seguintes ações:

- 1- Manuseio o mouse (cursor do computador)
- 2- Digito no teclado
- 3- Escuto música no fone
- 4- Atendo telefone
- 5- Converso com colegas de trabalho
- 6- Esfrego uma mão na outra
- 7- Entrego folhas para colegas
- 8- Bebo café
- 9- Coço a palma da mão
- 10- Faço cópias de documentos

Pedimos então que seja sincero(a) e apresente as 5 ações (que aumentam o risco de contágio de covid-19) que você realiza com MAIOR frequência quando vai/foi ao aeroporto durante a pandemia
Considere apenas o tempo em que passou no aeroporto, desconsiderando o tempo no avião.

Fonte. Os autores.

Participantes e Procedimentos

No questionário aplicado pedimos que os **participantes** informassem cinco práticas de risco que realizam em cada contexto. Foram 176 participantes, sendo que 57 responderam sobre os aeroportos, 60 participantes sobre os supermercados e 59 sobre os bares/restaurantes. Os participantes possuem idade média de 34,3 (DP=12,0) e são 114 mulheres e 62 homens. Abordamos os **participantes** através de redes sociais como LinkedIn, WhatsApp e Facebook. Não estabelecemos critérios de inclusão e exclusão específicos, os **participantes** deviam apenas ter mais de 18 anos e concordar com o TCLE.

Categorizamos as 857 respostas dos **participantes** em 54 categorias. Cada uma dessas categorias representa um *actema* específico. Agrupamos as respostas dos **participantes** por proximidade de significado.

Análise de Dados

Analisamos a frequência de cada categoria e sua proporção em relação ao total de ações em cada contexto. Utilizamos a teoria dos grafos (Flament, 1965) para realizar três árvores de similitude (uma para cada contexto) através do índice de Jaccard (Bouriche, 2003). Para cada árvore estabelecemos o corte de frequência mínima 3 que garante a inclusão de todos os *actemas* com pelo menos 1% de incidência no contexto.

Tentamos reproduzir aqui o mesmo formato que obtivemos no segundo estudo desta tese. O replicamos com objetivo de comparar os dois estudos. Pretendemos, como já dissemos, verificar o viés discursivo aventado por Flament (1994/2001a). A única diferença dos dois é que não temos no terceiro estudo o nível de risco para cada *actema*, já que os participantes relataram *actemas* que não foram avaliados pelos experts do estudo 2. Ao invés do risco, consideramos a proporção de cada *actema* em relação a frequência total em cada contexto.

Resultados

Começamos a apresentação de resultado elencando os *actemas* que os participantes relatam em cada contexto. Apresentamos a frequência e a porcentagem proporcional de cada ação em relação ao total. A Tabela 43 condensa as informações:

Tabela 43

Frequência e proporções de actemas por contexto

Ações	Total (% do total)	Aeroporto	Super mercado	Bar/ Restaurante
		Freq. (% do total)	Freq. (% do total)	Freq. (% do total)
Toca em Objeto	235(27.7)	64(23)	107(38.6)	64(21.8)
Conversa com outras Pessoas	61(7.2)	17(6.1)	15(5.4)	29(9.9)
Manuseia o Celular	59(6.9)	24(8.6)	21(7.6)	14(4.8)
Uso de Espaço	58(6.8)	40(14.4)	4(1.4)	14(4.8)
Proximidade com Outras Pessoas	37(4.4)	9(3.2)	13(4.7)	15(5.1)
Bebe	35(4.1)	24(8.6)	2(0.7)	9(3.1)
Come	35(4.1)	21(7.6)	1(0.4)	13(4.4)
Fala no Celular	24(2.8)	9(3.2)	10(3.6)	5(1.7)
Cumprimenta Outras Pessoas	23(2.7)	2(0.7)	6(2.2)	15(5.1)
Fica sem Máscara	23(2.7)	2(0.7)	7(2.5)	14(4.8)

Coça o Olho	19(2.2)	5(1.8)	10(3.6)	4(1.4)
Abaixa a Máscara Temporariamente	19(2.2)	9(3.2)	3(1.1)	7(2.4)
Não usa Álcool em Gel	18(2.1)	1(0.4)	12(4.3)	5(1.7)
Passa a mão no Rosto	17(2.0)	3(1.1)	5(1.8)	9(3.1)
Utiliza Fone de Ouvido	14(1.6)	11(4)	3(1.1)	-
Retira a Máscara	14(1.6)	1(0.4)	-	13(4.4)
Abraça o Outro	13(1.5)	1(0.4)	1(0.4)	11(3.7)
Coça o Nariz	12(1.4)	4(1.4)	4(1.4)	4(1.4)
Esfrega as Mãos	10(1.2)	4(1.4)	3(1.1)	3(1)
Coloca a Mão na Boca	9(1.1)	1(0.4)	5(1.8)	3(1)
Coça o Rosto	8(0.9)	2(0.7)	4(1.4)	2(0.7)
Aperta a Mão de Outra Pessoa	7(0.8)	1(0.4)	3(1.1)	3(1)
Troca de Objetos com Outro	7(0.8)	3(1.1)	4(1.4)	-
Beija o Rosto de Outra Pessoa	6(0.7)	1(0.4)	1(0.4)	4(1.4)
Coça a Palma das Mãos	6(0.7)	5(1.8)	-	1(0.3)
Compartilha o Copo	6(0.7)	-	-	6(2.0)
Toca no Corpo do Outro Abaixo do Pescoço	5(0.6)	2(0.7)	-	3(1)
Ajeita a Máscara	5(0.6)	1(0.4)	4(1.4)	-
Cheira objeto (produto de limpeza)	5(0.6)	-	5(1.8)	-
Não Higieniza Itens Comprados	5(0.6)	-	4(1.4)	1(0.3)
Toca em Partes do Próprio Corpo	5(0.6)	2(0.7)	3(1.1)	-
Compartilha Comida	5(0.6)	-	-	5(1.7)
Ajeita o Cabelo	4(0.5)	-	2(0.7)	2(0.7)
Tempo longo no local (supermercado)	4(0.5)	-	4(1.4)	-
Compartilha Cigarro	4(0.5)	-	-	4(1.4)
Utiliza a máscara de forma incorreta	4(0.5)	4(1.4)	-	-
Não Higieniza as Mãos	3(0.4)	-	-	3(1)
Espirra	3(0.4)	1(0.4)	1(0.4)	1(0.3)
Toca em Outra Pessoa	3(0.4)	-	1(0.4)	2(0.7)
Tosse	2(0.2)	-	1(0.4)	1(0.3)
Fuma	2(0.2)	-	1(0.4)	1(0.3)
Ajeita o Óculos	2(0.2)	-	2(0.7)	-
Coça uma Parte do Corpo	2(0.2)	1(0.4)	1(0.4)	-
Utiliza o Tipo Errado de Máscara (tecido)	2(0.2)	1(0.4)	1(0.4)	-
Rói a Unha	1(0.1)	1(0.4)	-	-
Coloca a Mão no Nariz	1(0.1)	-	1(0.4)	-
Coça a Boca	1(0.1)	-	-	1(0.3)
Coça o Queixo	1(0.1)	-	-	1(0.3)
Coça a Orelha	1(0.1)	-	-	1(0.3)
Passa a Mão na Cabeça	1(0.1)	-	1(0.4)	-
Coça o Braço	1(0.1)	-	1(0.4)	-
Tempo longo no local (aeroporto)	1(0.1)	1(0.4)	-	-
Tempo longo no local (bar/restaurante)	1(0.1)	-	-	1(0.3)
Total de Frequência (por contexto)		278	277	294

Fonte. Os autores.

Vemos que o *actema Toca em Objeto* é relatado com proporção muito maior (27.7%) do que todos os outros *actemas*. É quase 4 vezes mais relatado do que o segundo mais frequente (Conversa com outras Pessoas). Tocar em objeto é relatado principalmente em supermercados, onde os participantes levam em consideração o toque em produtos que estão à venda, dinheiro e carrinho de compras. Curiosamente, tocar em objetos é uma das ações

menos arriscadas para o contágio de Covid-19 (Puentes, 2021). Acontece que no início da pandemia os órgãos sanitários indicaram que era necessário evitar o contato com produtos e superfícies, além do uso de luvas. Os resultados indicam que essa prescrição não foi esquecida, mesmo que oficialmente tenha deixado de ser indicada. Ela não é observada no estudo 2 porque o alvo de observação era a interação entre duas pessoas. No estudo 3 perguntamos o que os participantes fazem individualmente. Fizemos essa escolha por considerar que perguntar o que os participantes fazem em interações em diferentes contextos dificultaria a compreensão da pergunta.

Temos relatados, no entanto, *actemas* de socialização como Conversa com outras Pessoas (61), Proximidade com Outras Pessoas (37) e Cumprimenta Outras Pessoas (23). Eles são mais frequentemente relatados nos bares/restaurantes, que justamente possuem função de sociabilidade mais explícita. O relato parece ir de encontro ao que observamos no estudo 2, que o principal fator de risco dos bares é sua finalidade de sociabilidade. A presença desses *actemas* também confirma a força da prescrição do isolamento social e da não aglomeração.

Manusear o Celular (59) e Falar no celular (24) também possuem frequência alta, principalmente nos aeroportos e supermercados. Esses *actemas* também assumem importância no nosso estudo 2. A alta percepção de risco em relação a esses *actemas* reflete o uso frequente do telefone em todos os ambientes, além do fato que é levado ao rosto, próximo do nariz e da boca. Pela proximidade com o rosto e alta frequência, não incluímos manusear o celular na categoria Toca em objetos.

Destacamos também o *actema* Uso de Espaço que aparece como quarto mais frequente. Sua incidência é muito grande nos aeroportos, onde os participantes relatam o risco de principalmente de utilizar o banheiro do aeroporto, mas também suas lojas e restaurantes. Apesar de não ser um *actema*, já que os participantes podem realizar vários

deles nesses espaços, decidimos manter a categoria na tabela e nas árvores. Fizemos isso pela alta frequência desse tipo de relato nas respostas.

Por fim, destacamos os *actemas* Come e Bebe, que no estudo 2 aparecem muito nos bares/restaurantes e aqui surgem com maior frequência nos aeroportos. Pode haver o viés dos participantes considerarem mais o tempo que passam nos cafés e restaurantes do aeroporto e na observação do estudo 2 termos considerado o espaço de saguão. É curioso notar que os participantes pensam o risco de espaços específicos dentro dos aeroportos (restaurantes, banheiro e elevador, por exemplo) mais do que nos outros dois contextos.

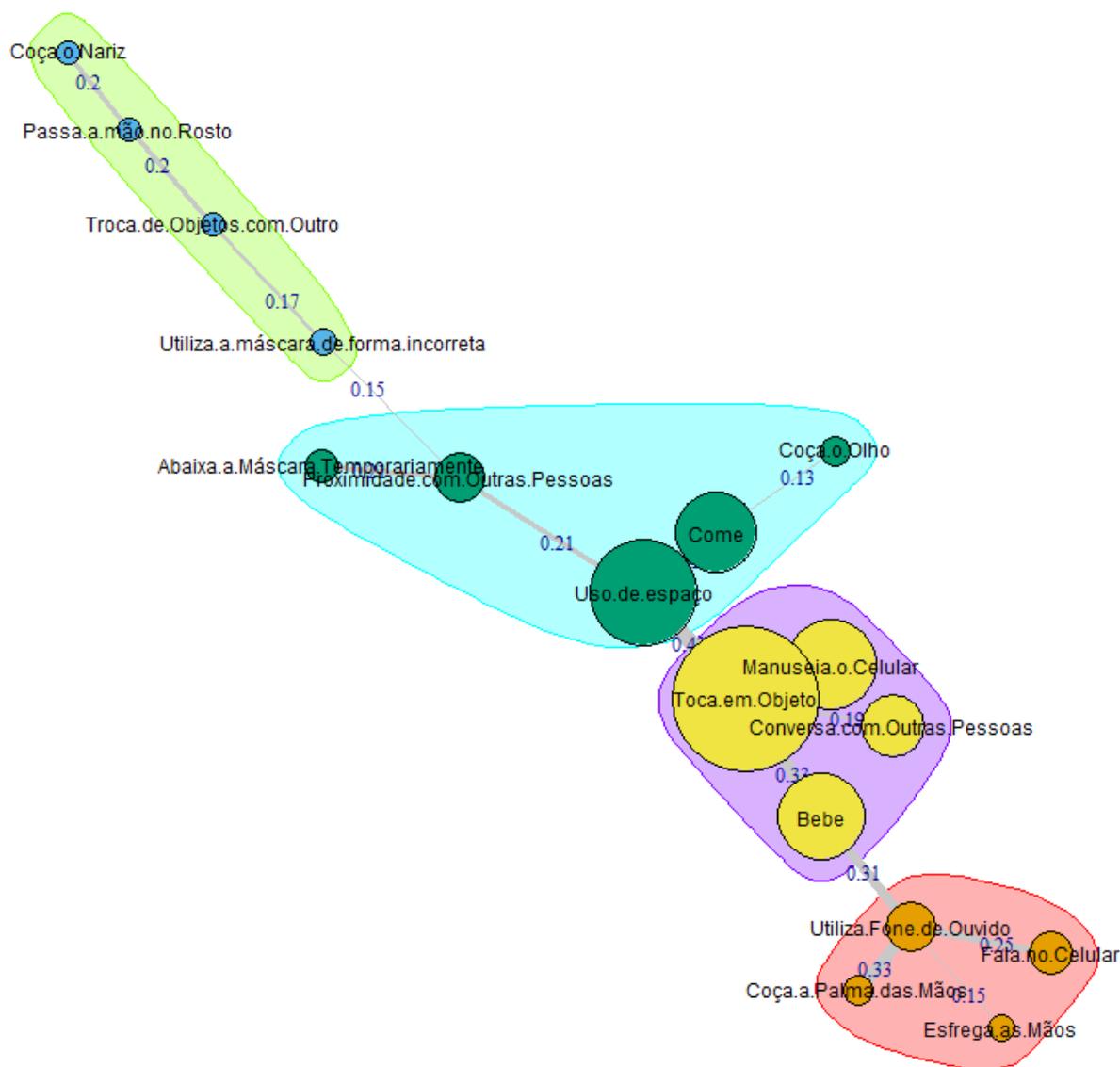
A frequência de *actemas* nos três contextos é parecida porque pedimos que os participantes relatassem as cinco ações que mais realizavam, o que padronizou a quantidade de respostas. No estudo 2 não limitamos o número de *actemas* nas observações, fato que gerou frequência muito maior nos bares/restaurantes. Nos próximos subtópicos apresentamos as árvores de similitude em cada contexto. Pretendemos com elas estudar as relações entre *actemas* e ter uma visão global das representações sobre práticas.

Aeroporto (Contexto de Normatividade Alta)

Começamos apresentando o contexto mais normativo e que verificamos ser também o menos arriscado em relação à Covid-19. A Figura 27 abaixo apresenta a árvore de similitude com os *actemas* que os participantes relatam realizar nos aeroportos.

Figura 26

Análise de similitude com índice de Jaccard das práticas relatadas nos aeroportos (Freq. Mín. 3)



Fonte. Os autores.

Temos *Toca em Objeto* e *Uso de espaço* como *actemas* centrais por sua frequência e conexões. São *actemas* que se conectam a muitos outros e organizam a representação das práticas de risco nos aeroportos. Já relatamos que o uso de espaço se refere utilizar locais dentro do aeroporto, como banheiros e lojas. Temos ainda *Come*, *Bebe*, *Manuseia o celular* e *Conversa com outras pessoas* como elementos de forte frequência nesse contexto.

Quanto à organização da árvore temos 4 comunidades, a primeira é *Coça o Nariz* – *Passa a Mão no Rosto* – *Troca de Objetos com Outro* – *Utiliza a Máscara de Forma Incorreta* com *actemas* de baixa frequência. Outra comunidade é *Abaixa a Máscara*

Temporariamente – Proximidade com Outras Pessoas – Uso de Espaço – Come – Coça o Olho. A terceira comunidade conta com os *actemas* mais frequentes no contexto, sendo composta composta por *Manuseia o Celular – Toca em Objetos – Bebe - Conversa com Outras Pessoas.* Por último temos a comunidade *Utiliza Fone de Ouvido – Coça a Palma da Mão – Esfrega as Mãos – Fala no Celular.*

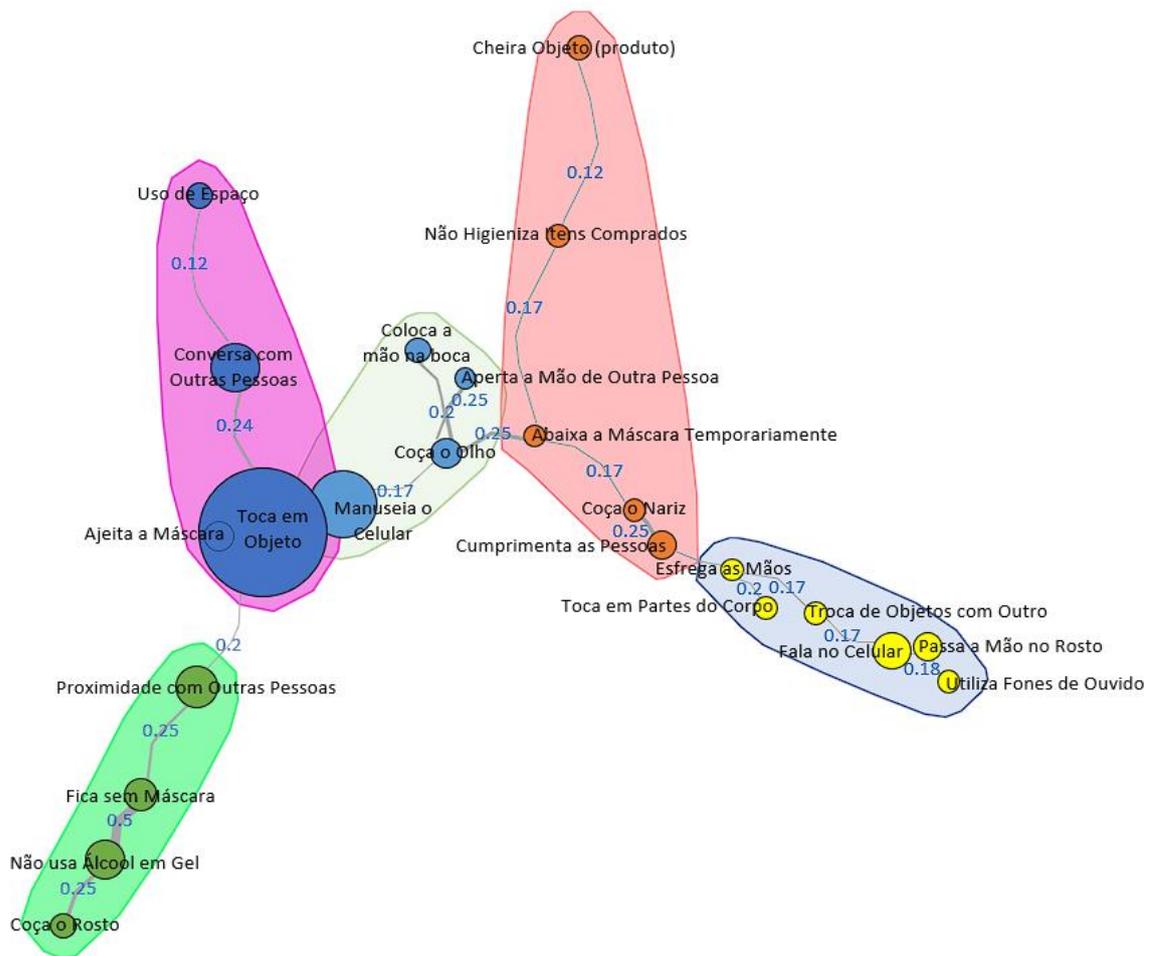
Vemos que os *actemas* mais frequentes e importantes na árvore são ligados ao uso do espaço, principalmente de restaurantes e cafés. Temos *actemas* secundários de tocar o rosto, utilizar objetos (fone de ouvido e celular) e movimentos com a mão (esfregar as mãos e coçar a palma da mão).

Supermercado (Contexto de Normatividade Média)

Passamos para o supermercado, nosso contexto de risco e normatividade intermediários. Temos grande prevalência do *actema Toca no Objeto*, que parece ser o central também por suas conexões. A Figura 28 abaixo apresenta a árvore de similitude dos *actemas* que os participantes pensam realizar nos supermercados:

Figura 27

Análise de similitude com índice de Jaccard das práticas relatadas nos supermercados (Freq. Mín. 3).



Fonte. Os autores.

Como dissemos, o *actema* central no supermercado é *Toca em Objetos*. Já explicamos que os objetos que os participantes acreditam tocar são ligados à ação de fazer compras, a finalidade dos supermercados. Os *actemas* do supermercado são mais dispersos do que no aeroporto, que concentra a frequência em menos ações.

A árvore do supermercado conta com cinco comunidade de cognemas. A primeira é formada por *Coça o Rosto – Não usa Álcool em Gel – Fica sem Máscara – Proximidade com Outras Pessoas*. Temos aqui prescrições dos órgãos sanitários de saúde e principalmente o não cumprimento delas. A segunda comunidade é formada por *Uso do Espaço – Conversa com Outras Pessoas – Ajeita a Máscara* e diz do uso do espaço físico, do contato com outros e do toque no próprio rosto.

A terceira comunidade é formada por *Manuseia o celular – Coça o Olho – Aberta a*

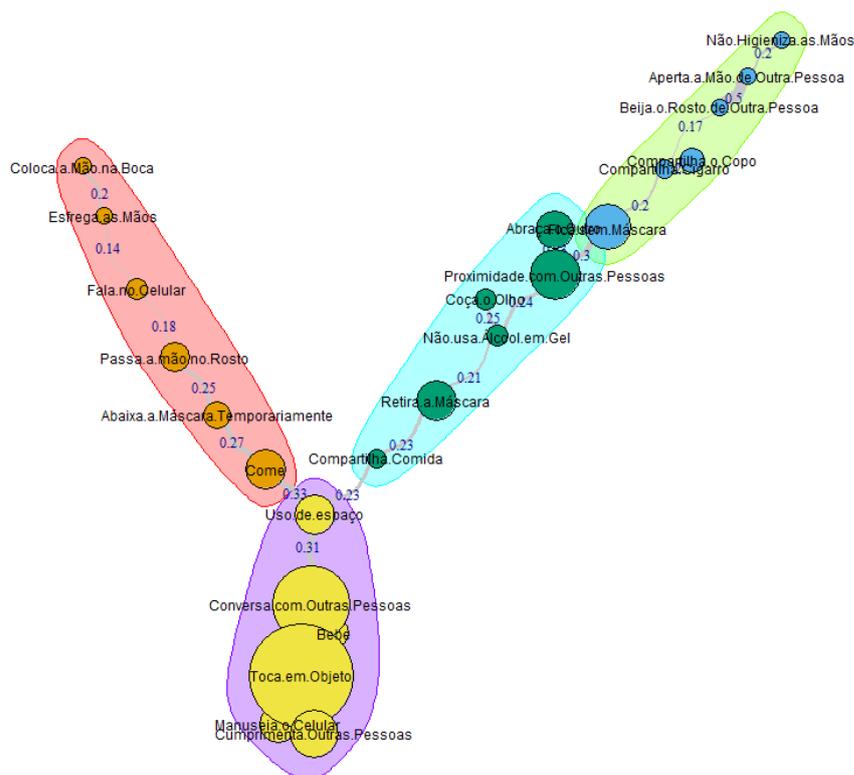
Mão de Outra Pessoa. A quarta comunidade conta com os *actemas* *Cheirar objeto (produto de limpeza)* – *Não higieniza os itens comprados* – *Abaixa a Máscara Temporariamente* – *Coça o Nariz* – *Cumprimentar Outras Pessoas*, que falam sobre a relação com itens do mercado, contato com outras pessoas e com o próprio rosto. A quinta e última comunidade é formada por *Esfrega as Mãos* – *Toca em Partes do Corpo do Outro* – *Troca de Objetos com o Outro* – *Fala no Celular* – *Utiliza Fone de Ouvido* – *Passa a mão no Rosto*

Bares/Restaurantes (Contexto de Normatividade Baixa)

Chegamos no último contexto que são os bares/restaurantes. Verificamos no estudo 2 que são os mais arriscados para o contágio de Covid-19. A Figura 29 abaixo apresenta a árvore de similitude dos *actemas* que os participantes representam nos bares/restaurantes:

Figura 28

Análise de similitude com índice de Jaccard das práticas relatadas nos bares/restaurantes (Freq. Mín. 3).



Fonte. Os autores.

Os *actemas* centrais são *Toca em Objeto* (principalmente talheres e copos) e *Conversa com outras pessoas*. Os cognemas mais frequentes dizem das duas finalidade principais do ambiente, que são se alimentar e socializar. A árvore é formada por quatro comunidade sendo a primeira composta por *Coloca a Mão na Boca – Esfrega as Mãos – Fala no Celular – Passa a Mão no Rosto – Abaixa a Máscara Temporariamente – Come*. A segunda comunidade conta com os *actemas* mais frequentes e é formada por *Uso de espaço (banheiro do bar) – Conversa com outras pessoas – Bebe – Toca em Objeto – Manuseia o Celular – Cumprimenta outras pessoas*.

A terceira comunidade possui os *actemas* *Compartilha Comida – Retira a Máscara – Não usa Álcool em Gel – Proximidade com Outras Pessoas – Abraça o Outro*. A última comunidade é formada por *Fica sem Máscara – Compartilha Cigarro – Compartilha o Copo – Beija o Rosto de Outra Pessoa – Aperta a Mão de Outra Pessoa – Não Higieniza as Mãos*.

Como dissemos os *actemas* que formam a árvore dos bares/restaurantes possuem relação com a finalidade de sociabilidade e de alimentação, por vezes as duas juntas (compartilhar comida). Também é marcado pela negligência aos métodos de prevenção como a máscara, álcool em gel e higienização das mãos.

Discussão

A teoria da condicionalidade (Flament, 1994/2001a) afirma que os discursos dos sujeitos diferem de suas ações. Isso ocorre porque o discurso normalmente não vincula as prescrições condicionais, mas as absolutas. Neste estudo formulamos as perguntas de modo condicioná-las aos três contextos. Essa formulação, em tese, diminui o viés discursivo já que os sujeitos passam a afirmar prescrições condicionais, que modulam as práticas nos contextos.

Essa técnica pode mitigar o viés discursivo, mas não o extingue. Os sujeitos possuem capacidade de refletir sobre as práticas que realizam e justifica-las, através da flexibilidade

(Dany, 2016) e da função de justificação (Abric, 1994a). Apesar de todas essas possibilidades, quando comparamos os estudos 2 e 3 percebemos que existe grande distância entre o que os participantes fazem e o que dizem que fazem. Dos 52 *actemas* que observamos no estudo 2 apenas 27 são relatados pelos participantes no estudo 3.

O que mais chama atenção é sobrevalorização das frequências dos *actemas*. Os três *actemas* mais arriscados do segundo estudo (Coloca a Mão na Boca, Coça o Olho e Coloca a Mão no Nariz) são observados 124 vezes. No estudo 3, no entanto, esses *actemas* são lembrados apenas 29 vezes. Essa constatação tem implicações teóricas importantes e também consequências para o agravamento da pandemia.

Teoricamente, mesmo que condicionemos as perguntas de pesquisa e apostemos na função de justificação e na flexibilidade, teremos ainda o viés discursivo. Esse fato reforça a necessidade de estudos praxeodiscursivos. A resposta dos participantes no estudo 3 ainda seguem a distribuição da lei de Zipf, isso é dizer que evocam *actemas* de forma compartilhada (Tocar em Objetos é muitas vezes evocado). No entanto, o discurso não é capaz de reproduzir a realidade dos *actemas* factuais das situações.

Um dos fatores que possivelmente ocasionam esse enviesamento é o fato dos participantes lembrarem de *actemas* isolados e não deles em relação e seu conjunto. O que os participantes relatam não é a prática social, mas comportamentos individuais. É o encadeamento em estrutura que faz com que o conjunto de *actemas* reflita a prática. Isso implica dizer que quando perguntamos o que os sujeitos fazem, possivelmente recobram a memória cognitiva desses espaços e não as prescrições condicionais que estão inscritas nas representações de seu grupo. Obviamente é difícil estudar e verificar esse viés, mais complicado do que o viés discursivo que Flament (1994/2001a) ilustra muito bem com a questão sobre ajudar alguém que cai na rua.

Mesmo que o enviesamento não seja explicado pelo fator que apontamos no parágrafo

anterior, pensamos que este estudo indica que a fala dos participantes sobre suas ações não reflete suas ações reais. Essa é uma grande questão para os estudos que utilizam apenas dados verbais para compreender a representação social. Esse enviesamento não é uma inovação desta tese e já havia sido muito bem explicado por Wagner (1994a).

A nossa constatação para as estratégias de combate da pandemia é de que os sujeitos evocam com frequência *actemas* de baixo risco, negligenciando ou diminuindo a importância de *actemas* arriscados. O fato de que tocar em objetos é muito evocado, parece indicar que informações desconhecidas sobre a prevenção fazem com que o sujeito foque, lembre e se previna de uma ação que não é tão arriscada. Portanto, é necessário cuidado para comunicar efetivamente o risco e prescrever medidas protetivas.

Entendemos que a pandemia, como é objeto novo, nem sempre é facilmente apreendida pelo universo reificado, que pode se contradizer sobre quais ações são de fato efetivas para mitigar o contágio. No entanto, depois que uma ação protetiva é compreendida como ineficiente ou pouco eficiente, como é o caso de tocar em objetos, é necessário comunicar isso para a sociedade. Entendemos que a manutenção de uma prescrição pouco efetiva pode tirar o foco dos sujeitos de ações protetivas eficientes.

Focamos no *actema* toca em objetos porque ele é central na representação dos três contextos que estudamos. Isso é dizer que ele organiza a representação dos sujeitos. Acreditamos que atacar essa ideia pode reconfigurar as representações das práticas de risco em muitos ambientes. Essa reconfiguração pode colocar práticas mais perigosas como foco da prevenção e, assim, diminuir consideravelmente os riscos factuais nos ambientes.

Conclusões

Este terceiro estudo da tese fecha o trio: o que os sujeitos pensam sobre a Covid-19 e seu risco, o seu fazer e o que pensam que fazem de arriscado. Concluímos o terceiro estudo apontando a complexidade de se pesquisar representações sociais. Precisa-se levar em conta

prescrições que não são facilmente acessíveis aos sujeitos. Um estudo praxeodiscursivo na área deve considerar todos esses vieses, o que torna o percurso metodológico da TRS complexo e difícil de ser executado.

Discussão e Conclusão

Neste último capítulo faremos síntese do que discutimos tanto nos capítulos teóricos quanto empíricos. Esta é uma tese pautada na abordagem estrutural, principalmente na teoria da condicionalidade de Flament (1987; 1989; 1994/2001a; 2001b). Trabalhamos também com alguns conceitos da teoria da ativação (Dany, 2016; Guimelli, 2003; Abric, 1994a), principalmente com a proximidade em relação ao objeto. Notamos, ao buscar os trabalhos para o referencial teórico da tese, que a maioria deles não estava disponível em língua portuguesa. Os capítulos teóricos visaram apresentar conceitos antigos, mas ainda não trabalhados em português.

Tentamos também construir um fio teórico lógico, propondo organização de conceitos precedentes às práticas, influências de movimentos da psicologia social e as teorias da abordagem estrutural. Ainda no aspecto teórico, propusemos artigo de levantamento bibliográfico com a intenção de indicar as obras clássicas e mais utilizadas para o estudo das práticas. Não consideramos, no entanto, que esta tese é um trabalho introdutório ou didático sobre as práticas, mas pretendemos que ela possa auxiliar a retomada dos estudos, oferecendo base teórica e indicações para trabalhos futuros. De modo geral, pretendemos realizar um trabalho parecido com os estudos de comentadores brasileiros das práticas sociais no quadro da TRS (Almeida et al., 2000; Wolter & Sá, 2017 e Campos, 2012; 2017).

A nível teórico nos parece importante destacar alguns pontos. Primeiramente vemos a perda de tradições antigas no estudo das práticas e que podem ser úteis para os trabalhos atuais. Destacamos a noção de representação global da situação (Codol, 1974) e os métodos experimentais e observacionais. Campos (2017) já avança a retomada do conceito de Codol, acreditando ser importante para o estudo das práticas. De fato, pensar em sistemas representacionais que englobem o objeto, as práticas e as situações, nos parece um bom caminho. Abordamos o conceito de Codol (1974) e os experimentos no capítulo 2.

Acreditamos que nossos estudos empíricos indicam que é insuficiente considerar apenas os *cognemas* formadores da representação para entender as práticas. É necessário observar, seja através de experimentos ou métodos observacionais, as práticas factuais em situações específicas. Em suma, os estudos sobre representações devem ser *praxeodiscursivos* e, preferencialmente, levar em conta sistemas representacionais, já que uma situação será perpassada por uma série de representações diferentes (Wachelke, 2005; Brandão et al., 2020).

O segundo ponto teórico que destacamos é que abordagem estrutural possui muitas vertentes. Apresentamos a teoria da condicionalidade e da ativação, mas acreditamos que existam ainda mais ramificações, como por exemplo o modelo bidimensional de Moliner (1995). É importante que essas ramificações sejam estudadas em suas possibilidades de integração e também em suas diferenças. Não considerar as diferentes vertentes da abordagem estrutural pode levar à má utilização de conceitos e métodos.

Não propomos aqui um desmembramento ou fragmentação da abordagem em micro teorizações. Achamos relevante, no entanto, notar que a abordagem estrutural possui diferentes e consistentes possibilidade de leitura para a teoria do núcleo central (Abric, 1976). Reconhecer essas múltiplas visões e trabalhar os seus aspectos, em nossa opinião, é fortalecer a abordagem como um todo. Apresentamos duas das visões possíveis no capítulo 3.

Como terceiro ponto teórico trazemos a importância da dinâmica representacional para o estudo das práticas. Para compreender a dinâmica precisamos das noções de esquema, de normatividade, da natureza das práticas (frequência, modo de fazer, passagem ao ato e cálculo), além do próprio processo de mudança proposto por Guimelli (1987) e esquematizado por Flament (1994/2001a). Essa necessidade é identificada por Dany (2016), que indica que o processo de mudança nem sempre é bem explicado. Pensamos que abordagem estrutural possui conceituações importantes para explicar a transformação da

representação, mas que nem sempre são retomados. Abordamos o tópico no capítulo 4.

Como quarto ponto teórico indicamos o que já tratamos em nosso capítulo 5: um caminho societal de leitura das práticas. Acreditamos que trazer conceitos da abordagem societal pode dar impulso no estudo das práticas pela abordagem estrutural. Pensamos em possibilidades de leitura social mais ampla com conceitos de Bourdieu. Esse caminho foi proposto por Wagner (1993) já na década de 1990, indicando os trabalhos de Doise e Bourdieu como possibilidades de estudo das práticas sociais.

Como quinto ponto teórico retomamos a recomendação de Almeida e colaboradoras (2000) sobre o correto uso do conceito de práticas sociais. Muitas vezes as práticas são utilizadas como sinônimo de comportamento individual ou de maneira generalista. É necessário usar o conceito com consistência e pensar nas consequências da definição escolhida. Trabalhamos esse ponto também no capítulo 5 desta tese.

Como sexto e último ponto indicamos que é necessário ler e referenciar os clássicos. Como já dissemos, as teorizações da abordagem estrutural são sólidas e eficientes para explicar e estudar as práticas sociais. Acreditamos, no entanto, que nem todos os trabalhos sobre práticas utilizam-se dos textos seminais como base conceitual. No Brasil, reforçamos o problema de que esses textos não possuem tradução e, muitas vezes, os conceitos ficam inacessíveis aos autores brasileiros. Indicamos obras clássicas clássicos no capítulo 6 da tese.

Como síntese de nossos capítulos teóricos destacamos esses 6 pontos que levantamos nos parágrafos acima:

1. Necessidade de retomar estudos experimentais e observacionais, além de conceitos antigos (representação global da situação)
2. Considerar as diversas teorias dentro da abordagem estrutural (ativação e condicionalidade)
3. Importância dos conceitos envolvidos na dinâmica representacional (esquema,

situação social, natureza das práticas e pressão normativa)

4. Conjugar a abordagem societal com a estrutural para futuros avanços na compreensão das práticas
5. Utilizar corretamente as práticas sociais, definindo-as e as distinguindo dos comportamentos individuais
6. Retomar e disponibilizar em língua portuguesa os textos seminais sobre práticas sociais

Acreditamos que esses apontamentos podem solidificar a retomada dos estudos sobre práticas sociais. Obviamente não é um caminho simples, tendo em vista a complexidade das teorias que trabalhamos nos capítulos teóricos. Colocamos esses 6 pontos como as grandes conclusões da parte teórica desta tese.

Os capítulos empíricos visam ilustrar alguns conceitos que trabalhados no referencial teórico. Para essa ilustração pensamos em estudos que considerassem as duas teorias (ativação e condicionalidade) da abordagem estrutural. Trabalhamos com o conceito de proximidade em relação ao objeto (da teoria da ativação) e a modulação das práticas e representações de acordo com contexto (considerando a teoria da condicionalidade).

Primeiramente destacamos que a proximidade em relação ao objeto parece ser fator de mediação entre as representações e as cognições individuais dos sujeitos (Gruev-Vintilla & Rouquette, 2007). Notamos no capítulo 8 que, por vezes, a proximidade é fator mais decisivo do que a pertença grupal. É fator que influencia diretamente na percepção de risco sobre o objeto e também nas considerações sobre o risco nas situações sociais.

Conjugando os dados do primeiro e segundo estudos, observamos que os participantes pensavam corretamente o alto risco dos bares/restaurantes, mas supervalorizavam os riscos dos aeroportos. Afirmavam que o risco dos aeroportos e supermercados eram equivalentes e verificamos no segundo estudo que os supermercados são mais arriscados. No terceiro estudo

notamos que os participantes supervalorizam a frequência de *actemas* de baixo risco e negligenciam a frequência de *actemas* arriscados. É um resultado interessante, pois apesar de supervalorizarem os riscos nos ambientes, os participantes sobrevalorizam a sua contribuição nesses níveis de risco.

Em segundo lugar, tanto no segundo quanto no terceiro estudo, notamos que a situação social é de extrema importância. A situação gera práticas diferentes e também produz representações distintas sobre as práticas realizadas. Os sujeitos fazem e afirmam que fazem práticas diferentes em contextos diferentes. Esse resultado é corroborado pela noção de prescritores condicionais (Flament, 1994/2001a), que geram práticas e estão inscritos nas representações.

Apesar de observarmos que a situação social impacta nas práticas e nas representações, existe diferença entre o que os sujeitos fazem e o que dizem que fazem. Esse fato cria um grande problema metodológico para a área, já que a maioria dos estudos em RS utilizam apenas métodos de questionamento verbal. Acreditamos que o uso exclusivo de questionários não é suficiente para compreender uma representação. Para além disso pode-se criar uma falsa noção sobre a representação de um grupo, diminuindo possibilidades de compreensão teórica e de intervenções para mudança de práticas e pensamento na TRS.

Como conclusão de nossos estudos empíricos apontamos então os seguintes pontos:

1. A proximidade em relação ao objeto é um fator que modula o pensamento grupal
2. A percepção de risco perpassa tanto pela proximidade quanto pelas situações sociais
3. A situação social modula tanto as práticas quanto a flexibilidade dos sujeitos sobre as práticas
4. Existe divergência entre o que os sujeitos fazem e o que acreditam que fazem

As conclusões dos estudos empíricos reforçam as 6 conclusões dos estudos teóricos.

Acreditamos que todas essas conclusões podem ser sintetizadas na seguinte frase: precisamos

propor estudos praxeodiscursivos na TRS que considerem as teorias da abordagem estrutural, seus conceitos e definições. Apesar de parecer uma frase óbvia sobre qualquer conceito dentro de uma teoria, não é seguida por parte dos estudos sobre práticas.

Seguir essa indicação cria um chão teórico/metodológico consolidado para que possamos retomar o estudo das práticas. Por essa razão dissemos que esta tese é um passo atrás na tentativa de ajudar a consolidar uma base teórica já existente. Fundamentar o chão sólido é o necessário para começar a dar passos à frente no caminho esquecido das representações sociais.

Referências Bibliográficas

- Abric, J.-C. (1971). Experimental study of group creativity: Task representation, group structure, and performance. *European Journal of Social Psychology*, 1(3), 311-326. <https://doi.org/https://doi.org/10.1002/ejsp.2420010303>
- Abric, J.-C. (1976). *Jeux, conflits et représentations sociales*. Aix-en-Provence [Tese de doutorado, Université de Provence]. Aix-en-Provence.
- Abric, J.-C. (1982). Cognitive Processes Underlying Cooperation: The Theory of Social Representation. Em V. J. Derlega, & J. Grzelak, *Cooperation and Helping Behavior: Theories and Research* (pp. 72-94). Academic Press.
- Abric, J.-C. (1987). *Coopération, compétition et représentations sociales*. Del Val.
- Abric, J.-C. (1994b). Les représentations sociales, aspects théoriques. Em J.-C. Abric, *Pratiques sociales et représentations* (pp. 11–36). Presses Universitaires de France.
- Abric, J.-C. (1994c). Introduction. Em J.-C. Abric, *Pratiques sociales et représentations* (pp. 7-9). Presses Universitaires de France.
- Abric, J.-C. (1994d). Pratiques sociales, représentations sociales. Em J.-C. Abric, *Pratiques sociales et représentations* (pp. 217-238). Presses Universitaires de France.
- Abric, J.-C. (1994e). L'organisation interne des représentations sociales : système central et système périphérique. Em C. Guimelli, *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 73-84). Delachaux et Niestlé.
- Abric, J.-C. (1998a). A abordagem estrutural das representações sociais. Em S. Moreira, & D. C. Oliveira, *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-38). Editora AB.
- Abric, J.-C. (2000). O estudo experimental das representações sociais. Em D. Jodelet, *Representações sociais* (pp. 155-171). Editora da UERJ.

- Abric, J.-C. (2001). *Prácticas sociales y representaciones*. (J. D. Chevrel, & F. F. Palacio, Trads.) Ediciones Coyoacán.
- Abric, J.-C., & Kahan, J. (1972). The effects of representations and behavior in experimental games. *European Journal of Social Psychology*, 2(2), 129-144.
<https://doi.org/https://doi.org/10.1002/ejsp.2420020203>
- Abric, J.-C., & Vacherot, G. (1976). Méthodologie et étude expérimentale des relations sociales : tâche, partenaire et comportement en situation de jeu. *Bulletin de psychologie*, 29(323), 735-746.
- Abric, J.-C., Faucheux, C., Moscovici, S., & Plon, M. (1967). Rôle de l'image du partenaire sur la coopération en situation de jeu. *Psychologie Française*, 12, 267-275.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179–211. [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T)
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Addison-Wesley.
- Almeida, A. M., Santos, M. d., & Trindade, Z. A. (2000). Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. *Temas em Psicologia*, 8(3), 257-267.
- American Psychological Association. (04 de Janeiro de 2023). *APA Dictionary of Psychology*.
Fonte: APA Dictionary of Psychology: <https://dictionary.apa.org/cognitive-dissonance-theory>
- Andriamifidisoa, I. (1982). *La transformation d'une représentation sociale: exemple des relations sociales à Madagascar* [Tese de doutorado, Université de Provence]. Aix-en-Provence.
- Apfelbaum, E. (1966). Etudes expérimentales du conflit: les jeux expérimentaux. *Année psychologique*, 66(2), 599-621.

- Apfelbaum, E. (1967). Représentations du partenaire et interactions à propôs d'um dilemme du prisonnier. *Psychologie française*, 12, 287-295.
- Apfelbaum, E., & Moscovici, S. (1971). *Some cognitive dimensions of conflict*. Unpublished manuscript, Laboratoire de Psychologie Sociale, Paris.
- Aria, M., & Cuccurullo, C. (2017). bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics*, 11(4), 959-975. <https://doi.org/doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>
- Beauvois, J.-L., & Joule, R.-V. (1987). *Perspectives cognitives et conduites sociales*. Del Val.
- Beauvois, J.-L., & Joule, R.-V. (1989). *Perspectives cognitives et conduites sociales: Vol. 2. Représentations et processus sociocognitifs*. De Val.
- Beauvois, J.-L., & Joule, R.-V. (1989). *Perspectives cognitives et conduites sociales: Vol. 2. Représentations et processus sociocognitifs*. Del Val.
- Beauvois, J.-L., & Joule, R.-V. (1996). *A Radical Dissonance Theory*. Taylor & Francis.
- Borek, A. J., & Abraham, C. (2018). How do Small Groups Promote Behaviour Change? An Integrative Conceptual Review of Explanatory Mechanisms. *Applied Psychology: Health and Well-Being*, 10(1), 30-61. <https://doi.org/10.1111/aphw.12120>
- Bonomo, M. (2010). *Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário: campo de antinomias* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo]. Vitória.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Papyrus.
- Bourdieu, P. (2002). *Esboço de uma teoria da prática - Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*. Celta.
- Bourdieu, P. (2011). *A distinção: Crítica social do julgamento*. Zouk.
- Bourdieu, P. (2013). *O senso prático*. Editora Vozes.

- Bouriche, B. (2003). L'analyse de similitude. Em J.-C. Abric, *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 221-252). Éres.
- Brandão, C. T., Benevides, A. S., & Campos, P. H. (Agosto de 2020). Sistemas de Representações Sociais: contribuições para a pesquisa em educação. *Revista Teias*, 21. <https://doi.org/10.12957/teias.2020.45106>
- Camargo, B., & Justo, A. M. (2013). Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. Santa Catarina.
- Campos, P. H. (2003). A Abordagem Estrutural e o Estudo das Relações entre Práticas e Representações Sociais. Em P. H. Campos, & M. C. Loureiro, *Representações Sociais e Práticas Educativas* (pp. 21-36). Editora da Universidade Católica de Goiás.
- Campos, P. H. (2012). Representações Sociais, risco e vulnerabilidade. *Tempus – Actas De Saúde Coletiva*, 6(3), 13-34. <https://doi.org/doi.org/10.18569/tempus.v6i3.1153>
- Campos, P. H. (2017). Editorial da seção - O estudo das relações entre práticas sociais e representações: retomando questões. *Psicologia e Saber Social*, 6(1), 42-46. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2017.30664>
- Campos, P. H., & Lima, R. C. (2018). Capital Simbólico, Representações Sociais, Grupos e o Campo do Reconhecimento. *Cadernos de Pesquisa*, 167, pp. 100-127. <https://doi.org/10.1590/198053144283>
- Campos, P. H., & Loureiro, M. C. (2003). *Representações Sociais e Práticas Educativas*. Editora da UCG.
- Cardoso, C. F. (2012). O uso, em história, da noção de representações sociais desenvolvida na. *Psicologia e Saber Social*, 1, pp. 40-52. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2012.3244>

- Cichoski, L. P. (2017). *The ontological structure of collective action* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. Seção “Metaphysics of collective entities”, pp. 36-51. Rio Grande do Sul
- Chrysochoou, X. (2010). Conversation with Claude Flament Executive Committee 1969-1975 and President 1972-1972 by Xenia Chrysochoou. *European Bulletin of Social Psychology*, 22(2), pp. 5-17. Fonte: https://www.easp.eu/getmedia.php/_media/easp/201904/1027v0-orig.pdf
- Clinard, M. B. (1967). Las implicaciones teoricas de la anomia y la conducta desviada. Em M. B. Clinard, *Anomia y conducta desviada*. Paidós.
- Codol, J.-P. (1968). Représentations de la tâche et comportements dans une situation sociale. *Psychologie Française*, 14, 204-241.
- Codol, J.-P. (1969a). Représentation de soi, d'autrui et de la tâche dans une situation sociale. *Psychologie Française*, 14, 217-228.
- Codol, J.-P. (1969b). Note terminologique sur l'emploi de quelques expressions concernant les activités et processus cognitifs en. *Bulletin de Psychologie*, 23, 63-71.
- Codol, J.-P. (1970a). Influence de la representation d'autrui sur l'activité des membres d'un groupe experimental. *Année psychologique*, 70, 131-150.
- Codol, J.-P. (1970b). La représentation du groupe, son impact sur les comportements des membres d'un groupe, et sur leurs représentations de la tâche, d'autrui, et de soi. *Bulletin de Psychologie*, 24, 111-122.
- Codol, J.-P. (1971). La représentation du groupe : son impact sur les comportements des membres d'un groupe et leurs représentations de la tâche, d'autrui et de soi-même. *Bulletin de psychologie*, 24(288), 111-122.

- Codol, J.-P. (1972). *Représentations et comportements dans les groupes restreints. Pour une approche cognitive des phénomènes de groupe* [Tese de doutorado, Université de Provence]. Aix-en-Provence.
- Codol, J.-P. (1974). On the system of representations in a group situation. *European Journal of Social Psychology*, 4(3), 343-365. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420040306>
- Codol, J.-P. (1975). On the so-called 'superior conformity of the self' behavior: Twenty experimental investigations. *European Journal of Social Psychology*, pp. 457-501. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420050404>
- Coelho, M. d., Cavalcante, V. M., Cabral, R. L., Oliveira, R. M., Araújo, M. A., & Gomes, A. M. (2021). Análise Estrutural das Representações Sociais sobre Covid-19 entre Enfermeiros Assistenciais. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 30, pp. 1-13. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0358>
- Dany, L. (2016). From the Study of Social Practices to the Study of "Distance. *Papers on Social Representations*, 2(6), 1-19.
- Deschamps, J.-C., & Moliner, P. (2014). *Identidade em psicologia social: Dos processos identitários às representações sociais*. Editora Vozes.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Presses Universitaires de France.
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 27-35.
- Doise, W., Clemence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations sociales et analyses des données*. Presses Universitaires de Grenoble.
- Durkheim, É. (1987). *As regras do método sociológico*. Companhia Editora Nacional.
- Durkheim, É. (2000). *O Suicídio*. Martins Fontes.
- Durkheim, É. (2004). *Da divisão do trabalho social*. Martins Fontes.

- Echebarria, A. (1994). Social Representations, Social Practices and Causality - A Reply to W. Wagner. *Papers on Social Representations*, 3(2), 1-6.
- Echebarria, A., & Gonzalez, L. (1993a). Social representations of power and democracy, attitudes towards elections and voting behaviour. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 6(2), 27-46.
- Echebarria, A., & Gonzalez, L. (1993b). Social knowledge, identities, and social practices. *Papers on Social Representations*, 2(2), 117-125.
- Ernst-Vintila, A. (2016). Représentations sociales et implication personnelle. Em G. Lo Monaco, S. Delouvé, & P. Rateau, *Les représentations sociales: Théories, méthodes et applications* (pp. 557-572). de Boeck Supérieur.
- Farr, R. (2010). *Raízes da psicologia social moderna: (1872-1954)*. Editora Vozes.
- Faucheux, C., & Moscovici, S. (1968). Self-esteem and exploitative behavior in a game Against chance and nature. *Journal of Personality and Social Psychology*, 8(1), 83-88.
<https://doi.org/10.1037/h0025272>
- Festinger, L. (1962). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford University Press.
- Filho, W. H. (18 de Março de 2020). *Blog do Acervo, O Globo*. Fonte: Blog do Coronavírus resgata medidas restritivas da epidemia de gripe espanhola, que matou até o presidente do Brasil: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/coronavirus-resgata-recomendacoes-e-medidas-restritivas-da-epidemia-de-gripe-espanhola.html>
- Flament, C. (1965). *Théorie des graphes et structures sociales*. Mouton.
- Flament, C. (1987). Pratiques et représentations sociales. Em J.-L. Beauvois, & R.-V. Joule, *Perspectives cognitives et conduites sociales*. (pp. 143-150). De Val.
- Flament, C. (1989). Structure et dynamique des représentations sociales. Em D. Jodelet, *Les représentations sociales* (pp. 204-219). Presses Universitaires de France.

- Flament, C. (1994b). Aspects périphériques des représentations sociales. Em C. Guimelli, *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 85-118). Delachaux et Niestlé.
- Flament, C. (1999). La représentation sociale comme système normatif. *Psychologie et Société*, 1, 29-53.
- Flament, C. (2001a). Estructura, Dinámica y Transformación de las Representaciones Sociales. Em J.-C. Abric, *Pratiques sociales et représentations* (J. D. Chevrel, & F. F. Palacio, Trads., pp. 33-52). Ediciones Coyoacán.
- Flament, C. (2001b). Pratiques sociales et dynamique des représentations. Em P. Moliner, *La Dynamique des Représentations Sociales* (pp. 43-58). Presses Universitaires de Grenoble.
- Flament, C., & Rouquette, M.-L. (2003). *Anatomie des idées ordinaires*. Armand Colin.
- Gallo, P. S. (1966). The effects of score feedback and strategy of the other on cooperative behavior in a maximizing differences game. *Psychonomic Science*, 5, 401-402.
- Gomes, A. M., Souza, K. P., Peres, E. M., Souza, N. V., Gomes, H. F., Carvalho, E. C., . . . Santo, P. L. (2021). Cuidado Relacional no Contexto da Covid-19: Representações Sociais da autonomia Profissional para Enfermeiros. *Revista Diálogos Interdisciplinares - Uma publicação CAPES*, 10(1), pp. 152-171.
- Grize, J. B. (1989). Logique naturelle et représentations sociales. Em D. Jodelet, *Représentations sociales* (pp. 152-168). Presses Universitaires de France.
- Gruev-Vintila, A., & Rouquette, M.-L. (2007). Social thinking about collective risk: How do risk-related practice and personal involvement impact its social representations? *Journal of Risk Research*, 10(4), pp. 558-581.
<https://doi.org/10.1080/13669870701338064>

- Guerin, B. (1994). Using Social Representations to Negotiate the Social Practices of Life - Commentary on the Paper by C. P. de Sá. *Papers on Social Representations*, 3(2), 1-6.
- Guimelli, C. (1989). Pratiques nouvelles et transformation sans rupture des représentations sociales: la représentation de l'achasse et de la nature. Em J.-L. Beauvois, & R.-V. Joule, *Perspectives cognitives et conduites sociales: Vol. 2. Représentations et processus sociocognitifs* (pp. 117-141). Del Val.
- Guimelli, C. (1994a). La fonction d'infirmière: pratiques et représentations sociales. Em J.-C. Abric, *Pratiques sociales et représentations* (pp. 83-107). Presses Universitaires de France.
- Guimelli, C. (1994b). *Structures et Transformations des Représentations Sociales*. Delachaux et Niestlé.
- Guimelli, C. (2003). Transformação das Representações Sociais, Novas Práticas e Esquemas Cognitivos de Base. Em P. H. Campos, & M. C. Loureiro, *Representações e Práticas Educativas* (pp. 59-80). Editora da UCG.
- Guimelli, C., & Jacobi, D. (1990). Pratiques nouvelles et transformation des représentations sociales. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 3, 307-334.
- Harré, R. (1984). Some Reflections on the Concept of "Social Representation". *Social Research*, 51, pp. 927-938. Fonte: <https://www.jstor.org/stable/40970971>
- Jesuíno, J. (2004). Estruturas e processos de grupo. Em J. Vala, & M. B. Monteiro, *Psicologia Social* (pp. 293-331). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jodelet, D. (1985). *Civils et Bredins, Rapport a la Folie et Représentations Sociales de la Maladie Mentale Dans um Milieu Rural* [Tese de doutorado, École des Hautes Études en Sciences Sociales]. Paris.
- Jodelet, D. (1989a). Représentations sociales: un domaine en expansion. Em D. Jodelet, *Les représentations sociales* (pp. 31-61). Presses Universitaires de France.

- Jodelet, D. (1989b). *Folies et representations sociales*. Presses Universitaires de France.
- Jodelet, D. (2022). Dialéctica entre pensamiento y acción. VIe Coloquio Nacional de Investigación en Representaciones Sociales. Pensar, Comunicar y Actuar. Representaciones Sociales en Tiempos de Pandemia. Guadalajara. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/360133435_Dialectica_entre_pensamiento_y_accion
- Jodelet, D., & Moscovici, S. (1990). Les représentations dans le champ social. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 3, 285–288.
- Johns Hopkins University & Medicine. (3 de Janeiro de 2023). Johns Hopkins University & Medicine. Fonte: Covid-19 Dashboard: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>
- Kalinowski, G. (1972). *La logique des normes*. Presses Universitaires de France.
- Kan, M. P., & Fabrigar, L. R. (2017). Theory of Planned Behavior. *Encyclopedia of Personality and Individual Differences*,. Em V. Zeigler-Hill, & T. Shackelford, *Encyclopedia of Personality and Individual Differences* (pp. 1–8.). Springer.
- Lima, R. C., & Campos, P. H. (2015). Campo e grupo: aproximação conceitual entre Pierre Bourdieu e a teoria moscoviciana das representações sociais. *Educação e Pesquisa*, 1, pp. 63-77. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022015011454>
- Lorenzi-Cioldi, F., & Doise, W. (1990). Levels of analysis and social identity. Em D. Abrams, & M. A. Hogg, *Social Identity Theory* (pp. 71-88). Harvester Wheatsheaf.
- Loubère, L., & Ratinaud, P. (19 de Fevereiro de 2014). Documentation IRaMuTeQ 0.6 alpha 3 version 0.1. Fonte: Iramuteq: http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/documentation_19_02_2014.pdf
- Mack, D. (1976). Status and behavior in the reiterated prisoner's dilemma game. *Psychological Record*, 26, 529-532.

- Menardière, A. M., & Montmollin, G. (1985). La représentation comme structure cognitive en psychologie sociale. *Psychologie française*, 30(3/4), 239 -244.
- Miampika, G. (1988). Conflits des mentalités traditionnelles et pratiques modernes. Exemple des couples franco-africains. Mémoire de DEA, Université de Provence.
- Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2020). *Gov.br*. Fonte: Ministério lança cartilha direcionada aos jovens sobre prevenção ao coronavírus: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/ministerio-lanca-cartilha-direcionada-aos-jovens-sobre-prevencao-ao-coronavirus>
- Moliner, P. (1989). Validation expérimentale de l'hypothèse du noyau central des représentations sociales. *Bulletin de psychologie*, 41(387), 759–762.
- Moliner, P. (1995). A two-dimensional model of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 25(1), 62-70. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420250104>
- Moliner, P. (1998). Dynamique naturelle des représentations sociales. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 40, 62-70.
- Moliner, P. (2001). *La dynamique des représentations sociales*. Presses Universitaires de Grenoble.
- Moliner, P., & Chokier, N. (2006). La « zone muette » des représentations sociales, pression normative et/ou comparaison sociale ? *Bulletin de psychologie*, 483(3), 281-286.
- Morin, M. (2016). Jean-Claude Abric: Social Practice at the Heart of Scientific Research. *Papers on Social Representations*, 25(2), pp. 11.1-11.9. Fonte: <http://www.psych.lse.ac.uk/psr/>
- Moscovici, S. (1969). Préface. Em C. Herzlich, *Santé et maladie* (pp. 7-12).
- Moscovici, S. (1984a). The phenomenon of social representations. Em R. Farr, & S. Moscovici, *Social Representations* (pp. 3-69). Cambridge University.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Vozes.

- Moscovici, S. (2012). *A Psicanálise, sua Imagem e seu Público*. Editora Vozes.
- Oliveira, D. C., Marques, S. C., Gomes, M. T., & Teixeira, M. C. (2005). Análise de evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. Em A. S. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuíno, & S. M. Nóbrega, *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 573-603). UFPB.
- Oliveira, F. d., Wolter, R., Santin, T. R., Peixoto, Á., Pinto, H. M., Reis, A. C., . . . Gomes, A. M. (2021). Dissension over Covid-19 in Brazilian Social Networks: Isolation, Practices and Oringin of the Virus. *Research Society and Development*, 7, p. e21110716266. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i7.16266>
- Paiva, M. C. A. (2022). *O Flagelo Da Gripe Espanhola No Espírito Santo: Da Negação À Convicção De Sua Presença Letal (1918-1919)* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo]. Vitória.
- Pareek, V., & Dixit, V. (1977). Effect of partner's response and communication on competitive and cooperative game behavior. *Psychologia*, 20, 38-48.
- Pepitone, A., Faucheux, C., Moscovici, S., Cesa-Bianchi, M., Magistretti, G., Iacono, G., . . . Villone, G. (1967). The Role of Self-Esteem in Competitive Choice Behavior. *International Journal of Psychology*, 2(3), 147-159. <https://doi.org/10.1080/00207596708247212>
- Puente, B. (19 de Outubro de 2021). *Chance de contaminação por Covid ao tocar superficies é menor que 1%, diz estudo*. Fonte: CNN Brasil: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/chance-de-contaminacao-por-covid-ao-tocar-superficies-e-menor-que-1-diz-estudo/>
- R Core Team (2022). *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. <https://www.R-project.org/>

- Ralambotiana, D. (1989). Mode de vie des étudiants malgaches em France. DEA de Psychologie, Université de Provence.
- Rapoport, A., & Orwant, C. (1962). Experimental games: A review. *Behavioral Science*, 7(1), 1-37. <https://doi.org/10.1002/bs.3830070102>
- Rodrigues, R. P. (2019). A universidade nas representações sociais de estudantes do ensino médio da cidade do Rio de Janeiro: diferenças estruturais, de implicação pessoal e de capitais [Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Rio de Janeiro.
- Rouquette, M.-L. (1988). *La psychologie politique*. Presses Universitaires de France.
- Rouquette, M.-L. (1998). Representações e práticas sociais: Alguns elementos teóricos. Em A. Moreira, & D. Oliveira, *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 39-46). AB Editora.
- Rouquette, M.-L. (2000). Représentations et pratiques sociales : une analyse théorique. Em C. Garnier, & M.-L. Rouquette, *Représentations sociales et éducation* (pp. 133-142). Éditions nouvelles.
- Rouquette, M.-L. (2003). Paradoxos da Representação e da Ação: Conjunções sem Coordenação. Em P. H. Campos, & M. C. Loureiro, *Representações Sociais e Práticas Educativas* (pp. 81-88). Editora da UCG.
- Rouquette, M.-L. (2013). Sur la connaissance des masses. PUG. Obra original publicada em 1994
- Rozendo, A., Giacomozzi, A. I., Bousfiel, A. B., Leandro, M., Fiorott, J. G., & Silveira, A. d. (2022). Representações Sociais de Homens Idosos Sobre a Covid-19 e Sentimentos Gerados no Isolamento Social. *Revista Ciências Humanas*, 15(31), pp. 1-13. <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2022.v15.n1.a787>

- Sá, C. P. (1994). Sur les relations entre représentations sociales, pratiques socio-culturelles et comportement. *Papers on Social Representations*, 3(1), 1-7.
- Sá, C. P. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Vozes.
- Sá, C. P. (1998). *Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais*. EdUERJ.
- Sá, C. P. (2015). *Estudos de Psicologia Social: História, comportamento, representações e memória*. Editora da UERJ.
- Schank, R. C., & Abelson, R. P. (1977). *Scripts, plans, goals and understanding: An inquiry into human knowledge structures*. Lawrence Erlbaum.
- Sermat, V. (1964). Cooperative behavior in a mixed-motive game. *Journal of Social Psychology*, 62, 217-239.
- Setton, M. G. (2002). A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, pp. 60-70. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>.
- Silva, E. P., Melo, L. D., Arreguy-Sena, C., Pinto, P. F., Krepker, F. F., Spindola, T., . . . Resendo, A. A. (2021). Representações Sociais de Pessoas Idosas sobre a Prevenção da Covid-19. *Revista Científica de Enfermagem*, 11(35), pp. 493-504. <https://doi.org/10.24276/rrecien2021.11.35.493-504>
- Solomon, L. (1960). The influence of some types of power relationships and game strategies upon the development of interpersonal trust. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 61, 223-230.
- Tajfel, H. (1970). Experiments in intergroup discrimination. *Scientific American*, pp. 96-103.
- Tajfel, H., Billig, M., Bundy, R., & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 2, pp. 149-178.
- Thiry-Cherques, H. R. (2006). Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, 1, pp. 27-53. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>

- Thomaz, P. G., Assad, R. S., & Moreira, L. F. (2011). Uso do Fator de impacto e do índice H para avaliar pesquisadores e publicações. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 96(2), 90-93. <https://doi.org/10.1590/S0066-782X2011000200001>
- Thommen, B., Ammann, R., & von Cranach, M. (1988). *Handlungsorganisation durch soziale Repraesentationen: Welchen Einfluss haben therapeutische Schulen auf das Handeln ihrer Mitglieder?* Huber.
- Thommen, B., von Cranach, M., & Ammann, R. (1992). The Organization of Individual Action Through Social Representations: A Comparative Study of Two Therapeutic Schools. Em M. von Cranach, W. Doise, & G. Mugny, *Social representations and the social bases of knowledge* (pp. 194-201). Hogrefe & Huber Publishers.
- Vergès, P. (1992). L'évocation de l'argent: une méthode pour la définition du noyau central de la représentation. *Bulletin de Psychologie*, 45, pp. 203-209.
- Vergès, P. (1992). L'evocation de l'argent: Une méthode pour la définition du noyau central d'une représentation. *Bulletin de Psychologie*, 45(405), 203–209.
- von Cranach, M. (1992). The Multi-Level Organisation of Knowledge and Action - An Integration of Complexity. Em M. von Cranach, W. Doise, & G. Mugny, *Social representations and the social bases of knowledge* (pp. 10-22). Hogrefe & Huber Publishers.
- von Cranach, M., Doise, W., & Mugny, G. (1992). *Social representations and the social bases of knowledge*. Hogrefe & Huber Publishers.
- von Cranach, M., Kalbermatten, U., Indemühle, K., & Gugler, B. (1982). *Goal-directed Action*. Academic Press.
- Wachelke, J. (2005). O vácuo no contexto das representações sociais: uma hipótese explicativa para a representação social da loucura. *Estudos de Psicologia*, 10(2), pp. 313-320.

- Wachelke, J., & Wolter, R. (2011). Critérios de Construção e Relato da Análise Prototípica para Representações Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), pp. 521-526.
- Wagner, W. (1993). Can Representations Explain Social Behaviour? A Discussion of Social Representations as Rational Systems. *Papers on Social Representations*, 2(3), 236-249.
- Wagner, W. (1994a). The Fallacy of Misplaced Intentionality in Social Representation Research. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 24(3), 243-165.
<https://doi.org/10.1111/j.1468-5914.1994.tb00255.x>
- Wagner, W. (1994b). Speaking is acting is representation - Comments on the reply by A. Echebarria. *Papers on Social Representations*, 3(2), 1-6.
- Wolff, K. (1985). *The Sociology of Georg Simmel*. Free Press.
- Wolter, R. P., & Rouquette, M.-L. (2010). « Situations de crise et modes de raisonnement : effets de l'intensité du positionnement sur le choix d'un canevas de raisonnement ». *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, pp. 479-489.
<https://doi.org/10.3917/cips.087.0479>
- Wolter, R. P., & Sá, C. P. (2013). As relações entre representações e práticas: O caminho esquecido. *Revista Internacional de Ciencias Sociales y Humanidades*, 23(1-2), 87-105.
- Wolter, R. P., Wachelke, J., & Naiff, D. (2016). A abordagem estrutural das representações sociais e o modelo dos esquemas cognitivos de base: perspectivas teóricas e utilização empírica. *Temas em Psicologia*, 24(3), pp. 1139-1152.
<https://doi.org/10.9788/TP2016.3-18>
- Wolter, R., Oliveira, F. d., Peixoto, Á., Santin, T. R., Gomes, A. M., Ott, J., . . . Pinto, H. M. (2021). Fake news in the Covid-19 pandemic: Conspiracy theories, alternative truths, and benevolent advice. *Estudos de Psicologia (Natal Online)*, 26(2), pp. 207-218.
<https://doi.org/10.22491/1678-4669.20210020>

- Wolter, R., Peixoto, Á., Oliveira, F. d., & Santin, T. (2022). As evocações livres e a análise prototípica para estudo do pensamento social. Em A. B. Soares, M. E. Jardim, C. A. Medeiros, M. L. Silva, P. R. Alves, & R. Ribeiro, *Metodologia Qualitativa: técnicas e exemplos de pesquisa* (pp. 243-262). Appris.
- Wolter, R., & Peixoto, Á. (2021). Temporalidade e Pensamento Social. Em A. Nascimento, & I. Gianordoli-Nascimento, *Representações Sociais: Campos, vertentes e fronteiras* (pp. 79-100). Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Wolter, R. P. (No Prelo). As práticas sob um olhar estrutural: de velhos conceitos à uma nova visão.

Em relação ao Covid-19, você acha que suas ações: *

1 2 3 4 5 6 7

Não diminuem em nada o risco de me contagiar com a doença Diminuem totalmente o risco de me contagiar com a doença

Para você, a Covid-19: *

1 2 3 4 5 6 7

Não é nada importante É totalmente importante

Se você contrair Covid-19, quais são as chances de ter complicações em decorrência da doença? *

Considere ficar internado, ir para a UTI ou falecer da doença como complicações.

1 2 3 4 5 6 7

Não tenho nenhuma chance Tenho toda a chance

Quanto tempo você acredita que ainda durará a pandemia de Covid-19? *

- A pandemia já acabou
- Acredito que a pandemia durará menos de um ano
- Acredito que ainda lidaremos com a pandemia pelos próximos cinco anos
- Penso que conviveremos com a pandemia por pelo menos dez anos
- Acredito que lidaremos com a pandemia para sempre

Qual é o risco de pessoas próximas à você contraírem Covid-19 hoje? *

Considere pessoas próximas parentes e amigos.

1 2 3 4 5 6 7

Não correm nenhum risco

Correm risco máximo

Qual é o risco de você contrair Covid-19 hoje? *

Se você já contraiu Covid-19, considere o risco de se reinfectar.

1 2 3 4 5 6 7

Não corro nenhum risco

Corro risco máximo

Você acredita que sua saúde mental:

1 2 3 4 5 6 7

Piorou totalmente em
decorrência da Pandemia
de Covid-19

Melhorou totalmente em
decorrência da Pandemia
de Covid-19

Você já se vacinou contra a Covid-19? *

- Sim, com duas doses (ou dose única) e a dose de reforço (terceira dose) e a quarta dose
- Sim, com duas doses (ou dose única) e a dose de reforço (terceira dose)
- Sim, com duas doses (ou dose única)
- Sim, com apenas uma dose
- Não me vacinei

Você já teve Covid-19? *

- Sim
- Não

Você teve de procurar um hospital para se tratar em decorrência da infecção de Covid-19? *

- Sim
- Não

Você ficou internado em decorrência da infecção de Covid-19? *

- Não precisei me internar
- Fiquei internado em leito comum
- Fiquei internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI)
- Desejo não responder

Você conhece alguém próximo a você que teve Covid-19? *

Considerar amigos, familiares e colegas de trabalhos como pessoa próxima.

- Sim
- Não

Você conhece pessoas próximas à você que foram internadas em razão da Covid-19? *

Considerar amigos, familiares e colegas de trabalhos como pessoa próxima.

- Sim
- Não

Você conhece pessoas próximas à você que faleceram em decorrência da Covid-19? *

Considerar amigos, familiares e colegas de trabalhos como pessoa próxima.

- Sim
- Não

Você perdeu o emprego em decorrência da pandemia de Covid-19? *

- Sim
- Não

Você conhece pessoas próximas que perderam o emprego em decorrência da pandemia de Covid-19? *

- Sim
- Não

Você acredita que lavar ou passar álcool em gel nas mãos auxilia no combate à pandemia de Covid-19? *

1 2 3 4 5 6 7

Acredito que não auxilia em nada

Acredito que auxilia totalmente

Como você avalia seu cuidado para não se infectar com Covid-19 *

1 2 3 4 5 6 7

Não tomo nenhum cuidado

Tomo todos os cuidados

O quão arriscado você acredita que os aeroportos são para o contágio de Covid-19? *

1 2 3 4 5 6 7

Não são nada arriscados

São totalmente arriscados

O quão arriscado você acredita que os supermercados são para o contágio de Covid-19? *

1 2 3 4 5 6 7

Não são nada arriscados

São totalmente arriscados

O quão arriscado você acredita que os bares/restaurantes são para o contágio de Covid-19? *

1 2 3 4 5 6 7

Não são nada arriscados São totalmente arriscados

O quão arriscado você acredita que os hospitais são para o contágio de Covid-19? *

1 2 3 4 5 6 7

Não são nada arriscados São totalmente arriscados

Quais destes ambientes você mais frequenta durante a pandemia de Covid-19? *

- Aeroporto
- Supermercado
- Bares/Restaurantes
- Não frequentei nenhum destes ambientes durante a pandemia

Quais destes ambientes você evita frequentar durante a pandemia de Covid-19? *

- Aeroporto
- Supermercado
- Bares/Restaurantes
- Não evito frequentar nenhum destes ambientes durante a pandemia

Qual é o seu gênero? *

Masculino

Feminino

Outra: _____

Qual é a sua idade? *

A sua resposta _____

Você mora em qual cidade? *

Informar cidade e estado

A sua resposta _____

Você trabalha em instituições de saúde? *

Considerar Hospitais, Unidades Básicas de Saúde, Clínicas, e Postos de Saúde

Sim

Não

Em qual instituição de saúde você trabalha? *

A sua resposta

Há quanto tempo você trabalha em uma instituição de saúde? *

A sua resposta

Na instituição de saúde em que você trabalha, já teve contato direto com pacientes contaminados com Covid-19? *

Sim

Não

Qual é a sua ocupação profissional? *

A sua resposta

Anexo 2

Grade de Observação sobre práticas frente à pandemia de COVID-19					
Local de observação		() Aeroporto () Supermercado () Bar ou Restaurante () Outro Local			
Mais detalhes do Local					
Dia da observação		Horário de Início	Horário de Término	Etapa da Pandemia	
___/___/___		__:__	__:__	() Início () Pico () Final () Normal	
Percepção sobre lotação			Percepção sobre idade das pessoas no local		
Totalmente Vazio	O---O---O---O---O---O		Totalmente Lotado	Totalmente Vazio	O---O---O---O---O---O
O local apresenta informação sobre a doença			O local apresenta métodos de prevenção		Se sim, as pessoas utilizam o método
Nenhuma Informação	O---O---O---O---O---O		Muita Informação	() Sim () Não	() Muito () Pouco () Nada
Grade de observação					
Ações de Prevenção					
Grupo de ação	Actemas	Tipo da Situação			
		Socialização		Formalidades	
Utilização de álcool para esterilização	Andar com álcool na mão				
	Retira álcool da bolsa				
	Passa na mão rapidamente				
	Passa na mão com cuidado				
	Divide o álcool com outra pessoa				
Não tocar parte do rosto	Coloca a mão na boca				
	Coloca mão no nariz				
	Coloca mão no óculos				
Não falar perto de uma pessoa	Falar próximo à uma pessoa				
	Falar afastada à uma pessoa				
Não cumprimentar tocando em outras pessoas	Aperto de mão				
	Abraço				
	Beijo no rosto				
	Toque de cotovelo				
	Apenas expressão facial				
Cobre tosse ou espirro	Outros tipos de cumprimento				
	Cobre espirro com cotovelo				
	Cobre tosse com cotovelo				
	Cobre espirro com um pano				
Utilização de equipamento de proteção	Cobre tosse com um pano				
	Utiliza máscara PFF2 pra cima				
	Utiliza máscara comum				
	Retira a máscara às vezes				
	Retira a máscara de vez				
	Utiliza luva descartável				
Ações Usuais					
Uso do celular	Pega o celular				
	Fala no celular				
	Manuseia o celular				
	Higieniza o celular				
Reações	Expressão corporal ao espirro				
	Expressão facial ao espirro				
	Expressão corporal a tosse				
	Expressão facial a tosse				
Observações					